coleção Singularis

VOLUME XI

MULHERES NA PESQUISA:
REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE

VIRGÍNIA OSTROSKI SALLES (ORG.)

Texto e Contexto
EDITORA E LIVRARIA

copyright@2020VirgíniaOstroskiSalles
COORDENAÇÃO EDITORIAL: Texto e Contexto Editora
Diretora e editora-chefe: Rosenéia Hauer
Capa: Dyego Marçal
Projeto gráfico e diagramação: Texto e Contexto Editora

S168 Mulheres na pesquisa: reflexões sobre o protagonismo feminino na contemporaneidade/ [livro eletrônico]/ Virgínia Ostroski Salles (Org.). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.11)
363 p.; e-book PDF Interativo

ISBN coleção: 978-65-990049-4-0

ISBN e-book: 978-65-88461-20-4

1. Mulher – pesquisa científica. 2. Mulher – Diversidade humana. 3. Gênero feminino. 4. Mulher – protagonismo. I. Salles, Virgínia Ostroski (Org.). II. T.

CDD: 305.4

Ficha Catalográfica Elaborada por Maria Luzia F. B. dos Santos CRB 9/986

*Todos os direitos reservados à organizadora.

*Os textos publicados neste livro são de responsabilidade dos autores.

*Este ebook será disponibilizado em livre acesso não sendo permitida a venda ou reprodução parcial ou total sem a autorização dos organizadores.

CONSELHO EDITORIAL:

Presidente:

Dra. Larissa de Cássia Antunes Ribeiro (Unicentro)

Membros:

Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)
Dra. Silvana Olivira (UEPG)
Doutorando Anderson Pedro Laurindo (UTFPR)
Dra. Marly Catarina Soares (UEPG)
Dra. Naira de Almeida Nascimento (UTFPR)
Drª Letícia Fraga (UEPG)
Dra. Anna Stegh Camati (UNIANDRADE)
Dr. Evanir Pavloski (UEPG)
Dra. Eunice de Morais (UEPG)
Dra. Joice Beatriz da Costa (UFFS)
Dra. Luana Teixeira Porto (URI)
Dr. César Augusto Queirós (UFAM)
Dr. Valdir Prigol (UFFS)
Dr. Luís Augusto Fischer (UFRGS)
Dra. Clarisse Ismério (URCAMP)
Dr. Nei Alberto Salles Filho (UEPG)
Drª Ana Flávia Braun Vieira (UEPG)

Virgínia Ostroski Salles
(organizadora)

MULHERES NA PESQUISA:
REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO FEMININO NA CONTEMPORANEIDADE

Texto e Contexto
EDITORA
coleção Singularis

VOLUME XI

SUMÁRIO

8
Prefácio
Professora Doutora Eloiza Aparecida da Silva Avila de Matos (UTFPR)

11
Apresentação
Virgínia Ostroski Salles (UTFPR)

15
PARTE 1
Reflexões sobre as mulheres diante da diversidade humana

16
Capítulo 1
Mulheres negras na ciência:
falar sobre ou falar de!
Adriana Maria Meneghetti
Jaqueline Rosa dos Santos Refati

40
Capítulo 2
Mulher indígena e universidade:
representatividade, lutas e desafios
Jéssica da Silva Gaudêncio

57
Capítulo 3
Mulheres na saúde:
entre a literatura e a realidade local
Jéssica Cristiane Martins; Aline Bueno Marochi
Daniele Faria Milek; Joyce Kobener Franco

79
Capítulo 4
Igualdade de gênero:
uma busca no mercado de trabalho
Larissa Aparecida Wachholz
Eliane Pinheiro

103
Capítulo 5
A face da pandemia é feminina:
a visão da saúde e profissionais de apoio
Damaris Beraldi Godoy Leite; Raquel do Carmo Mocelim
Rafisa Machado Ramos; Antonio Carlos Frasson
Rosemari Monteiro Foggiatto Silveira

121
PARTE 2
Reflexões acerca das mulheres no contexto da pesquisa científica

122
Capítulo 6
Presença feminina na pesquisa brasileira:
a quebra de paradigmas
Caroline Lievore
Maria Eduarda Lievore

151
Capítulo 7
Mulheres na divulgação científica:
a voz feminina na popularização da ciência
Débora Amaral Taveira Mello; Giovana Blitzkow Scucato dos Santos
Josie Agatha Parrilha da Silva; Marcos Cesar Danhoni Neves

179
Capítulo 8
Mulheres na ciência:
uma revisão sistemática
Juliane Retko Urban; Eliane Maria Morriesen
Antonio Carlos Frasson

198
Capítulo 9
Maria Sibylla Merian, o suriname e o naturalismo:
o papel de uma mulher na história e filosofia da biologia
Elaine Ferreira Machado
Awdry Feisser Miquelin

226
Capítulo 10
As verdadeiras mulheres maravilhas:
relações de feminismo e ensino de ciências e tecnologias para a educação básica
Elaine Cristina Troyner Munhoz; Virgínia Ostroski Salles
Antonio Carlos Frasson

243
PARTE 3
Reflexões sobre a busca de direitos humanos e visibilidade da mulher na contemporaneidade

244
Capítulo 11
Reflexões sobre os estudos feministas e as pesquisas sobre paz:
inquietações e motivações nos direitos humanos
Virgínia Ostroski Salles

259
Capítulo 12
Ser mulher, estudante, trabalhadora, esposa e mãe em tempos de isolamento social:
a invisibilidade das mulheres
Fabiana Andrea Barbosa Kastelijns

283
Capítulo 13
O paradoxal protagonismo feminino
na família brasileira contemporânea
Melissa Andréa Smaniotto
Nei Alberto Salles Filho

300
Capítulo 14
Justiça restaurativa e violência doméstica e familiar
Paloma Machado Graf; Jussara Ayres Bourguignon
Paula Melani Rocha

326
Capítulo 15
Os círculos de construção em paz virtuais como prática de cuidado e apoio na pandemia
Glaucia Mayara Niedermeyer Orth
Paloma Machado Graf

353
"Sobre os Autores"

PREFÁCIO

"A questão não é por que não se tem mais mulheres na ciência; a questão é anterior a isso: é por que não ouvimos mais sobre elas"
Naomi Oreskes

Este livro contempla reflexões acerca dos processos sociais, históricos, dos obstáculos, preconceitos, discursos que condicionaram a "presença feminina" no mundo científico e social e os resquícios que ainda ecoam em nosso cotidiano. No contexto da discussão, ressaltam-se o preconceito e pré-conceito de gênero que se impõem às mulheres, muitas vezes e quase sempre, de forma sutil e velada, forjada em discursos e práticas históricas e sociais.

Trata-se de uma contribuição ímpar para colocar em curso uma rede para o fortalecimento em torno do conhecimento construído por mulheres e compreender as diferentes mulheres, que aprendem a ser, pensar, agir e se reconhecer de jeitos e modos determinados com e pelos contextos sociais, culturais e históricos em que se inserem. O modo construído, fragmentado, contingente e plural das identidades.

A coletânea, incursiona uma discussão importante, especial e emergente na contemporaneidade que é destacar o feminino na sociedade e na ciência.

As facetas do ser feminino são percebidas nas três fases da obra. Em – Reflexões sobre as mulheres frente à diversidade hu-

mana – deparamo-nos com as múltiplas formas de preconceito e discriminação de gênero somadas em questões de discriminação de etnia, classe social, geração, nacionalidade, profissão em espaços atravessados por relações de poder que (re)produzem identidades, diferenças e desigualdades.

Num segundo momento: em Reflexões acerca das mulheres no contexto da pesquisa científica – surgem na narrativa, as "mulheres-heroínas" que romperam barreiras e se impuseram na comunidade científica. A revisitação da história da ciência e da própria constituição da sociedade permite reconhecer que as mulheres estiveram presentes, atuantes, brilhantes e muitas vezes, de maneira precursora nesse percurso. A invisibilidade deve ser discutida e superada. O debate em educação sobre a participação feminina é crucial, um direito social e dever do Estado suportado por políticas públicas para que, cada vez mais, mulheres conquistem lugar nas áreas de Ciência e Tecnologia.

Os direitos humanos e visibilidade da mulher na contemporaneidade são trazidos à discussão no terceiro momento desta coletânea. Instiga-se o pensar sobre a necessidade de romper com a lógica binária que estrutura o pensamento moderno: a dicotomia entre o público e o privado; e o masculino e o feminino. O olhar, também, recai sobre o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres e a emergência do desenvolvimento de uma cultura de pacificação social e de não violência. Em tempos de pandemia, Covid-19, expõe-se o desafio da prática da justiça restaurativa em Círculos de Construção de Paz.

As autoras e autores, a partir de um apurado rigor teórico-metodológico, põem em tela os desafios e o protagonismo da mulher na sociedade contemporânea, descortinam visões de sensibilidade e ativismo sobre questões de longa data e nos colocam em prontos para "ouvirmos mais sobre elas".

Eloiza Ap. da Silva Avila de Matos
Ponta Grossa, primavera de 2020.

APRESENTAÇÃO

A busca da autonomia da mulher, em um mundo dominado por homens, é marcada por um histórico de inúmeros momentos de luta marcados por avanços e retrocessos. Mas, podemos afirmar que, se resistimos até aqui, não existem motivos para deixar de avançar. A construção do conhecimento sobre as conquistas das mulheres ao longo da história como: votar, estudar, trabalhar e escolher quem amar devem ser disseminadas nas escolas, famílias e toda a sociedade. Lembramos que para cada conquista, houveram esforços incontáveis. Neste sentido, vemos a academia e a pesquisa científica como aliadas na divulgação desse conhecimento.

Com isso, a construção de diversas reflexões sobre as mulheres no mundo acadêmico, da pesquisa, do trabalho e do cotidiano em geral é o que conduz o desenvolvimento desta obra. Mulheres, suas lutas, seus diversos trabalhos e falas são "assuntos" que muitas vezes inquietam à sociedade e isto faz com que sejam necessárias mudanças significativas nas relações de gênero. Diante deste cenário, o livro "Mulheres na Pesquisa: Reflexões sobre o Protagonismo Feminino na Contemporaneidade" teve sua origem a partir da colaboração de mulheres pesquisadoras de diversos campos do conhecimento. É um livro que tem o propósito de divulgar, por meio de uma coletânea de artigos, os desafios que as mulheres da sociedade atual enfrentaram (e enfrentam) para produzir e divulgar seus conhecimentos científicos.

Com isso, a construção dos capítulos e organização do livro se deram da seguinte forma:

Primeira Parte – Reflexões sobre as mulheres diante da diversidade humana

- Mulheres negras na ciência: falar sobre ou falar de! (Adriana Maria Meneghetti; Jaqueline Rosa dos Santos Refati)

- Mulher indígena e universidade: representatividade, lutas e desafios (Jéssica da Silva Gaudêncio)

- Mulheres na saúde: entre a literatura e a realidade local (Jéssica Cristiane Martins; Aline Bueno Marochi; Daniele Faria Milek; Joyce Kobener Franco)

- Igualdade de gênero: uma busca no mercado de trabalho (Larissa Aparecida Wachholz; Eliane Pinheiro)

- A face da pandemia é feminina: a visão da saúde e profissionais de apoio (Damaris Beraldi Godoy Leite; Raquel do Carmo Mocelim; Rafisa Machado Ramos; Rosemari Monteiro Foggiatto Silveira; Antônio Carlos Frasson)

Segunda Parte - Reflexões acerca das mulheres no contexto da pesquisa científica

- Presença feminina na pesquisa brasileira: a quebra de paradigmas (Caroline Lievore; Maria Eduarda Lievore)

- Mulheres na divulgação científica: a voz feminina na popularização da ciência (Débora Amaral Taveira Mello; Giovana Blitzkow Scucato dos Santos; Josie Agatha Parrilha da Silva; Marcos Cesar Danhoni Neves)

- Mulheres na ciência: uma revisão sistemática (Juliane Retko Urban; Eliane Maria Morriesen; Antonio Carlos Frasson)

- Maria Sibylla Merian, o Suriname e o naturalismo: o papel de uma mulher na história e filosofia da biologia (Elaine Ferreira Machado; Awdry Feisser Miquelin)

- As verdadeiras mulheres maravilhas: relações de feminismo e ensino de ciências e tecnologias para a educação básica (Elaine Cristina Troyner Munhoz; Virgínia Ostroski Salles; Antonio Carlos Frasson)

Terceira Parte – Reflexões sobre a busca de direitos humanos e visibilidade da mulher na contemporaneidade

- Reflexões sobre os estudos feministas e as pesquisas sobre paz: inquietações e motivações nos direitos humanos (Virgínia Ostroski Salles)

- Ser mulher, estudante, trabalhadora, esposa e mãe em tempos de isolamento social: a invisibilidade das mulheres (Fabiana Andrea Barbosa Kastelijns)

- O paradoxal protagonismo feminino na família brasileira contemporânea (Melissa Andréa Smaniotto; Nei Alberto Salles Filho)

- Justiça restaurativa e violência doméstica e familiar (Paloma Machado Graf; Jussara Ayres Bourguignon; Paula Melani Rocha)

- Os círculos de construção paz virtuais como prática de cuidado e apoio na pandemia (Glaucia Mayara Niedermeyer Orth; Paloma Machado Graf)

Em suma, de um modo ou de outro, as autoras e autores desta coletânea, sob perspectivas diferentes, apontam importantes pontos

reflexão que trazem novos olhares, diálogos e direcionamentos que ecoam as vozes femininas que tanto já foram silenciadas. Além disso o conhecimento é reafirmado como meio indispensável no enfrentamento e na superação dos vários problemas sociais vivenciados por mulheres e meninas em nosso país.

Desejo à todas e todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos possam ser fonte de inspiração e reflexões sobre a temática!

A organizadora

Parte 1

Reflexões Sobre as Mulheres Diante da Diversidade Humana

CAPÍTULO 1

MULHERES NEGRAS NA CIÊNCIA: FALAR SOBRE OU FALAR DE!

Adriana Maria Meneghetti (UTFPR)

Jaqueline Rosa dos Santos Refati (UTFPR)

O sentido de uma luta revolucionária deve estar atento para a desalienação das relações sociais ao passo que luta pelo humano e sua humanização. Logo, a luta pelo fim das relações que tornam a mulher objeto de exploração, inclusive sexual, enfim, a luta pela emancipação das mulheres está associada à luta pela emancipação humana (CISNE, 2015).

INTRODUÇÃO

O movimento das mulheres, o movimento feminista negro contemporâneo criou a estrutura cultural necessária para a legitimação acadêmica dos estudos com ênfase nas questões de gênero, esperando que esses trabalhos partam de um ponto de vista feminino. A partir desse ponto de vista, podemos falar sobre ou falar de, não por um posicionamento moral, individual, mas como um problema estrutural. Diante disso, o objetivo é apresentar situações que permitam identificar a discriminação racial e a discriminação de gênero, e como

elas operam em conjunto, restringindo o acesso das mulheres a fazer e a participar da ciência. Estimular reflexões sobre racismo estrutural como modelo das relações de poder e valores na formação de políticas sociais. Também demonstrar como políticas de ações afirmativas se constroem, ou **são articuladas por meio de direitos assegurados ao longo da história** refletindo em proteção às mulheres.

A complexidade de falar sobre o tema, em especial as mulheres na ciência e o reconhecimento de temáticas invisibilizadas e enxergar-se criticamente nesse processo, implica uma série de desafios, em especial, para quem passa a vida sem contestar o sistema, e mais ainda o sistema de opressão racial. A discriminação racial está associada à discriminação de gênero, refletindo em menos acesso à educação, saúde, e posições no mercado de trabalho. Compreender que a discussão sobre racismo não deva se limitar ao movimento negro e aos estudiosos do tema, que também deve ser discutido nas escolas, e que todos esses espaços são ambientes que reproduzem relações da sociedade, e com potencial para a transformação social. Para Ribeiro (2019), é importante despertar para os privilégios mantidos em certos grupos sociais e praticas de exercícios de percepção podem transformar situações de violência que, não seriam questionadas.

DISCRIMINAÇÃO RACIAL E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

As ações afirmativas para as mulheres, e as concepções de políticas públicas sociais são provenientes do reconhecimento do sofrimento discriminatório, violento, ao longo da história, provocado por uma sociedade heterocentrada, fazendo com que as mulheres fossem culturalmente frágeis e dependentes dos homens. A discriminação de gênero está vinculada a essas características históricas.

O gênero remete a construções sociais históricas, culturais e políticas, que abrangem configurações de identidades, definições de papeis e funções sociais. Construção e desconstrução de imagens, e relações de poder entre homens e mulheres socialmente definidos. O conceito de gênero enfatiza a dimensão cultural que apresenta um papel estruturante no processo de tornar-se homem ou mulher (SANTANA, 2015)

As mulheres experimentam não só um tipo de violência, ou discriminação, mas vários, como agressões ou abusos de ordem verbal, física e sexual, que podem ser cometidas por qualquer pessoa, e até por instituições públicas ou pelo Estado (SCHRAIBER et al., 2005). Além das violências descritas, a mulheres negras experimentam a violência racial, dirigida a esse grupo em particular, compreendida no desrespeito, negação, violação, coisificação e humilhação.

Tais ocorrências e a abordagem do caminho que essas mulheres percorreram, dessa herança escravocrata facilitará o entendimento, os comportamentos e como transgredimos em relação aos direitos das pessoas, direito ao respeito e à dignidade que cada um possui. A invisibilidade da questão racial, do antirracismo, e todas as combinações possíveis dessas relações desiguais, estruturais, sobre esses temas e perspectivas.

Crenshaw (2012) chamou a atenção como raça, gênero e classe são consubstanciados no tipo de exclusão que atinge mulheres negras. E são elas que estão no centro da construção crítica, para a necessidade de políticas afirmativas, que envolvem academia e política.

A questão racial está no cerne do sistema de poder e de valores e refina a reprodução do abismo de desigualdades sociais. A mesma ou

esta chama para si a responsabilidade de compartilhar perspectivas de aprimoramento do Estado e da sociedade brasileira, graças ao acúmulo de lutas e massa crítica, garantindo a moral (PEREIRA, 2012).

Nesse sentido, é importante ressaltar, o que são políticas públicas e políticas públicas sociais. Segundo Vigano e Laffin (2019), as políticas públicas são compreendidas como as de responsabilidade do Estado, por meio de programas pensados para setores específicos da sociedade. Enquanto que políticas públicas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais (HÖFLING, 2001).

Estado e governo são aparatos distintos de poder. Para SAFFIOTI (1999), a violência contra as mulheres, deve ser relacionada com os demais marcadores de desigualdade social, compreendendo as intersecções como fatores que agregam as violências, duplamente sofridas por mulheres negras em virtude de cor e sexo, e é expressão do patriarcado. Compreender que elas se revelam como um espaço em que se manifestam relações de poder, estruturada a partir da distribuição desigual que determina a posição social (BOURDIEU, 1983).

O Estado em sentido estrito se faz representar para os cidadãos por meio de suas instituições. Os governos atuam no comando político das instituições públicas de forma direta, por intermédio de seus gestores na operacionalização das políticas. O que se constata nos discursos dos gestores públicos é existem muito mais pessoas para serem atendidas em suas necessidades básicas do que disponibilidade de recursos do Estado (AYALA; SOUZA, 2019). Todavia, aos olharmos para os segmentos de mulheres brancas pertencentes às classes

sociais de alta renda observamos que elas possuem acesso aos serviços de saúde e educação privados, ao passo que, as classes menos favorecidas, dependem exclusivamente do Estado que se mostra deliberadamente omisso ou ausente, determinando um agravamento de desigualdade social em decorrência da desigualdade racial (SOUZA, 2019). A discriminação assume diversas formas, sendo direta, quando claramente expressa, com recurso a regras e códigos, estabelecendo distinções e preferências, proporcionando exclusão explícita de indivíduos dos segmentos sociais (CORDEIRO; FERREIRA, 2009).

As mesmas autoras afirmam a existência da discriminação como fenômeno presente, permeado por situações que reafirmam como acontece essa exclusão e restrição ao acesso dessas mulheres nos segmentos sociais. Nesse discurso se apresenta a depreciação e a rejeição, de forma sutil ou explícita, dificultando o acesso e permanência nos serviços de saúde e educação.

E se reforça a práxis do feminismo negro brasileiro, e a inobservância do lugar das mulheres negras nas ideias e projetos que pensaram e pensam o Brasil e diagnósticos mais precisos sobre desigualdade, discriminação, pobreza, entre outras (DAVIS, 2016). A presença do Estado se faz pela ausência de políticas públicas sociais para os mais pobres, para os negros, gerando violência, abandono e insegurança social.

Uma frase atribuída a Frei Beto, diz que no Brasil, lutar pelos direitos humanos chegava a ser uma utopia, porque ainda estávamos lutando pelos direitos animais de existir, comer, vestir, habitar e viver em segurança (AYALA; SOUZA, 2019).

Nesse Brasil, do começo ao fim do século XIX, a proporção de "mulatos" cresceu de 10% para 41% da população total, com rápida miscigenação e casamentos inter-raciais e indica que a mobilidade social desse estrato era mais que fantasia. O padrão de ascensão social seletiva do mestiço mudou decisivamente com a chegada de milhões de europeus a partir do fim do século XIX. E a partir daí podemos entender a relação entre classe e raça no país. Ainda nesse sentido, CRENSHAW (2012), argumenta que o feminismo precisa incluir o racismo em análises e reivindicações do mesmo modo que as políticas antirracistas precisam considerar em suas análises o sexismo e o patriarcado.

Ser considerado branco era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, era indicador da existência de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. Preconceito, nesse sentido, é a presunção de que alguém de origem africana é primitivo, incivilizado, incapaz de exercer as atividades que se esperava de um membro de uma sociedade que se civilizava (SOUZA, 2019). Para Almeida (2019), o preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a determinado grupo racializado e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. A discriminação racial é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados.

O Brasil de hoje, é produto desse processo, de uma sociedade que tenta se modernizar ao passo que segrega, configurando que os lugares sociais do patriarcalismo sempre foram funcionais e não essencialistas, permitindo a função masculina do patriarca, exercer sobre a mulher, que continuava biologicamente mulher, mas se tornava sociologicamente homem/patriarca. O mesmo traço sistêmico

fazia o biologicamente "mulato" transformar-se em sociologicamente branco, e ocupar posições sociais que, num sistema escravocrata, são privilégios de brancos. Forma-se a versão brasileira do dividir para dominar. Separar "mulatos" dos negros e torná-los servis aos brancos possibilitaram a estigmatização e exploração do negro de inimagináveis formas (SOUZA, 2019). Crenshaw (2012) definiria isso como uma subordinação estrutural, a confluência entre gênero, classe, globalização e raça.

Esses critérios legitimam, que alguns sejam vistos como inferiores e merecedores de sua posição marginal e humilhante, com dominação social, justificando privilégios de um sobre o outro, calando a consciência da injustiça ao racionalizar e permitir a naturalização da desigualdade de classe e gênero. Ao falar sobre, uma mulher negra experimenta a opressão a partir de uma posição diferente da mulher branca, numa sociedade desigual, racista e sexista, mas posso falar de, dessa posição que não conheço. Refletir criticamente, sobre aquilo, escutar pessoas que estão falando para entender essa realidade, e responsabilizar-se pela mudança, desde que se compreenda que é marcado por um lugar social, raça, gênero, que ninguém é universal ou neutro, faz parte desse processo ao falar de.

Para RIBEIRO (2020), mais que opiniões por mero exercício retórico, como podemos usar a força do nosso discurso, se estamos em posição privilegiada, contra a perpetuação da desigualdade?

O pensamento feminista se deu mediante a construção a ferro e águas atlânticas (AKOTIRENE, 2019). Maria W. Stewart em 1931, nesse mesmo sentido fez a seguinte pergunta: Até quando as nobres filhas da África serão forçadas a deixar que seu talento e seu pen-

samento sejam soterrados por montanhas de panelas e chaleiras de ferro? (COLLINS, 2019) e atribui-se a Sojourner Truth pioneirismo do feminismo negro, em seu discurso de improviso em Ohio, em 1851, durante uma Convenção dos Direitos das Mulheres, o qual ficou conhecido com Eu não sou uma mulher? Nestes fragmentos, articulou raça, classe e gênero, e já questionava a categoria da mulher universal, revelando destino obrigatório para os filhos e filhas das africanas, que era a venda para serem escravizados.

Para Collins (2019) a realidade das mulheres negras é negada por todos os pressupostos nos quais se baseiam o pertencimento pleno a um grupo. A branquitude como condição para integrar um grupo feminista, a masculinidade como condição para interagir com um grupo feminista, a masculinidade como condição para integrar o pensamento social e político negro e a combinação de ambos para fazer parte do setor dominante da academia.

A sobreposição de múltiplos problemas de injustiça social foi definido como interseccionalidade (CRENSHAW, 2012). Esse termo foi inicialmente descrito por ela em 1989 em um artigo denominado "Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics".

Intersecções de raça, gênero, e heterossexismo, como elementos que impactam negativamente a vida das mulheres negras, o que as colocam em desvantagens.

A interseccionalidade é considerada uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e patriarcado. As articulações decorrentes,

que imbricadas repetidas vezes colocam as mulheres negras mais expostas e vulneráveis aos trânsitos destas estruturas (AKOTIRENE, 2019). A autora alerta para não esquecermos o paradigma afrocêntrico da proposta.

Já para Crenshaw (2012) a interseccionalidade é uma proposta de múltiplas fontes de identidade e a subdivide em duas categorias: i) interseccionalidade estrutural: a posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências; ii) interseccionalidade política: as políticas feministas e as políticas antirracistas que têm como consequência a marginalização da questão da violência em relação às "mulheres de cor".

Bilge (2009) escreveu que a interseccionalidade é o reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera na produção e reprodução das desigualdades sociais. Para as mulheres negras, as opressões intereseccionais de raça, classe e gênero auxilia a elaboração e transmissão dos saberes subjugados da teoria social das mulheres negras (COLLINS, 2019).

E como incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero? É necessário compreender que homens e mulheres experimentam situações de racismo relacionadas ao gênero. A interseccionalidade serve de ponte entre diversas instituições para as questões de gênero e raça acerca dos direitos humanos, incluindo as questões raciais nos debates (CRENSHAW, 2012). Conforme Hooks (2018) deve haver um comprometimento compartilhado contra a injustiça patriarcal, não importando a forma dessa injustiça.

E na tentativa de suplantar a noção de que o trabalho feminino seja menos produtivo, Vieira (2017) lembrou que a configuração do mercado de trabalho e das famílias não mais se caracteriza pelo confinamento da mulher, observando um processo de reconstrução das imagens de gênero, associadas à vida matrimonial e maternidade, e passando a considerar sua atuação na esfera produtiva, não sendo acompanhado pelo reconhecimento social.

REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS NAS CIÊNCIAS E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Em 2019, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou uma pesquisa sobre: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, e verificou-se que negras ganham, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%). Mulheres negras têm a menor renda mensal entre os trabalhadores com ensino superior: R$ 2.918,27. Em 1º, estão os homens brancos graduados (R$ 6.702,00), seguidos de homens negros graduados (R$ 4.810,00) e mulheres brancas graduadas (R$3.981,00) (IBGE, 2019).

Quando isso se estende a representatividade das mulheres negras nos espaços de poder, as proporções são gigantes.

Para um total de 513 cadeiras na Câmara dos Deputados, 426 são homens e 77 são mulheres, 125 são ocupadas por negros. Desse total, estão 112 homens negros e 13 mulheres negras (TSE, 2018). Já entre os prefeitos e vereadores eleitos as características são de um total de 5.531 prefeitos, sendo 4.893 homens e 638 mulheres, dentre eles estão 1.603 homens negros e 178 mulheres negras (TSE, 2016).

Algumas ações afirmativas tentaram minimizar essas diferenças, e outras relacionadas especificamente às mulheres: Em 1995, criou-se a Lei Nº 9.100 que determinava que 20% das vagas dos partidos políticos ou coligações fossem preenchidas por candidatas mulheres, e regeu as eleições de 2006. Em 1997, a Lei Nº 9.504 (Lei das Eleições) determinava que nas eleições de 1998 houvesse ao menos 25% de mulheres. Para as eleições posteriores o valor fixado foi de 30% no mínimo para cada sexo. Em 2009, com a reforma eleitoral introduzida Lei Nº 12.034, produziu novas disposições na Lei Nº 9.096 de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), que difundia a participação feminina na política, desde que recursos do Fundo Partidário, fossem aplicados na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, observando o mínimo de 5% do total.

Em 1995 também, foi criada a Lei Nº 9.029 que proibiu prática discriminatória ou limitante ao emprego. Ainda em 1991, a Lei Nº 8.213, prevê o pagamento pela empresa, do salário maternidade. E só em 2006, foi criada a Lei Nº 11.340 (Lei Maria da Penha), que transforma em crime todo caso de violência doméstica e intrafamiliar. E em 2014 a Lei Nº 12.987, criou o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, e em 2015 foi promulgada a Lei Nº 13.104 (Lei do Feminicídio) (LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 2020).

Historicamente, quando comparado ao número de homens, menos mulheres tiveram a chance de desenvolver seus talentos e perseguir seus interesses na ciência. O problema do baixo número de mulheres nessas áreas mereceu destaque, levando a discussões sobre o tema. A motivação aumentou ainda mais com agenda dos

17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU), que serão implementados nos países do mundo até 2030, na qual o 5º objetivo da agenda visa: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (ONU, 2020).

Mas quem mulheres são essas, se normativo de mulher é ser mulher branca? Para falar de mulher negra precisamos de adjetivos. A nossa história, as políticas públicas, remontam a esse conceito que é estrutural. Como exemplo, no Brasil, só em 1827 foi criada a Escola das Primeiras Letras (hoje, Ensino Fundamental) que admitia meninas e, em 1879 as mulheres passaram a ter acesso ao Ensino Superior, instituído pelo Decreto N.º 7.247, conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho (FERNANDES, 2019). Enquanto isso as mulheres negras continuavam na invisibilidade, pois a escravidão só teve fim em 1888, com a Lei Áurea e, somente em 1979 é que se investigou cor, como características das pessoas no Censo Demográfico. Apesar das mulheres ingressarem nas escolas tardiamente, com formação diferenciada daquela dos homens, voltada para os cuidados do lar e da família. A presença feminina, a presença da mulher negra se faz urgente, em todos os níveis de formação educacional, pois até pouco tempo fazíamos parte do *Imbecilitus Sexus,* ou sexo imbecil, categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais (FERNANDES, 2019).

Discutir a perspectiva sobre as mulheres na ciência e a partir desse olhar, incentivá-las a seguirem carreiras vistas como masculinas e conscientizá-las sobre a importância da mulher na sociedade é fundamental. No Brasil, está em andamento, um projeto chamado *Parent in Science*, que conta com a participação de pesquisadoras

das mais diversas áreas da ciência do Brasil e do exterior, o qual discute e estuda a maternidade e seus efeitos na ciência (PARENT IN SCIENCE, 2018).

O Censo da Educação Superior, realizado pelo MEC/INEP (2018) revelou que as estudantes mulheres são maioria em cursos de licenciatura, bacharelado e tecnólogo. Em número de matrículas, são 4.817.096 contra 3.633.659 matrículas masculinas e também são maioria como concluintes, são 764.960 contra 499.328 concluintes masculinos.

A Elsevier publicou em 2017, uma análise de dados de 20 anos, considerando 12 regiões geográficas e 27 áreas, e demonstrou nas regiões estudadas, que a proporção de pesquisadoras vem aumentando em todos os países. Que há menos número de publicações feitas por mulheres, se comparadas aos homens, porém não afetam o número de citações ou downloads dos artigos. Em 2015, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tinha 46.111 bolsas de estudo concedidas a meninas e mulheres, das 92.362 bolsas vigentes. Ainda segundo o CNPq as mulheres se tornaram mais numerosas que os homens em todos os níveis de ensino, inclusive no doutorado.

Apesar dos indicativos positivos, as mulheres ainda não estão distribuídas homogeneamente dentro de todas as áreas, isso pode ser observado nas áreas de ciências, matemática e computação, ou seja, as mulheres passaram de uma acentuada exclusão para uma inclusão progressiva caracterizada pela segregação, ou desestímulo ao acesso feminino em certas áreas.

E onde estão as mulheres, se elas são maioria no país e no ensino superior? Apesar dos avanços, a inserção das mulheres no mundo da ciência enfrenta obstáculos. Elas representam 57% nos cursos de graduação, mas são minorias nas ciências exatas e engenharias (MEC/INEP (2018). Esse mesmo relatório mostra que elas representam 10,2 % dos cursos de engenharia mecânica, 13,1% na engenharia elétrica e 30,3% da engenharia civil. E quando o recorte é feito entre mulheres negras e brancas, as negras ocupam cargos mais baixos dentro das organizações, 10,3% dos cargos funcionais, 8,2% de cargos de supervisão, 1,6% de gerência e 0,4% do quadro executivo.

Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018), somente 0,8% e 0,2 % dos brasileiros entre 25 e 64 anos têm mestrado e doutorado respectivamente, contra 13% e 11% em média para os demais países estudados pela OCDE. Há de se ressaltar ainda, para o Brasil, que esses dados não refletem o atual contingenciamento de recursos e bolsas no ensino superior público, promovidos pelo governo federal.

O número total de docentes (em exercício e afastados), nas universidades federais é de 215.495 professores, sendo 114.796 homens (54%) e 100.700 (46%) mulheres segundo o Censo da Educação Superior (MEC/INEP (2018). Ainda segundo o MEC, somente 65.249 são professores negros que atuam nas universidades. E foi a Lei N.º12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) que obrigou a plataforma de Currículos Lattes do CNPq a apresentar o campo cor/raça que permitiu mapear a presença dos negros e negras nas universidades brasileiras.

Essa não representatividade aparece nas principais universidades, na Universidade de São Paulo – USP, que conta com 5.820 docentes, apenas 129 se autodeclararam pretos e pardos, ou seja, 2,2% do total (MEC/INEP, 2018). Na Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, somam-se em 2.669 professores, dos quais, 1.637 são homens, destes 171 se autodeclararam pretos e pardos, 968 são mulheres, em que dez são pretas e 70 se autodeclaram pardas (SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO, 2020).

Ainda em relação às Instituições de Ensino Superior, são dois Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) e 63 Universidades Federais, totalizando 67 instituições, das quais apenas 13 mulheres são reitoras, dessas, apenas duas são negras (ANDIFES, 2020).

A primeira reitora negra da história do Brasil foi nomeada em 2018, a Prof.ª Joana Angélica Guimarães da Luz, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). E a segunda reitora negra foi nomeada em dezembro de 2019, é a Prof.ª Luzia Matos Mota, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) (ANDIFES, 2020).

Quando o olhar se estende em termos globais, o número de mulheres indicadas e ganhadoras de Prêmio Nobel, nos 118 anos de existência, verifica-se ainda mais a hegemonia masculina, e muito mais sobre a representatividade de mulheres negras, em um universo de mais de 950 nomes laureados, 52 foram mulheres, e apenas quatro mulheres negras foram reverenciadas. Na Física, o prêmio foi concedido 113 vezes a 213 premiados, destes apenas três são mulhe-

res, ambos divididos com homens; na Química, foram 111 vezes a 184 premiados, cinco mulheres foram laureadas, sendo que em 1964, Dorothy Crowfoot Hodgkin recebeu a premiação sozinha; na Medicina, foram 110 vezes a 219 premiados, doze mulheres laureadas, Barbara McClintock (1983) e Tu Youyo (2015) receberam premiação sozinha; Na Literatura, foram 112 vezes a 116 premiados, 15 mulheres, nesse caso sempre sozinhas; na Paz foram 100 vezes a 134 premiados, 17 mulheres, que não dividiram premiação com homens. O Prêmio Nobel da Economia, não contemplou nenhuma mulher. Das quatro mulheres negras laureadas, estão Toni Morrison em 1983 com o Prêmio Nobel de Literatura, Wangari Maathai em 2004, Elen Johnson e Leymah Gbowee em 2001, ambas com o Prêmio Nobel da Paz, são exemplos da importância histórica das mulheres de origem africana (THE NOBEL PRIZE, 2020).

A diferença entre mulheres e homens se mantêm na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade civil que está imbricada ao processo de evolução social, político e econômico brasileiro, para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural há mais de 70 anos, fundada em 1948. Representa 144 sociedades científicas e mais de 5 mil sócios ativos. E a presença feminina em cargos de presidência aconteceu somente seis vezes, em 1987, 1999, 2001 e 2011, com cargos de dois anos (SBPC, 2020).

O Brasil tem ao menos 77,8 mil pesquisadores nas cinco maiores áreas de conhecimento que declararam ter doutorado na Plataforma Lattes, de acordo com um levantamento feito pelo Open Box da Ciência (2020). Entre eles, 46.501 ou 59,69% são homens e 31.394 ou 40,3% são mulheres.

Entre elas, a área com maior número de especialistas é nas Ciências da saúde 28.612 ou 36,73% do total. Nesta área as mulheres se destacam e são maioria. Elas somam 16.058 e representam 57% dos especialistas que declararam na Plataforma Lattes ter doutorado. Enquanto que nas Ciências exatas e da terra temos 27.820 pesquisadores, desses, 68,9% são homens e apenas 31,1% são mulheres.

Essa desigualdade de gênero nas ciências exatas tem razões culturais, e deve-se a reprodução dos estereótipos no ambiente escolar. A busca para diminuir essas diferenças precisa ser contínua e envolve o fortalecimento de políticas públicas e atividades que estimulem a igualdade, e sirvam de exemplos de superação, qualificação e avanços. Esses avanços à inserção e à participação das mulheres nas ciências vêm acontecendo, e é possível perceber um aumento, já expressivo, no número de mulheres que atuam nessas áreas. O CNPq, por exemplo, tem uma iniciativa que apoia projetos que estimulam o desenvolvimento científico e tecnológico nas escolas, chamado Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação.

A presença das mulheres na ciência, no entanto, esbarra em preconceitos e no machismo que insiste em delegar lugar específico às mulheres, que atuam na ciência e encaram um papel de invisibilidade, pois parece que vivemos de forma transparente, são interrompidas e não são ouvidas. Há um bloqueio invisível que impede que alcancem espaços de permanência masculina, e atribui-se isso às relações de gênero, apesar da criação da Lei 12.711 de 2012 (Cotas para estudantes) que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais, a estudantes de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos, indígenas e por pessoas com deficiência, isso não garantiu a permanência desses estudantes

nas universidades. Essa lei foi posteriormente regulamentada pelo Decreto Nº 7.824, de 2012 que detalha os critérios de seleção aplicados a cotistas. Ambos instrumentos legais conhecidos como Lei das Cotas. E em 2014 foi sancionada a Lei Nº 12.990 que reserva, aos negros, 20% das vagas oferecidas em concursos públicos. Vale lembrar que é o Estatuto da Igualdade Racial, que é a Lei Nº 12.288 de 2010, a garantia à população negra a efetivação da igualdade de oportunidade, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação, e intolerância étnica (LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 2020).

Em 2002, com a Lei Nº 10.588 foi criado o Programa Diversidade na Universidade, e em 2003 o Decreto Nº 4.876 definiu critérios de financiamento e premiação no âmbito do Programa Diversidade na Universidade, que posteriormente foi alterado pelo Decreto Nº 5.193 de 2004, estabelecendo o Ministério da Educação como o responsável pela execução desse programa. Considerando as Leis Nº 12.288 de 2010 e 12.711 de 2012 (Estatuto da Igualdade Racial e Ações Afirmativas e reservas de vagas e cursos de graduação) regulamentadas pelo Decreto Nº 7.824 de 2012, publicou-se a Portaria Normativa Nº 13 de 2016 que previa Ações Afirmativas na Pós-Graduação. E na contramão às Leis e Decretos criados acima, na tentativa de minimizar essas desigualdades, o Ministério da Educação, publica no Diário Oficial da União no dia 16 de junho de 2020 a Portaria Nº 545, que revoga a Portaria Normativa Nº 13 de 2016, publicada às vésperas de sua demissão. Porém, no dia 22 de junho de 2020 uma nova portaria foi publicada, a Portaria N.º559, tornando sem efeito o ato da semana anterior (LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, 2020).

Frente a tantos ataques e, mesmo as mulheres negras possuindo potencial para mudar o rumo das discussões, seus trabalhos tendem a ser desvalorizados, pois o Brasil, de forma particular, não assume o racismo individual, institucional e estrutural.

Para Almeida (2019) as políticas de ações afirmativas seriam um exemplo de mudança institucional, aumentando a representatividade de minorias raciais e alterando a lógica discriminatória dos processos. A concepção de políticas públicas, são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou Estado. Essa relação entre memória e sociedade garante a manutenção e busca de garantia de direitos. São essas políticas públicas sociais destinadas a algum grupo específico que atendem demandas dessa população ou grupos discriminados, vítimas do mecanismo de exclusão. No entanto Rocha e Pedro (2020) ressaltam que para as mulheres se inserirem na ciência, é preciso uma reformulação nas estruturas científicas, influenciada pelas concepções sociais e culturais da mulher, propiciando ao campo científico uma reflexão crítica sobre métodos e teorias tradicionais e debates essenciais, porque se denuncia o sistema patriarcal que permeia a produção científica. Shiebiger (2001), já destacava práticas científicas que justificavam a subordinação das mulheres na sociedade com teorias médicas, biológicas e sexuais que inviabilizavam a participação feminina na ciência.

O que se propõe é uma nova relação entre a necessidade de políticas públicas sociais com ações afirmativas e essa não representatividade das mulheres negras nas esferas da ciência e sociedade. Afirmar a particularidade e reafirmar que as mulheres negras sabem inovar, nesses espaços físicos, sociais e culturais, com liberdade para novas interpretações, problematizações, e novas formas de viver e pensar.

É preciso superar a questão racial, patriarcal e não simplesmente funcionar a partir de uma lógica racista e machista. É preciso emancipar, e não simplesmente colocar nos espaços, é preciso ocupar e em instituições que libertem e transformem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para vencer o preconceito, discriminação, racismo, desvalorização do trabalho da mulher, especialmente das mulheres negras, em uma sociedade patriarcal, com uma misoginia letente, devemos nos esforçar para vencer as nossas concepções históricas e biológicas. Seja qual for a posição que se assuma, falar sobre ou falar de, devemos fazer e pensar de modo analítico, crítico e autocrítico, pois são posturas teóricas e práticas que exigem responsabilidade e com consequência. O nosso discurso deve ser condizente com nossas atitudes, não apenas acomodar o poder masculino.

Para Tiburi (2020), o pensar criticamente a analiticamente deve respeitar o objeto de nossas intenções reflexivas e ser um processo democrático, sem privilégios ou miséria espiritual. E apesar de todas as transformações pelas quais passou a sociedade brasileira e de ações voltadas para o empoderamento das mulheres, elas ainda enfrentam obstáculos para se inserirem no mundo da ciência (GROSSI et al., 2016).

Constata-se um leve crescimento da participação das mulheres na ciência, porém as chances de sucesso e reconhecimento na carreira ainda são reduzidas. Esse fenômeno que se refere às chances de participar de espaços da ciência, de assumir responsabilidades, e reconhecimento, deve-se ainda um modelo hierárquico, heteronor-

mativo, discriminatório e racista e isso pode ser observado e traduzido pela participação e presença dessas mulheres nas universidades e cargos eletivos como deputadas, prefeitas, vereadoras.

Considerando as grandes áreas do conhecimento em que as mulheres realizaram seu doutorado, observa-se uma participação feminina maior nas áreas das Ciências Biológicas, Ciências da Saúde e das Ciências Humanas, sendo que a menor participação se dá nas Engenharias. A expressiva maioria das doutoras atua na docência, carreira tradicionalmente ligada às mulheres. Isso comprova que, apesar dos avanços alcançados pelas mulheres, ainda persiste a desigualdade de papeis entre mulheres e homens dentro da ciência.

Por isso, é um dos desafios da sociedade atual a busca da promoção de igualdade de oportunidade entre os gêneros nas carreiras educacionais nas áreas das Ciências, uma melhor compreensão da participação das mulheres nesse universo, pois é essa compreensão que pode levar à adoção de medidas para aumentar a participação. Reforça-se a importância da manutenção e criação de politicas públicas sociais por meio de ações afirmativas que alcancem a equidade de gênero, incluindo a atuação da mulher na ciência. Também é importante ressaltar que para pensar soluções para uma realidade é preciso tirá-la da invisibilidade. Liberdade, justiça, emancipação. A consciência feminista não tem volta.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, 152 p.

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. 3ª Reimpressão. São Paulo. Polén; Sueli Carneiro, 2020. 252 p.

ANDIFES. **Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.** Disponível em:< http://www.andifes.org.br/universidades/centro-oeste/.> Acesso em: 10 jun. 2020.

AYALA, A. L.; SOUZA, G. M. de; **A violência do Estado brasileiro – Insuficiente, ineficiente e neficaz.** Disponível em:< https://diplomatique.org.br/a-violencia-do-estado-brasileiro/. Acesso em: 13 ago.2020.

BILGE, S. (2009), "Théorisations féministes de l'intersectionnalité". Diogène, v.1 n.225, p.70-88, 2009.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2014.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014, 276 p.

CNPQ. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico , **Séries Históricas por Pesquisadores por sexo.** Disponível em: http://lattes.cnpq.br/web/dgp/pesquisadores-por-sexo.> Acesso em: 6 ago. 2020.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

CORDEIRO, R. C.; FERREIRA, S. L.. Discriminação racial e de gênero em discursos de mulheres negras com anemia falciforme. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 352-358, 2009.

CRENSHAW, K. A Intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. Painel: **Cruzamentos raça e gênero**. Ação Educativa, 2012.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 245 p.

e-SIC - **Sistema Eletrônico Do Serviço De Informação Ao Cidadão**. Disponível em:< https://esic.cgu.gov.br/sistema/principal.aspx>. Acesso em 10 jun. 2020.

FERNANDES, F. **A história da educação feminina**. Disponível em:<http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina >. Acesso em: 13 ago. 2020.

GROSSI, M. G. R.; BORJA, S. D. B.; LOPES, A. M.; ANDALÉCIO, A. M. L. **As mulheres praticando ciência no Brasil. Estudos Feministas**, v.24, n.1, p.11-30, 2016.

HÖFLING, E. de MATTOS. Estado e políticas (públicas) sociais. In: **Cadernos Cedes**, ano XXI, n. 55, nov. 2001. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539>. Acesso em: 10 jun. 2020.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018,175 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2019. **Estudos e Pesquisas, Informações Demográficas e Socioeconômica.** Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior >. Acesso em: 01 ago. 2020.

Legislação Federal Brasileira. Disponível em: < https://legislacao.presidencia.gov.br/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

OCDE. **Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.** Disponível em:< http://www.oecd.org/education/. Acesso em: 02 ago. 2020.

ONU. Organizações das Nações Unidas. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

OPEN BOX DA CIÊNCIA. **Dados dos docentes ensino superior do Brasil**. Disponível em:<http://www.openciencia.com.br/>. Acesso em: 02 jun. 2020.

PARENT IN SCIENCE. **Maternidade e Ciência**. Disponível em:<https://www.parentinscience.com/>. Acesso em: 02 de mar. 2020.

PEREIRA, A. M.; Conjuntura nacional e luta contra o racismo no Brasil. **Revista Espaço Acadêmic**o, n. 222, 2020.

RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. 4ª Reimpressão. São Paulo: Polén; Sueli Carneiro, 2020, 112 p.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 135p.

ROCHA, E. S.; PEDRO, W. J. A. As mulheres na Ciência: contribuições da produção científica feminista do campo CTS. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**. v. 13, n. 42, p. 153-169, 2020.

SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos. (org.) **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, p.142-163; Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, São Paulo, v.13, n. 4, p.82-91,1999.

SANTANA, A. M. de. **Fragmentações e permanências: gênero e diversidade na escola. Retratos da Escola**, v.19, n.16, p.123-136, 2015.

SBPC. **Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**. Disponível em: < http://portal.sbpcnet.org.br/a-sbpc/quem-somos/>. Acesso em: 02 de ago. 2020.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: EDUSC, 2001.

SCHRAIBER, L. B.; D`OLIVEIRA, A. F. P. L.; FALCÃO, M. T. C.; FIGUEIREDO, W. dos S. **A violência dói e não é direito. A Violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, 184p.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, 272p.

THE NOBEL PRIZE. Disponível em:< https://www.nobelprize.org>. Acesso em: 10 jun. 2020.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: Para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 2018, 126 p.

TSE. Tribunal Superior **Eleitoral. Legislação** Eleitoral. Disponível em:< http://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Legislação Eleitoral**. Disponível em:< http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2016>. Acesso em: 13 ago. 2020.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Série Inclusão**: a conquista do voto feminino no Brasil.. Disponível em:< http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-conquista-do-voto-feminino-no-brasil. Acesso em: 13 ago. 2020.

VIEIRIA, B. Mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro: um balanço das políticas. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO** 11 & 13th WOMEN´S WORDLS CONGRESS (ANAIS ELETRÔNICOS), Florianópolis, 2017.

VIGANO, S. de M. M.; LAFFIN M. H. L. **Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. História**, v.38, 2019, e2019054.

CAPÍTULO 2

MULHER INDÍGENA E UNIVERSIDADE: REPRESENTATIVIDADE, LUTAS E DESAFIOS

Jéssica da Silva Gaudêncio (UC – UTFPR)

INTRODUÇÃO

Desde os tempos da colonização do Brasil, a ideia de se implantar ações para a aculturação dos indígenas presente em nosso país foi imensamente praticada, sendo implementada até os dias atuais. Essas práticas caracterizaram imensas perdas na cultura indígena brasileira, a começar pela desvalorização das línguas nativas (ou maternas) de muitas etnias, além de interromper práticas e técnicas das organizações sociais que já eram bem estabelecidas (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018).

Cinco séculos se passaram desde a história da repressão colonial, e a imposição de concepções ocidentais estão cada vez mais presentes nas Terras indígenas (TI), porém, segundo Brito (2016), esses povos não deixarão estremecer a ligação direta com sua ancestralidade, mantendo sua cosmovisão em relação a natureza e tudo que a cerca, garantindo assim a sua identidade. A vida nas TIs implica a garantia

da reprodução física e cultural das etnias indígenas, mantendo seus modos tradicionais, conhecimentos, saberes e técnicas, enriquecendo nosso patrimônio cultural (FUNAI, 2020).

Hoje, as TIs possuem escolas indígenas específicas, o qual tem grande significação na vida dessas populações. Muitas mudanças ocorreram com o tempo a fim de garantir mais autonomia para a própria comunidade, fazendo com que a organização do cenário escolar seja feita pelos próprios indivíduos pertencentes da realidade local. Apoiado pela legislação, muitos dos professores e demais agentes da educação presentes nas escolas indígenas, são da própria TI onde residem. Isso garante diferentes propostas curriculares voltadas às necessidades culturais da comunidade, tendo como oportunidade trabalhar com os alunos de forma bilingue (com a língua nativa e a língua portuguesa) garantindo o resgate cultural e permitindo o uso de materiais didáticos específicos como ferramentas educacionais (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018).

Diante desse contexto, a luta pela criação e desenvolvimento de políticas públicas para a formação de professores indígenas é de estrema importância para essas comunidades, além da inserção de indígenas em cursos regulares de Universidades. Em se tratando da área acadêmica, há espaço dentro das universidades para o efetivo acesso e permanência dos povos indígenas? Sabe-se que o acesso à Universidade é um direito, mas, o que se tem feito para que haja a oportunidade de indígenas adentrarem no espeço acadêmico?

De acordo com Paladino (2013), a ideia de se garantir a formação acadêmica de indígenas para futura contribuição mais efetiva nas comunidades não era discutida até o final dos anos 90. O acesso

da população indígena à Universidade era praticamente ausente nas agendas do Governo, tampouco era discutido sobre a problematização da desigualdade educativa sofrida pelos indígenas no acesso à instituições de educação superior. Atualmente, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), juntamente com o Ministério da Educação (MEC), vem participando ativamente na busca pelo aperfeiçoamento de políticas que permitam, por meio de acordos e convênios, o ingresso e a permanência dos indígenas em instituições de ensino superior públicas e privadas.

De acordo com o relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de estudantes indígenas ingressantes em Universidades teve um aumento significativo, cresceu 52, 5% de 2015 para 2016, indo de 32.147 para 49.026 indivíduos, aumentando também o número de concluintes, cerca de 32,18%. O último relatório realizado em 2019, consta os dados de 2018, e em relação com os de 2016, o número de matrículas de indígenas aumentou apenas 17,7% (Inep, 2018). Ao longo desses anos, o Governo passou a implementar programas e projetos para aumentar o acesso e a permanência de estudantes indígenas no ensino superior. Um exemplo é a Universidade de Brasília (UnB), a primeira Universidade a firmar convênio com a FUNAI e o MEC em 2004, realizando testes para a seleção do candidato indígena que comprove vínculo com sua TI, e assim poder preencher vagas adicionais em cursos de graduação.

Mas, e a mulher indígena?[1] Como foi o processo do seu percurso no meio acadêmico durante esses anos? Para responder essa pergun-

1. Este capítulo irá mencionar a denominação "mulher indígena" como forma de representar todas as mulheres indígenas, das diversas etnias existentes em nosso país. Existe uma

ta foi preciso consultar livros, artigos de periódicos, jornais, noticiários, e principalmente, monografias, dissertações e teses de próprias estudantes indígenas. Esse capítulo tem como objetivo contextualizar a presença da mulher indígena na Universidade, apoiando-se em informações e reflexões sobre a luta da mulher indígena pela democratização do acesso ao ensino superior e a luta por seus direitos constitucionalizados.

REFLEXÕES SOBRE A MULHER INDÍGENA NO ESPAÇO ACADÊMICO

Como sabemos, ao longo da nossa cultura ocidental a mulher foi historicamente perseguida, muito tempo demorou para que tivesse voz e lhe fosse garantido seus direitos. A história nos permite, desde a antiguidade, percorrermos por fatos e marcos que representam a desigualdade entre homens e mulheres, destacando nossa luta por direitos iguais até os dias de hoje. Mas, e no caso da mulher indígena? Além da luta pela sobrevivência por estar enraizada num povo tradicional, que a cada tempo perde espaço em seus próprios territórios, ela se encontra num lugar de luta e resistência juntamente com seu povo pela garantia de seus direitos. De acordo com a indígena Alessandra Munduruku (ISA, 2019) a mulher indígena é como uma árvore "cada galho tem o seu clã, sua etnia, seu povo. Essa árvore tem uma raiz muito grande. Mesmo que tentem torrar nossa raiz, essa árvore cada vez tá crescendo!".

---

diversidade bastante heterogênea de etnias indígenas, cada qual com seus próprios costumes e cultura. Assim, a mulher indígena aqui será representada de forma geral, independente de divisões étnicas, linguísticas, nacionais, culturais, políticas ou econômicas.

Segundo Sacchi (2003), as mulheres indígenas de diferentes etnias têm buscado cada vez mais seu espaço, participando ativamente de conferências promovidas pelas organizações indígenas, instâncias estatais e não governamentais, que atingem a esfera nacional e internacional. Silva, Bruno e Martins (2019) fizeram uma análise sobre o número de mulheres indígenas ingressantes em instituições de ensino superior, e constataram um aumento de 620% desde o ano de 2009. A Lei das cotas foi implementada no ano de 2012 (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012) e dispõe sobre a reserva de vagas para candidatos que se autodeclarem pretos, pardos e indígenas, pessoas com deficiência, estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas da rede pública e de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário-mínimo per capita. Esse aumento nas estatísticas em relação ao ingresso de indígenas nas universidades foi possível através dessa Lei, que garante processos seletivos especiais para indígenas em instituições de ensino, promovendo a inclusão social e étnica.

A presença da mulher indígena no ensino superior representa uma luta ainda maior, o que pode ser identificado através do trecho descrito na dissertação de mestrado de Patrícia Brito (2016, p. 85-86):

> Assim, são mulheres Kaingang, mulheres Guarani, mulheres Fulni-ô, mulheres Juruna, etc. Chamá-las de "mulheres indígenas", no presente trabalho, representa contribuir para o fortalecimento de sua presença no ensino superior a partir da visibilização e do atendimento de suas demandas na perspectiva do movimento de mulheres indígenas, que lutam por pautas comuns, prioritariamente no combate a violência e através de participação política no movimento indígena (BRITO, 2016, p. 85-86).

Além da defesa junto com seu povo por seus direitos territoriais e culturais, a mulher indígena ainda busca pelos "direitos

próprios do seu gênero", comuns a todas as mulheres. Tantas coisas devem se levar em consideração quando uma mulher indígena entra em uma Universidade, as dificuldades que encontram nesse novo percurso, como estratégias que usam para se manter longe de suas TIs, se a Universidade dá algum apoio de moradia, a questão da maternidade, em que muitas ficam longe de seus filhos em período de aulas, questões financeiras e de custos para garantir o sustento em centros urbanos…

Enfim, muitas outras questões envolvem esse cenário, indicando que o maior desafio além do ingresso na Universidade é a permanência, e, consequentemente, a conclusão do curso. Para amenizar esses desafios, muitas Universidades promovem ações para garantir essa permanência dos jovens indígenas nas suas instituições. O Programa de Bolsa Permanência, instituído no ano de 2013 pelo Governo brasileiro, foi criado com o objetivo de minimizar as desigualdades étnico-raciais e sociais, auxiliando na permanência e diplomação de acadêmicos em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições federais de ensino superior. O programa atende de modo diferenciado indígenas e quilombolas, conforme descrito no 2º parágrafo da designação da bolsa no Diário Oficial da União:

> § 2o A Bolsa Permanência para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em cursos de graduação, será diferenciada em decorrência das especificidades desses estudantes com relação à organização social de suas comunidades, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições, amparadas pela Constituição Federal (BRASIL, 2013, seção 1, p. 12).

A bolsa permanência tem o valor de R$400,00 para os discentes beneficiados, logo, indígenas e quilombolas recebem R$900,00. O valor é pago diretamente ao acadêmico por meio de um cartão espe-

cífico para esse auxílio financeiro (SISBP, 2020). Auxílios como este podem amenizar algumas dificuldades relacionadas a questões financeiras. Mas, ao mesmo tempo, a Universidade também deve contribuir para a permanência do estudante indígena. Conforme Terena (2013), ao incorporar um acadêmico indígena, a instituição incorpora conhecimentos que demandam ações sociais mais amplas, além de políticas públicas essenciais que garantam o direito individual no acesso a novos conhecimentos, na garantia do consentimento livre, prévio e informado, princípio fundamental na lei dos direitos humanos.

Nesse sentido, a mulher indígena contribui enormemente para a história do processo de resistência indígena, marcando um elo entre o passado, o presente e o futuro, sendo fundamental na salvaguarda dos conhecimentos tradicionais, que são a base de sua identidade cultural. Não menosprezando, ou sequer questionando a importância de grandes personagens indígenas, mas a ausência de personagens indígenas femininas na história dos povos indígenas brasileiros mostra o reflexo do patriarcado persistente desde os tempos da colonização, sendo ocultado de registros históricos a presença da mulher indígena na construção pluriétnica do Brasil (MENDONÇA et al., 2019). Nas palavras de Alessandra da etnia Manchineri (2018, p. 13):

> Ser mulher indígena é ser guerreira, lutar por aquilo que sempre sonhamos. É ser a professora, a médica e a conselheira de nossos filhos e nossas filhas. É lutar contra o patriarcado, contra a violência desde tempos imemoriais. Nunca fomos o sexo frágil: somo as colunas de luta e resistência (MANCHINERI, 2018, p. 13).

As mulheres indígenas buscam o protagonismo como forma de fortalecer sua identidade e autonomia, conforme indaga a indígena do povo Tupinambá Renata Machado (2018):

> […] até 1988 a gente não era considerado sujeito enquanto indivíduo, não era considerado cidadão […] às vezes a gente chega na universidade, chega num doutorado, mas é sempre um olhar muito romântico, da grande maioria das pessoas, sobre quem nós somos. E, às vezes, a gente participa de projetos de diferentes coisas e esse olhar permanece. Às vezes a gente também não é visto como profissional, mas como o enfeite do projeto de outros. Então a gente busca cada vez mais essa questão do protagonismo, do fortalecimento da identidade, da autonomia, da autossustentabilidade. Porque a gente não está pedindo nada. Nós somos capazes e temos consciência da nossa capacidade (MACHADO, 2018).

Conforme Sarzi (2011), mesmo tendo competência, formação acadêmica e especializações, muitos indígenas não conseguem espaço para atuar no mercado de trabalho por conta do preconceito vindo da sociedade, destacando a mulher indígena em uma situação ainda mais complicada, pois mesmo nos dias de hoje há a exploração da mão de obra escrava.

A mulher indígena possui muitas responsabilidades dentro de sua TI, como pode ser observado no trecho da dissertação de mestrado de Joziléia Schild (2016, p. 66), baseando-se em mulheres que representam a etnia indígena Kaingang:

> Na maioria das casas Kaingang na Serrinha e no acampamento Faxinal, as mulheres exercem papel central. Elas são responsáveis pela educação das crianças, pelas atividades domésticas e muitas são as responsáveis financeiras dos seus lares, por meio de atividades como o artesanato, empregos em indústrias e, principalmente, empregos nas áreas de educação e saúde dentro das aldeias. Tem ainda as que são faxineiras e empregadas domésticas dentro e fora das terras indígenas, sendo elas que garantem assim as compras do mercado (SCHILD, 2016, p. 66).

Portando, a mulher indígena (independentemente de sua etnia) ocupa diversos espaços e funções, tanto na Universidade ou em outros centros urbanos, quanto em sua Terra Indígena. Cabe ressaltar que muitas mulheres têm medo de sair de suas TIs, e uma das dificuldades encontradas é a questão linguística, o qual justifica-se o porquê

de muitas não se aventurarem fora de suas comunidades, além de que muitos dos materiais sobre leis e direitos ou sobre informações gerais são publicados em português. Assim, muitas preferem permanecer no conforto de suas comunidades, protegidas pelos valores culturais ali existentes (LIMA, 2018).

Partindo da afirmação de Chassot (2013), de que não só na ciência, mas em quase toda a produção intelectual a predominância é masculina, sabemos que as ações científicas de mulheres geniais durante muitos anos não foram reconhecidas. A polonesa Marie Currie é exemplo de cientista que revolucionou a sua época, ganhou dois prêmios Nobel, de física em 1903 e de química em 1911, numa época em que a ciência era dominada por homens. Marie-Anne Pierrette Paulze, mais conhecida como Marie Lavoisier, foi esposa de Antoine Lavoisier, pioneiro nos estudos químicos do século XVIII. Muitas das descobertas e pesquisas científicas de Lavoisier tiveram o auxílio de Marie, além dela ser tradutora de livros importantes para o estudo do marido, era ilustradora de seus aparatos químicos, mas seu nome raramente é lembrado. Muito outros exemplos identificam essa falta de reconhecimento das mulheres a frente do seu tempo. Mesmo nos dias de hoje, a questão de gênero ainda é discutida em nossa sociedade, e muito presente no meio acadêmico. Transpondo para a questão indígena, em especial a participação da mulher indígena na Universidade, considera-se que a partir do momento que ela interage com o meio acadêmico, irá promover o conhecimento científico. Mas, essas mulheres carregam consigo uma cosmovisão diferenciada dos não indígenas, fazendo com que surjam possíveis conflitos e discussões.

Em se tratando de um ambiente acadêmico, sempre a melhor estratégia para solucionar esses empecilhos será o espaço para o diá-

logo, para a escuta, para a compreensão e para o exercício do respeito mútuo com as diferentes formas do saber. Por exemplo, uma das principais dificuldades encontradas por estudantes indígenas quando passam a frequentar a Universidade, é a interpretação de textos, que, de acordo com Brito (2016, p. 106), no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS,) são realizados grupos de leitura com finalidade de auxiliar os estudantes na interpretação de textos portugueses. Outra dificuldade é em relação aos diferentes costumes, a começar com a língua, como revela Araci, da etnia Guarani: "no primeiro dia de aula tive vontade de ir embora, me perguntava o que estou fazendo aqui, ninguém fala a língua, me senti perdida" (BRITO, 2016, p. 108).

Cada etnia indígena tem sua própria cultura, costume, simbologia e organização social, fazendo com que cada uma possua sua forma de encarar a ida da mulher para a Universidade. Por exemplo, a etnia Kaingang, já citada acima, pertence à família linguística Jê, do tronco linguístico macro-Jê, com ocupação territorial localizado no Sul do Brasil e Estado de São Paulo, possui uma organização social da qual responsabiliza a mulher pelos cuidados da criação de seus filhos, da educação, dos cuidados da casa e a parte da confecção de artesanatos para comercialização. Todavia, não se identifica nessa etnia algo que inviabiliza e ida da mulher indígena para a Universidade, porém, o fato de ela ter que morar fora da TI gera maiores desafios, dificuldades e questionamentos (Brito, 2016).

Sobre o desafio da permanência no curso de graduação, representando o povo Xoklegng/Laklãnõ de Santa Catarina, Jéssica Priprá (2018, p. 21) relata sua experiência durante os anos que cursava

Licenciatura Intercultural Indígena com ênfase em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):

> Deixar a aldeia e minha filha pequena naquele tempo foi muito triste. O pior foi encontrar olhares preconceituosos dos não indígenas. Você fica sem chão, pois não é o seu lugar, não é a sua gente. Tive que aguentar durante quatro anos, pois meu objetivo era me formar e dar retorno para o meu povo e ajudar na luta contra os conflitos e preconceito que vivíamos (PRIPRÁ, 2018, p. 21).

Além das questões como a maternidade, a saudade dos parentes e amigos, a distância da sua comunidade, dificuldades com diferentes costumes, ainda existe o preconceito dos não indígenas dentro do ambiente educacional. Segundo Hamangaí Pataxó (RACHID, 2020) relata, até mesmo dentro da Universidade ainda se encontram situações constrangedoras, as vezes partindo do próprio docente, como por exemplo, trazer aulas com o tema mulher indígena, porém, a mesma acaba sendo retratada como "ser exótico a ser explorado", ou quando não é dado direito à estudante indígena de expressar suas ideias ou propostas.

Outro relato de uma ação preconceituosa vinda de um professor é relatado por Sueli Venhkre Tomás (2018, p. 49), quando se deparou com a seguinte pergunta de um professor em um curso técnico: "o que uma índia quer com curso de técnico em enfermagem?". Ou quando já cursava o curso de enfermagem na Universidade, e ouviu de um professor "que se deveria jogar inseticida nos índios", quando falavam sobre retomada de terras indígenas. Mesmo diante de tantas situações preconceituosas, Sueli concluiu seu curso de enfermagem e passou a trabalhar no posto de saúde dentro de sua Terra Indígena, da qual garante que: "ninguém melhor que um indígena pra cuidar de outro indígena" (TOMÁS, 2018, p. 50).

Muitas das mulheres indígenas que se destacaram durante os últimos anos na busca pelos direitos indígenas e que participam ativamente na causa possuem formação acadêmica. Alguns exemplos (AMANTE, 2019; ONU Mulheres, 2016):

- *Representando o Grupo Indígena Wapichana (Roraima):* **Joênia Batista de Carvalho, ou Joênia Wapichana** – primeira mulher indígena a exercer a profissão de advogada no Brasil, sendo também pioneira nas eleições de 2018, ocupando o cargo de deputada federal pelo Estado de Roraima. Joênia formou-se em direito pela Universidade Federal de Roraima em 1997.
- *Representando o Grupo Indígena Tukano (Amazonas):* **Daiara Hori Figueroa Sampaio ou Daiara Figueroa Yé´pá Mahsã** – é professora da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, militante de movimento indígena e feminista. Usa seu espaço em sala de aula para desenvolver atividades voltadas a temáticas indígenas. Atua como articuladora entre as Secretarias de Educação para o cumprimento da Lei 11.645, que estabelece a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura afro-brasileira e indígena". É bacharel e licenciada em artes plásticas pela Universidade de Brasília e mestre em Direitos Humanos.
- *Representando o Grupo Indígena Kaingang (Rio Grande do Sul):* **Azelene Kring Inácio Kaingang ou Azelene Kaingang** – foi diretora de Proteção Territorial da Funai, é Fundadora da Comissão Nacional das Mulheres Indígenas do Instituto Indígena Brasileiro (IIB), integrante da Comissão Nacional de Articulação da 1ª Conferência Nacional dos Povos Indígenas.

Destacou-se em 2006 por ganhar o prêmio Nacional dos Direitos Humanos da Presidência da República. Em 2010, recebeu a Comenda da Ordem do Mérito Cultural por sua luta pelos diretos indígenas brasileiros. No ano de 2011 foi proibida de participar do 10º Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas na cidade de Nova York, já que a mesma pretendia criticar a usina hidrelétrica de Belo Monte, construída no rio Xingu, no Pará. Azelene é formada em sociologia pela Pontifica Universidade Católica do Paraná e mestre em Dinâmicas Sociais e Políticas Regionais pela Universidade de Chapecó

- *Representando o Grupo Indígena Mbyá-Guarani (Santa Catarina):* **Kerexu Yxapyry Eunice Antunes** – foi a primeira candidata Guarani para deputada estadual nas eleições de 2018, com a pauta voltada para o ecofeminismo. Foi cacique da Terra Indígena Morro dos cavalos, em Palhoça (SC). É formada em Gestão Ambiental pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- *Representando o Grupo Indígena Tenetehara/Guajajara (Maranhão):* **Sônia Bone de Souza Silva Santos ou Sônia Guajajara** – líder do projeto Voz das Mulheres Indígenas e integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). É formada em letras e enfermagem, e especialista em educação especial pela Universidade Estadual do Maranhão.
- *Representando o Grupo Indígena Tupinambá (Rio de Janeiro):* **Renata Machado Tupinambá ou Aratykyra** – pesquisa e trabalha com o tema etnomídias. Atua ativamente para a difusão das culturas indígenas e fortalecimento das narrativas indígenas

no cinema, na literatura, na Televisão, na música e em todos os meios de comunicação. É cofundadora da rádio Yandê, primeira rádio indígena do Brasil. Foi colaboradora na área de etnojornalismo apresentado pelo portal Índios Online. Participou do Projeto Índios Educa e criou o podcast Originárias no Spotify, pioneira no Brasil a desenvolver entrevistas com músicos e artistas indígenas. É uma das idealizadoras do Yby – Festival da música indígena contemporânea que ocorreu em 2019. Renata é formada em jornalismo pela Universidade Estácio de Sá.

A partir desses exemplos percebemos como a Universidade pode mudar a vida das pessoas, instruindo-as para o mercado de tralhado, melhorando a articulação de suas ideias juntamente com os novos conhecimentos adquiridos no ambiente educacional. Essa pluralidade de ideias encontrada na Universidade permitirá a troca de experiências entre alunos e professores, e consequentemente haverá o compartilhamento de conhecimentos com a sociedade. Assim, a mulher indígena que tem a oportunidade de ingressar numa Universidade pode melhorar a sua qualidade de vida, a da sua família e a da sua comunidade. A educação superior poderá dar mais subsídios para que continue lutando pelos seus direitos e pelos direitos do seu povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa herança cultural presente na Universidade através do papel representado pela mulher indígena pode contribuir para a perspectiva étnico-cultural da identidade da mulher brasileira como um todo, pois eram os ancestrais indígenas que estavam presentes em terras brasileiras antes da invasão dos europeus.

A partir das situações levantadas sobre a presença de mulheres indígenas brasileiras em Universidades, podemos realizar algumas reflexões sobre seu ingresso e sua permanência até a conclusão desta etapa acadêmica. De forma geral, podemos identificar que com o passar dos anos, houve um aumento da procura de mulheres indígenas por cursos universitários, fazendo com que aumentassem também os desafios para que possam permanecer na Universidade.

Como vimos, nesse período muitas se depararam com dificuldades financeiras, a distância de suas comunidades, stress familiar, ficar longe dos filhos e da família, passar por situações constrangedoras, de abusos, de preconceitos… Uma série de intercorrências que devem ser superadas até que possam concluir a graduação. Iniciativas como a Lei nº 12.711 das cotas, a Lei nº 11.645 sobre inclusão da temática indígena no currículo das escolas, o incentivo financeiro do Programa Bolsa Permanência, garantia de moradia em casas do estudante, e outras ações promovidas pela própria Universidade, podem amenizar certas dificuldades. Mas, isso não significa que não necessitem de mais ações para essa causa. Pelo contrário, mais ações devem ser realizadas nas instituições de ensino superior para que mulheres indígenas possam concluir seus estudos.

REFERÊNCIAS

AMANTE, Vandreza. 43 Mulheres indígenas do Brasil e da América Latina para se inspirar. Catarinas: Jornalismo com perspectiva de gênero, 2019. Disponível em: https://catarinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/#:~:text=O%20movimento%20de%20mulheres%20ind%C3%ADgenas,dos%20modos%20de%20vida%20europeus. Acesso em: 25 de junho de 2020.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patrícia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. Rev. bras. Estud. pedagog., vol. 99, n. 251, p. 37-53, 2018.

BRASIL. GABINETE DO MINISTRO PORTARIA No - 389, DE 9 DE MAIO DE 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Nº 90, segunda-feira, 13 de maio de 2013. Seção I, p.12. Disponível em: http://sisbp.mec.gov.br/docs/Portaria-389_2013.pdf Acesso em: 19 de junho de 2020.

BRASIL, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012; 191º da Independência e 124º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm Acesso em: 19 de junho de 2020.

BRASIL, Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm Acesso em: 24 de junho de 2020.

BRITO, Patrícia Oliveira. INDÍGENA-MULHER-MÃE-UNIVERSITÁRIA o estar-sendo estudante na UFRGS. 2016. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

CHASSOT, Ático. A ciência é masculina? É, sim senhora!... São Leopoldo: Unisinos, 2013.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. Disponível em: http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-25-20 Acesso em 18 jun. 2020.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Esatatística da Educação Superior 2018. [online]. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior Acesso em: 18 jun. 2020.

ISA. Instituto Socioambiental. Alessandra Munduruku, aldeia Praia do Índio (PA). 2019. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/%22A_mulher_%C3%A9_como _%C3%A1rvore:_cada_galho_tem_o_seu_cl%C3%A3,_sua_etnia,_seu_povo._Essa_%C3%A1rvore_tem_uma_raiz_muito_grande._Mesmo_que_tentem_torrar_nossa_raiz,_essa_%C3%A1rvore_cada_vez_t%C3%A1_crescendo!%22 Acesso em: 24 de junho de 2020.

LIMA, Jônia Rodrigues de. Ser mulher indígena é –: narrativas de mulheres indígenas brasileiras / Jônia Rodrigues de Lima (texto e organização). – Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2018.

MACHADO, Renata. Eu quero ligar a TV e ter ali um conteúdo produzido por indígenas. Entrevista concedida a: FÁVERO, Isadora; MARRA, Giovanna; BOTINHON, Maria Carolina. Narrativas Tupinambá. Comunicadores Indígenas, São Paulo, Instituto Socioambiental (ISA), 2018, [online]. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/%E2%80%9CEu_quero_ligar_a_TV_e_ter_ali_um_conte%C3%BAdo_produzido_por_ind%C3%ADgenas%E2%80%9D Acesso em: 25 de junho de 2020.

MANCHINERI, Alessandra. Povo Manchineri - Terra Indígena Mamoade, AC. In: LIMA, Jônia Rodrigues de. Ser mulher indígena é –: narrativas de mulheres indígenas brasileiras / Jônia Rodrigues de Lima (texto e organização). – Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2018, p. 12 – 14.

MENDONÇA, Caroline Leal; LEAL, Elizabeth; ANDRADE, Lara Erendira Almeida de; SCHILLACI, Manuela. Mulheres indígenas da tradição. Centro de Cultura Luiz Freire (CCFL)/Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Nordeste/Movimento de Mulheres Indígenas de Pernambuco/Secretaria de Cultura do Governo Estadual de Pernambuco, 2019.

ONU Mulheres Brasil. Confira algumas histórias de mulheres indígenas do Brasil no Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/noticias/confira-algumas-historias-de-mulheres-indigenas-do-brasil-no-dia-internacional-dos-povos-indigenas-do-mundo/ Acesso em 25 de junho de 2020.

PALADINO, Mariana. Um mapeamento das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas no ensino superior. In: BERGAMASCHI, M. A.; NABARRO, E.; BENITES, A. (Orgs.). Estudantes indígenas no ensino superior: uma abordagem a partir da experiência na UFRGS. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2013.

PRIPRÁ, Jéssica. Povo Xokleng/Laklãnõ - Terra Indígena Laklãnõ, SC. In: LIMA, Jônia Rodrigues de. Ser mulher indígena é –: narrativas de mulheres indígenas brasileiras / Jônia Rodrigues de Lima (texto e organização). – Porto Alegre: Fundação Luterana de Diaconia: Conselho de Missão entre Povos Indígenas, 2018, p. 21 – 22.

RACHID, Laura. Conheça a luta de seis mulheres indígenas inspiradoras: Lideranças Pataxó, Huni Kuin, Guarani Mbya, Kumaruara e Aymara revelam o que as motivam a lutar, seus sonhos e obstáculos. Revista Educação. 2020. Disponível em: https://revistaeducacao.com.br/2020/03/08/mulheres-indigenas-inspiradoras/ Acesso em 22 de junho de 2020.

CAPÍTULO 3

MULHERES NA SAÚDE:
ENTRE A LITERATURA E A REALIDADE LOCAL

Jéssica Cristiane Martins, UEPG

Aline Bueno Marochi, RMSC

Daniele Faria Milek, RMSC

Joyce Kobener Franco, RMSC

INTRODUÇÃO

A discussão referente a feminização do trabalho na saúde emerge em um momento histórico marcada pela Pandemia de Covid-19, os profissionais da saúde que trabalham na linha de frente, são em sua grande parte mulheres, estas acumulam atribuições já que são ainda as principais responsáveis pelos cuidados domésticos e familiares, para se dedicar ao cuidado em saúde dos sujeitos no enfrentamento de uma doença.

A crescente feminização vincula-se ainda a um momento de reestruturação produtiva onde a ampliação de espaços da mulher no

mercado de trabalho caminha paralelamente com um contexto de supressão de direitos trabalhistas e de estagnação de investimentos na Política de Saúde, fatores estes que interferem diretamente na qualidade de vida destas profissionais.

Historicamente a sociedade, na forma como se organiza, estabelece papéis sociais esperados para homens e mulheres, neste sentido, a expectativa social exige que as mulheres estejam o tempo todo respondendo a demandas do outro, vivendo em função do outro e de servindo o outro, ainda que isso se dê em detrimento de suas condições de vida e de trabalho.

As mulheres como atuantes na linha de frente do combate ao coronavírus não é algo surpreendente, mas algo esperado, devido a responsabilização das mulheres e da exploração da força de trabalho. Historicamente, isso vem sendo atribuído tanto em trabalhos remunerados quanto em trabalhos não remunerados. Considera-se o trabalho não remunerado fundamental para a produção e reprodução do capital, pois sem essas atividades, não haveria produção.

Em uma Pandemia, são várias situações que devem ser analisadas, Macêdo (2020) ao realizar uma análise fenomenológica, com base na literatura sobre o Covid-19 traz sua experiência para reflexão e discussão, envolvendo trabalho, gênero, mulher, maternidade e docência. A autora indica as implicações na qualidade de vida, trabalho e relações familiares, muitos relacionados a desigualdade de gênero, pois como ela destaca "a mulher sente na pele" seja pelo impedimento profissional em tempos de isolamento, seja pela ser mãe e trabalhadora dentro de um mesmo espaço, e seja por ser mulher, mãe, trabalhadora em uma cultura materno centrada.

É nesse contexto pandêmico que quatro autoras escrevem essa reflexão e discussão. Todas são trabalhadoras da saúde e conhecem as implicações no atual momento, sendo assim, estabelece-se como objetivo discutir sobre o papel exercido pelas mulheres nos serviços de saúde tendo como base a literatura e os dados da realidade local.

Para tanto, a pesquisa é composta pela revisão de literatura acerca do tema e a análise quantitativa das informações fornecidas pelo setor de recursos humanos da Fundação de Saúde (FMS) de Ponta Grossa, Paraná. A transcrição e análise foram feitas no Programa Microsoft Office Excel® 2010 para Windows®. Desta forma, se configurando em uma pesquisa exploratória, descritiva com abordagem qualiquantitativa.

Com relação ao objeto de estudo, Wermelinger *et al.,* (2010) ao estudar a construção histórica do trabalho feminino, identifica que das profissões da saúde estudadas, há o predomínio do sexo feminino, contudo médicos e médicos veterinários a predominância é de homens. Para os autores, a profissões na área da saúde são historicamente masculinas e continuam sendo, mesmo que seja possível visualizar a efetiva participação da mulher no mercado de trabalho em saúde, há muitos aspectos relacionados a questões de gênero que precisam ser estudadas

Em outro estudo sobre a feminilização em serviços de saúde, Borges e Detoni (2018) destacam que considerado o número de mulheres que trabalham no setor da saúde é necessário refletir sobre as desigualdades que funcionam de forma sistemática. Além disso, as autoras corroboram para pensar sobre a naturalização do papel feminino acerca das práticas de cuidado, isso desde os primórdios, desta

forma, recebendo pouca valorização, preconceitos, por questões de gênero e faixa etária. Assim, as mesmas indicam o desenvolvimento de estudos e práticas sobre a temática da feminização para promover equidade de gênero no campo do trabalho em saúde.

Ao levar em consideração os dados que posteriormente serão apresentados sobre as mulheres nos espaços de trabalho da FMS e os indicadores quantiqualitativos sobre raça/cor, escolaridade e cargos ocupados, pode-se notar que mesmo inseridas em maioria nestes espaços, ainda assim estas estão concentradas em profissões com função de menor qualificação e baixa remuneração, expondo o fato de que mesmo após anos de luta envolta da desigualdade de gênero entre homem e mulher, ainda é necessário lutar pela inclusão de mulheres em espaços com mais prestígio e valorização do trabalho, assim como é necessário continuar discutindo sobre estas questões de desigualdades tão inerentes à história de nossa sociedade.

DESENVOLVIMENTO

Inserção das mulheres no trabalho: breve histórico

Como bem sabemos, os debates envolvendo as questões relacionadas a gênero e a mulher tem ganhado ênfase no Brasil nos últimos anos. Levando em consideração que uma categoria complementa a outra, considera-se também que essa discussão é uma das mais relevantes da atualidade. Com o surgimento das ideias feministas em meados de 1970 e, expandindo-se com o passar dos anos, é inegável que o debate tem se propagado em diversos setores da sociedade,

perpassando o âmbito familiar e ampliando-se para as questões trabalhistas e políticas, por exemplo.

Embora o conceito de gênero, tradicionalmente, seja empregado para separar os indivíduos entre masculino e feminino, na sua etimologia, "gênero vem do Latim genus, que significa "nascimento", "família", "tipo", e em sua origem grega, genos e geneã, fazendo referência ao sexo" (STELLMANN, 2007, p.14).

A palavra gênero possui diversos significados, por exemplo, na área das ciências biológicas e sociais, o gênero é entendido como uma categoria linguística. A categoria, em sua historicidade, "se mostra como algo extremamente complexo, entrelaçando não só as relações entre os sexos, mas também sua dinâmica temporal, por elementos que são significativos no que se refere às relações entre sociabilidade e cultura" (SANTOS e OLIVEIRA, 2010).

Entretanto, não é o objetivo da pesquisa discutir a categoria gênero, mas sim, falar sobre mulher enquanto trabalhadora da saúde. Como relata Rocha (2018), é importante ressaltar que boa parte dos pioneiros sobre discussão de temáticas como gênero e mulher foram mulheres, dentre elas as que mais se destacam são Simone de Beavouir (1949), Joan Scott (1989), Judith Butler (2000) e Heleieth Saffioti (1987), todas necessárias para o entendimento da categoria gênero enquanto construção social.

Desde muito tempo, as mulheres precisam se articular e se organizar em grupos de luta e resistência para que seja possível garantir minimamente o acesso a seus direitos sociais, civis e políticos. Como resultado dessa organização, surgiu o fortalecimento do Movimento

Feminista na década de 1960, período marcado por grandes inflexões da sociedade contemporânea.

É importante mencionar que muitos direitos, com o passar dos anos, se tornaram mais acessíveis e efetivos na vida de diversas mulheres na sociedade. No entanto, existem, ainda, várias discussões presentes na realidade cotidiana social em que a mulher permanece sendo desvalorizada e a importância de sua existência diminuída, se comparada ao homem. Podemos citar como um exemplo o trabalho, sendo os cargos que possuem um status mais visível e considerados importantes, com vagas ocupadas majoritariamente por homens. Aquino; Menezes e Marinho (1995) afirmam essa perspectiva dizendo que "(...) essa distinção faz com que a inserção masculina e feminina no mercado de trabalho seja vista e interpretada de formas diferentes, sendo o trabalho do homem considerado fundamental e o trabalho da mulher complementar".

Considerando que a pandemia do coronavírus potencializou ainda mais a crise do capitalismo, afetando uma totalidade das mais variadas formas de relações sociais e de trabalho, notoriamente a pandemia evidenciou as crises cíclicas do capital, assim como a estratégia neoliberal do Estado que precarizou, privatizou e mercantilizou, ao longo dos anos, as políticas sociais, dentre elas a saúde pública. A adoção de políticas neoliberais impõe a redução de custos e ampliação das formas de exploração do/a trabalhador/a. Nesse sentido, para Wermelinger *et al.* (2010), "(...) as mulheres são as mais solicitadas quando se trata de reduzir custos para o aumento da complexidade e da rentabilidade na produção".

De acordo com Pena (1981) as mulheres estiveram presentes no mercado de trabalho desde o início da industrialização no Brasil. Todavia, essa participação caracterizou-se por períodos de fluxo e refluxo condicionados pelas necessidades do capital. Como citam as autoras Wermelinger *et al.* (2010), "(...) as mulheres sempre trabalharam". No entanto, até muito recentemente o trabalho das mulheres teve, em relação ao dos homens, um caráter complementar na sustentação da família, fazendo com que sua inserção fosse intermitente, em atividades de baixa qualificação e com consequente baixa remuneração, o que torna explícito a desvalorização da mulher no âmbito do trabalho.

Segundo Cotrim *et al.* (2020) as primeiras décadas dos anos 2000 foram marcadas por crescimento econômico e criação de políticas sociais, desta forma resultando em ocupação por parte das mulheres no trabalho formal, de 26,2% a 36,0%, contudo, os autores destacam que as condições de trabalho pouco se alteraram e "elas continuaram ocupando atividades relacionadas educação, saúde, serviço sociais e trabalho doméstico remunerado" (TEIXEIRA, 2017 apud COTRIM *et al.*, 2020, p.6).

A atividade feminina no âmbito do trabalho tem sido marcada por um caminho árduo, acumulando de forma contínua as atividades da vida profissional e familiar Yannoulas (2013). Muitas mulheres são pressionadas a trabalhar em horário integral, por razões financeiras e ficam isentas da dupla jornada de trabalho. Algo que é refletido ao se discutir sobre questões de gênero, anteriormente mencionadas, nas quais são expostas a diferença dos papéis sociais do homem e da mulher.

Aquino; Menezes e Marinho (1995) trazem a perspectiva do papel da mulher como inerente a "possibilidade de conciliação com o cuidado da casa e dos filhos". Ainda nos dias de hoje, esse é um dos principais enfrentamentos das mulheres possuem filhos, pois, a ideia da responsabilização da mulher pelo exercício da maternidade, aliada a desresponsabilização do homem no exercício de sua paternidade, infelizmente, ainda permanece.

Essas situações não são diferentes com as trabalhadoras inseridas no setor da saúde pública (SUS). As mulheres, de modo geral, ainda desempenham papéis sociais diferentes dos homens. O enfrentamento das jornadas de trabalho em tempo integral, aliadas ao trabalho doméstico e "funções" familiares como por exemplo, o cuidado com os filhos e companheiros, ainda é muito comum. Ou seja, a inserção do trabalho feminino ainda se dá de forma diferente do trabalho masculino, nos diversos espaços sociocupacionais, inclusive no SUS. Wermelinger *et al.,* (2010, p. 03), apontam que "A maior parte dos empregos femininos tem continua concentrada em alguns setores de atividades e agrupada em um pequeno número de profissões, os quais formam 'guetos' de trabalho".

Outras questões também permeiam a vida das mulheres em sociedade, perpassa o âmbito doméstico e trabalhista, com influências no meio científico. Aquino; Menezes e Marinho (1995) trazem questões como a invisibilidade do trabalho das mulheres na saúde, como por exemplo, plantões noturnos exercidos historicamente na profissão de enfermagem por mulheres. No entanto, as literaturas produzidas nesta área, tornam o papel das mulheres invisibilizados, como se suas construções não fossem essenciais para o desenvolvimento da profissão. Para os autores, a inserção das mulheres no mercado de

trabalho, até então marcada pelo "(...) predomínio quase exclusivo de estudos concentrados em indivíduos do sexo masculino vem sendo modificado" (AQUINO; MENEZES E MARINHO, 1995, p. 184).

Considerando os papéis sociais impostos naturalmente às mulheres desde muito tempo, quanto mais o Estado se ausenta da responsabilidade da efetivação de políticas sociais, ou seja, desde a formulação, operacionalização e execução das políticas, mais se aumenta a responsabilização das mulheres, acompanhado das dimensões ideológicas e estruturais. Ou seja, o processo sócio-histórico a que as mulheres foram submetidas desde os primórdios da vida em sociedade, acarretou na consolidação da desigualdade entre gêneros, atingindo suas vidas individualmente e coletivamente, em um contexto social marcado pelo conservadorismo e também pelo patriarcalismo.

Mulheres e serviços de saúde: o que dizem as pesquisas

Em um artigo recente Hernandes e Vieira (2020) destacam que as desigualdades de gênero são alguns dos efeitos imediatos da Pandemia. A pesquisa apresenta dados do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) que as mulheres representam 65% dos profissionais de saúde atuantes no setor público e privado. Ademais, as autoras relatam a crescente importância da literatura sobre feminização do trabalho em saúde, todavia destacam a fragilidade dos dados disponibilizados pelos conselhos de classe quanto ao sexo dos profissionais.

Além dos dados inexistentes referentes a outras profissões que não possuem conselho de classe como administrativos, profissionais da limpeza, entre outros. Citam dados atuais e importantes refe-

rentes a desigualdade de gênero, como a comparação entre homens e mulheres; a escassez de equipamento de proteção individual (EPI); assédio sexual e/ou outros tipos; defasagem remuneratória e a condições familiares que deixam as mulheres mais vulneráveis por serem "mães-solo", ou pelo fechamento de escolas e creche, acarretando na qualidade de vida, na saúde e saúde mental das trabalhadoras da linha de frente (HERNANDES e VIEIRA, 2020).

As relações de trabalho na saúde foram analisadas com mulheres-mães-trabalhadoras de enfermagem por Spindola e Santos (2003) o estudo utilizando história de vida relata a complexidade de ser mãe e profissional da área da enfermagem e acúmulo de funções do cuidado com a saúde de seus paciente e o cuidado de si e seus familiares resultando em cansaço e estresse. Sendo possível verificar que tais dados que ainda não sofreram mudanças bruscas, quando comparados com estudos recentes.

Os impactos da chamada dupla ou tripla jornada de trabalho de mulheres que decidem dar continuidade a uma atividade de qualificação educacional, foi discutida pelas autoras Amaral e Vieira (2013), revela que o nível econômico não é fator impeditivo de desgaste emocional para àquelas que conseguem ser integradas em um curso de mestrado. A pesquisa discute sobre o poder simbólico das representações sociais constituídas culturalmente as quais naturalizam as relações de dominação dos homens para com as mulheres, fato este que por vezes limita e distorce o desenvolvimento do papel social da mulher, e as coloca por vezes em uma condição de culpadas, por não conseguir dar conta de todas as atividades que elas mesmas consideram suas obrigações.

Para Matos, Toassi e Oliveira (2018) discutem a feminilização das ocupações e profissão de saúde no contexto brasileiro, encontrando nas pesquisas a preocupação com a qualidade de vida e saúde mental das profissionais de saúde; estudos que revelam que as mulheres com maior exposição ao sofrimento físico e psíquico; o acesso das mulheres ao ensino superior na área da saúde e com aumento do número de mulheres nas profissões como médicos e médicos veterinários, indicando estabilidade nos cursos das áreas; preocupação do cenário internacional com o tema "feminização das profissões de saúde". Por fim, as autoras destacam que a feminilização na saúde é uma realidade e que há diversos questionamentos a serem respondidos.

Sobre a feminização de algumas profissões, como é o caso da enfermagem, destacamos o estudo de Neto (2018), o qual discute sobre o desenvolvimento da Síndrome de Burnout entre os trabalhadores de enfermagem do SUS. A pesquisa revela que dos 42,3% dos entrevistados que apresentam altos níveis de exaustão emocional, 30,6% são mulheres, tal situação está relacionada a fatores como sobrecarga de trabalho, sentimento de desvalorização profissional, baixos salários e intensa carga afetiva, psíquica e emocional vivenciada.

Para Feijó *et al.,* (2017), a inserção da mulher no mercado de trabalho trouxe modificações para o âmbito familiar. A multiplicidade de papéis, necessitou pensar em estratégias para a resolução de conflitos família/trabalho, uma vez que, um está diretamente relacionado a outro. O estudo aponta que as longas horas de trabalho e os elevados níveis de estresse a que estão submetidos os trabalhadores atingem a qualidade de vida de todos os profissionais, mas em específico a saúde das mulheres que ainda não possuem uma divisão de papel igualitária no que se trata do ambiente doméstico.

Fazendo relação com o processo de exploração do trabalho, Elias e Navarro (2006), citam o fato de que a insegurança gerada pelo medo do desemprego faz com que as pessoas se submetam a regimes e contratos de trabalho precários, recebendo baixos salários e arriscando sua vida e saúde em ambientes insalubres, de alto risco. Também dentro desta conjuntura, os autores reforçam sobre o processo global de exploração da força de trabalho feminina, fazendo uma relação das categorias gênero e classe.

Ainda, segundo os autores, na divisão sexual do trabalho operada pelo capital, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, e frequentemente fundadas no trabalho intensivo são destinadas às mulheres, o que estaria deixando-as mais vulneráveis à superexploração, um exemplo disto é o trabalho na área da saúde, como anteriormente citado.

Aquino; Menezes e Marinho (1995, p. 286), trazem a discussão outras questões que permeiam a vida das mulheres em sociedade. Além dos variados tipos de opressões que sofrem, seja no meio pessoal e/ou profissional, também "(...) sofrem vários tipos de violências específicas como o assédio sexual, tão frequente entre as secretárias e as empregadas domésticas; os constrangimentos de controle de reprodução (...)", entre outras situações diversas, como por exemplo, a necessidade de fazer testes de gravidez como critério de admissão ao trabalho, entre outras.

Mulheres na Fundação Municipal de Saúde do município de Ponta Grossa-PR

O município em que foi realizado o estudo possui, de acordo com o último censo, 355.336 habitantes (IBGE, 2017) e a gestão em saúde é realizada pela Fundação Municipal de Saúde (FMS), composta pela atenção básica, atenção especializada, assistência farmacêutica, atenção psicossocial, atenção hospitalar, vigilância em saúde e outros setores administrativos (PONTA GROSSA, 2018).

Atualmente, a FMS conta com 2.021 (dois mil e vinte e um) servidores, sendo que 21, 8% é do sexo masculino e 78,2% é feminino. A gestão deste órgão é realizada por uma mulher, conforme Decreto nº 15.331, de 20/12/2018.

Os dados referentes a questão da escolaridade exigida para ocupar dos cargos estão descritos no gráfico 1, destacando que 25% mulheres ocupam cargos de nível superior, 42,8% nível médio e 32,2% nível fundamental, portanto, evidencia que somados os números de mulheres com cargos de nível médio e fundamental é maior que as com nível superior. Uma questão que é importante refletir, trata-se das condições do acesso à educação que as mulheres enfrentam, com suas jornadas exaustivas de trabalho e responsabilidades da vida familiar e social, aliadas às precariedades e exigências que a educação de nível superior requisita. Nesse contexto, será que o rendimento escolar da mulher será compatível com o rendimento do homem?

Dados do IBGE (2018) fazem refletir sobre essa jornada, o tempo dedicado aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, é altamente diferente se comparar os homens e as mulheres. Enquanto os homens gastam cerca de 10,5 horas semanais, as mu-

lheres se dedicam cerca de 18,1 horas semanais aos cuidados com familiares e tarefas domésticas.

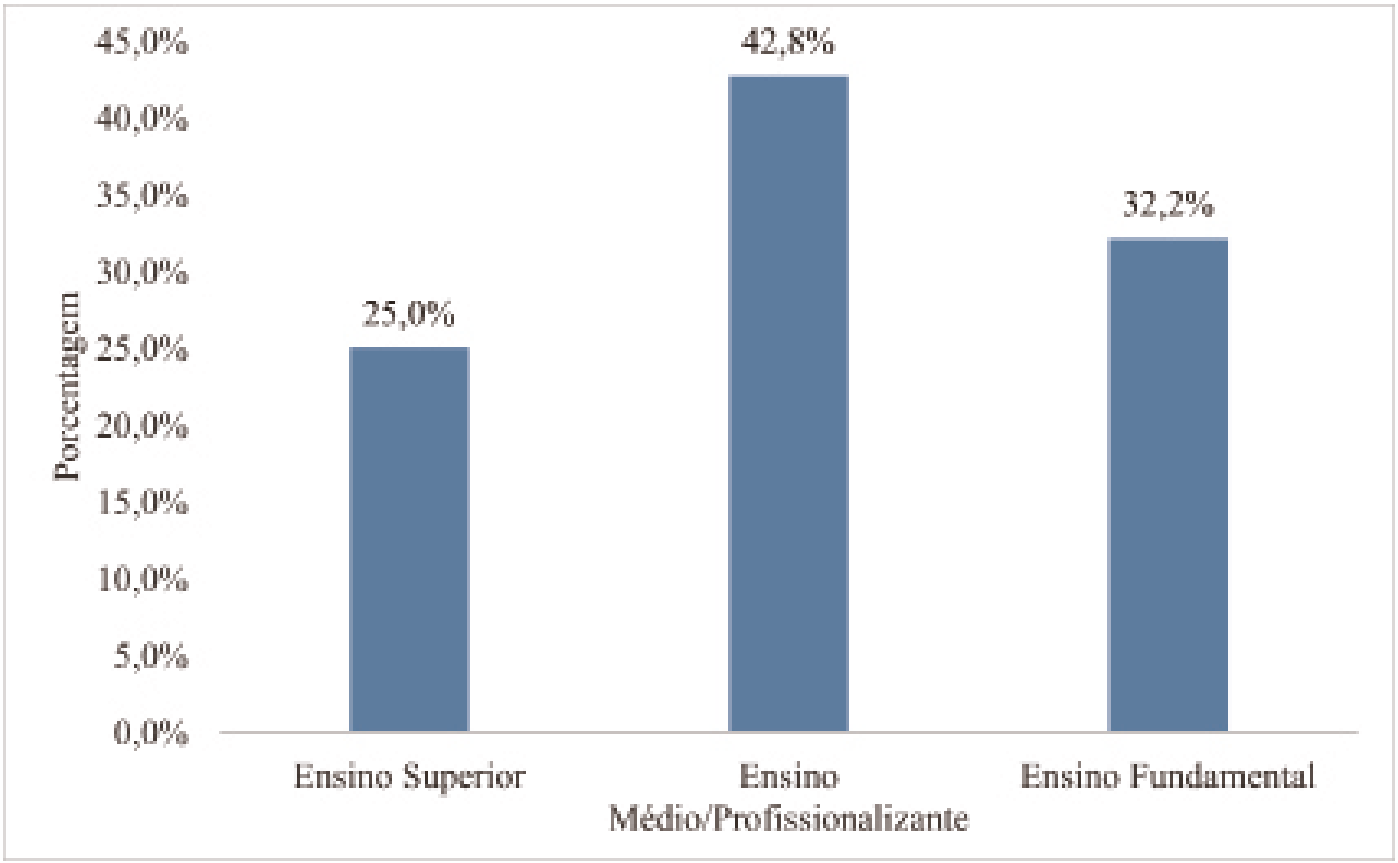
Em relação a estrutura econômica, participação em atividades produtivas e acesso a recursos, as mulheres possuem em média, um rendimento de R$ 1764,00, sendo que os homens recebem, em média, R$ 2.306,00 (IBGE, 2018). A desvalorização da mulher é evidente, perpassando a esfera social e política, incluindo também a esfera econômica e de trabalho, ampliando o nível da desigualdade de gênero e social.

Segundo dados do IBGE (2018), a taxa de mulheres com ensino superior é de 37,9% a mais que a de homens, porém, esse acesso não garante que estas irão atingir espaços compatíveis com seu grau de qualificação, visto que esse é o maior grau de dificuldade enfrentado quando se refere à inserção no mercado de trabalho. Embora tenha ocorrido um avanço na legislação que ampara as trabalhadoras, ainda identificamos barreiras invisíveis nos critérios de seleção dos sujeitos ao pleitear uma vaga de trabalho, em muitos espaços, a licença maternidade é considerada como um fator de peso, para se contratar uma profissional. Por isso, é preciso compreender que a divisão sexual do trabalho não acontece apenas a partir da divisão sócio-técnica, mas, trata-se de uma divisão entre gêneros e também racial.

Observamos que o contexto municipal repete o padrão de inserção ocupacional entre as mulheres na Fundação de Saúde, seguindo a lógica nacional. Percebemos com tais dados que a divisão sexual do trabalho, não possui na prática características igualitárias, já que o maior volume de mulheres está inserido em cargos com nível de instrução fundamental e médio.

Gráfico 1

Quantitativo de mulheres de acordo com a escolaridade exigida para ocupação do cargo



Fonte: as autoras, 2020

A categoria profissional está descrita na Tabela 1, indicando que o maior número de trabalhadoras se concentram no cargos técnicos de enfermagem/saúde bucal (20,8%) e agente comunitário de saúde (19,9%), seguidas auxiliar enfermagem/farmácia/raio X/ saúde bucal (10,6%) e auxiliar/agente administrativo (9,9%). Apesar da fragmentação pela diversidade de cargos é possível perceber que os cargos com maior número de mulheres atuando em cargos de menos notoriedade.

Essa situação não se trata apenas de um dado do município de Ponta Grossa-PR, mas expande a outros níveis. Por exemplo, em 2017, apenas 10,5% das mulheres ocupam um assento na câmara dos deputados. Além disso, em 2016, cerca de 62,2% dos cargos gerenciais eram ocupados por homens, enquanto as mulheres ocupavam

apenas 37,8%. No mundo, apenas 23,6% das mulheres preenchiam esses espaços (IBGE, 2018).

Tabela 1: Quadro com o quantitativo de mulheres de acordo com os cargos ocupados

Categoria Profissional	**n**	**%**
Agente e Auxiliar Administrativo (plantonista, I e II)	157	9,9
Agente Comunitário de Saúde	314	19,9
Agente de Endemias	45	2,8
Agente de Saúde e Agente Social	19	1,2
Ajudante (de cozinha, de processador de roupas)	8	1,2
Assistente social	37	2,3
Auxiliar (enfermagem, farmácia, raio X, saúde bucal)	167	10,6
Auxiliar de serviços gerais	3	0,2
Biólogo	1	0,1
Cozinheira	19	1,2
Dentista	59	3,7
Enfermagem (Plantonista, Programa Saúde da Família)	145	9,2
Escriturária	7	0,4
Engenheira Civil	1	0,1
Farmacêutica (bioquímica, plantonista, Programa Saúde da Família)	38	2,4
Fisioterapeuta	28	1,8
Fonoaudióloga	4	0,3
Inspetor Sanitário	7	0,4
Maqueira	1	0,1
Médica	44	2,8
Médica Veterinária	1	0,1
Motorista	2	0,1
Musicoterapeuta	2	0,1
Nutricionista	13	0,8
Profissional de Educação Física	6	0,4
Psicóloga	10	0,6
Servente Escolar	3	0,2
Técnico de Contabilidade	1	0,1
Técnico (Enfermagem e Saúde Bucal)	329	20,8
Telefonista	5	0,3
Terapeuta Ocupacional	7	0,4
Trabalhadora Braçal	8	0,5
Zeladora	90	5,7
Total	**1581**	**100**

Fonte: as autoras, 2020

Quanto aos números de raça/cor (Gráfico 2) 91,3% das mulheres são brancas, e apenas 6,5% se declaram pretas ou pardas, sabemos que é histórica a desigualdade entre as raças e que ela carrega consigo alguns elementos estruturantes que envolvem as condições de gênero e de classe. Segundo Silva (2013), a inserção de mulheres negras no mercado de trabalho ocorre em contextos mais desprivilegiados, precários e precoces, sendo assim, os resultados das relações sexistas, raciais e de classe estão imbricadas entre si e produzem efeitos diretos na vida dos sujeitos e na construção da identidade destes no imaginário social, onde os fatores desiguais, como precárias condições de acesso ao ensino e trabalho são vistos como naturais pela sociedade de maneira geral.

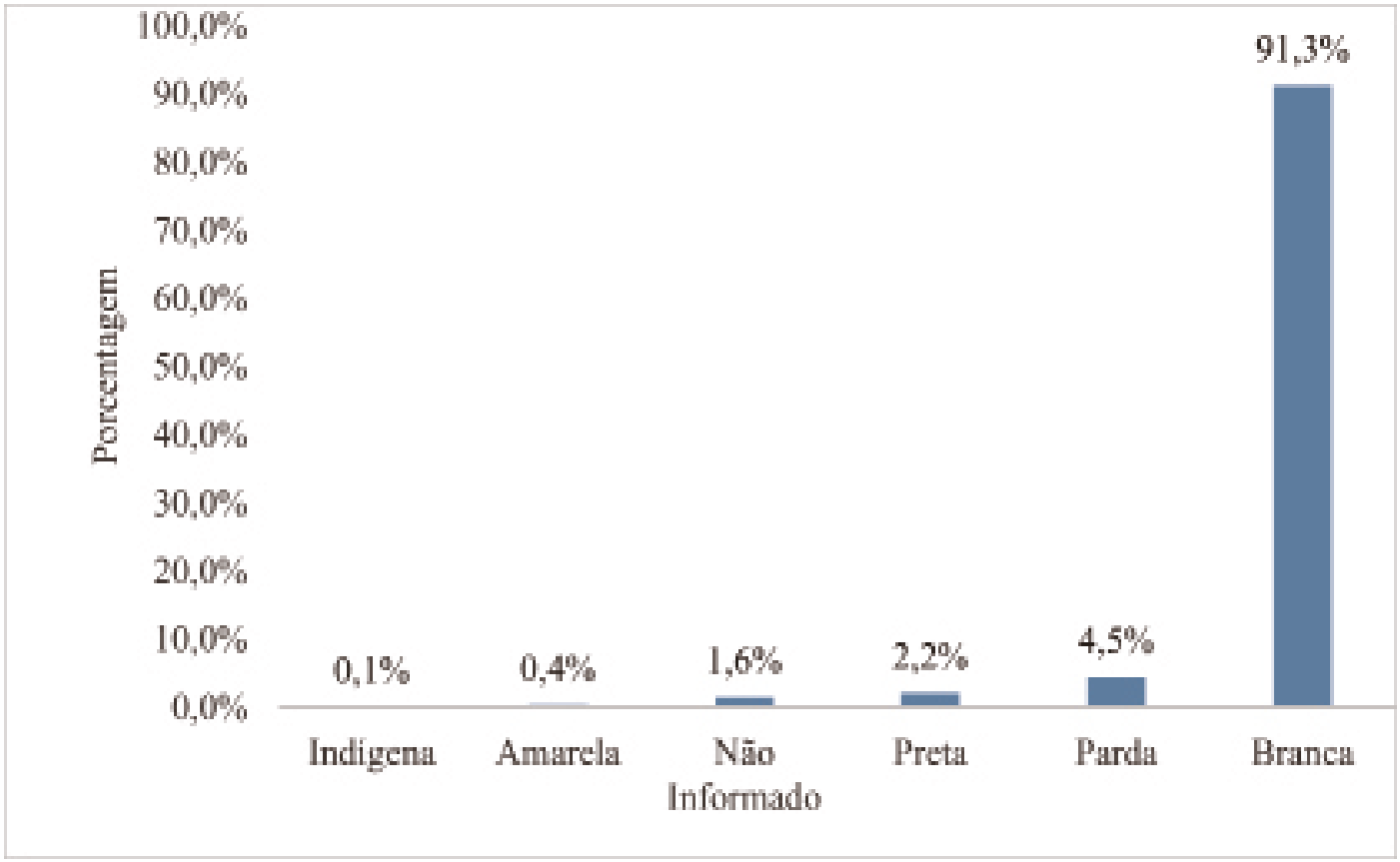
No ano de 2014, foi promulgada a Lei 12.990 (BRASIL, 2014) que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Consideramos que políticas afirmativas como estas, são avanços importantes que trazem resultados positivos, já que conforme Marcondes (2013) a maior parte das trabalhadoras declaradas negras/pardas ainda estão inseridas em espaços laborais domésticos. Porém, a qualidade de tal inserção é ainda um dado discutível, principalmente entre as mulheres negras e o seu lugar na hierarquia profissional dos serviços.

Apenas disto, OLIVEIRA e KUBIAK (2019) aborda em seu estudo o racismo institucional nas instituição de saúde que ocorrem seja

nas condições de trabalho, seja nos piores índices ao que refere-se ao atendimento em saúde, para eles "o combate a essas desigualdades deve ser visto como prioridade; portanto, é necessário que o debate a respeito do racismo institucional seja constante nas instituições de saúde e entre os profissionais" (OLIVEIRA e KUBIAK, 2019, p.946)

Gráfico 2
Quantitativos com relação Raça/Cor das mulheres trabalhadoras da Fundação Municipal de Saúde



Fonte: as autoras, 2020

Sobre a faixa etária, foi possível evidenciar que a maioria das mulheres está entre 31 a 40 anos (30,7%), 30% tem de 41 a 50 anos, 23,1% de 51 a 60 anos, 8,9 de 23 a 30 anos e por fim com 61 anos ou mais 7,1%.

Com relação à faixa etária, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), dentre um total de mais de 39 milhões de mulheres economi-

camente ativas, mais de 19 milhões possuem faixa etária dentre 30 a 49 anos, ou seja a maioria, o que se assemelha as estatísticas sobre a faixa etária das mulheres trabalhadoras de saúde no município de Ponta Grossa, na qual a maioria das trabalhadoras possuem faixa etária entre 31 a 40 anos (30,7%). Também há uma semelhança no fato de que a minoria de trabalhadoras possuem faixa etária de 60 anos ou mais, isso se dá devido a diversos fatores, dentre eles, a aposentadoria, auxílio-médico ou outros tipos de afastamentos e/ou auxílios, devido ao desemprego, ou até o fato de que muitas mulheres nesta faixa etária não possuem escolaridade, e consequentemente não possuem ou possuíram em sua vida um trabalho formal. É importante ressaltar que foram usados dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), pois a produção do Censo Demográfico de 2020 ainda está em processo, dessa forma, são os dados mais recentes com relação à temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo discutir sobre o papel exercido pelas mulheres nos serviços de saúde tendo como base a literatura e os dados da realidade local, com isso, evidenciou que as mulheres representam grande número de força de trabalho na saúde pública do contexto local, todavia os cargos ocupados ainda são os de níveis com menos valorização profissional.

Os dados vão ao encontro com o que é posto na literatura e confirmam questões sobre a condição de trabalho e relações de gênero. De tal modo, levanta-se a seguinte reflexão: Somos em maior número de trabalhadoras, mas somos valorizadas por isso?

O processo de obtenção de dados, traz lacunas que precisam ser consideradas, como por exemplo, a formação atual dessas mulheres que ocupam cargos de nível fundamental e médio, pois os dados são primários e não revela a atual formação das trabalhadoras.

Considera-se que assim como o conceito acerca de gênero está em um processo de constante transformação, a discussão sobre a inserção das mulheres no trabalho não são estanques, e ainda precisam ser debatidas em vários ambientes, inclusive na área da saúde, onde ainda predomina um pensamento de feminização de profissões desta área, e consequentemente um número maior de mulheres trabalhando na mesma.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Estela Maria L. de; MENEZES, Greice Maria de S.; MARINHO, Lilian Fatima B. Women, health, and labor in Brazil: challenges for new action. **Cadernos de saude publica**, v. 11, n. 2, p. 281-290, 1995.

BRASIL. Lei n. 12.990, de 9 de junho de 2014. Dispõe sobre a reserva aos negros 20%(vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. 2014.

COTRIM, Luisa Rabioglio; TEIXEIRA, Marilane Oliveira; PRONI, Marcelo Weishaupt. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. 2020. Campinas: **Unicamp**. IE, jun. 2020. (Texto para Discussão, n. 383)

ELIAS, Marisa Aparecida; NAVARRO, Vera Lúcia. A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: Negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um hospital escola. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, São Paulo, v. 4, n. 14, p. 517-525, ago. 2006.

FEIJÓ, Marianne Ramos et al. Conflito trabalho-família: um estudo sobre a temática no âmbito brasileiro. **Pensando Famílias**, v. 21, n. 1, p. 105-119, 2017.

HERNADES, E. S. C. VIEIRA, L. **A guerra rem rosto de mulher: trabalhadoras da saúde no enfrentamento à Covid-19.** Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Disponível em: http://anesp.org.br/todas-as-noticias/2020/4/16/a-guerra-tem-rosto-de-mulher-trabalhadoras-da-sade-no enfrentamento-covid-19 Acesso em: 01/09/2020

I.B.G.E, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil.** 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf Acesso em: 12/08/2020.

I.B.G.E, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Síntese de Indicadores Sociais-SIS.** 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101716 Acesso em: 12/08/2020.

I.B.G.E, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades.** 2017. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/ponta-grossa/panorama Acesso em: 01/09/2020

I.B.G.E, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas**. Estatísticas de Gênero: População economicamente ativa**. 2010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0&cat=-1,1,2,-2,-3,8,128&ind=4726 Acesso em: 25/08/2020

IBGE, IBGE. Censo demográfico 2010. **IBGE: Insituto Brasileiro de Geografia e**, 2010.

MARCONDES, M. M. *et al.* (ORG). **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil.** Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3039/1/LivroDossi%c3%aa_mulheres_negras-retrato_das_condi%c3%a7%c3%b5es_de_vida_das_mulheres_negras_no_Brasil Acesso em: 01/09/2020

MATOS, Izabella Barison; TOASSI, Ramona Fernanda Ceriotti; OLIVEIRA, Maria Conceição de. Profissões e ocupações de saúde e o processo de feminização: tendências e implicações. **Athenea digital: revista de pensamiento y investigación social. Barcelona.** Vol. 13, n. 2 (jul. 2013), p. 239-244, 2013.

NETO, Américo José Caixeta. **Síndrome de Burnout entre profissionais de enfermagem: um estudo observacional em um hospital da rede SUS.** Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador.

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa; KUBIAK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 939-948, 2019.

PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal. Decreto nº 15.331 de 20/12/2018. **Diário Oficial Municipal.** Disponível em: http://leismunicipa.is/fdtgw Acesso em: 01/09/2020

PONTA GROSSA, Secretária Municipal de Saúde. **Plano Municipal de Saúde.** Disponível em: http://www.pontagrossa.pr.gov.br/files/sms/ps-2018-2021.pdf Acesso em: 01/09/2020

ROCHA, Alisson Magno. **Invizibilida: A prática de violência simbólica ao gênero feminino na Universidade Estadual de Ponta Grossa.** TCC (Graduação) - Curso de Bacharelado em Serviço Social, Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. 2018. 84 f. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.

SANTOS, Silvana Mara de Morais dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Revista katálysis**, v. 13, n. 1, p. 11-19, 2010.

SILVA, Maria de Lourdes. **Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente**. 2013. 241. F. Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. Mulher e trabalho: a história de vida de mães trabalhadoras de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 5, p. 593-600, 2003.

STELLMANN, R. **A masculinidade na clínica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) 2007. 250 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. trabalho da mulher. Saúde Soc. São Paulo, v.22, n.2, p.403-414, 2013.

VIEIRA, Adriane; AMARAL, Graziele Alves. A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher. **Saúde e Sociedade**, v. 22, p. 403-414, 2013.

WERMELINGER, Mônica; MACHADO, Maria Helena; TAVARES, Maria de Fátima Lobato; OLIVEIRA, Eliane dos Santos de; MOISÉS, Neuza Maria Nogueira. A Força de Trabalho do Setor de Saúde no Brasil: Focalizando a Feminização. **Revista Divulgação em Saúde para Debate**, nº 45, Rio de Janeiro, p. 54-70, 2010.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Introdução: sobre o que nós, mulheres, fazemos. 2013. IN: YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras – Análise da Feminização das Profissões e Ocupações**, Brasília: Editorial Abaré, 2013.

CAPÍTULO 4

IGUALDADE DE GÊNERO: UMA BUSCA NO MERCADO DE TRABALHO

Larissa Aparecida Wachholz (Unicesumar)

Eliane Pinheiro (UEM)

INTRODUÇÃO

A inserção da força feminina no trabalho produtivo iniciou-se no século XIX com a Revolução Industrial. Todavia, esse processo não ocorreu de forma inclusiva, levando em conta que as mulheres passaram a ocupar funções menos qualificadas e ter super-representação nos setores informais. Ao invés de garantir a emancipação das mulheres, a participação nas forças produtivas impôs mais barreiras, naturalizando as diferenças de gênero e normalizando a inferiorização das mulheres com relação aos homens (BEAUVOIR, 1970; NASCIMENTO, 2014; ANASTASIOU; FILIPPIDIS; STERGIOU, 2015).

Apesar do aumento das mulheres no mercado de trabalho e no nível de escolaridade, estas ainda enfrentam diferenças salariais, bem como uma participação significativamente menor nos cargos de

gerência e nas tomadas de decisão (ANASTASIOU; FILIPPIDIS; STERGIOU, 2015).

No caso das indústrias têxtil e do vestuário, observa-se que as mulheres ocupam a maior parte das funções, muitas das quais buscam trabalho no setor por conta de conflitos familiares. Assim, enxergam o trabalho neste segmento como uma oportunidade de emancipação, mesmo recebendo salários baixos, realizando tarefas em níveis hierárquicos menores que os homens e sem expectativas de crescimento (ANNAPOORANI, 2017).

Diante deste cenário, é imprescindível o desenvolvimento de iniciativas que busquem melhorar as condições de trabalho para as mulheres e eliminar as expressões de discriminação de gênero. Para tal, a Organização das Nações Unidas, ao propor a Agenda 2030, elencou como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o alcance da igualdade de gênero e o empoderamento de meninas e mulheres (UNITED NATIONS, 2015; NÚÑEZ; BANDEIRA; SANTERO-SÁNCHEZ, 2020).

Com o intuito de atingir as metas propostas neste ODS, é relevante analisar as desigualdades enfrentadas pelas mulheres, no caso deste estudo, nas indústrias têxtil e do vestuário, a fim de que ações sejam desenvolvidas por órgãos governamentais e não-governamentais (INSTITUTO ETHOS, 2004; ANASTASIOU; FILIPPIDIS; STERGIOU, 2015).

Diante do apresentado, destaca-se que é fundamental conhecer as possibilidades para a equidade entre os gêneros e que para tanto, devem haver esforços entre a comunidade acadêmica, órgãos governamentais, não-governamentais, e principalmente, meios de levar as

possibilidades para toda a sociedade de modo a promover soluções viáveis para alcançar a justiça social e igualdade de gênero no ambiente de trabalho. Neste sentido, o presente estudo busca identificar possibilidades para alcançar a igualdade de gênero, visando a promoção de mudanças no setor industrial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Inserção das mulheres no mercado de trabalho

A adoção da força de trabalho feminina em vários ramos industriais, entre o fim do século XVIII e início do século XIX, ocorreu porque era conveniente contratar as mulheres com o pagamento de salários inferiores, considerando que se mostravam menos reivindicativas e que o valor era apenas um complemento ao rendimento familiar. Assim, as mulheres começaram a ser submetidas a jornadas longas de trabalho e em condições péssimas, principalmente no serviço doméstico e nos ramos agrícola e têxtil (GUIRALDELLI, 2012).

Acompanhando essa inserção, revelou-se também a utilização da mão-de-obra feminina nos guetos ocupacionais, a exploração das mulheres no trabalho doméstico, a dupla jornada de trabalho e as divisões e desigualdades entre os gêneros feminino e masculino (ARAÚJO, 2002). Outro ponto relevante é que o início da atuação das mulheres fora das tarefas domiciliares apontou uma concepção de subordinação do trabalho feminino aos homens (RAGO, 1997).

Verifica-se assim, a divisão de gênero no trabalho, que determina os papéis a serem ocupados por homens e mulheres nas forças produtivas e que tem se mostrado constante durante a história (CAR-

LOTO, 2002; NASCIMENTO, 2014). A distribuição de tarefas e funções de acordo com o sexo biológico demonstra a opressão sofrida pelas mulheres e os sinais de hierarquia, que consideram as atividades masculinas como superiores (CARLOTO, 2002).

Destaca-se ainda, que além de as mulheres ocuparem postos de trabalho precários, não deixaram de realizar suas funções de cuidado do lar e dos filhos, o que reforça ainda mais a divisão de gênero no trabalho. O arquétipo patriarcal continua atribuindo os deveres do trabalho não-produtivo às mulheres, considerando que a participação dos homens na esfera doméstica não acompanhou o aumento das mulheres no mercado de trabalho (GUIRALDELLI, 2012; RINCÓN; MARTÍNEZ, 2020).

Deste modo, a carga de trabalho feminina duplicou e levou-as a trabalharem em dois turnos, o que demonstra uma divisão desigual das responsabilidades domésticas, influenciando para a limitação das oportunidades para as mulheres (SANTIAGO, 2007; RINCÓN; MARTÍNEZ, 2020).

Constata-se assim, que a participação feminina em trabalhos fora do lar ocorreu de maneira não inclusiva, influenciando até hoje a dificuldade da emancipação das mulheres no mercado de trabalho (NEVES, 2006; NASCIMENTO, 2014). O trabalho, que seria sinônimo de libertação destas, é na realidade, uma atividade contraditória, pois pode produzir efeitos perversos de dominação masculina e discriminação, aprisionando-as duplamente (BEAUVOIR, 1970; GONÇALVES, 2003; HOOKS, 2020).

De fato, existem mulheres que recebem salários justos e são autossuficientes economicamente (HIRATA, 2002; CORCETTI;

SOUZA; LORETO, 2018; HOOKS, 2020). Contudo, uma mínima parcela das mulheres está na categoria de "profissões executivas e intelectuais superiores", como cita Hirata (2002), é essencial dar atenção ao trabalho que não liberta as mulheres pobres da classe trabalhadora. Neste contexto, Hooks (2020) propõe que funções mais valorizadas e com melhor remuneração sejam o caminho inicial para emancipar e garantir liberdade às trabalhadoras.

Trabalho feminino no setor industrial

Neste tópico será enfatizado a presença das mulheres nas indústrias de fiação, tecelagem, confecção de calçados e vestuário existe desde a absorção inicial da força de trabalho feminina pelas indústrias. Acredita-se que esse cenário exemplifica os demais setores industriais com a participação da mulher. O setor é realçado, pois é nítido o cenário de divisão sexual de papéis nas forças produtivas, visto que há a predominância do trabalho feminino desde a modelagem até a costura dos produtos (GUIRALDELLI, 2012).

Grande parte dessas mulheres buscaram trabalho nas indústrias têxteis e do vestuário por não possuírem treinamento para exercerem funções em outras áreas. Esse fato contribuiu para que as empresas enxergassem como uma oportunidade de aproveitar a situação e oferecer salários muito mais baixos que os dos homens em cargos comparativos (ANNAPOORANI, 2017).

Além dos salários injustos, observa-se que as trabalhadoras, em sua maioria, são colocadas em funções com menor especialização que os homens e sem chances de crescimento. Em alguns casos são forçadas a trabalhar a noite e ficar mais tempo no trabalho para cum-

prir metas, sem receber adicional no pagamento (ANNAPOORANI, 2017; XIAO et al., 2017).

Muitas ainda convivem com comportamentos inadequados e assédio por parte dos gerentes e administradores. Contudo, pela necessidade da permanência no emprego, não apresentam queixas e se veem obrigadas a permanecer em silêncio, mesmo vivendo situações de brutalidade verbal e sexual (ANNAPOORANI, 2017).

Outro ponto relevante, é que a indústria de vestuário é marcada pela subcontratação do trabalho. Essa modalidade de terceirização é empregada até hoje com para que as empresas não precisem investir em maquinários e contratação de novos trabalhadores (ARAÚJO, AMORIM, 2002; BERTOLIN; FREITAS, 2017).

As mulheres ocupam o topo deste trabalho terceirizado, e no caso das oficinas de costura, representam cerca de 95% dos trabalhadores. Para as costureiras domésticas e autônomas o cenário é grave, visto que os vínculos com os contratantes são precários e estão sujeitas à pagamentos muito baixos por peça e à instabilidade (ARAÚJO; AMORIM, 2002).

Por trás da terceirização existe o aumento da precarização do trabalho, que atinge principalmente as mulheres, colocando-as em risco com salários ainda mais baixos, aumento da intensidade de tarefas, insegurança e perda de direitos trabalhistas. A terceirização se tornou um instrumento que potencializa a exclusão de gênero (ARAÚJO; AMORIM, 2002; ASSUNÇÃO, 2011; BERTOLIN; FREITAS, 2017).

Diante do exposto, verifica-se a necessidade do desenvolvimento de iniciativas nas esferas pública e privada que garantam o bem-estar das trabalhadoras e que promovam o empoderamento

das mulheres, a igualdade de condições, salários e oportunidades entre os gêneros no setor industrial.

Objetivos de desenvolvimento sustentável

A igualdade de gênero se tornou pauta nas ações mundiais para o alcance do desenvolvimento sustentável. Como pode ser observado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, os quais buscam obter avanços nas metas descritas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). O relatório final dos ODM não reconhecia a persistência das desigualdades de gênero. Por esse motivo, a questão ganhou mais ênfase nos ODS (UNITED NATIONS, 2011; XIAO et al., 2017).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propõem uma visão ambiciosa e transformadora que visa proteger o planeta e libertar os indivíduos da pobreza e da privação. Esses fomentam o progresso da humanidade, considerando que apresentam ações para um mundo mais justo, com igualdade de oportunidades, respeito aos direitos humanos, tolerância, equidade, inclusão social e que busque atender as necessidades de todas as pessoas (UNITED NATIONS, 2015; XIAO et al., 2017).

Os ODS foram construídos de maneira integrada e indivisível, com a proposta de abranger de modo equilibrado os três pilares do desenvolvimento sustentável a fim de inspirar iniciativas tanto dos cidadãos, quanto à formulação de políticas e realização de negócios nacionais e internacionais (UNITED NATIONS, 2015; XIAO et al., 2017).

Entretanto, verifica-se que os aspectos sociais se encontram ainda marginalizados nas discussões e práticas sustentáveis, se comparados com a atenção dada às dimensões ambientais e econômicas (LOURENÇO; CARVALHO, 2013). Diante do exposto, o estudo enfatiza o pilar social, que está relacionado com a busca pelo bem-estar de todos os sujeitos e a garantia da qualidade de vida (MUNCK; SOUZA, 2009).

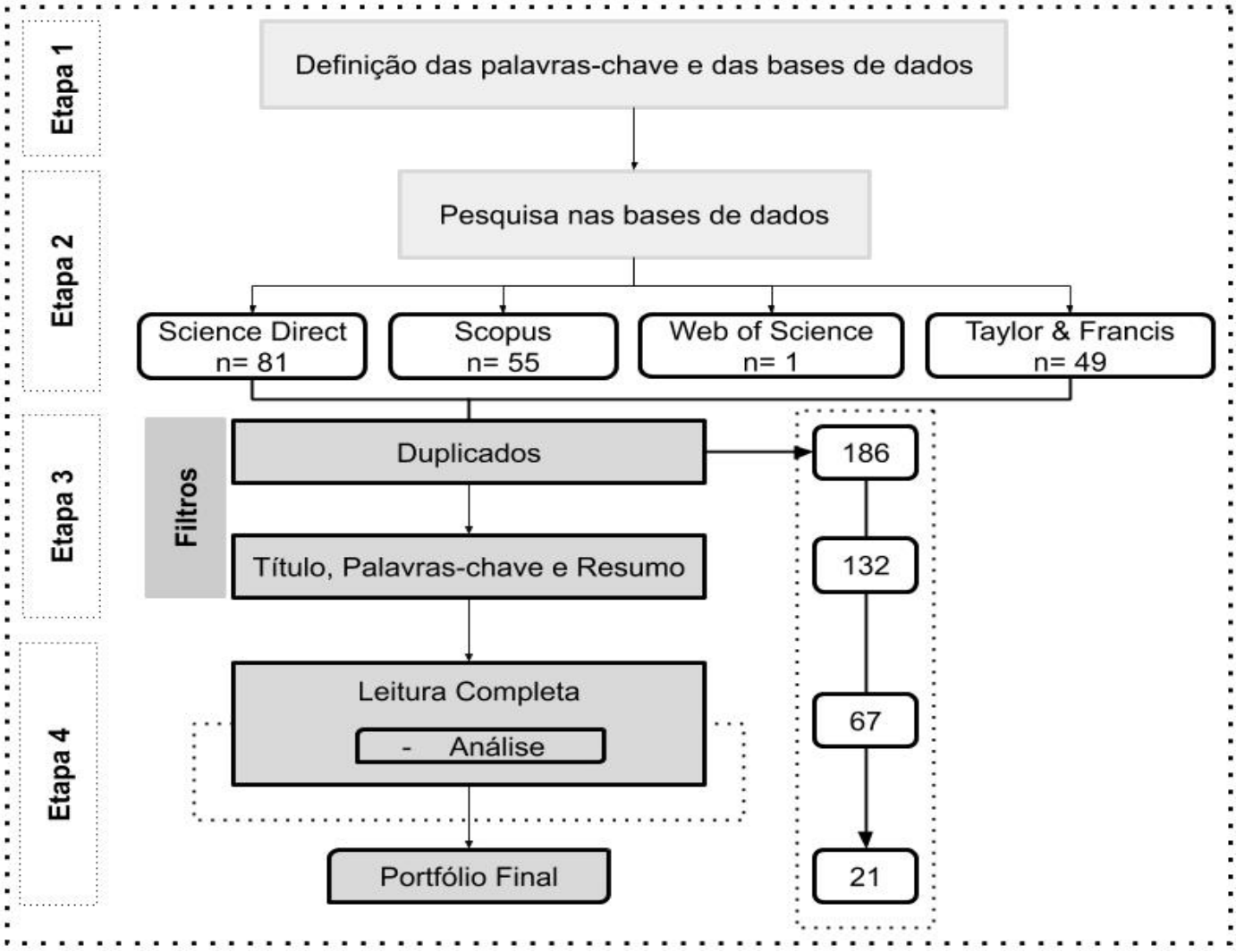
Com relação à equidade social, destacam-se as desigualdades de gênero que persistem como uma lacuna significativa na sociedade. Por esse motivo, no presente estudo, evidencia-se o ODS 5, o qual busca "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas". Para isso, o objetivo apresenta metas que assegurem às mulheres e meninas a eliminação de todos os entraves legais, sociais e econômicos a fim de fomentar o seu empoderamento (UNITED NATIONS, 2015; XIAO et al., 2017).

Como metas, há a garantia da participação plena das mulheres e a igualdade de oportunidades para a tomada de decisões e o fim de todo tipo de discriminação de gênero e eliminação da violência contra mulheres e meninas (UNITED NATIONS, 2015). Para atingir esse objetivo, é fundamental ressaltar também a promoção da justiça salarial e realização profissional das mulheres. Por conseguinte, se faz necessário avaliar as condições das mulheres no mercado de trabalho e desenvolver estratégias para a promoção da igualdade de gênero nestes ambientes (INSTITUTO ETHOS, 2004).

METODOLOGIA

Esta seção apresenta os métodos usados para conduzir o estudo, incluindo a sequência do fluxo de trabalho e as atividades em cada etapa. A Figura 1 ilustra as etapas do processo para o presente estudo. É fornecida uma descrição detalhada dos procedimentos utilizados na busca bibliográfica, seleção e filtragem dos artigos recuperados, bem como os aspectos considerados durante a análise completa dos artigos que compõem o portfólio de artigos final. As etapas permitiram problematizar os fundamentos teóricos predominantes e identificar possibilidades para contribuições.

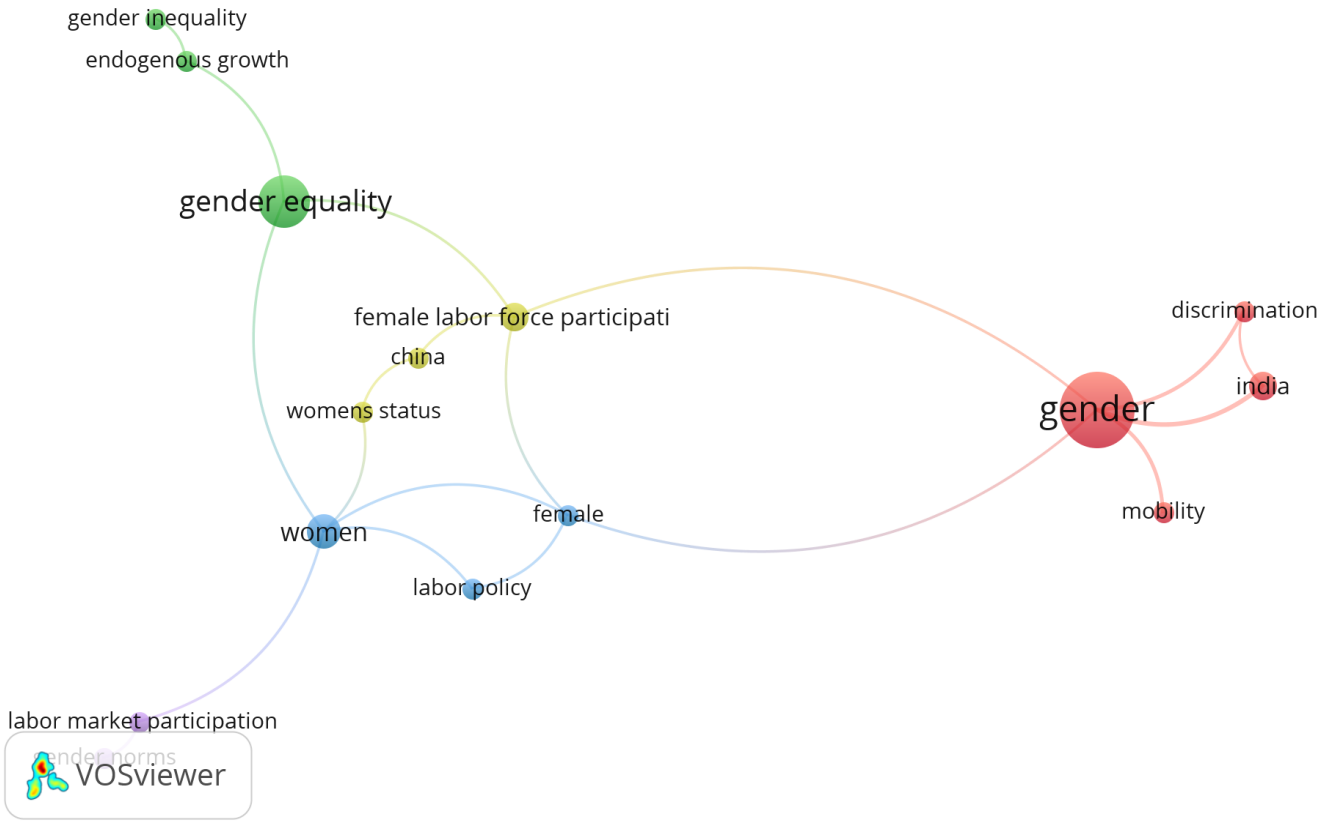
Figura 1. Seleção e análise do portfólio bibliográfico



Fonte: Autoras (2020)

O processo começou definindo as palavras-chave e combinando-as (Etapa 1) para conduzir a coleta de dados (Etapa 2). As palavras-chave foram definidas por meio de uma investigação preliminar por meio de testes com as palavras-chave: "*gender equality*"; "*woman labour*" e "*fashion industry*" nas bases de dados. Os documentos encontrados foram selecionados e com auxílio da ferramenta VOSviewer (VAN ECK; WALTMAN, 2014); verificou-se a ocorrência de palavras-chave de acordo com o portfólio bibliográfico. Com base na coocorrência de palavras-chave com a contagem total de palavras, foi criado o mapa apresentado na Figura 2, que destaca gênero, igualdade de gênero e mulher. Ainda se apresentam as palavras discriminação, desigualdade de gênero e temas convergentes para estabelecer o conjunto final de palavras-chave e suas combinações que foram definidas e utilizadas na busca.

Figura 2. Visualização das palavras-chave



Fonte: Vosviewer – Autoras (2020)

Na Etapa 2 (Pesquisas em Bancos de Dados), os dados foram coletados nas bases de dados: Science Direct, Scopus, Web of Science e Taylor & Francis. A motivação para a seleção das bases de dados inclui a presença de artigos científicos muito citados de periódicos e publicações de destaque na área de pesquisa permitindo maior disponibilidade de acesso aos materiais publicados. A busca dos artigos foi realizada em Julho de 2020. Delimitou-se o período de busca para os últimos cinco anos. O portfólio bruto é composto por 186 artigos. A partir deste, uma série de filtros foi aplicada para encontrar apenas os estudos alinhados com o tema a serem analisados na íntegra.

Após a identificação dos dados bibliométricos, iniciou-se a seleção dos estudos para compor o portfólio final que foi realizado com base nos seguintes filtros (Etapa 3):

- Duplicados: todos os duplicados e documentos que não eram pesquisas revisadas por pares e artigos de periódicos foram excluídos. Esses documentos foram gerenciados usando a ferramenta de gerenciamento Zotero Reference. Do portfólio bruto de 186 artigos permaneceram 132;

- Título, palavras-chave e resumo: foram lidos todos os títulos, palavras-chave e resumos e excluídos os artigos que não apresentavam alinhamento para este estudo por não estarem relacionados aos temas abordados. Portanto, restaram 67 artigos que foram analisados na íntegra.

- Leitura na íntegra: Os 67 artigos restantes foram lidos na íntegra para verificar aspectos que mostram a desigualdade de gênero na indústria da moda, a precarização do trabalho feminino e a ocupação masculina dos cargos de diretoria; bem como identificar as difi-

culdades encontradas para a realização das pesquisas científicas nas indústrias, principalmente, por conta do ambiente ainda machista. Artigos considerados inadequados ou não relacionados aos temas deste estudo foram descartados, restando somente 21 artigos para o portfólio final. Os motivos para o descarte de artigos nesta fase foram: não ter uma relação forte com os temas do presente estudo, não ser claro ou ter abordagens superficiais e/ou não trazer contribuições significativas para o corpo da literatura investigada. A Etapa 4 foi realizada com a leitura na íntegra dos artigos e a constituição do portfólio bibliográfico que mostra as possibilidades para alcançar a igualdade de gênero no setor industrial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desigualdades de gênero no mercado de trabalho

No campo das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, diversos autores debatem sobre os principais pontos enfrentados pelas mulheres, bem como as causas principais das disparidades, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1. Principais disparidades de gênero no mercado de trabalho

Disparidade de gênero no mercado de trabalho	Autores
Diferença entre os salários médios de mulheres e homens trabalhando em tempo integral	Foley, Williamson, Mosseri, (2020)
Discriminação sexual	Foley, Williamson, Mosseri (2020)
Ausência de políticas públicas para a igualdade de remuneração	Foley, Williamson, Mosseri (2020)
Ausência de políticas no mercado de trabalho que veem como empecilho o trabalho-família desempenhado pelas mulheres	Khare; Kappor (2016) Mínguez; Crespi (2017) Busby (2018)
Ação política que resulta em fraco desenvolvimento do mercado e em menos benefícios para as mulheres	Mínguez; Crespi (2017)

Políticas e práticas organizacionais que desafiam a inflexibilidade das horas de trabalho, a organização dos planos de carreira com base no tempo e a ausência de um clima de apoio para aquelas que administram com sucesso a casa e o trabalho	Mínguez; Crespi (2017) Ryskaliyev et al. (2018)
Necessidade de mudanças culturais e socioeconômicas	Mínguez; Crespi (2017) Rao; Cagna (2018)
Prática política	Rao; Cagna (2018)
Ausência de adaptação da estrutura e dinâmica familiar às necessidades de trabalho	Rincón; Martínez (2020)
Presença de padrões tradicionais de segregação ocupacional de gênero	Wright (2019)

Fonte: Autoras (2020).

Com relação ao trabalho produtivo, evidencia-se um estudo relacionado ao Cazaquistão, o qual demonstra que a discriminação na força de trabalho é um fator relevante para a realidade das relações econômicas do país. A forma de discriminação mais difundida é a discriminação de gênero, pois as mulheres de qualquer idade, com ou sem filhos, têm muito menos chances de receber uma oferta de emprego se seu concorrente for um homem. Além disso, a chamada "segregação profissional" se mostra presente na sociedade e demonstra uma divisão acentuada das indústrias em "masculino" e "feminino" (RYSKALIYEV et al., 2018).

Rincon e Martínez (2020) trazem outras reflexões acerca das desigualdades de gênero. Apesar do aumento de mulheres no mercado de trabalho, a participação dos homens na esfera doméstica e familiar não cresceu significativamente. Neste sentido, as mulheres foram obrigadas a realizar atividades no lar após a jornada de trabalho, sem folga ou períodos de lazer. Isso caracteriza a dupla jornada de trabalho, que não é fruto da inserção da força de trabalho feminina, mas sim, da desigualdade na distribuição das responsabilidades entre homens e mulheres nas obrigações domésticas.

Ademais, revela-se que mesmo com esforços de empregadores ou de autoridades para diminuir a discriminação de gênero com o aumento do número de mulheres em funções não tradicionais ou propondo iniciativas de igualdade salarial, ainda existem diversos obstáculos para alcançar a igualdade de gênero. Isso porque persistem na sociedade estereótipos de gênero e concepções equivocadas sobre a masculinidade. Outro aspecto relevante, é que essas práticas não têm sido suficientes para acabar com o assédio sexual e a violência, aumentar a flexibilidade de horas, ou ainda, não fomentam o envolvimento dos homens na esfera doméstica (WRIGHT, 2019; RÍNCON; MARTÍNEZ, 2020).

Neste sentido, constata-se que somente alcançando a igualdade real e factual de gênero, difundindo a consciência sobre o papel e os direitos das mulheres na sociedade e assinando convenções internacionais será possível resolver este problema (RYSKALIYEV et al., 2018).

Promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho

Com o intuito de reduzir a desigualdade de gênero, Mejia-Dorantes (2019) cita a importância da realização de campanhas e outras medidas para a promoção da igualdade, as quais melhoram o ambiente de trabalho na empresa. É imprescindível que as pessoas no círculo de trabalho tenham facilidade e confiança com perguntas ou ideias para promover um ambiente de trabalho mais saudável, que ofereça bem-estar.

Além disso, o incentivo para a contratação de mais mulheres deve ser uma prática presente na indústria. Mejia-Dorantes (2019) afirma que candidatas a empregos do sexo feminino, com a mesma qualifica-

ção dos candidatos masculinos, são preferencialmente contratadas se as mulheres forem sub-representadas em um determinado departamento. Sendo assim, quanto mais mulheres ocuparem cargos em diversos setores, maiores serão as chances de outras serem contratadas.

Outro ponto relevante é a necessidade de se atentar às questões do equilíbrio entre a vida familiar e profissional de mulheres da classe trabalhadora. Khare e Kappor (2016) afirmam que os estudos desta temática têm se limitado a classe média e aos empresários. Neste sentido, abordam que é essencial a inserção nas empresas de práticas que auxiliem as trabalhadoras a equilibrarem o trabalho produtivo com o reprodutivo.

Sendlhofer e Lernborg (2018) sugerem também o treinamento dos colaboradores nas empresas a fim de apresentar seus direitos trabalhistas e abordar a não discriminação e a igualdade de gênero. Ao envolver os trabalhadores nesses debates, se torna mais ampla a avaliação da real situação e das necessidades específicas.

As organizações humanitárias enfatizam ainda fortemente, a importância das intervenções educacionais. A educação para a igualdade de gênero é descrita como a chave para o progresso e essa educação voltada para os homens é especialmente importante, porque em muitos casos eles permanecem como os indivíduos que tomam as decisões (OLIVIUS, 2016). Isso se torna ainda mais significativo ao verificar os dados do estudo de Chen e Ge (2018), os quais demonstram que os homens analisados na pesquisa criados por mães que trabalham somente no ambiente doméstico têm mais chances de defenderem os papéis tradicionais de gênero. Ou seja, aceitam menos a ideia de a esposa trabalhar fora de casa, e ainda, são menos

dispostos a realizarem tarefas domésticas. Sendo assim, aponta-se a real necessidade da educação para a igualdade de gênero.

Apesar de alguns progressos, os avanços na igualdade de gênero se espalham de maneira desigual pelo mundo e, portanto, as disparidades de gênero na participação da força de trabalho variam muito. Por isso, ressalta-se também a criação de um mercado de trabalho forte e funcional, que está no cerne do bem-estar individual e social. O ponto central desse processo é garantir oportunidades iguais de participação no mercado de trabalho e obter um salário justo (NEUMAN, 2018).

Políticas públicas que promovem a igualdade de gênero

A persistência das disparidades salariais está fortemente relacionada com as políticas de igualdade de gênero existentes, centradas na segregação ocupacional horizontal de gênero (FORTIN, 2019). Rao e Cagna (2018) explicam que os domínios dos direitos das mulheres permanecem à margem das agendas políticas e que estas precisam ser incluídas nas demandas de políticas que envolvam entidades estatais e a formação e gestão de alianças.

As políticas públicas para redução da disparidade de gênero são um longo caminho a ser percorrido a nível internacional por países desenvolvidos e, principalmente, por aqueles em desenvolvimento. Nesse sentido, ressalta-se que em diversos países como França, Canadá e Islândia, o número de mulheres no Parlamento e como Ministras aumentou (RYSKALIYEV et al., 2018). Isso porque a presença de mulheres na política é fundamental para os processos de reivindicações dos seus direitos (RAO; CAGNA, 2018).

Conforme aponta Hasunuma (2019), se as mulheres em suas diversas atividades fossem mais representadas em cargos políticos, existiria uma garantia maior do desenvolvimento de políticas públicas que visam o equilíbrio do trabalho-família e a acessibilidade de creches. Ao incluir as mulheres nesses cargos, é possível ouvir suas opiniões e abordar as perspectivas de gênero, considerando suas necessidades (WRIGHT, 2019).

Ademais, observa-se que para projetar políticas eficazes para a igualdade de gênero e empoderamento feminino, é imprescindível reconhecer as normas culturais de cada local e suas aplicações na realidade das diversas mulheres da sociedade (ALIDOU; VERPOORTEN, 2019).

Embora a discriminação e o preconceito embutido contra as mulheres empregadas tenham diminuído, na lei e na prática, muitos fatores e atitudes econômicas, sociais e culturais ainda colocam as mulheres em desvantagem no mundo do trabalho e restringem sua contribuição desnecessariamente e, em muitos casos, de forma injusta (RYSKALIYEV et al., 2018). Por esse motivo, é essencial a avaliação dos obstáculos encontrados pelas mulheres no ambiente de trabalho. Esse é um fator importante, visto que em um período de médio a longo prazo pode impactar significativamente para reduzir a discriminação de gênero (FORTIN, 2019).

Essas questões da igualdade de gênero desempenharam um papel fundamental na promoção da participação das mulheres no mercado de trabalho em condições de igualdade, passando também a ter uma influência importante e contínua no processo de formulação de políticas no mundo. Bem como, é relevante a existência de ações que

tratem a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de medidas positivas abrangentes, como por exemplo: formação, horários flexíveis e ciclo de vida profissional, partilha de responsabilidades familiares, cuidados infantis, entre outros, de modo a cobrir uma vasta gama de aspectos que afetam negativamente as mulheres no mercado de trabalho (MÍNGUEZ; CRESPI, 2017).

Mínguez e Crespi (2017) também explicam que as políticas de gênero e a função trabalho-família na Europa são essenciais na definição de um novo contexto em que a corresponsabilidade e igualdade família-trabalho tornam-se uma realidade assumida por todos.

No que tange às questões familiares, ressalta-se a importância de políticas que promovam as mudanças culturais e socioeconômicas, levando em conta que apenas algumas décadas atrás não se encontrava muitas famílias com dois salários. Era difícil ainda vislumbrar melhorias na educação das mulheres e mudanças na licença parental. As mudanças familiares acarretaram alterações nas políticas sociais, como o aumento dos serviços de creche, por exemplo, e essas ações se concentram em observar a diferença de gênero no trabalho e no emprego (MÍNGUEZ; CRESPI, 2017).

Mínguez e Crespi (2017) acrescentam que nesse contexto da necessidade de mudanças familiares, a União Europeia (UE) foi uma das primeiras grandes instituições a buscar a promoção da igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Ao propor um pacote de equilíbrio entre a vida familiar e profissional, a UE incluiu iniciativas de licença maternidade para proteger as mulheres da discriminação, de orientação política aprimorada e compartilhamento de ideias e de monitoramento do desempenho dos Estados-membros. Além disso,

fomentou propostas de promoção do emprego feminino, redução das disparidades salariais, investimentos financeiros de apoio à formação de profissionais, bem como acolhimento de crianças (BUSBY, 2018).

As propostas de acolhimento das crianças, com o investimento em creches, por exemplo, são essenciais para a promoção da igualdade de gênero, considerando que a presença de filhos é um dos principais aspectos que influenciam para a interrupção das mulheres no mercado de trabalho. Assim, a disponibilidade de serviços de creche pode ser fundamental para a participação feminina na força de trabalho, visto que substituem os cuidados ainda vistos majoritariamente como maternos (YOON, 2015).

Deste modo, vale enfatizar que as políticas que visam promover o equilíbrio entre a vida familiar e a profissional precisam de uma avaliação do contexto cultural e social de cada localidade. Neste sentido, todos os atores envolvidos, como empregadores, trabalhadores, governos e comunidade, devem promover diálogos a fim de acabar com a lacuna entre as realidades familiares e o trabalho, permitindo assim, que as mulheres consigam se manter no mercado de trabalho de maneira justa, mesmo com as obrigações da vida particular (MÍNGUEZ; CRESPI, 2017).

Ríncon e Martínez (2020) também apontam a elaboração de políticas que encorajem os homens, especialmente, a compartilharem as atividades domésticas, quebrando o paradigma da divisão sexual. O absentismo masculino nas obrigações familiares deve ser uma questão a ser combatida pelo Estado, com o intuito de promover o bem-estar a todos os indivíduos. Uma iniciativa importan-

te seria a garantia da igualdade de direitos reprodutivos tanto para as mulheres, quanto para os homens.

Por que promover a igualdade de gênero?

A promoção para a igualdade de gênero no mercado de trabalho tem sido reconhecida para o desenvolvimento sustentável e vista como algo legítimo pela maioria dos órgãos governamentais internacionais. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especificamente os ODS 5, 8 e 10 incluem diretamente metas relacionadas à igualdade de gênero no trabalho. A igualdade de gênero é considerada como tendo um forte efeito transversal positivo em todos os outros ODS. A conquista do pleno desenvolvimento humano potencial e sustentável não será possível se metade da humanidade continuar a ter seus plenos direitos humanos e oportunidades negados (NÚÑEZ; BANDEIRA; SANTERO-SÁNCHEZ, 2020).

Neste contexto, Jensen e Møberg (2017) argumentam que o investimento social para o aumento das taxas de emprego feminino não beneficia somente as mulheres, mas também a sociedade como um todo. A explicação encontra-se no fato que a inserção efetiva e digna de mulheres no trabalho produtivo pode ser um meio de fomentar a igualdade de gênero, a independência financeira das mulheres, crescimento econômico e exercício da cidadania feminina.

O incentivo à igualdade de gênero pode aumentar a dotação de capital humano, incluindo as gerações futuras, estimula o crescimento econômico por meio do impacto sobre o tamanho da força de trabalho e sobre a produtividade (YOON, 2015; NÚÑEZ; BANDEIRA; SANTERO-SÁNCHEZ, 2020).

Por fim, destaca-se que a melhoria das oportunidades de trabalho para as mulheres é um potencial instrumento de prevenção contra abusos. Ou seja, a participação da força de trabalho feminina pode aumentar seu poder de barganha e influenciar para a igualdade de gênero na vida familiar. Observa-se ainda que o empoderamento financeiro das mulheres de camadas socioeconômicas mais baixas influencia para diminuição dos riscos de vitimização e violência (ALONSO-BORREGO; CARRASCO, 2017).

Levando em conta o exposto, constata-se que o desenvolvimento de ações que visam a igualdade de gênero e o empoderamento feminino oferecem benefícios tanto para as mulheres, quanto para a sociedade como um todo, sejam elas iniciativas do setor privado ou políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que o caminho a ser percorrido para alcançar a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade ainda é longo, principalmente, com relação ao mercado de trabalho.

Contudo, observa-se a existência de propostas nas esferas públicas e privadas a fim de promover essa igualdade. Neste sentido, é possível verificar que a responsabilidade de desenvolver ações a fim de reduzir a desigualdade e a discriminação contra as mulheres deve ser um esforço conjunto dos órgãos governamentais, das empresas e da sociedade como um todo.

Considerando que são notáveis os estudos acerca do tema, sugere-se o incentivo às pesquisas que busquem a efetivação destas propostas em todos os âmbitos. Cabe também, às mulheres da ciência,

a realização de estudos voltados à emancipação das mulheres que ainda não têm o trabalho como sinônimo de libertação.

REFERÊNCIAS

ALIDOU, S.; VERPOORTEN, M. Only women can whisper to gods: Voodoo, menopause and women's autonomy. **World Development**, v. 119, p. 40-54, 2019.

ALONSO-BORREGO, C.; CARRASCO, R. Employment and the risk of domestic violence: does the breadwinner's gender matter?. **Applied Economics**, v. 49, n. 50, p. 5074-5091, 2017.

ANASTASIOU, S.; FILIPPIDIS, K.; STERGIOU, K. Economic recession, austerity and gender inequality at work. Evidence from Greece and other Balkan countries. **Procedia Economics and Finance**, v. 24, p. 41-49, 2015.

ANNAPOORANI, S. Grace. Social sustainability in textile industry. In: **Sustainability in the Textile Industry**. Springer, Singapore, 2017. p. 57-78.

ARAÚJO, A. M. C.; AMORIM, E. R. A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 267-310, 2002.

ARAÚJO, A. M. C. Apresentação Dossiê Gênero no Trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 131-138, 2002.

ASSUNÇÃO, D. (Org.). **A precarização tem rosto de mulher**: luta das trabalhadoras e trabalhadores terceirizados da USP. São Paulo: Edições Iskra, 2011, 132 p.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução por Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1970.

BERTOLIN, P. T. M.; FREITAS, M. O trabalho feminino na era globalizada: ritmo intensificado e precarização. In: BERTOLIN, P. T. M.; ANDRADE, D. A. de; MACHADO, M. S. (Org.). **Mulher, sociedade e vulnerabilidade**. Editora Deviant, 2017.

BUSBY, N. The evolution of gender equality and related employment policies: The case of work–family reconciliation. **International Journal of Discrimination and the Law**, v. 18, n. 2-3, p. 104-123, 2018.

CARLOTO, C. M. Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino. **Serviço Social em Revista**, v. 4, n. 2, 2002.

CHEN, X.; GE, S.. Social norms and female labor force participation in urban China. **Journal of Comparative Economics**, v. 46, n. 4, p. 966-987, 2018.

CORCETTI, E.; SOUZA, S. P.; LORETO, M. das D. S. de. O "Programa Mulheres Mil" no Espírito Santo: uma política pública educacional de equidade de gênero?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 100, p. 911-943, 2018.

FOLEY, M.; WILLIAMSON, S.; MOSSERI, S. Women, work and industrial relations in Australia in 2019. **Journal of Industrial Relations**, v. 62, n. 3, p. 365-379, 2020.

FORTIN, N. M. Increasing earnings inequality and the gender pay gap in Canada: Prospects for convergence. **Canadian Journal of Economics/Revue canadienne d'économique**, v. 52, n. 2, p. 407-440, 2019.

GONÇALVES, R. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. **Lutas Sociais**, n. 9/10, p. 125-132, 2003.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho?: desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, p. 709-732, 2012.

HASUNUMA, L. Beyond formal representation: Case studies of women's participation in civil society in Japan. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 2019. p. 1-8.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2002.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução por Bhuvi Libanio. 10. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2020.

INSTITUTO ETHOS. **O Compromisso das Empresas com a Valorização da Mulher**. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.

JENSEN, P. H.; MØBERG, R. J. Does women's employment enhance women's citizenship?. **European Societies**, v. 19, n. 2, p. 178-201, 2017.

KHARE, A. K.; KAPOOR, A. A Study on Work Life Balance among Women Labor in Garment Units of NCR, India. **International Journal of Management**, v. 10, n. 1, p. 19-25, 2019.

LOURENÇO, M. L; CARVALHO, D. Sustentabilidade social e desenvolvimento sustentável. **Race**, v. 12, n. 1, p. 9-38, 2013.

MEJIA-DORANTES, L. Discussing measures to reduce the gender gap in transport companies: A qualitative approach. **Research in Transportation Business & Management**, v. 31, p. 100416, 2019.

MÍNGUEZ, A. M.; CRESPI, I. Future perspectives on work and family dynamics in Southern Europe: the importance of culture and regional contexts. **International Review of Sociology**, v. 27, n. 3, p. 389-393, 2017.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. de. Responsabilidade social empresarial e sustentabilidade organizacional: a hierarquização de caminhos estratégicos para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Estratégia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 185-202, 2009.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 39-56, 2014.

NEUMAN, E. Source country culture and labor market assimilation of immigrant women in Sweden: evidence from longitudinal data. **Review of Economics of the Household**, v. 16, n. 3, p. 585-627, 2018.

NEVES, M. de A. Trabalho e gênero: permanências e desafios. **Sociedade e cultura**, v. 9, n. 2, p. 257-265, 2006.

NÚÑEZ, R. B. C.; BANDEIRA, P.; SANTERO-SÁNCHEZ, R. The Social Economy, Gender Equality at Work and the 2030 Agenda: Theory and Evidence from Spain. **Sustainability**, v. 12, n. 12, p. 5192, 2020.

OLIVIUS, E.. Refugee men as perpetrators, allies or troublemakers? Emerging discourses on men and masculinities in humanitarian aid. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 2016 p. 56-65.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930). 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAO, N.; CAGNA, P. Feminist Mobilization, Claims Making and Policy Change: An Introduction. **Development and Change**, v. 49, n. 3, p. 708-713, 2018.

RINCÓN, G. B.; MARTÍNEZ, Y. M. Work/family life by 2040: Between a gig economy and traditional roles. **Futures**, v. 119, p. 102544, 2020.

RYSKALIYEV, D. et al. Issues of gender equality in the workplace: The case study of Kazakhstan. **Space and Culture**, India, v. 7, n. 2, p. 15-26, 2019.

SANTIAGO, G. T. Propuesta teórica para el estudio del mercado de trabajo femenino. **Theoria**, v. 16, n. 1, p. 49-61, 2007.

SENDLHOFER, T.; LERNBORG, C. M. Labour rights training 2.0: the digitalisation of knowledge for workers in global supply chains. **Journal of Cleaner Production**, v. 179, p. 616-630, 2018.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS OFFICE OF THE HIGH COMMISSIONER. **Guiding principles on business and human rights**. New York and Geneva. Retrieved from, 2011. Disponível em: <http://www.ohchr.org/Documents/Publications/GuidingPrinciplesBusinessHR_EN.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

UNITED NATIONS. **Transforming Our World**: The 2030 Agenda for Sustainable Development, 2015. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld/publication>. Acesso em: 15 jun. 2020.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Visualizing bibliometric networks. In: **Measuring scholarly impact**. Springer, Cham, 2014. p. 285-320.

WRIGHT, T. The gendered impacts of technological change for public transport workers in the Global South. **Research in Transportation Business & Management**, v. 31, p. 100384, 2019.

XIAO, Y. et al. How social footprints of nations can assist in achieving the sustainable development goals. **Ecological Economics**, v. 135, p. 55-65, 2017.

YOON, J. Labor market outcomes for women in East Asia. **Asian Journal of Women's Studies**, v. 21, n. 4, p. 384-408, 2015.

CAPÍTULO 5

A FACE DA PANDEMIA É FEMININA:
A VISÃO DA SAÚDE E PROFISSIONAIS DE APOIO

Damaris Beraldi Godoy Leite (UTFPR)

Raquel do Carmo Mocelim (UTFPR)

Rafisa Machado Ramos (Jornalista)

Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Rosemari Monteiro Foggiatto Silveira (UTFPR)

INTRODUÇÃO

A crise humanitária, já antes vivida, nos leva a refletir sobre a limitação do nosso autocontrole, de nossos saberes, e de nossos poderes, sejam eles: econômicos, financeiros, biológicos, sanitários, médicos ou alimentares.

Neste sentido, os mais diversos setores colocam em xeque toda a ciência, uma vez que a mesma não é capaz de responder de forma eficiente sobre uma possível saída para sanar a epidemia do SARS-CoV-2. Nas palavras de Sagan (2006, p. 32) "a ciência está

longe de ser um instrumento perfeito de conhecimento é apenas o melhor que temos".

Com legislações afirmativas em todas as instâncias da federação, tais como Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19); Decreto Legislativo do Estado do Paraná nº 4, de 8 de abril de 2020, os Estados seguiram as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e mantiveram seus níveis de alertas altos.

A ONU Mulheres (2020) alerta para um choque profundo da sociedade devido a pandemia, expondo as deficiências dos poderes executivos em relação às políticas de governo sobre as mulheres e as próprias medidas para conter o vírus, na pandemia as dinâmicas de trabalho se alteraram e as mulheres foram impactadas pela crise, assumindo múltiplos papéis no trabalho não remunerado. Nesse momento elas estão abdicando de seus postos de trabalho com o intuito de cuidar de seus filhos em casa, dificultando seu posterior retorno ao mercado de trabalho.

Entidades de apoio as mulheres, assim como a ONU Mulheres (2020), alertam para situações de fragilidade sofrida que as mulheres vêm sofrendo devido ao isolamento social e a exposição à pandemia, tais como: violência doméstica, falta de anticoncepcional, sobrecarga de trabalho no dia a dia, falta de cuidado na gestação e no pré-natal. 70% da força de trabalho na área de saúde é feminina, soma-se a isso o fato que no Brasil 45% dos lares são chefiados

por mulheres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2018).

A respeito da violência contra mulher, vale ressaltar que a existência de legislação sobre violência doméstica compõe o arcabouço de indicadores qualitativos do CMIG- Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), sobre direitos humanos das mulheres e meninas. O Brasil possui lei de violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei n. 11.340, de 07.08.2006, conhecida como Lei Maria da Penha (IBGE, 2018).

O papel da mulher, ao longo da história, foi definido pela sociedade como secundário, na qual predominava uma ideologia machista. Foram vários séculos de lutas para adquirir e dar início às transformações e conquistas que as quais almejavam. Apesar dos esforços empreendidos, a diferença de gênero entre homens e mulheres é marcante. As mulheres trabalham mais horas por dia em afazeres domésticos e/ou cuidados com pessoas, trabalham nos mesmos postos de trabalho e recebem remuneração menores, mulheres possuem uma taxa de frequência escolar superior que homens, mas nem por isso alcançam posições executivas ou representação política em seus territórios.

Assim, a concepção da figura feminina vem sendo repensada e aperfeiçoada com adesão a cada época. Segundo Grossi (2004, p. 213) no Brasil, o feminismo se desenvolveu com algumas peculiaridades. “Uma delas é a grande importância do caráter de luta de classe e contra a ditadura que marca as primeiras publicações feministas dos anos 70”.

A diversidade da cultura brasileira é de tamanha grandeza, consegue-se entender melhor essa discrepância entre homens e mulheres dentro da comunidade escolar onde é visível a descriminação pelo sexo feminino, cultura essa que cada educando traz consigo do meio onde vive, e que demonstra que o machismo ainda persiste enraizado entre os mais diferentes tipos de culturas (BARSTED E PITANGUY, 2011).

Atualmente, o papel da mulher na família vem sendo repensado e reelaborado. Muitos fatores influenciaram essa mudança, como a inclusão da mulher no mercado de trabalho, o êxito oriundo da luta do movimento feminista, a maior participação sócio-política da mulher, dentre outros. Porém, essa transição acarretou um grande impacto sobre a responsabilidade da mesma.

O presente trabalho propõe fazer um retrato da face feminina na pandemia, pela perspectiva da mulher contemporânea. Para isso, esse trabalho discute o cenário em que a mulher se insere na pandemia, mostrando o seu papel na área da saúde e as relações com a sociedade em que ela está posta.

METODOLOGIA

Essa pesquisa utilizou-se do método comparativo uma vez que investigou indivíduos, classes, com o objetivo de ressaltar diferenças. "Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo" (GIL, 2008, p. 16-17).

Ao inquirir sobre os objetivos da pesquisa e de suas ações, Prodanov e Freitas (2013, p.44) asseguram "a pesquisa procura respostas!

Podemos encontrá-las ou não. As chances de sucesso certamente aumentam à medida que enfocarmos a pesquisa como um processo e não como uma simples coleta de dados".

Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa básica, uma vez que envolve verdades e interesses gerais, destinada a aumentar a base de conhecimento científico.

Com relação aos objetivos, trata-se uma pesquisa descritiva, pois tem a finalidade de registrar os dados sem interferir sobre eles, descrevendo as características da população em estudo.

Já sobre os procedimentos técnicos, esta é uma pesquisa documental, pois trata-se de uma pesquisa em base de dados em arquivos públicos que ainda não receberam tratamento analítico.

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que se faz uma associação entre o sujeito da pesquisa e a subjetividade.

A pesquisa foi realizada em uma cidade do interior do Estado do Paraná, especificamente dentro da Fundação Municipal de Saúde e suas áreas de apoio, segmentando os funcionários da Fundação por gênero.

A coleta de dados foi efetuada durante a pandemia do *Sars-CoV-2*, período de junho de 2020 a agosto de 2020.

A coleta de dados foi fonte de primeira mão, ou seja, foram utilizados documentos que ainda não haviam recebido qualquer tratamento analítico, tais como: legislação municipal, boletim municipal e relatórios de recursos humanos.

Ao inferir sobre a análise dos dados Silva, Almeida e Guindani (2009, p.11) comentam que é fundamental garantir a coerência e o questionamento inicial. "A análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o corpus da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico".

A análise dos dados será realizada em três fases: (i) fase de categorização onde os dados brutos serão tratados a fim de torná-los organizados; (ii) utilização de técnicas quantitativa e qualitativas para fins de análise, com o intuito de dar clareza ao conteúdo; (iii) comparação dos achados com a literatura conflitante e/ou similar, buscando resposta à problemática.

Com o intuito de organização e análise de dados, os servidores foram categorizados conforme Decreto de afastamento no período de emergência em Saúde Pública da Covid-19, os trabalhadores afastados compulsoriamente foram: (i) as servidoras gestantes e lactantes; (ii) os servidores maiores de 60 (sessenta) anos; (iii) os servidores expostos a qualquer doença ou outra condição de risco de desenvolvimento de sintomas mais graves decorrentes da infecção pelo Coronavírus e (iv) proteção (DECRETO 17.112/2020).

Finalmente ao inferir sobre a análise de dados, Prodanov e Freitas (2013) comentam que a mesma deve propiciar a identificação dos procedimentos com o intuito de obter informações dos dados coletados, de forma lógica e sequencial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo da Saúde é espaço privilegiado para atuação feminina, fato que pode ser corroborado pela intensa presença do público fe-

minino nos Cursos da Saúde. Os dados podem ser vislumbrados na presente pesquisa com 81% de presença feminina no grupo funcional da saúde, como demonstra o Quadro 1.

Ao elencar as dimensões de gênero na resposta a COVID-19, a ONU Mulheres (2020, p.1) ressalta que os impactos e implicações são diferentes para homens e mulheres. "As mulheres são essenciais na luta contra a pandemia – como socorristas, profissionais de saúde, voluntárias da comunidade e prestadoras de cuidados, além de serem desproporcionalmente afetadas pela crise".

Quadro 1 – Total de servidores da área da saúde dividido por sexo

Sexo	Total	Porcentagem
Feminino	1517	81%
Masculino	359	19%
Total de servidores	**1876**	**100%**

Fonte: Sistema SENIOR/ Gestão de Pessoas – Controle de Ponto (2020)

Quando se observa a divisão de servidores da área da saúde e de apoio no Quadro 2, divididos por categoria e sexo, fica evidente a presença das mulheres na maioria das categorias. Em algumas delas, a presença feminina é superior a 90%, sendo elas: agente comunitária de saúde, agente de saúde, ajudante de cozinha, assistente social, auxiliar em saúde bucal, enfermeiro, farmacêutico bioquímico II, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, nutricionista e terapeuta ocupacional.

O dado analisado fortalece a reflexão da ONU Mulheres (2020, p.1):

> As mulheres estão na linha de frente da resposta e assumem custos físicos e emocionais, além de um maior risco de infecção na resposta à crise. É essencial atender às necessidades imediatas das mulheres na primeira fila da resposta.

Ao traçar um paralelo entre a crise sanitária, a política neoliberal e a posição do feminino nessa pandemia Wolff *et al.* (2020, p.1) relata:

> Sobre as mulheres recai uma carga pesadíssima nesse contexto de pandemia e isolamento social pois, apesar de todas as lutas feministas, são elas que assumem a responsabilidade e a maior parte das tarefas domésticas e de cuidado.

As mulheres são especialmente afetadas pela crise sanitária uma vez que elas são responsáveis pelo cuidado doméstico, as tarefas escolares dos filhos, o trabalho não remunerado com familiares recai sobre elas e quando da retomada econômica e do retorno ao trabalho, elas serão responsáveis pelo cuidado com as crianças, portanto é preciso repensar as dinâmicas de trabalho feminina.

Quadro 2 – Divisão de servidores da saúde, por categoria e sexo

Cargo	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Administrador Hospitalar	1	0	1	0%	100%
Agente Administrativo II	21	16	5	76%	24%
Agente Administrativo Plantonista	28	17	11	61%	39%
Agente Comunitário de Saúde	320	314	6	98%	2%
Agente de Combate às Endemias	54	45	8	83%	17%
Agente de Saúde	3	3	0	100%	0%
Ajudante de Cozinha	6	6	0	100%	0%
Assistente de Administração I	25	22	3	88%	12%
Assistente de Administração II	123	88	35	72%	28%
Assistente Social	37	37	0	100%	0%
Auxiliar de Enfermagem	98	83	15	85%	15%
Auxiliar de Enfermagem Plantonista	28	25	3	89%	11%
Auxiliar de Farmácia Plantonista	25	20	5	80%	20%
Auxiliar de Serviços Gerais Plantonista	4	3	1	75%	25%
Auxiliar em Saúde Bucal	40	37	3	93%	8%
Cozinheiro	24	19	5	79%	21%
Dentista II	82	58	24	71%	29%
Cargo	**Total**	**Feminino**	**Masculino**	**Feminino**	**Masculino**
Enfermeiro Plantonista	63	43	20	68%	32%

Enfermeiro	24	22	2	92%	8%
Enfermeiro PSF	18	15	3	83%	17%
Farmacêutico Bioquímico II	1	1	0	100%	0%
Farmacêutico Bioquímico III	24	19	5	79%	21%
Farmacêutico Bioquímico Plantonista	7	3	4	43%	57%
Farmacêutico – PSF	18	15	3	83%	17%
Fisioterapeuta	31	28	3	90%	10%
Fonoaudiólogo	4	4	0	100%	0%
Inspetor Sanitário	15	7	8	47%	53%
Enfermagem	8	1	7	13%	88%
Auxiliar de Enfermagem	5	0	5	0%	100%
Médico	97	31	66	32%	68%
Médico da Família I	1	0	1	0%	100%
Médico da Família II	27	13	14	48%	52%
Médico Veterinário	5	1	4	20%	80%
Nutricionista	14	13	1	93%	7%
Profissional de Educação Física II	10	6	4	60%	40%
Psicólogo	13	10	3	77%	23%
Técnico em Enfermagem	352	309	43	88%	12%
Técnico em Raio X	11	7	4	64%	36%
Técnico em Raio X Plantonista	14	6	8	43%	57%
Técnico em Saúde Bucal	8	8	0	100%	0%
Terapeuta Ocupacional	7	7	0	100%	0%
Zelador	110	88	22	80%	20%

Fonte: Sistema SENIOR/ Gestão de Pessoas – Controle de Ponto (2020)

Ao analisar o Quadro 2, observa-se presença marcante feminina na maioria dos cargos, reafirmando que a presença feminina no setor saúde é marcante, e demonstrando por meios de dados a feminização da força de trabalho na área de saúde no município estudado, o

que certamente, pode ser replicado a outros locais do país, haja vista, que o setor saúde tem forte vocação feminina em todo o mundo.

Ao referir sobre a atual pandemia e a presença feminina no centro da mesma, Rodriguez (2020) evoca a necessidade de se repensar o modelo econômico, superando o atual modelo ultrapassado e rumando para uma economia feminista, onde a vida esteja no centro. O autor também cita problemas que a crise trouxe à tona, como (a) falta de Políticas Públicas que atendam a todos de forma ampla; (b) carência de pessoal para atendimento; (c) instalações e equipamentos precários; (d) falta de investimento em pesquisa.

Examinando o Quadro 3, que demonstra o afastamento dos servidores por gênero, presume-se que esse afastamento tenha se dado devido aos motivos decorrentes do Decreto 17.112/2020, que incorre principalmente sobre gestantes e/ou lactantes, servidores com idade superior ou igual a 60 anos, e funcionários com comorbidades.

Quadro 3 – Divisão de servidores da saúde afastados, por categoria e sexo

Categoria	Total	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Administrador Hospitalar	1	0	1	0%	100%
Agente Administrativo II	3	2	1	67%	33%
Agente Administrativo Plantonista	3	1	2	33%	67%
Agente Comunitário de Saúde	35	34	1	97%	3%
Agente de Combate às Endemias	4	4	0	100%	0%
Agente de Saúde	3	3	0	100%	0%
Assistente de Administração I	3	3	0	100%	0%
Assistente de Administração II	5	5	0	100%	0%
Assistente Social	9	9	0	100%	0%
Auxiliar de Enfermagem	25	21	4	84%	16%
Auxiliar de Enfermagem Plantonista	4	4	0	100%	0%

Auxiliar de Farmácia Plantonista	3	1	2	33%	67%
Auxiliar de Serviços Gerais Plantonista	1	0	1	0%	100%
Auxiliar em Saúde Bucal	4	3	1	75%	25%
Cozinheiro	4	3	1	75%	25%
Dentista II	10	7	3	70%	30%
Enfermeiro	3	3	0	100%	0%
Enfermeiro Plantonista	2	1	1	50%	50%
Enfermeiro PSF	4	4	0	100%	0%
Farmacêutico Bioquímico III	2	1	1	50%	50%
Farmacêutico Bioquímico Plantonista	3	1	2	33%	67%
Fisioterapeuta	5	5	0	100%	0%
Fonoaudiólogo	2	2	0	100%	0%
Enfermagem	2	0	2	0%	100%
Médico	17	3	14	18%	82%
Médico da Família II	3	3	0	100%	0%
Nutricionista	2	2	0	100%	0%
Profissional de Educação Física II	1	1	0	100%	0%
Psicólogo	3	2	1	67%	33%
Técnico em Enfermagem	20	19	1	95%	5%
Técnico em Raio X	3	1	2	33%	67%
Terapeuta Ocupacional	2	2	0	100%	0%
Zelador	14	13	1	93%	7%

Fonte: Sistema SENIOR/ Gestão de Pessoas – Controle de Ponto (2020)

Como evidenciado pelos autores Rodrigues (2020) e ONU Mulheres (2020), as mulheres são a linha de frente de embate à pandemia e também são as primeiras a sofrerem duramente os impactos da crise sanitária, muitas vezes, tendo que abdicar de seus postos de trabalho para prestar cuidados aos familiares em casa e aos filhos que estão fora do ambiente escolar, já que vivemos em uma sociedade que não estava preparada para a situação de pandemia.

Nas palavras de Wolff *et al.* (2020, p.1) que alerta:

> Com todas as pessoas da família constantemente em casa, com as escolas e creches fechadas, com os serviços de saúde limitados, são geralmente as mulheres que se encarregam do preparo da comida, da limpeza, da higienização de tudo que é comprado, da roupa, dos cuidados com as crianças e adolescentes (incluídas as atividades escolares), com as pessoas doentes e idosas.

Ao verificar a faixa etária dos servidores e sua segmentação por gênero, conforme demonstrado no Quadro 4, tem-se uma ampla variação de idade de 20 a 74 anos.

Quadro 4 - Divisão de servidores da saúde por faixa etária e gênero

Faixa etária	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
20-24	12	4	16	0,79%	1,11%
25-29	85	17	102	5,60%	4,73%
30-34	235	35	270	15,49%	9,74%
35-39	256	52	308	16,87%	14,48%
40-44	237	52	289	15,62%	14,48%
45-49	217	60	277	14,30%	16,71%
50-54	205	42	247	13,51%	11,69%
55-59	155	39	294	10,21%	10,86%
60-64	79	23	102	5,20%	6,40%
65-69	31	21	52	2,04%	5,84%
70-74	5	14	19	0,32%	3,89%
Total geral	**1517**	**359**	**1876**	**99,95%**	**99,93%**

Fonte: Sistema SENIOR/ Gestão de Pessoas – Controle de Ponto (2020)

Ao examinar a população feminina, nota-se uma maior prevalência entre as faixas etárias de 30 a 54 anos, totalizando 78,56% de toda a mão de obra ativa deste segmento. Com percentual variando de 14,30% a 16,87%, pode-se inferir que essas trabalhadoras são jovens.

Explorando a população masculina, o eixo etário situa-se entre os 35 e 59 anos, com 68,22% da população ativa, com um ligeiro aumento de idade em relação as mulheres, conforme Quadro 4.

Em sua pesquisa sobre satisfação e motivação no trabalho de Servidores Públicos de uma prefeitura do interior do Paraná, Bonfim *et al.* (2010) encontrou resultados similares ao da presente pesquisa: a população acima de 30 anos foi de 58,23%, bem como encontrou 21,23% de pesquisados homens e 78,77% de mulheres.

Em relação ao afastamento do quadro funcional do servidor da instituição pública e as medidas protetivas durante a pandemia do Coronavírus, conforme previsto pelo Decreto pode ser observado no Quadro 5.

Quadro 5 – Divisão de servidores da saúde afastados, por causas e sexo

Causa	Quantidade	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Comorbidade	79	62	17	38,03%	40,47%
Gestante	25	25	0	15,33%	0%
Maior de 60 anos	94	71	23	43,55%	54,76%
Proteção	7	5	2	3,06%	4,76%
Total	**205**	**163**	**42**	**99,97%**	**99,99%**

Fonte: Sistema SENIOR/ Gestão de Pessoas – Controle de Ponto (2020)

A causa de maior afastamento dos servidores foi a questão dos funcionários com idade igual ou maior que 60 anos, atingindo 43,55% do público feminino afastado por esse quesito, seguido de 38,03% de mulheres afastadas por comorbidades.

Ao analisar a tendência temporal das taxas de afastamento do trabalho por problemas de saúde de servidores públicos estaduais, Cunha *et al.* (2009, p.8) alerta: "quanto às taxas de afastamento destaca-se o importante declínio das lesões, envenenamentos e algumas

outras consequências de causas externas, prevalecendo as doenças crônicas, cujo nexo com o trabalho não é tão evidente [...]".

Em seu estudo sobre perfil e os indicadores de absenteísmo-doença entre servidores municipais de Goiânia, Leão *et al.* (2015, p.3) relata:

> Com relação ao sexo, a maior prevalência feminina parece ser influenciada por uma combinação de fatores biológicos, psicossociais e culturais, que vão desde múltiplos papéis, com interfaces trabalho-família, à desigualdade de gênero inter e intra-atividade profissional.

Ao explicar os motivos do maior afastamento das mulheres do posto de trabalho, Cunha *et al.* (2009) explora as questões genéticas e hormonais, a auto percepção da saúde feminina, a maior utilização do serviço de saúde por parte das mulheres, além dos desdobramentos do trabalho feminino no âmbito familiar.

Necessário se fazer a análise que devido a representativa das mulheres na força de trabalho do setor saúde é esperado que os índices de maior afastamento sejam no público feminino, pois são em maior número, o contingente feminino tem se tornado majoritário nesse setor devido ao avanço das mulheres nos processos de escolarização e na população economicamente ativa.

De acordo com os dados levantados neste trabalho, nota-se que é fundamental estabelecer um plano de contingência para atendimento às mulheres afastadas pela pandemia, haja vista, que além dos fatores de comorbidades, ocorrem as implicações psicológicas e sociais ligadas ao afastamento e isolamento social, como medo, angústia, depressão, estresse, saúde mental, violência doméstica, sobrecarga de trabalho domiciliar e cuidados com crianças e idosos, sendo necessário estabelecer uma rede de suporte às mesmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na inserção da mulher na saúde e as relações desse convívio na sociedade em que ela está posta, observa-se que a mesma passou a ter uma responsabilidade sem precedentes. Seu aporte à igualdade de gênero e à autonomia da mulher certamente foi, e prosseguirá sendo, aberto a todas as mulheres que tiveram verdadeiro interesse e empenho em construir a igualdade social.

Mesmo que a desigualdade em cargos de gestão seja brutal, a grande maioria desse cargos é ocupado por homens, a face da pandemia é feminina, portanto, a gestão estratégica do problema deveria ter olhos e mãos feminina, pois elas já provaram ter características empreendedoras como liderança, direção, iniciativa, ética e possuem um senso de urgência, democratização e inovação peculiares.

As mulheres mesmo estando ausente dos posto de direção e gestão nessa pandemia demonstraram que esta possibilidade pode se tornar concreta e viável, mesmo diante dos mais variados desafios.

As contribuições objetivam chamar a atenção para problemas consistentemente já sinalizados, como a sobrecarga de trabalho de trabalho feminino, as escolhas que as mulheres necessitam fazer em prol da família, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho pós-pandemia, entre outros. Pretendem ainda contribuir para fortalecer alertas que não nascem somente nessa epidemia, mas que a sua vivência permite visualizar com maior clareza a vulnerabilidade da mulher frente a pandemia.

A pandemia do Coronavírus apresentou ao mundo uma desigualdade que não poderá ser desconsiderada. A imprescindibilidade do serviço apresentado pela mulher deve ser reconhecida pela sociedade

e seus representantes. A redução da desigualdade entre as profissões e os gêneros deve ser uma trajetória necessária da humanidade em busca de criar uma nova valorização das práticas profissionais. A importância de serviços básicos de predominância do gênero feminino tornou-se nessa pandemia uma necessidade e uma verdade.

Neste momento em que a categoria passa de desvalorizada para protagonista da luta contra o novo Coronavírus, debater formação, funções, condições de vida, condições de trabalho e rumos é também, repensar o sistema de saúde e as formas para enfrentamento de surtos, epidemias e pandemias. Certamente, o futuro exigirá mais Políticas Públicas, focalizadas no estímulo ao empoderamento econômico e ao empreendedorismo feminino.

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ. **Decreto Legislativo do Estado do Paraná nº 04**, de 08 de abril de 2020. Disponível em: http://www.assembleia.pr.leg.br/storage/ordem_dia/Nja2ywXrVVtuPUlS3C8nWMZkLMjOi4V16fScpclf.pdf. Acesso em 22 de julho de 2020.

BARSTED, L.L.; PITANGUY, J. (Orgs). **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003–2010**. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BONFIM, T. M.; STEFANO, S. R.; ANDRADE, S. M. Satisfação e motivação no trabalho dos servidores públicos de uma prefeitura de pequeno porte do estado do Paraná: uma análise a partir do clima organizacional. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 13, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. DOU de 08.08.2006.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.979,** de 6 fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.DOU de 07.02.2020, seção 01, pág.1. ed. 27.

CUNHA, J. B.; BLANK, V. L. G.; BOING, A. F. Tendência temporal de afastamento do trabalho em servidores públicos (1995-2005). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 226-236, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROSSI, M.P. A Revista Estudos Feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. spe, p. 211- 221, dez. 2004. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300023 >. Acesso em 22 de julho de 2020.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Sociodemográficos. n.38. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LEÃO, A. L. de M. et al. Absenteísmo-doença no serviço público municipal de Goiânia. **Revista Brasileira de Epidemiologia** [online]. v. 18, n. 1, p. 262-277, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201500010020>. Acesso em 22 de julho de 2020.

ONU MULHERES. **ONU Mulheres Américas e Caribe faz 14 recomendações para que mulheres e igualdade de gênero sejam incluídas na resposta à pandemia do Covid-19**. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-americas-e-caribe-faz-14-recomendacoes-para-que-mulheres-e-igualdade-de-genero-sejam-incluidas-na-resposta-a-pandemia-do-covid-19/>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO. **Decreto nº 17.112.** Dispõe sobre a suspensão de atividades sujeitas à aglomeração de pessoas no âmbito do Município de Ponta Grossa, em complemento ao Decreto Municipal nº 17.077/2020. DO: 19.03.2020. ed.2793. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/decreto/2020/1711/17112/decreto-n-17112-2020-dispoe-sobre-a-suspensao-de-atividades-sujeitas-a-aglomeracao-de-pessoas-no-ambito-do-municipio-de-ponta-grossa-em-complemento-ao-decreto-municipal-n-17077-2020

PRODANOV, C. C. FREITAS, C.F. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROCHA, S.; VIEIRA, A.; LYRA, J. FEMINISMO EM DEFESA DA SAÚDE. **Revista de Estudos Universitários - REU**, v. 37, n. 1, 2011.

RODRIGUEZ, G**. Hora do outro modelo**: a economia feminista. Disponível em: https://outraspalavras.net/feminismos/hora-de-outro-modelo-a-economia-feminista/. Acesso em 21 em julho de 2020.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Editora: Companhia de Bolso, 2006.

SILVA, J.R.S.; ALMEIDA, C.D; GUINDANI, J, F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. n.1. Ano.1, jul/2009.

WOLFF, C. S. et al. Pandemia na necroeconomia neoliberal. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttextHYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso"&HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso"pid=S0104-026X2020000200100HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso"&HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso"lng=enHYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso"&HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200100&lng=en&nrm=iso"nrm=iso>. Acesso em 21 de julho de 2020.

Parte 2

Reflexões Acerca das Mulheres no Contexto da Pesquisa Científica

CAPÍTULO 6

PRESENÇA FEMININA NA PESQUISA BRASILEIRA: A QUEBRA DE PARADIGMAS

Caroline Lievore (UTFPR)

Maria Eduarda Lievore (UEPG)

She didn´t write it.
She wrote it, but she shouldn´t have.
She wrote it, but look whats she wrote about.
She wrote it, but she wrote only one of it.
She wrote it, but she isn´t really an artist, and it isn´t really art.
She wrote it, but she had help.
She wrote it, but she´s an anomaly.
She wrote it, but...
(RUSS, p. 97, 1997)

A igualdade de gênero é âmbito de luta constante das mulheres, luta essa, que já conquistou espaços e políticas em prol da equidade. Não obstante, as mulheres ainda enfrentam adversidades na pesquisa científica de maneira generalizada (LETA, *et al.* 2006; LINCOLN, *et*

al. 2012; KNOBLOCH-WESTERWICK; GLYNN, 2013; WARD; WOLF-WENDEL, 2017; NEALE-MCFALL, 2020).

Etzkowitz e Kemelgor (2001) sustentam que a ciência reverbera os valores conflitantes da sociedade, ou seja, no campo da pesquisa científica são reproduzidos os preconceitos e crenças que marcam cada corpo social. Margaret W. Rossiter denominou os fatores que inviabilizam a ascensão profissional das mulheres como: segregação hierárquica e segregação territorial. A primeira se refere a predominância masculina na ocupação de cargos de gestão e a segunda, concerne à centralização das mulheres nas chamadas ciências *soft,* enquanto as ciências ditas *hard* são ocupadas prioritariamente por homens (SCHIEBINGER, 2001; LETA, *et al.* 2006). A segregação territorial, aludida por Rossiter, pode ser evidenciada na pesquisa de Larivière (2013), que constatou que as áreas regidas por mulheres envolvem enfermagem, linguagem e audição, educação, trabalho social e biblioteconomia, enquanto que os homens dominam as ciências militares, engenharias, robótica, aeronáutica e astronáutica, física, matemática, ciência da computação e economia. Embora as ciências sociais mostrem uma proporção maior de mulheres, as humanidades ainda estão fortemente dominadas por homens. Com a propagação do machismo, as mulheres acabam sendo conduzidas de maneira sutil para áreas da ciência em que a concepção do feminino perdura (ETZKOWITZ; KEMELGOR, 2001).

A conjuntura histórica e cultural global levou a ciência a se fundamentar na ideia dualista da vida profissional separada da vida pessoal, tal qual a ciência do lado oposto da feminilidade. Consequentemente, a mulher tende a se sentir excluída da pesquisa científica e até mesmo de premiações e visibilidade (Von Roten, 2011; Lincoln,

et al. 2012). O mesmo não ocorre com os homens na ciência, visto que têm e sempre tiveram a certeza de que a responsabilidade no âmbito privado era feminina (SCHIEBINGER, 2001). Nesta linha, Rossiter (1993) analisou o "*efeito Matthew*" (ver Merton, 1968) questionando a meritocracia na ciência, dado que são raras as mulheres que receberam o devido reconhecimento na história da ciência e o justo crédito em pesquisas. Por meio da correlação com o "*efeito Matthew*" e considerando que existe um sistema que desvaloriza a contribuição da mulher na ciência, assim como na literatura, na história e na sociologia, Rossiter cunhou, em 1993, um termo que representa esta sequela, chamando-o de "efeito Matilda". Para a autora, "*se a ciência deve ser meritocrática [...], resultados semelhantes ou iguais devem receber reputações ou reconhecimentos semelhantes*" (ROSSITER, 1993, p. 327).

Algumas evidências empíricas deste sub-reconhecimento das mulheres na ciência, ou do "efeito Matilda" são comprovadas em pesquisas como a de Lincoln, *et al.* (2012) que constataram que os homens continuam a ganhar uma proporção maior de prêmios para pesquisas acadêmicas do que o esperado, com base na representação de indicações; e por Knobloch-Westerwick; Glynn (2013) que concluíram que cientistas homens realmente mostraram uma preferência desproporcional por citar pesquisadores do sexo masculino, enquanto que as mulheres não mostraram preferência por citar homens ou mulheres. Para estes autores, o "efeito Matilda" possivelmente resulta em diferenças salariais, quando estas estão associadas à distribuição de bolsas e fomento. Igualmente, Larivière (2013) mostrou que na maioria dos países, a produção científica é predominantemente masculina, com exceção de países da América do Sul e do Leste Europeu, onde há maior igualdade de gênero. West, *et al.*

(2013) que analisaram 8,3 milhões de artigos entre 1545 e 2011 nas Ciências Naturais, Sociais e Humanidades verificaram que as mulheres representam 17% do total de artigos de autoria única, e que até 1990 representavam 12%, mostrando que as disparidades de gênero estão diminuindo gradualmente na academia.

Globalmente, homens publicam mais artigos científicos em média, que as mulheres (LARIVIÈRE, 2013; WEST, *et al.* 2013; ELSEVIER, 2017). Menos de 6% dos países representados na base *Web of Science* chegaram perto de atingir a igualdade de gênero no que tange a publicação científica (LARIVIÈRE, 2013). As mulheres também estão sub-representadas quando se trata de primeira autoria (LARIVIÈRE, 2013; WEST, *et al.* 2013). Para cada artigo com o primeiro autor do sexo feminino, existem quase dois (1,93) artigos de autoria de um homem (LARIVIÈRE, 2013).

A editora Elsevier publicou um relatório sobre gênero no cenário global da pesquisa, o *Gender in the Global Research Landscape*, analisando os dados bibliométricos da base Scopus, e constatou que as mulheres são menos propensas a artigos com colaboração internacional, têm menor mobilidade internacional do que os homens e sua produção acadêmica tende a ser mais interdisciplinar que as pesquisas conduzidas por homens (ELSEVIER, 2017). Além disso, as mulheres são menos propensas a participar de colaborações que levam à publicação (West, *et al.* 2013); e receberam em média, doações menores do que os homens, provavelmente resultado de que as mulheres são frequentemente menos ambiciosas ao solicitarem financiamentos (BEDI; VAN DAM; MUNAFO, 2012). As mulheres publicam significativamente um menor número de artigos em áreas em que a pesquisa implica em grandes despesas (Duch, 2012;

Larivière, 2013), como por exemplo, na Física (LEY; HAMILTON, 2008; LARIVIÈRE, 2013). Nos países mais produtivos em ciência, todos os artigos com mulheres em posição de primeiro autor receberam menos citações que aqueles com homens nas mesmas posições (LARIVIÈRE; 2013).

Mas o "efeito Matilda" nas citações pode ser apenas a ponta do iceberg no que se refere à participação da mulher na pesquisa (KNOBLOCH-WESTERWICK; GLYNN (2013). West, *et al.* (2013) fez algumas suposições para justificar a desigualdade de gêneros na ciência, entre as quais: que as mulheres submetem menos documentos que os homens, ou que suas contribuições são menos significativas que seus coautores masculinos, resultando em posição de menor prestígio nos artigos; que as mulheres são menos envolvidas em projetos de pesquisa colaborativa ou que numa negociação sobre a ordem dos autores entre uma equipe, os homens negociem com mais sucesso as posições de maior prestígio; ou ainda, a possibilidade de que exista um viés contra as mulheres no processo de revisão, em que artigos de igual qualidade têm menos probabilidade de serem aceitos quando de autoria feminina do que quando os homens ocupam posições de prestígio.

Ward; Wolf-Wendel (2017) apontam que existem muitas razões para a marginalização da mulher na ciência e que parte da culpa pode ser atribuída a necessidade de combinar trabalho e família. As autoras analisam o feminismo sob duas perspectivas: na visão liberal a qual se fundamenta no conceito de igualdade de oportunidades e sob a ótica do feminismo pós-estrutural, que considera as restrições que as mulheres enfrentam ao assumir duplos papéis, como mães e cientistas. A primeira, foi vital para orientar a criação de políticas e abordar

questões como remuneração e capital próprio, mas insuficiente para explicar completamente as divergências de gênero e as relações de poder no meio científico. A segunda, voltada para o contexto cultural e de estrutura social, questiona o *status quo,* abordando sistemas sociais e as desigualdades nas divisões do trabalho que promovem um entendimento das escolhas que as mulheres precisam fazer, tanto na sua carreira quanto na vida pessoal.

Embora percebam-se avanços e conquistas no campo acadêmico, as mulheres suportam inúmeras dificuldades para ascenderem como cientistas, independentemente da nacionalidade e da classe social. Entretanto, dentre os países em desenvolvimento, o Brasil e o México se destacam como possuidores de famílias provedoras de expressivo suporte às mulheres na ciência (ETZKOWITZ; KEMELGOR, 2001).

No Brasil, a institucionalização da ciência é recente, visto que a primeira universidade foi fundada somente na década de 1920, e a ciência como movimento sistematizado, era incipiente antes a década de 30 (SCHWARTZMAN, 1978; CUNHA, 1988). O crescimento do Sistema de Pós-Graduação no País ocorreu de forma mais expressiva somente em meados da década de 1970 (Almeida; Guimarães, 2013). Enquanto que o desenvolvimento científico se deu de forma acelerada, apenas nas últimas décadas (Bornmann; Wagner; Leydesdorff, 2015), quando o Brasil intensificou a adoção de políticas públicas de incentivo à produção de ciência e tecnologia, impulsionando o número de Programas de Pós-Graduação e de investimentos em bolsas de pesquisa (LIEVORE, *et al.* 2019).

Os avanços da ciência nacional simbolizam uma conquista à nação (Lievore, *et al*, 2017, 2019), e o século XX foi marcado pela inclusão feminina na ciência, decorrente do movimento feminista (Leta, 2003; Leta, et al. 2006) e da inserção da mulher no mercado de trabalho, que promoveram melhorias no quadro de desigualdade histórica e consolidaram uma nova realidade no País, em que as mulheres são mais escolarizadas que o contingente masculino (GUEDES, 2008). A concepção tradicional de que a universidade constitui-se como um espaço masculino foi marcantemente rompida na década de 1970 e a presença das mulheres nas universidades quase triplicou nos últimos trinta anos (GUEDES, 2008).

Semelhantemente a outros países, no Brasil as mulheres estão bem representadas em áreas da ciência *soft*, como saúde e educação, mas sub-representadas em áreas mais ligadas à produção de ciência e tecnologia (LETA, *et al.* 2006; GUEDES, 2008). Leta e Lewison (2003) avaliaram a produtividade de mulheres cientistas e concluíram que no Brasil, nas áreas investigadas, seria um mito a afirmativa de que mulheres cientistas produziam menos que homens. Contudo, embora haja crescente participação das mulheres nas atividades científicas no país, estas ainda não avançaram em cargos de liderança e posições de destaque e reconhecimento, testemunhando a desvantagem de atuar num sistema controlado predominantemente por homens (LETA, 2003; VELHO; LEÓN, 1998).

Em pesquisa mais recente desenvolvida pela editora Elsevier (2017), tanto no Brasil como em Portugal as mulheres constituíram a maior proporção da população de pesquisadores (49%) entre os países avaliados. O Brasil conta com 106.167 pesquisadores ativos, dos quais 40% são mulheres. Além disso, Brasil e Portugal destacam-se

como países com o melhor equilíbrio de gênero e a melhor proporção de patentes, com pelo menos uma mulher nomeada como inventora (ELSEVIER, 2017). Todavia, o Brasil compõe a lista de países onde a proporção de mulheres pesquisadoras com condições de mobilidade[1] é menor que a parcela ativa de pesquisadoras em geral.

Inúmeros estudos sobre desigualdade de gênero foram publicados nos últimos anos analisando o papel da mulher na ciência. Entre estes, Etzkowitz; Kemelgor (2001) investigam a estrutura social da ciência e sua receptividade às mulheres na Europa, América e Ásia. Larivière (2013) e Nielsen (2016) realizaram análises bibliométricas mostrando que a desigualdade de gênero subsiste nos resultados das pesquisas no mundo. Ward; Wolf-Wendel (2017) estudaram as escolhas das mulheres na carreira acadêmica e examinam como estas escolhas moldam suas experiências. No Brasil, Leta e Lewison (2013) avaliaram se o desempenho de cientistas brasileiras difere de cientistas homens. Grossi, *et al.* (2016) mapearam a participação feminina no desenvolvimento de pesquisas nacionais entre os anos de 2000 e 2013.

Tais pesquisas mostraram a complexidade das questões que envolvem a temática e sinalizam a necessidade da criação de políticas públicas direcionadas à igualdade de gêneros, com a finalidade de minimizar as discrepâncias e quebrar paradigmas. Analisando o contexto que envolve motivos históricos e atuais da desigualdade de gênero no Brasil e a negligência do Estado na garantia de direitos, o presente estudo tem por objetivo *analisar a legislação brasileira positivada referente a atuação da mulher na pesquisa científica e sua efetividade.*

1. Pesquisadores com maior mobilidade na pesquisa tendem a ter citações de maior impacto do que aqueles que não o são. A menor mobilidade pode implicar diretamente no impacto da produção acadêmica e restringir a rede de colaboração internacional e de oportunidades (ELSEVIER, 2017).

O exame aprofundado da situação da mulher na pesquisa científica nacional foi motivado por duas situações. Primeiro, até onde sabemos, **não há** pesquisas atuais examinando minuciosamente a efetividade das leis e ações em prol da atuação feminina na ciência nacional, embora forneçam subsídios e evidências valiosas referentes ao tema. Segundo, porque apesar dos avanços progressivos é preciso monitorar a atuação da mulher com o propósito de subsidiar políticas voltadas ao enfrentamento das desigualdades.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PROL DAS MULHERES NO BRASIL

Os direitos conquistados pelas mulheres não seguem uma história linear, mas são o reflexo de processos de lutas marcados por avanços e retrocessos. Nesse sentido, o movimento feminista atua abrindo e consolidando espaço para as mulheres e impulsiona a criação de políticas públicas que garantam direitos e promovam seu avanço em determinados campos.

Nas últimas décadas, observam-se medidas e políticas afirmativas voltadas para questões que englobam a desigualdade de gênero, a participação política das mulheres, a violência doméstica e a proteção das trabalhadoras.

A proteção dos direitos humanos, entre estes os direitos das mulheres, não **é** exclusiva do Estado Brasileiro, sendo tema de interesse global. Em âmbito internacional, as Nações Unidas aprovaram em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), ratificada pelo Brasil em 1984. A CEDAW consagrou o direito **à** igualdade do homem e da

mulher e reconheceu em seu texto a necessidade de mudar o papel tradicional dos homens e das mulheres na sociedade e na família, e assim alcançar a igualdade concreta (BRASIL, 1984).

Em âmbito interno é possível elencar algumas ações e leis que fundamentam e garantem políticas públicas concernentes à igualdade de gênero, tomando a ciência e a pesquisa como cerne da nossa análise.

A Constituição da República de 1988, assegurou a igualdade de direitos e obrigações dos homens e mulheres (artigo 5º, inciso I) e garantiu no artigo 6º, a proteção à maternidade, colocando-a no rol dos direitos sociais fundamentais. Além disso, no artigo 7º, inciso XVIII, determinou 120 dias de licença à maternidade e estabeleceu a garantia do emprego e do salário à gestante. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, também dispõe sobre a proteção da maternidade. Apenas em 2008, a Lei nº 11.770 prorrogou a licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.

Em 1995, o Estado Brasileiro ratificou a Convenção Interamericana de Direitos Humanos para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, conhecida como "Convenção de Belém do Pará". Em seu texto, a Convenção afirma que a violência é uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, e objetiva acabar com toda forma de violência contra a mulher. Além disso, defende que a erradicação da violência é condição indispensável ao pleno e igualitário desenvolvimento social e individual da mulher (BRASIL, 1996).

Em 2002, entrou em vigor o Decreto nº4228/02 que instituiu em âmbito Federal o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que garante a realização de metas percentuais de participação de afrodes-

cendentes, mulheres e pessoas portadoras de deficiência no preenchimento de cargos em comissão do grupo de Direção e Assessoramento Superiores (BRASIL, 2002). No mesmo ano, o novo Código Civil Brasileiro eliminou todas as discriminações legais contra as mulheres, entre essas, a dependência legal da mulher perante o homem.

Em 2003, a Lei nº 10.745 determinou o ano de 2004 como o "Ano da Mulher" e institui ao Poder Público a divulgação e comemoração desse ano, por meio de programas e atividades, envolvendo a sociedade civil (BRASIL, 2003).

Em 2004, foi realizada a Conferência Ciência Mulher: Mulheres Latino Americanas em Ciências Exatas e da Vida, objetivando reunir pesquisadoras das áreas de exatas de diferentes países da América Latina e gerar um maior estímulo para a participação das mulheres na pesquisa. Ações afirmativas e políticas públicas foram sugeridas ao final do Encontro, entre as quais: estabelecer o direito das bolsistas de doutorado e mestrado de usufruir a licença maternidade paga; criar prêmios de excelência científica para mulheres; solicitar que nos congressos científicos se ofereça um serviço de cuidado de crianças; aumentar e garantir a representatividade das mulheres com o mesmo nível de excelência, em comissões, comitês e conselhos de agências de fomento e de órgãos representativos governamentais e institucionais; e considerar fundamental que os organismos de decisão na área de Ciência e Tecnologia estabeleçam cotas para mulheres, no que se refere ao apoio a projetos de pesquisa e de bolsas no país e no exterior.

Em 2005, o Código Penal Brasileiro passou por uma revisão e eliminou a possibilidade de deixar impune o agressor sexual que casasse com sua vítima, também descriminalizou o adultério, que na

prática punia apenas casos de adultério feminino e retirou a expressão "mulher honesta", existente na conceituação de vítima de alguns crimes sexuais. No mesmo ano, foi criado o Programa Mulher e Ciência, pelo então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações (MCTI), pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), e Ministério da Educação (MEC). O Programa visava promover a participação feminina nas áreas da ciência e na carreira acadêmica e implementou três ações públicas relevantes, a saber: o Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, os Editais Relações de Gênero, Mulheres e Feminismo e o Encontro Pensando Gêneros e Ciências.

Em 2006, foi promulgada a Lei nº11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha, destinada a elaborar mecanismos para impedir, penalizar e derrogar com toda forma de violência doméstica. A Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) classifica as formas de violência contra a mulher: violência física, psicológica, patrimonial, sexual e violência moral. Ainda em 2006, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciência, com o objetivo de estimular e fortalecer a pesquisa e estudos sobre gênero e ciências, e estabelecer medidas que promovessem a participação da mulher na ciência e na academia. Outra iniciativa foi pensada pela L'Oréal Brasil (2006), que em parceria com a Unesco Brasil e Academia Brasileira de Ciências, promovem há 15 anos no Brasil e há 22 anos internacionalmente, o Programa "*For Women in Science*" (Para Mulheres na Ciência). O Programa tem como objetivo transformar o ambiente científico e favorecer a equidade de gêneros no Brasil. Anualmente são escolhidas sete jovens pesquisadoras de diferentes áreas, que são premiadas com uma bolsa-auxílio para ser investida na sua pesquisa. O programa já reconheceu e incentivou 96 cientistas brasileiras.

Em 2015, o Brasil sancionou a Lei do Feminicídio, que alterou o Código Penal e incluiu o feminicídio na classificação de homicídio qualificado (BRASIL, 2015a). A Lei de Participação Feminina na Política, Lei nº 13.165, também de 2015, entre outras alterações, objetiva promover e difundir a participação da mulher na política (BRASIL, 2015b).

Em 2016, a Lei nº 13.243, decidiu sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação, contudo não aludiu sobre questões de gênero, e não dispôs a respeito do incentivo à pesquisa feminina (BRASIL, 2006).

Apenas recentemente, em 2017, uma Lei específica para atender bolsistas com a ocorrência de parto, bem como de adoção é efetivada no país. A Lei nº 13.536 (BRASIL, 2017), dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por Agências de fomento à pesquisa, nos casos de maternidade e de adoção.

E em 2018, a Lei da Importunação Sexual (BRASIL, 2018) entrou em vigor, tipificando os crimes de importunação sexual e viabilizando um tratamento mais adequado aos diversos casos de abuso sofridos por mulheres. A Lei caracteriza um progresso no Direito Penal considerado machista, visto que em casos anteriores à Lei havia escassez de proporcionalidade implicando em situações de impunidade.

Ainda que o Brasil tenha fomentado políticas progressivas, podemos inferir que essas leis ainda são incipientes. O estudo de Neale-Mcfall (2020) aponta que as mulheres têm uma dupla carreira, em um ambiente acadêmico com poucas políticas que apoiam a combinação da maternidade e trabalho acadêmico. Seu estudo mostrou que mais de 80% do corpo docente feminino com filhos se sentem sobrecarregadas e revelaram frustrações com as políticas da univer-

sidade quanto a licença maternidade remunerada (ou falta dela), falta de assistência infantil acessível no campus e falta de clareza em torno das políticas de posse e promoção.

Simultaneamente à criação de leis, é necessário despertar para a consciência de que as escolhas feitas pelas mulheres são pautadas por valores familiares tradicionais patriarcais. Deste modo, para nivelar as condições e perspectivas da mulher em relação ao homem são necessárias políticas que considerem o contexto cultural, na medida em que o lento crescimento do acesso da mulher à ciência, não se converteu em avanço e equidade.

ATUAÇÃO E PRESENÇA FEMININA NA CIÊNCIA BRASILEIRA

Para verificar a efetividade das políticas púbicas acima elencadas, consideramos relevante analisar dados da atuação da mulher na pesquisa, tanto em âmbito estratégico quanto na linha de frente da ciência. Deste modo, algumas perguntas serviram de fio condutor para nossa pesquisa: Quantas reitoras em Universidades Federais existem no Brasil? Quantas mulheres ocupam Secretarias e Diretorias no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações? Quantas mulheres ocupam cargos de alta gestão nas Agências de Fomento? A distribuição de bolsas de pesquisa é igualitária entre homens e mulheres? Quantas mulheres são reconhecidas por suas pesquisas e receberam prêmios na Academia?

Inicialmente comparamos o número de vagas ocupadas por homens e mulheres em cargos executivos de instituições e departamentos relacionados diretamente à pesquisa científica no Brasil (Quadro 1).

Quadro 1: Ocupação de cargos executivos ligados à pesquisa, por gênero.

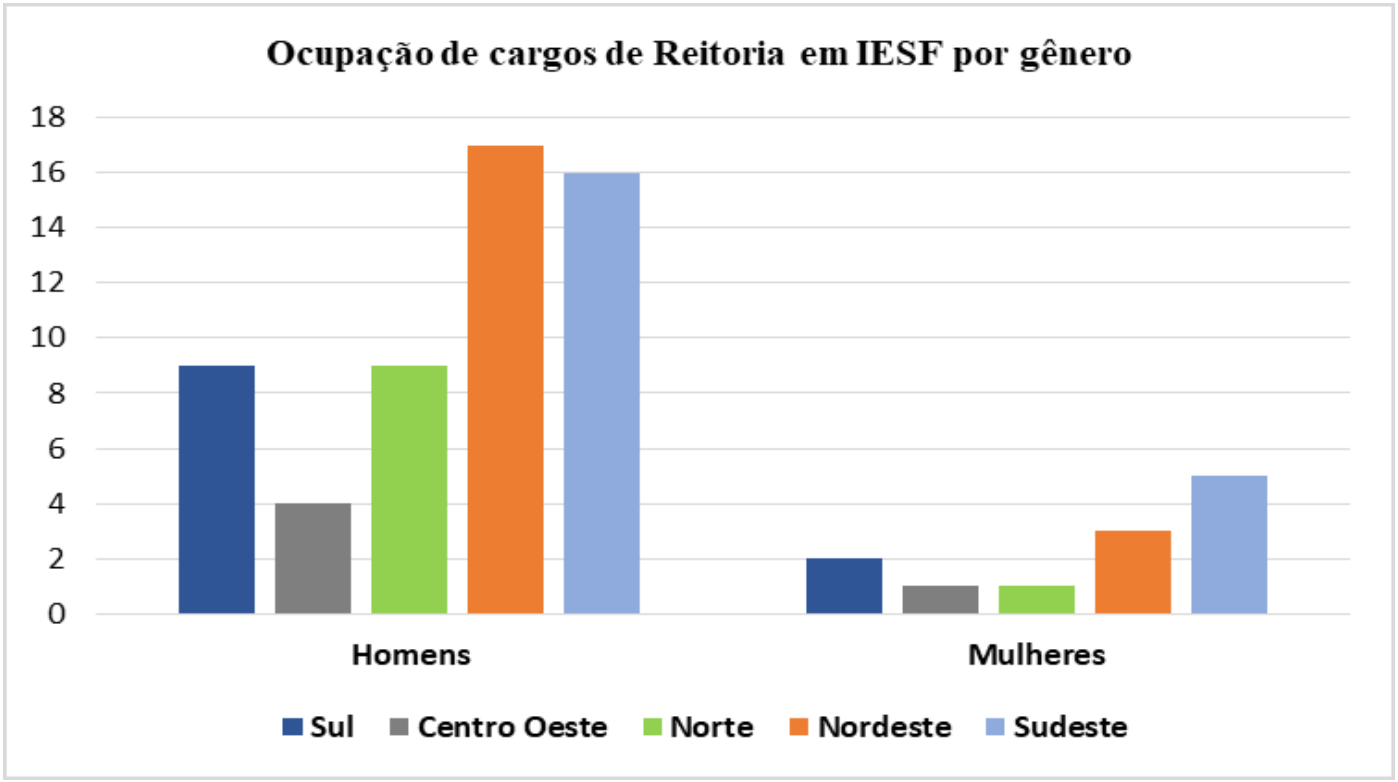
Instituições	Homens	Mulheres
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)		
Ministro	1	0
Secretário de Planejamento, Cooperação, Projetos e Controle	1	0
Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas	1	0
Secretário de Empreendedorismo e Inovação	1	0
Diretor do Departamento de Tecnologias Estruturantes	1	0
Diretor do Departamento de Ecossistemas Inovadores	1	0
Diretor do Departamento De Ciência, Tecnologia e Inovação Digital	1	0
Secretario de Tecnologias Aplicadas	1	0
Diretor do Departamento de Tecnologias Estratégicas e de Produção	1	0
Diretor do Departamento de Tecnologias e Programas de Desenvolvimento Sustentável e Sociais	0	1
SESU (Secretaria de Educação Superior)		
Secretário e Secretário Adjunto	2	0
Diretorias	3	0
Coordenações Gerais	6	4
ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior)		
Presidente	1	0
1º Vice-Presidente	1	0
2º Vice- Presidente	1	0
Reitores de Instituições de Ensino Superior Federais	67	12
CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)		
Presidente	1	0
Membros Natos	5	1
Representantes da comunidade acadêmica	4	3
Representantes do setor empresarial	2	0
CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)		
Presidente	1	0
FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos)		
Diretor Presidente	1	0
Diretoria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DRCT)	1	0
Diretoria de Inovação (DRIN)	1	0
Diretoria Financeira, de Crédito e Captação (DRFC)	1	0
Diretoria Administrativa (DADM)	1	0

Fonte: As autoras (2020)

Evidenciamos a baixa atuação da mulher em cargos diretivos considerados estratégicos e definidores de políticas públicas. Em alguma medida, estes dados denotam a invisibilidade feminina na cúpula da ciência nacional e este resultado pode estar apoiado numa cultura que ainda não valoriza as competências da mulher, para além do ambiente familiar. Com o intuito de identificar se existe um viés contra o sexo feminino baseado em competências, Moss-Racusin *et al.* (2012) analisaram processos de seleção para cargos de liderança na ciência, e constataram que candidatos masculinos foram avaliados como notavelmente mais competentes e contratáveis que as candidatas femininas com currículos idênticos aos pares masculinos. Os responsáveis pela seleção também firmaram um salário inicial mais alto e ofereceram maior orientação profissional ao candidato masculino. O estudo concluiu que as mulheres estão menos propensas a serem contratadas, ainda que com currículos idênticos, porque são vistas como menos competentes em geral.

Embora, tanto na rede privada quanto na rede pública, existam mais homens atuando como docentes (INEP, 2018), destacamos que das 67 Instituições de Ensino Superior Federais (IESF) no País, menos de 18% dos cargos de Reitoria são ocupados por mulheres (Gráfico 1).

Gráfico 1: Ocupação dos cargos de reitoria em IESF por gênero.



Fonte: As autoras (2020)

A discrepância de gênero revelada na ocupação destas funções universitárias explicita a hegemonia masculina em cargos de chefia. Consequentemente, não há garantias de acesso, de oportunidade e de equidade à mulher, que assegurem efetivamente sua participação ativa na ciência. Como foi demonstrado por Neale-Mcfall (2020), quando as mulheres estão envolvidas em políticas institucionais e em tomadas de decisões, sendo ouvidas e valorizadas, há um aumento da satisfação no trabalho.

Djamila Riberio (2017) cunhou a expressão "lugar de fala" para explicar os direitos de autorepresentação das minorias, ou seja, quando se tem apenas homens gerenciando a pesquisa no Brasil, pode-se supor que estes irão privilegiar seus próprios interesses e de seus pares. E vários fatores podem justificar esta situação, como: a falta

de conhecimento do universo feminino, fatores histórico-culturais machistas e a falácia de que a mulher é menos competente.

Entretanto, dados da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior (Capes), mostram que as mulheres são maioria na pós-graduação. Em 2015, na modalidade de doutorado, havia um total de 54.491 mulheres matriculadas e 10.141 tituladas, ao passo que os homens somaram 47.877 matrículas e 8.484 títulos.

A integração da mulher na ciência também pode ser verificada a partir da distribuição de bolsas de estudo concedidas por Agências de governo que financiam o setor, como é o caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Estatísticas apresentadas pelo CNPq[2] revelam que 46,48% das bolsas de pesquisa foram concedidas às mulheres, evidenciando relativa igualdade entre os gêneros. Nas modalidades de mestrado, doutorado e pós-doutorado as mulheres superam os homens na distribuição de bolsas (MCTIC, 2020).

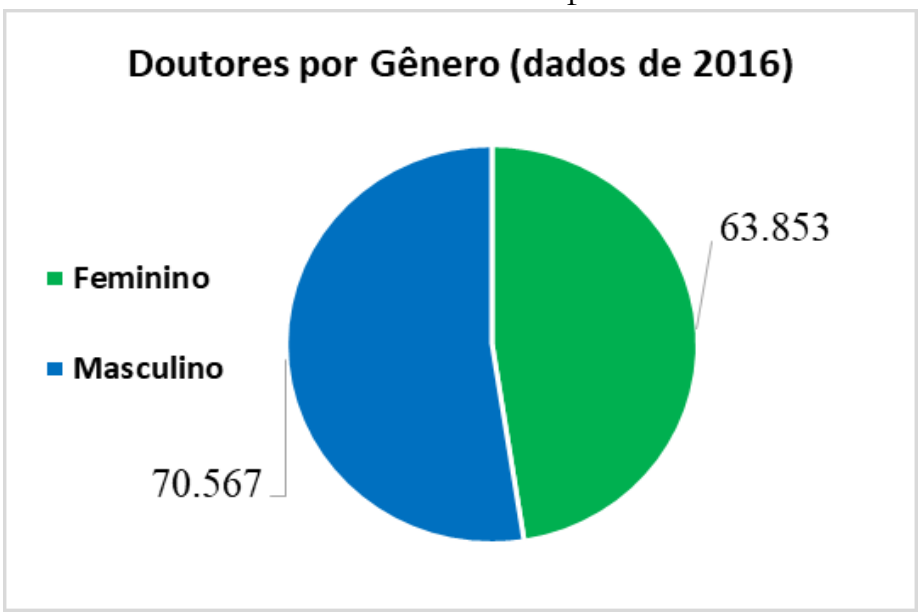
No entanto, a distribuição de Bolsas Produtividade em Pesquisa permanecem desiguais, e apenas 35,54% são ocupadas por mulheres (MCTIC, 2020). Bolsistas de Produtividade representam os indivíduos com nível de produção e impacto científico elevados (SPILKI, 2013). A assimetria na distribuição desta modalidade de Bolsa, destinada a pesquisadores considerados de elite (Picinin, 2014), confirma as dificuldades enfrentadas pelas mulheres na ascendência da carreira acadêmica. Este resultado corrobora com a pesquisa de Garcia e Duarte

2. Os dados da plataforma estão atualizados até 2015 e foram contabilizadas as bolsas de Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, Produtividade em pesquisa e estimulo à inovação para Competitividade (MCTIC, 2020).

(2017) e denuncia a menor velocidade com que ascendem na carreira, fenômeno denominado por Vaz (2013) como "telhado de vidro".

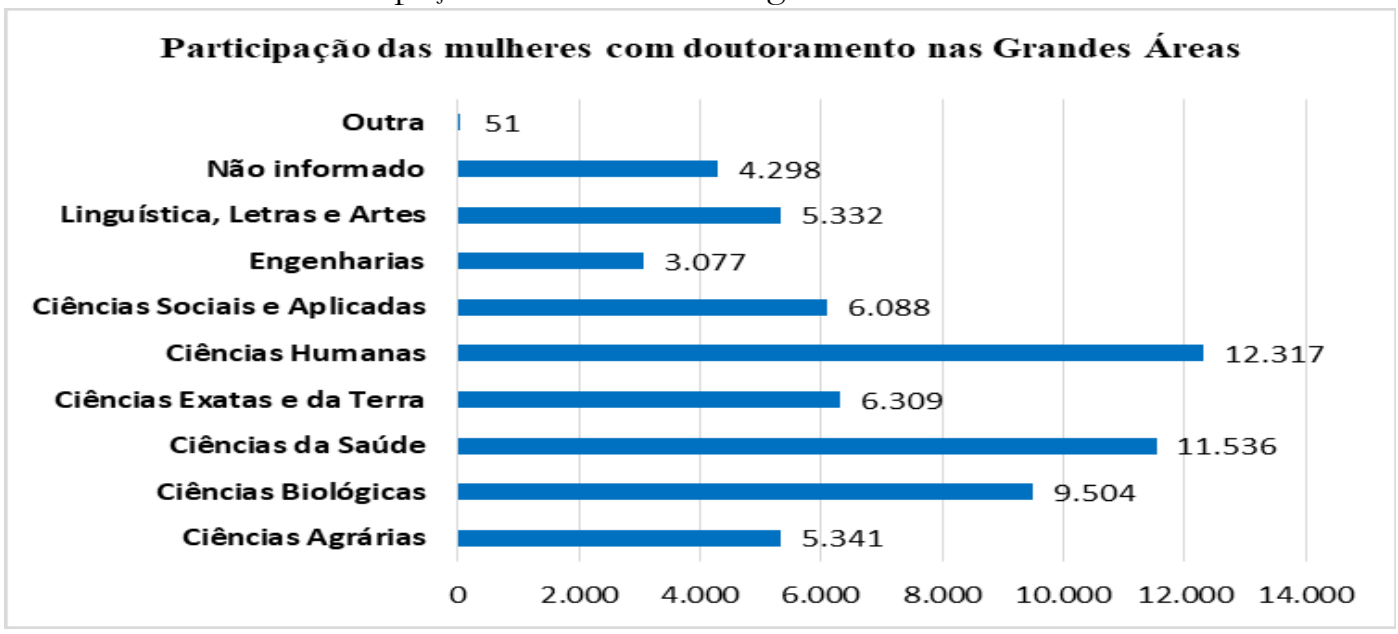
Conforme dados extraídos da base de Currículos Lattes[3] na plataforma do CNPq, as mulheres ainda são minoria na pesquisa, representando 47,50% do total de doutores no País, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Doutores por sexo



Fonte: Adaptado de Plataforma Lattes (2020)

Gráfico 3: Participação das mulheres nas grandes Áreas do conhecimento



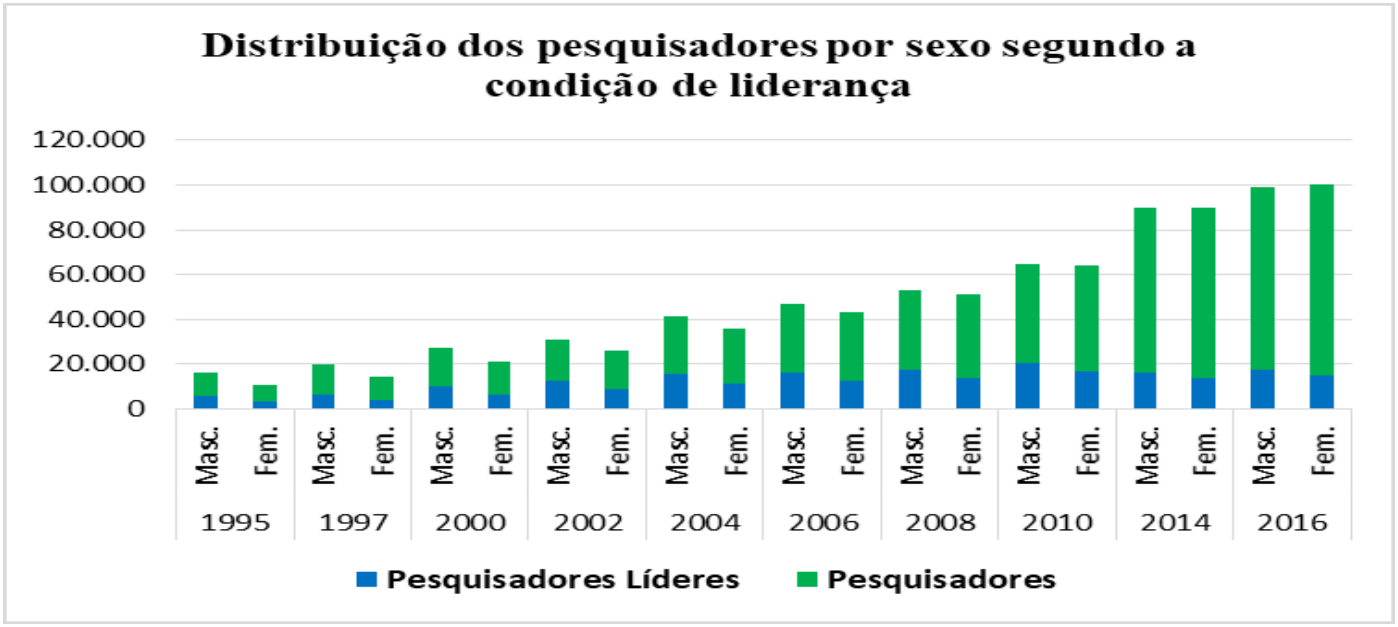
Fonte: Adaptado de Plataforma Lattes (2020)

3. Dados atualizados em 30/11/2016.

Outro dado fornecido pelo CNPq, refere-se a participação feminina nas grandes Áreas do Conhecimento (Gráfico 3). É possível evidenciar que a representatividade das mulheres nas Engenharias é de apenas 4,82%. Já nas Ciências Humanas e da Saúde representam 19,29% e 18,07% respectivamente.

Quando observamos a distribuição dos pesquisadores por sexo, segundo a condição de liderança de pesquisadores cadastrados na base Lattes (Gráfico 4) é possível reconhecer que houve crescimento do número de mulheres que estão assumindo posições de pesquisadoras (associadas a grupos de pesquisa) e pesquisadoras-líderes (coordenadoras/responsáveis pelo grupo de pesquisa).

Gráfico 4 – Distribuição dos pesquisadores por sexo segundo a liderança



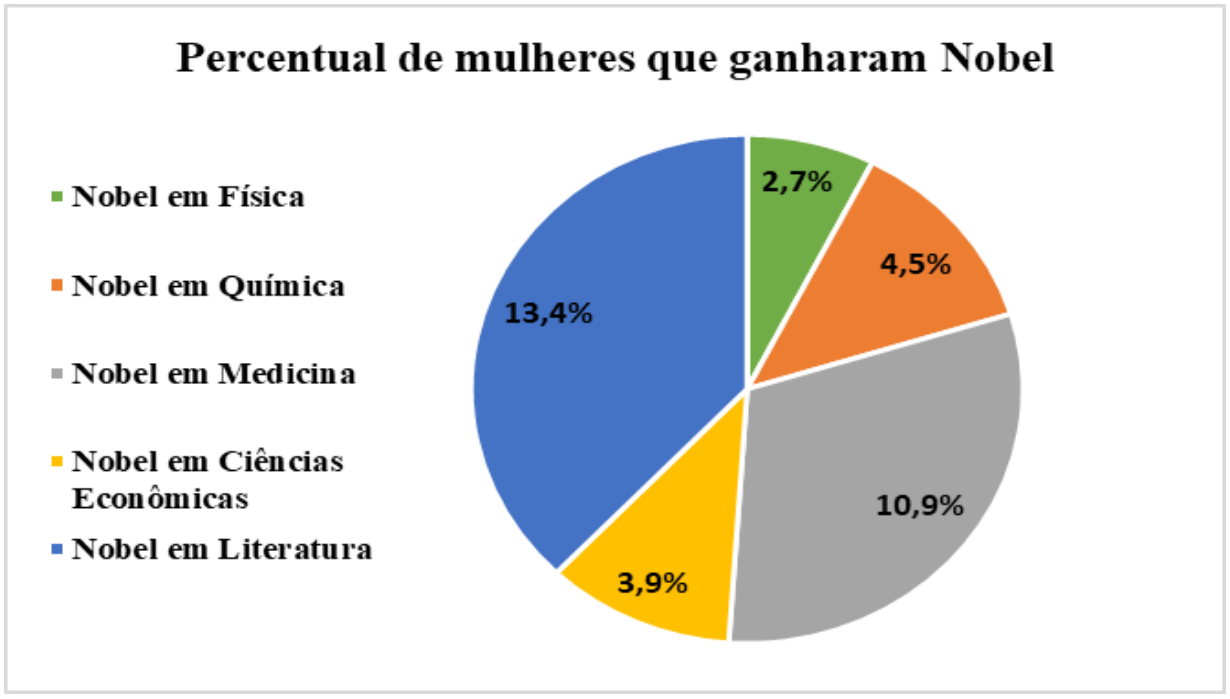
Fonte: CNPq (2020)

Entre 1995 e 2016, a participação das mulheres como pesquisadoras passou de 7.324 para 85.422, um crescimento percentual de 1.066,33%. Enquanto que os homens passaram de 10.602 pesquisadores para 81.688, com crescimento relativamente menor, de 670,50%. Com relação aos Pesquisadores-Líderes, posição de maior

destaque e reconhecimento no meio científico e acadêmico, em 1995 as mulheres correspondiam a 3.020 pesquisadoras, passando em 2016 para 15.092, quase 400% de crescimento. Os homens em condição de liderança, em 1995 representavam 5.820 e em 2016 passaram para 17.326, com crescimento de 197,70%. Constata-se que o aumento de pesquisadores do sexo feminino foi expressivo nos últimos anos e ultrapassou os homens. Contudo, na categoria de pesquisadores líderes, em números absolutos, as mulheres ainda são minoria, mas tiveram um crescimento percentual superior ao masculino.

No que tange ao reconhecimento da pesquisa científica internacional, ressaltamos o Prêmio Nobel. Dentre os 597 cientistas premiados nas diferentes áreas do conhecimento, apenas 53 foram mulheres. Desconsiderando o Prêmio da Paz, que não se configura como campo científico, o Gráfico 5 apresenta os percentuais de participação feminina nas demais áreas.

Gráfico 5 – Mulheres no Nobel

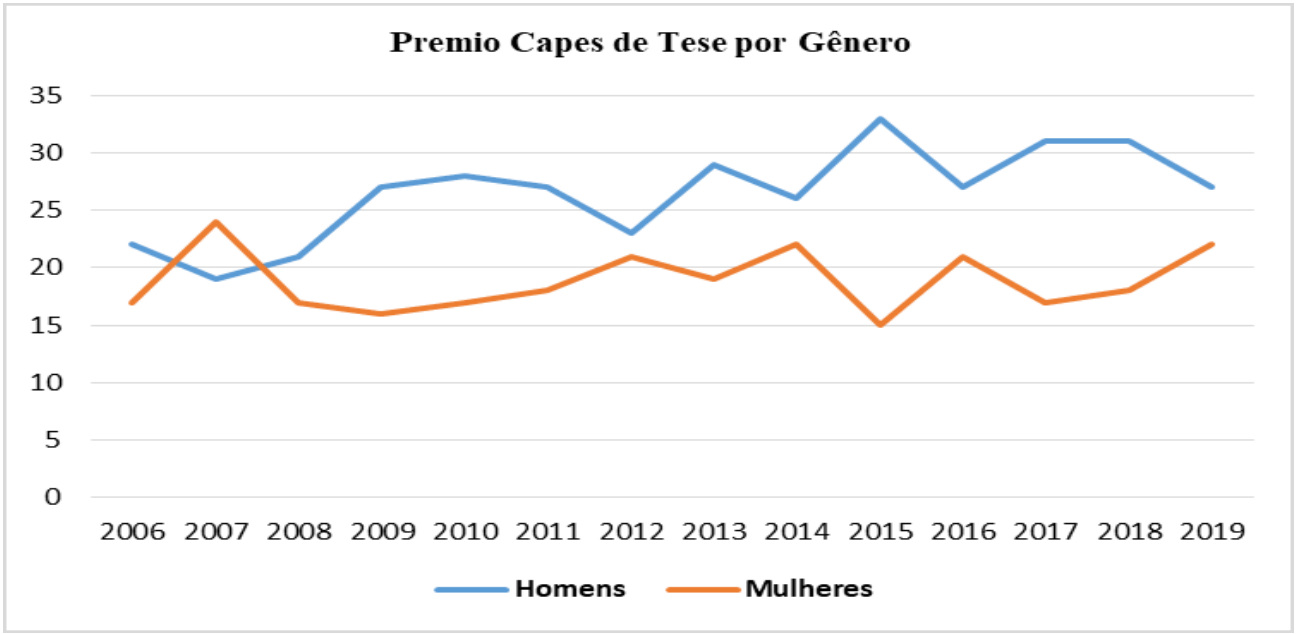


Fonte: Adaptado de Nobel Prize (2020).

A ínfima quantidade de mulheres premiadas com o Nobel se relaciona com os baixos índices de representação feminina nos cargos de alta gestão, e confirma a urgente necessidade de políticas públicas voltadas à equidade de gênero. A contínua existência de comportamentos androcêntricos baseados no contexto histórico e cultural do patriarcado, até o presente, desvaloriza e pretere as mulheres para funções auxiliares nas ciências.

Em nível nacional, citamos como exemplo o Prêmio Capes de Tese que desde 2006, seleciona anualmente a melhor tese de doutorado por área do conhecimento. O número de homens e mulheres premiados no período entre 2006 e 2019 é apresentada no Gráfico 6.

Gráfico 6: Prêmio Capes de Tese por Gênero



Fonte: Adaptado de Capes (2020)

Notamos significativa discrepância entre homens e mulheres laureados com o prêmio Capes. Considerando o total de prêmios entre 2006 e 2019, os homens obtiveram quase 59% das honrarias. Este resultado reafirma que estamos diante de um problema que não implica exclusivamente no âmbito jurídico e político, mas sobretudo

tem sua gênese e munição fortemente consolidados na tradição e na cultura patriarcal. Neste sentido, Silva e Ribeiro (2011) destacam a necessidade de olharmos criticamente para as relações entre gênero e ciência, que acarreta numa necessária e urgente problematização de determinadas "verdades" cristalizadas na história.

Os dados apresentados até aqui indicam que, se por um lado as mulheres têm participado cada vez mais da pesquisa científica no Brasil, em contrapartida, ainda não prosperaram em funções consideradas estratégicas e de destaque além de que, em alguma medida, não são reconhecidas pela ciência. As relações de poder que ainda permeiam o fazer científico, mesmo que na retaguarda das abordagens feministas pós-estruturalistas, mantêm as mulheres em posição de desvantagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de mais de uma década de políticas destinadas à igualdade de gênero, objetivando melhorar as relações que envolvem os direitos fundamentais da mulher, esta análise mostrou a carência de políticas específicas de incentivo e garantia da atuação da mulher no campo científico e especialmente a baixa efetividade das políticas já existentes.

Verifica-se alguma paridade nos dados referentes ao número de doutores, de pesquisadores e na distribuição de bolsas de doutoramento. Mas o mesmo não acontece nos dados relativos a cargos de liderança, bolsa Produtividade e premiações. Pode-se inferir que as políticas públicas existentes no Brasil, em alguma medida promovem igualdade, contudo não garantem a tão almejada e necessária equi-

dade de gêneros. A estagnação do papel da mulher como subalterna pode ser entendida como uma das sequelas do ciclo de dominação patriarcal, em que, os homens perduram dominando o espaço científico, em cargos de gestão e de notoriedade. O primeiro paradigma que precisa ser quebrado é esse ciclo de prevalência do masculino sobre o feminino, que garante a baixa efetivação de políticas e a baixa participação feminina em funções proeminentes.

Apesar da existência de dispositivos legais tencionados à proteção da mulher e a garantia da igualdade de gêneros, existe um visível descompasso entre as leis e a práxis. Entendemos que o ambiente em que a mulher está inserida é fator determinante das oportunidades que lhe são dadas. Para que ocorra, de fato, a mudança dentro da ciência e da sociedade é preciso romper um segundo paradigma, e considerar a mulher não apenas como agente de transformação, mas levar em conta o contexto em que está inserida.

A desigualdade de gênero na ciência precisa entrar novamente na pauta do debate político, criando políticas que considerem defender um equilíbrio entre trabalho e família, refutando o terceiro paradigma, o estereótipo de que as mulheres são excelentes cuidadoras, mas não têm potencial para discutir políticas.

Apesar da neutralidade e imparcialidade serem princípios fundamentais para o fazer ciência, na realidade concreta e na perspectiva de gênero, o meio acadêmico e científico ainda são tendenciosos e parciais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. C. E.; GUIMARÃES, J. A. Brazil's growing production of scientific articles: how are we doing with review articles and other qualitative indicators? Scientometrics, v. 97, n. 2, p. 287-315, Nov. 2013.

BEDI, Gillinder; VAN DAM, Nicholas T.; MUNAFO, Marcus**.** Gender inequality in awarded research grants. **The Lancet**, v. 380, n. 9840, p. 474, 2012.

BRASIL. Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, 1979. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 21 de março de 1984, Seção 1, Página 4018 (Publicação Original).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 05 de outubro de 1988, nº 191 – A (Publicação Original).

BRASIL, Decreto nº 1.973, de 01 de agosto de 1996. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Lei nº 4.228, de 13 de maio de 2002. Institui, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de maio de 2002. Seção 1, Pág. 6.

BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Mulher e Ciência**. 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4175&catid=212. Acesso em 20 de jul. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.745, de 09 de outubro de 2003. Institui o ano de 2004 como o "Ano da Mulher". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de outubro de 2003. Seção 1, Pág. 2.

BRASIL. Lei N.°11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de agosto de 2006. Seção 1, Pág. 1.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015a. Altera o Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072/1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 de março de 2015. Seção 1, Pág. 1.

BRASIL. Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015b. Altera o Código Eleitoral, para reduzir os custos das campanhas eleitorais, simplificar a administração dos Partidos Políticos e incentivar a participação feminina. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 de novembro de 2015. Seção 1, Pág. 1. (Promulgação de Vetos).

BRASIL. Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 de janeiro de 2016. Seção 1, Pág. 1.

BRASIL. Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de dezembro de 2017. Seção 1, Pág. 1.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. Altera o Código Penal, para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de setembro de 2018. Seção 1, Pág. 2.

BORNMANN, Lutz; WAGNER, Caroline; LEYDESDORFF, Loet. BRICS countries and scientific excellence: A bibliometric analysis of most frequently cited papers. **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 66, n. 7, p. 1507-1513, 2015.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Mulheres são maioria na pós-graduação brasileira**, 2017. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/8315-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-brasileira>. Acesso em 13 de jul. 2020.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Prêmio Capes de Tese**. Disponível em https://www.capes.gov.br/premiocapesdetese?view=default. Acesso em 23 de jul. 2020.

CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Séries Históricas. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-e-sexo>. Acesso em 23 de jul. 2020.

CONFERÊNCIA MULHERES LATINO AMERICANAS EM CIÊNCIAS EXATAS E DA VIDA. 2004. Disponível em < http://www.cbpf.br/~mulher/>. Acesso em 23 de jul. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DUCH, Jordi; ZENG, XHT, SALES-PARDO, M., RADICCHI, F., OTIS, S., WOODRUFF, TK e AMARAL, LAN. O possível papel dos requisitos de recursos e o risco de escolha da carreira acadêmica nas diferenças de gênero na taxa de publicação e no impacto. **PloS one,** v. 7, n. 12, p. e51332, 2012.

ELSEVIER. **Gender in the Global Research Landscape**: Analysis of Research Performance Through a Gender Lens Across 20 Years, 12 Geographies, and 27 Subject Ares. Elsevier, 2017.

ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS. Brasília, março de 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_generos.pdf>. Acesso em 24 de jul. 2020.

ETZKOWITZ, Henry; KEMELGOR, Carol. Introdução: DESIGUALDADE DE GÊNERO EM CIÊNCIA: UMA CONDIÇÃO UNIVERSAL? **Minerva**, v. 39, n. 2, p. 153-174, 2001.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. Equidade de sexo e gênero na pesquisa e na publicação científica. **Epidemiol. Serv. Saúde,** v. 26, nº 3, jul. –set. 2017.

GUEDES, Moema de C. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, p. 117-132, 2008.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2018, Notas Estatísticas. Brasília-DF Inep, 2019. Disponível em < http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf>. Acesso em 20 de jul. 2020.

KNOBLOCH-WESTERWICK, Silvia; GLYNN, Carroll J. The Matilda effect—Role congruity effects on scholarly communication: A citation analysis of Communication Research and Journal of Communication articles. **Communication Research**, v. 40, n. 1, p. 3-26, 2013.

LARIVIÈRE, Vincent et al. Bibliometria: disparidades globais de gênero na ciência. **Nature News**, v. 504, n. 7479, p. 211, 2013.

LETA, J., CARISEY, M., SÉCHET, P.; OHAYON, P. As mulheres na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação: uma comparação Brasil/França. **Revista do Serviço Público**, v. 57, n. 4, p. 531-548, 2006.

LETA, Jacqueline; LEWISON, Grant. The contribution of women in Brazilian science: A case study in astronomy, immunology and oceanography. **Scientometrics,** v. 57, n. 3, p. 339-353, 2003.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LIEVORE, Caroline; PICININ, Claudia T.; PILATTI, Luiz Alberto. As áreas do conhecimento na pós-graduação stricto sensu brasileira: crescimento longitudinal entre 1995 e 2014. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 207-237, 2017.

LIEVORE, Caroline; PICININ, Claudia Tania; PILATTI, Luiz Alberto. Brazilian's Graduate Programs: Research and Development from 1995 to 2017. **Interchange**, v. 50, n. 2, p. 249-271, 2019.

LINCOLN, Anne E; PINCUS, S., KOSTER, J. B.; LEBOY, P. S. The Matilda effect in science: Awards and prizes in the US, 1990s and 2000s. **Social Studies of Science**, v. 42, n. 2, p. 307-320, 2012.

L'ORÉAL, Programa "**Para Mulheres na Ciência**" 2006. Disponível em <https://www.paramulheresnaciencia.com.br/>. Acesso em 20 de jul. 2020.

MERTON, Robert K. The Matthew effect in science: The reward and communication systems of science are considered. **Science,** v. 159, n. 3810, p. 56-63, 1968.

MCTIC (Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações). Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **Estatísticas** [Internet]. Brasília: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; 2020. Disponível em: Disponível em: http://cnpq.br/estatisticas1. Acesso em 08 jul. 2020.

MOSS-RACUSIN, Corinne A. DOVIDIO, J. F., BRESCOLL, V. L., GRAHAM, M. J., & HANDELSMAN, J. Science faculty's subtle gender biases favor male students. **Proceedings of the national academy of sciences**, v. 109, n. 41, p. 16474-16479, 2012.

NEALE-MCFALL, Cheryl. Job Satisfaction, Enrichment, and Institutional Policy: Listening to Faculty Mothers. **Journal of Women and Gender in Higher Education**, v. 13, n. 1, p. 56-71, 2020.

NIELSEN, Mathias Wullum. Gender inequality and research performance: moving beyond individual-meritocratic explanations of academic advancement. **Studies in Higher Education**, v. 41, n. 11, p. 2044-2060, 2016.

NOBEL PRIZE. **Nobel Prizes and Laureates**. Disponível em <web. https://www.nobelprize.org/prizes/>. Acesso em 23 de jul. 2020.

PICININ, Claudia T. **A produção técnico-científica dos bolsistas de produtividade e professores dos Programas de Pós-graduação da área de Administração**: uma análise da área no triênio 2010-2012. 2014. Tese de Doutorado. Universidade Positivo.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda effect in science. **Social Studies of Science**, v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.

RUSS, Joanna. Anomalousness. **Feminisms:** An anthology of literary theory and criticis, p. 97, 1997.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência**. Bauru: Edusc, p. 32, 2001.

SILVA, Fabiane F.; RIBEIRO, Paula R. Costa. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as diferenças de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**, n. 10, 2011.

SPILKI, F. R. Perfil dos bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) na área de Medicina Veterinária. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 33, n. 2, p. 205-213, 2013.

WARD, Kelly; WOLF-WENDEL, Lisa. Mothering and professing: Critical choices and the academic career. **Journal About Women in Higher Education**, v. 10, n. 3, p. 229-244, 2017.

WEST, JD, JACQUET, J., KING, MM, CORRELL, SJ E BERGSTROM, CT. O papel do gênero na autoria acadêmica. **PloS one**, v. 8, n. 7, 2013.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil**. Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 765-790, 2013.

VELHO, Léa; LÉON, Helena. A construção social da produção científica por mulheres**. Cadernos Pagu**, 1998.

VON ROTEN, Fabienne Crettaz. Gender differences in scientists' public outreach and engagement activities. **Science Communication**, v. 33, n. 1, p. 52-75, 2011.

CAPÍTULO 7

MULHERES NA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: A VOZ FEMININA NA POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Débora Amaral Taveira Mello (UTFPR)

Giovana Blitzkow Scucato dos Santos (UTFPR)

Josie Agatha Parrilha da Silva (UEPG)

Marcos Cesar Danhoni Neves (UEM)

"Ignoramos a compreensão pública da ciência por nossa conta e risco"
Eugenie Scott[1]

INTRODUÇÃO

Desde os mais tenros anos de vida, as mulheres, então meninas, são alvo de estereótipos mais ligados às emoções e menos ao raciocínio lógico, característica esta ligada ao mundo do imaginário

1. **Eugenie Carol Scott** é antropóloga. Foi Diretora executiva da *National Center for Science Education* (NCSE). É uma das principais críticas de pseudociências como o criacionismo e o design inteligente. Muito importante dois de seus livros: *Evolution vs Creationism: an Intorduction* (Greenwood, 2004) e *Not in Our Classrooms: Why Inteligent Design is Wrong in Our Schools* (Beacon Press, 2006).

masculino. Partindo dessa fantasiosa premissa, as mulheres são estigmatizadas, ligadas a afazeres menos afeitos à produção de conteúdos científicos, pois careceriam do "essencial", e seriam mais passíveis ao erro, pois apelariam para a sensibilidade, ternura, passividade, dependência e, como dito anteriormente, a emoções em demasiado. Assim sendo, as mulheres estariam subjugadas às atividades que são "mais adequadas" para estas características: trabalhos domésticos, cuidado dos filhos e do marido. Uma vida dedicada ao lar.

Durante a história da humanidade as razões pelas quais as mulheres foram oprimidas se mantêm, porém "os mecanismos da opressão mudam conforme os contextos históricos e sociais" (SILVA, 2008, p. 05). Os opressores sempre foram capazes de criar justificativas para que pudessem se manter em posição de dominação. No século XIX, com o surgimento do que hoje é conhecido como *Belle Époque* na França, houve uma repercussão nas ideias contrárias à ignorância e com ideais "igualitários". Neste período há o surgimento da possibilidade de as mulheres tomarem novas posições, incluindo a "possibilidade" de estudar e construir carreiras. Salientamos aqui as aspas colocadas em igualitários e possibilidades, pois de igualitário ainda hoje há um longo caminho a percorrer e de possibilidades os estereótipos citados anteriormente perduram apesar das conquistas.

Nesta "Bela Época" na França do século XIX, apesar das mulheres, com muito custo, terem tido portas abertas para perseguir estudos e tomarem posições antes exclusivamente masculinas, muitos cientistas (homens) da época salientavam as diferenças biológicas entre os gêneros apoiados na "ciência" (SILVA, 2008).

Agora, em pleno século XXI, este diálogo permanece indispensável, pois apesar das inúmeras conquistas femininas que permitiram que mais mulheres pudessem ocupar seu espaço na sociedade, ainda existe uma preservação e manutenção de estereótipos.

Entre muitas razões sociais que implicam nesta manutenção da imagem feminina como frágeis, dependentes e emotivas, são a falta de conhecimento científico, o que faz com que a sociedade se apoie em falácias antigas sobre os aspectos corrompidos a respeito da feminilidade. Neste sentido se dá a necessidade de saber e entender ciência. Assim a literacia científica se faz essencial para quebrar pensamentos sexistas. Mais que isso, a literacia científica auxilia na vida cotidiana, tendo em vista que a ciências e tecnologias cada vez mais fazem parte da rotina atual. Comunicar ciência é fazer com que o leigo tenha informações sobre ciência e cria uma exposição às questões científicas por meio desta divulgação.

O termo "scientific literacy" aparece pela primeira vez no artigo Science Literacy: Its Meaning for American Schools de Hurd (1958), quando aponta sua preocupação, anos mais tarde quando diz que "o propósito da educação em ciências deve ser as contribuições que a ciência faz para a vida pública e para o bem comum"(HURD, 1998, p. 408), apontando que meados de 1950 os currículos das escolas norte-americanas não eram adequados nesta perspectiva e, mais recentemente em 1998 diz que ainda há um amplo campo de aprimoramentos.

Unindo a importância da alfabetização científica com a fala feminina em questões de ciência abrimos um campo de discussões. O comunicar ciência é essencial para despertar o interesse e desmistificar

o mundo. A mulher deve fazer parte disso para que meninas e meninos cresçam sabendo que também é o papel da mulher desenvolver e estudar ciência tirando esta posição como exclusivamente masculina, como perdurou ao longo de muitos séculos. Deve existir uma representatividade para que as crianças possam se espelhar e desejar isso para si, deste modo quebrando a figura de cientista criada e aleitada no imaginário popular.

Em mídias populares, como o cinema, existe uma austera representação depreciativa à imagem de mulheres cientistas. Suas capacidades não se comparam às dos personagens masculinos, e suas imagens devem ser agradáveis aos olhos objetificantes já treinados do público. Majoritariamente colocadas à sombra dos homens, as mulheres lutam há séculos para provar seu valor e se estabelecer na comunidade científica. Mesmo se provando perfeitamente competentes, ainda são arduamente questionadas quanto às suas capacidades profissionais.

Tudo isso pode e deve ser usado para inspirar novas gerações a se interessarem por ciência. São inúmeras as cientistas mulheres na história, e as que neste momento fazem esse trabalho devem também pensar em como atrair as meninas de hoje a se tornarem também grandes cientistas. Mostrar que essa profissional é alguém que elas também podem ser, alguém com quem se identifiquem e tenham como modelo, é um passo importante para desmistificar a imagem torta existente sobre o que é ser uma cientista.

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA

A alfabetização científica, literacia científica ou letramento científico, é um conceito relativamente recente e se define, sucintamente, pela capacidade do indivíduo no que tange seu domínio, articulação e utilização de noções básicas da ciência. (COSTA; RIBEIRO; ZOMPERO, 2015). A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico[2] (OCED – sigla em inglês) é uma organização econômica intergovernamental composta por 38 países e que se ocupa, entre outras atividades, em realizar o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes[3] (PISA – sigla em inglês) que define alfabetização científica como "a capacidade de usar o conhecimento científico para identificar questões e tirar conclusões baseadas em evidências, a fim de compreender e ajudar a tomar decisões" (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2000, p. 76) tais decisões afetam a atividade humana e modifica o modo como o sujeito encara as situações cotidianas.

A edição de 2015 de PISA (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2017) vai além e complementa que a alfabetização científica cria um cidadãos reflexivos. E são estes cidadãos se envolverão com as ideias relacionadas à ciência e serão capazes de desenvolver um discurso racional, contemplando competências que explicam fenômenos científicos e sejam capazes de interpretar evidências e dados apoiados na ciência. Esta capacidade permite a compreensão cientifica ao articular e estabelecer relações do que acontece no cotidiano, aplicando conteúdos científicos em suas vidas pessoais e públicas, tornando-os autossuficien-

2. Organisation for Economic Co-Operation and Development
3. Program for International Student Assessment

tes na tomada de decisões conscientes e modificando a forma como atuam em sociedade. Vale frisar que a educação científica deve antes de tudo fazer parte do ensino formal, desde os primeiros anos da vida escolar e ir se desenvolvendo ao longo da caminhada educativa.

No que tange às decisões tomadas em conjunto, a *Royal Society* (1985), instituição que fomenta o conhecimento científico, salienta a importância da Alfabetização Científica considerando cada cidadão como seres dotados da capacidade de tomar decisões de cunho político, mas também de outras decisões que envolvem o mundo da subjetividade da Natureza e, portanto, de sua linguagem: a ciência. O pensamento mágico e fantasioso daqueles que ignoram ou negam a ciência levam a colocar como representantes do estado pessoas que não só não terão compromisso com a educação, mas que também multiplicam o negacionismo e tomam decisões contrárias ao saber científico. Este cenário foi claramente visto durante a pandemia da COVID-19 no decorrer do ano de 2020, as populações que elegeram políticos com menor afinidade, ou aversão à ciência, foram os que tiveram maior dificuldades em superar este momento crítico da história moderna. Citando em especial os Estados Unidos e o Brasil, ambos países com presidentes vocais em suas visões anticientíficas, influenciaram o povo a ir contrário às recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS e de especialistas, o que ocasionou milhares de mortos e, no caso do Brasil, um altíssimo desperdício de dinheiro público. Em uma entrevista à Revista *ComCiência*, a bióloga e popularizadora da ciência Natália Pasternak afirma que "o problema não é acesso à informação, é a compreensão da informação" (HAFIZ; VAZ; REVADAM, 2020, on-line).

Já no que diz respeito à vida pessoal a Royal Society (1985, p. 06) frisa: "Muitas decisões pessoais, por exemplo sobre dieta, vacinação, higiene pessoal ou segurança em casa e no trabalho, seriam ajudadas por alguma compreensão da Ciência subjacente". Isso muda o modo como o sujeito encara a vida, escolhendo o que comer, comprar e como se cuidar segundo seus conhecimentos baseados na ciência. Deste modo, estas pessoas são menos propensas a fazer dietas mirabolantes e adquirir produtos que são meramente um gasto, não entregam o que prometem ou, no pior dos casos, são prejudiciais à saúde e ao bem-estar do indivíduo.

A alfabetização científica inclui domínio de conteúdo das áreas do conhecimento como Química, Biologia, Física, Matemática, Ecologia, Tecnologias, citando alguns exemplos. Mas vai além. Para fundamentar estes conhecimentos é necessário noções sobre o método científico, ser capaz observar correlações de causa e efeito, de interpretar texto e de leitura de dados em gráficos.

Davis (1935) contempla em sua pesquisa alguns objetivos que eram um prelúdio para o desenvolvimento da Alfabetização Científica. O autor diz: "Nessa filosofia, reconhecemos que o propósito da ciência é desenvolver a capacidade do indivíduo de resolver os problemas que o confrontam" (DAVIS, 1935, p. 117).

Um país precisa letrar seu povo muito além do alfabeto. A alfabetização científica é uma concepção progressista e libertária. Ignorar a necessidade de alfabetizar a população para conceitos científicos pode ser um preço muito alto a se pagar. O negacionismo da ciência e a popularização de ideias anticientíficas, como o ceticismo em relação ao aquecimento global ou os defensores da terra plana, não afe-

tam pontualmente em determinado aspecto da vida pessoal e social. Isso influencia a vida em sociedade causando danos irreversíveis, como no caso da pandemia, como citado anteriormente. Este obscurantismo e anticientificismo pelo qual o Brasil atravessa em 2020 é liderado por desconfianças infundadas que expressam o desconhecimento e descrença na ciência (SENA JÚNIOR, 2019). Estes são os sintomas de que padece o Brasil, infectado por representantes que escolheram a dedo um Ministro da Educação que é contra o ensino, o conhecimento e a ciência.

Dado isso, existe a necessidade de falar mais sobre ciência e salientar, não apenas em sala de aula, a necessidade e benefícios do saber científico.

DIVULGAÇÃO DA CIÊNCIA

A divulgação de ciência se desdobra por diversos meios. Podem ser por livros, por revistas e jornais, programas de televisão, rádio, ou mais recentemente espalhados em diversos canais de Youtube na internet, sites e blogs. O que todos estes têm em comum é a tentativa de apresentar conteúdos científicos para o público leigo de modo que sejam compreendidos, com os objetivos de informar e despertar o interesse pela ciência.

Vogt, Cerqueira e Kanashiro (2008, p. 02) afirmam que a divulgação científica vem para "preencher uma lacuna de informação que o leigo não tem em relação à ciência, isto é, que o leigo é, portanto, analfabeto cientificamente". Em muitos campos estas informações vêm por meio de publicações de curiosidades, como, por exemplo, por meio de revistas *Superinteressante* da Editora Abril ou a *Revista*

Galileu da Editora Globo, principalmente antes da popularização internet. Estas revistas traziam singularidades de ciência em recortes que supriam o desejo de sanar curiosidades e serviam muito como entretenimento. Sua linguagem, diagramação e comunicação visual demonstravam isso.

Vivemos em uma era de crescentes avanços científicos sem precedentes, aproximando a ciência e tecnologia para o cotidiano de todos. Em contra partida, passamos por um momento em que as pessoas têm pouco entendimento sobre a ciência. Dados apresentados da PISA 2015 (ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, 2015)"title":"PISA 2015 results (volume i mostram a proficiência de estudantes de diversos países do mundo, e o Brasil se posiciona entre os que obtiveram os piores resultados nos testes aplicados, muito abaixo da média. Segundo sua classificação, os alunos com tais resultados não são capazes articular o conhecimento científico que possuem, ou seja, não são capazes de ler gráficos, não têm entendimento suficiente de estatística, e tampouco são capazes de distinguir entre ciência e pseudociência. Conforme este estudo, fica difícil afirmar o quanto do teste foi resolvido baseado no que os estudantes sabem e o quanto foi por adivinhação, o conhecido "chute".

Sendo, então, o papel da comunicação científica tentar sanar um pouco do *déficit* de conhecimento e apresentar ao público geral conteúdos científicos, Christensen (2007) explica:

> O papel da comunicação científica é remediar essa falta e trazer as conquistas da ciência aos olhos do público e à atenção de partes interessadas importantes, como políticos e a indústria. A comunicação científica permite que as pessoas aprendam sobre desenvolvimentos interessantes que afetam a todos (CHRISTENSEN, 2007, p. 03).

É comum encontrar a comunicação científica contextualizada com acontecimentos com os quais a população está vivenciando. Dado o exemplo da passagem de um cometa, uma chuva de meteoros, um eclipse, ou algum fenômeno meteorológico peculiar, por exemplo. É comum falar-se sobre isso e chamar especialistas para comentar e explicar o suficiente para que o público leigo possa entender. Porém, em grandes meios de comunicação de massa, é comum perceber o sensacionalismo no falar sobre ciência. Por isso estudiosos como Treise e Weigold, (2002) acreditam que não se está sendo efetivo falar sobre ciência do modo como as grandes mídias abordam.

Isto em parte se dá pela simplificação da linguagem para atingir o público leigo, que por si só já é um desafio. López (2004) explica:

> A partir de um perspectiva mais linguística, o alcance também pode ser entendido como uma tarefa tradução ou interpretação entre diferentes registros da mesma língua: entre os específico para cada disciplina e a variedade funcional mais geral, ao alcance do público especializado (LÓPEZ, 2004, p. 77).

Por isso desenvolveu-se um campo no qual os próprios cientistas transformam em suas atividades o comunicar e divulgar ciência. Sergeant (2016) afirma que Neil de Grasse Tyson e Bill Nye são os divulgadores da ciência mais conhecidos, segundo a pesquisa que ele realizou. Carl Sagan e Richard Dawkins também são nomes conhecidos na área. Olhando para a história, a primeira pessoa a ser considerada um divulgador científico foi Galileu Galilei, pois ele escrevia em italiano, ao invés de latim, ou seja, ele escrevia em uma língua "vulgar" a qual todos podiam entender, não apenas seus pares (BRECHT; BENTLEY; LAUGHTON, 1966). Galileu foi amigo da grande pintora Artemisia Gentilleschi. A influência do trabalho do físico sobre as pinturas de Artemisia foram tão grandes que uma

de suas obras, *Judith decapitando Holofernes* (1614-1620), foi repintada para ela representar o jorro do sangue das artérias cortadas seguindo a lei da trajetória parabólica (LIVIO, 2020, p.14), como estudada e explicada por Galileu. (Ver Fig. 1a e 1b).

Fig 1a - Artemisia. *Judite decapitando Holofernes* (1614-1620). Óleo sobre tela 158 x 125,5 cm. Museo Capodimonte, Napoles.



Fonte: Artemisia (1612-1613).

Fig. 1b - Artemisia. *Judite decapitando Holofernes* (1614-1620). Óleo sobre tela 199 x 162 cm. s Galleria degli Uffizi, Florença



Fonte: Artemisia (1614-1620).

Apesar destes divulgadores mencionados, o público não conhece muitos outros cientistas nem seu trabalho. A maioria das pessoas nem sabe que cientistas trabalham em Universidades. Isso faz com que a visão das pessoas sobre cientistas seja aquela estereotipada, da ficção, que está muito distante da realidade, principalmente pelos personagens conseguirem soluções fáceis e rápidas, quando na verdade o trabalho do cientista é oneroso e lento. Quando esperam uma solução de um problema dos cientistas, as pessoas vão se basear nessa imagem e esperar soluções rápidas e milagrosas, e, quan-

do os cientistas não conseguem entregar depressa, elas acabam se voltando para charlatões.

Não entender qual e como é o trabalho de cientistas se agrava quando se aproxima do trabalho das cientistas, pois a imagem do cientista já é deturpada pelas mídias, a imagem da mulher na ciência é ainda mais nebulosa.

O que compete para este estudo, então, é salientar o trabalho de mulheres que emprestam suas vozes para comunicar ciência. Hoje, mais que nunca, as mulheres têm conseguido conquistar seu espaço, contudo o caminho é longo e os desafios são muitos. Ainda existem preconceitos e é essa a razão da necessidade de abrir diálogo, questionar e lutar por dias ainda melhores. Muitas mulheres pioneiras na ciência batalharam pela possibilidade de estudar e pensar, e os caminhos traçados por elas abriram portas para que possamos pleitear mais conquistas.

MULHERES NA CIÊNCIA

O reconhecimento das mulheres da comunidade científica nunca foi tão amplo quanto o dos cientistas homens. Silva (2008, p. 02) explica que isso "se trata de um problema de relações sociais de gênero". No que segue o texto, esta autora explica usando a Ciência Moderna como exemplo dizendo: "(a Ciência Moderna) é uma ciência masculina, androcêntrica, branca, ocidental e localizada nas classes mais abastadas da sociedade moderna" (SILVA, 2008, p. 03). Apesar disso, mesmo que não fossem reconhecidas em vida, inúmeras mulheres fizeram contribuições históricas para a ciência, e seus

sucessos apoiaram gerações a compreender o mundo e a desenvolver soluções para a população em geral.

Na história da ciência, a primeira mulher citada foi Hypatia (370 - 415 DC) (KOERTG, 2007; GOULDING, 2010; IGNOTOFSKY, 2018], que aparentemente dirigiu a Grande Biblioteca de Alexandria (fig.2) [CANFORA,1986]. Ela foi considerada a única cientista do sexo feminino da história durante 15 séculos (ALIC, 1986). Ela fez palestras sobre Matemática, Filosofia, Física e Astronomia, e recusou se converter ao cristianismo, sendo assassinada por fanáticos cristãos.

> Em decorrência do Iluminismo, a partir do século XVIII, apesar da predominância masculina, algumas mulheres apareceram no cenário científico e contribuíram para construção do conhecimento. Dentre elas podemos citar: Maria Cuntiz (1610 – 1664, Física); Maria Agnesi (1718 – 1799, Matemática); Caroline Lucrécia Herschel (1750 – 1848, Astronomia); Sophie Germain (1776 – 1831, Matemática); Maria Mitchel (1818 – 1889, Astronomia); Sonya Kovalevsky (1850 – 1891, Matemática); Willimina Fleminig (1857 -1911, Astronomia); Mary Evershed (1867 – 1949, Astronomia); Emmy Noether (1882 – 1935, Matemática) (DA CUNHA et al., 2014, p. 408).

Fig.2 – Jules Maurice Gaspard. *Retrato de Hipácia* 1908.
Ilustração para biografia fictícia de Elbert Hubbard.



Fonte: Gaspard (1908).

Jane Marcet foi uma das mulheres que escreveram livros científicos de sucesso no século XIX, no campo da química. O sucesso de seu trabalho se deu por dois motivos principais, a escrita organizada com tom pedagógico – com conversas entre mãe e filho, e seu momento de publicação, logo antes de poder ser associada com "conceitos de amadorismo que estigmatizaram as mulheres mais tarde" (JARDINS, 2010, p. 17). Mesmo que no final do século a ciência fosse vista como competitiva, ao contrário das mulheres até então, mulheres como Jane Marcet eram aceitas por escrever sobre ciência de forma diluída para crianças, ocupando-se com a popularização enquanto homens ficavam livres para conduzir pesquisas de prestígio (CRUZ, 2007).

Anna Botsford Comstock desenhou flora e fauna para os livros didáticos se tornou uma das escritoras científicas mais reconhecidas para crianças e leigos nos Estados Unidos. As professoras referiam-se a seu *Handbook of Nature Study* como a "Bíblia da Natureza", e ela se tornou tão influente como palestrante e escritora que a Liga das Mulheres Eleitoras (*League of Women Voters*[4]) a escolheu como uma das doze maiores mulheres dos Estados Unidos (JARDINS, 2010). Ainda assim, pela visão dos homens, ela era apenas uma amadora (DUNLAP, 2011).

Marie Curie, a cientista mais aclamada do mundo, não só foi a primeira mulher a ganhar um Prêmio Nobel, como também foi a primeira pessoa e única mulher a ganhar o prêmio duas vezes e a única a ganhar em duas áreas científicas diferentes. Curie também

4. "A Liga das Mulheres Eleitoras dos Estados Unidos incentiva a participação ativa e informada no governo, trabalha para aumentar a compreensão das principais questões de políticas públicas e influencia as políticas públicas por meio da educação e da defesa de direitos" (LEAGUE OF WOMEN VOTERS OF THE UNITED STATES, 2020).

foi a primeira mulher a se tornar professora na Universidade de Paris (JARDINS, 2011). A cientista, com seu marido, recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1903 por ser pioneira em desenvolver a teoria da "Radioatividade", termo que ela mesma cunhou (PASACHOFF, 1996). Inicialmente, o comitê de nomeações para o prêmio não queria incluir Curie, omissão resultante do sexismo escancarado da época. Somente após muita insistência de seu marido e de um membro da comissão, seu nome foi incluído em seu trabalho. Mais tarde, em 1911, recebeu seu outro Nobel, na área de Química, pela descoberta de dois elementos, Polônio e Rádio. Ela deixou seu laboratório e foi para batalha durante a primeira guerra mundial. Desenvolveu a radiografia móvel e, em seu veículo, levou o equipamento de Raio-X para instalações médicas improvisadas na linha de frente, provando que as mulheres também podiam fornecer recursos significativos para áreas predominantemente masculinas, tanto da ciência quanto da guerra (ROSSITER, 1982).

Curie foi aos Estados Unidos levantar fundos para a pesquisa sobre o Rádio. Homens consideraram essa uma oportunidade de exibir a ciência e indústria dos Estados Unidos, enquanto as mulheres educadas a consideraram como a chance de fazer um caso sobre seus lugares na ciência (JARDINS, 2011). Curie fez parte de projetos e comitês nacionais e internacionais dando suporte à pesquisa científica até a sua morte, causada pela exposição à radiação de sua pesquisa (IGNOTOFSKY, 2018). Na época, os efeitos prejudiciais de ionização de radiação ainda não eram conhecidos, levando a pesquisa a ser feita sem medidas de segurança apropriadas. Curie, por exemplo, carregava tubos contendo isótopos radioativos em seus bolsos, os guardava em uma gaveta em sua mesa de trabalho e, também, não

usou equipamento de proteção a Raios-X ao servir como radiologista nos campos de guerra (ROLLYSON, 2004).

Annie Jump Cannon foi uma astrônoma americana e seu trabalho de catalogação foi fundamental para o desenvolvimento da classificação estelar contemporânea. Quando entrou na área em 1896, a astronomia americana não era bem organizada, era de pequena escala, diferente da extensa ciência profissional que se tornou no século XX. Cannon e as outras mulheres que trabalhavam no observatório, como Henrietta Swan Leavitt, Antonia Maury e Florence Cushman, foram criticadas a princípio por estarem "fora de seu lugar" e por não serem donas de casa (SOBEL, 2017). Cannon é creditada, juntamente a Edward C. Pickering, com a criação do Esquema de Classificação de Harvard, a primeira tentativa séria de organizar e classificar estrelas baseando-se em suas temperaturas e tipos espectrais (ROSSITER, 1982). Ela foi a primeira mulher a receber a Medalha Henry Draper em Física Astronômica. Trabalhou como curadora de placas fotográficas no Observatório Astronômico da Universidade de Harvard. Cannon publicou seu primeiro catálogo de espectros estelares em 1901 e, 10 anos mais tarde, foi nomeada Curadora de Fotografias Astronômicas em Harvard. Tornou-se membro honorário da Sociedade Astronômica Real (*Royal Astronomical Society*, em inglês) e, mais tarde foi uma das primeiras mulheres a receber um doutorado honorário de uma universidade europeia, recebendo o título de doutora honorária em matemática e astronomia da Universidade de Groningen, na Holanda (KASS-SIMON; FARNES; NASH, 1993).

A importância dos trabalhos dessas e várias outras mulheres no decorrer da história não se compara ao reconhecimento ínfimo e torpe que receberam. Trabalhos sem os quais renomados cientistas

homens não teriam seus títulos a serem esnobados; trabalhos sem os quais a sociedade não teria se beneficiado e sobrevivido tão bem. São tantas elas, as "assistentes", as "amadoras", as "donas de casa", que fizeram e fazem ciência. Como Behn et al. (2009) salienta, está passado da hora de se devolver às mulheres sua história, principalmente no que diz respeito às suas contribuições na ciência.

Nessa pesquisa julgamos necessário ao menos dar destaque para algumas mulheres importantes na história da ciência. Lembramos seus nomes na tentativa de devolver a elas sua história, como dito por Behn. *Jane Goodall* (1934 - Inglesa. Primatologista e antropóloga); *Rosalind Franklin* (1920-1958, Inglesa. Química: Estrutura do DNA, Cristalógrafa de Raios-X); *Lillian Gilbreth* (1878-1972, Estadunidense. Engenheira: fatores humanos e ergonomia); *Ruth Sonntag Nussenzweig* (1928-2018, Austríaca-Brasileira. Imunologista: vacina da Malária); *Mayana Zatz* (1947-, Brasileira. Geneticista, bióloga molecular: Projeto Genoma, reitora de pesquisa na Universidade de São Paulo); *Maria Laura Mouzinho Leite Lopes* (1917-2013, Brasileira. Matemática: primeira Doutora brasileira em Matemática, Fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, articulações para criar o CNPq[5], o IMPA[6] e a SBEM[7]); *Virginia Leone Bicudo* (1915-2003, Brasileira. Socióloga e Psicanalista: primeira não-médica a ser reconhecida como psicanalista, institucionalização da psicanálise no Brasil, pioneira em tratar estudos sobre relações raciais).

Essas e muitas, muitas outras cientistas quebraram barreiras a elas impostas dentro da comunidade científica e provaram sua importân-

5. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
6. Instituto de Matemática Pura e Aplicada.
7. Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

cia no meio. Reconhece-las significa respeitar a história da ciência, reconhecer como mulheres são brilhantes e importantes liderando pesquisas, além de inspirar as novas gerações de meninas a seguir a carreira científica no futuro.

Muito disso se dá pela imagem da mulher na ciência, mesmo atualmente, como coadjuvante, invisível ou irrelevante.

A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTATIVIDADE FEMININA NA CIÊNCIA

Ainda é comum encontrar olhares impressionados quando se trata de mulheres na ciência. Atualmente as pessoas sabem que existem mulheres cientistas, porém é comum encontrar um ar de assombro quando se menciona uma conquista feminina no campo das ciências. Sites sensacionalistas ou *clickbaits* frequentemente usam esta tática para chamar atenção: "9 coisas que você provavelmente não sabia que foram inventadas ou descobertas por mulheres", "30 coisas que foram inventadas ou descobertas pelas mulheres e você não sabia", "Poderosas! Treze grandes descobertas femininas que mudaram o mundo", "Veja 10 coisas que você não sabia que foram inventadas por mulheres", "O que você não sabia sobre as mulheres na Ciência da Computação", "10 coisas que as mulheres conquistaram e você não sabia" sendo esses alguns poucos exemplos de títulos de manchetes em uma busca rápida pela internet. É importante, porém, destacar que destes seis exemplos, quatro foram publicados em homenagem ao dia das mulheres. Trocando o termo da busca de "mulher" para "homem" não aparecem nas cinco primeiras páginas de busca qualquer descoberta que as pessoas ficariam impressionadas por te-

rem sido feitas por homens, aparecem apenas descobertas surpreendentes dos mais diversos temas e discussões de gênero na ciência.

A representatividade existe como fator importante na construção da subjetividade e da identidade de uma pessoa. Ela possibilita enxergar quando as mulheres passaram a conquistar espaço de poder na mídia, no meio institucional, na política, na música, nos filmes, entre outros, que vêm sendo inspiração não só para as gerações mais novas de meninas, mas também vem impondo respeito e admiração pela população em geral.

Refletindo acerca da invisibilidade feminina e na infância, podemos apontar a magia dos contos de fadas, dos heróis, brinquedos e todo universo infantil serem retratados mostrando mulheres como donas de casa, frágeis, submissas e maternas, enquanto os personagens masculinos incentivam destreza manual, resolução de problemas e interesse técnico, mais estimulantes e cheios de possibilidades. A representatividade faz-se necessária para contribuir com o processo de identificação de uma criança com tudo que ela pode ser.

O cinema investe nas imagens que o público quer ver, persegue e rebate ideias que já estão no imaginário do senso comum, utiliza o reconhecimento e a rememoração, para atingir metas comunicacionais. Flicker (2003) aponta que na mídia cinemática, a maioria dos papéis de cientistas são atribuídos a homens (82%) e, nas raras aparições de cientistas mulheres, o estereótipo de cientista é adaptado para personagens femininos.

O mundo do cinema representa o cientista (masculino) com características como um trabalhador diligente, distraído e confuso ou mesmo louco. Ele não se interessa por tendências sociais e modis-

mos, sendo socialmente deslocado. Não é um herói particularmente atraente, vestindo óculos, jaleco branco e cabelo despenteado. Obcecado pelo seu trabalho, apolítico ou mesmo escrupuloso. É o melhor em sua área de conhecimento.

Já no caso de mulheres representando o papel de cientistas, em sua aparência, elas são incrivelmente bonitas e, comparadas com suas qualificações, incrivelmente jovens. A cientista tem um corpo de modelo - magro, definido e perfeito; está vestida de forma provocante e às vezes é "distorcida" por usar óculos. Flicker (2003) ainda analisa que, em 60 filmes onde são retratadas cientistas mulheres, existem 6 estereótipos dessa personagem: "1. A solteirona, 2. A mulher 'masculina', 3. A especialista ingênua, 4. A conspiradora do mal, 5. A filha ou assistente, 6. A heroína solitária" (FLICKER, 2003, p. 310). Quando em times, são subordinadas dos personagens masculinos e têm qualificações científicas inferiores às deles. O estereótipo profissional é sobreposto por um estereótipo de gênero. Mesmo que em filmes mais recentes estas personagens tenham ganhado espaço de respeito, continuam sendo retratadas como dependentes e como uma união de inteligência e sensualidade.

Para enriquecer este pensamento, Cruz (2007) evoca Gombrich (2002) em seu dedicado estudo sobre representação pictórica com o enfoque da psicologia, estudo este que o autor define imagem, estereótipos, função e forma, recepção da informação pela audiência e suas relações com a arte. Assim, Cruz (2007) sucintamente explica esta visão:

> "(...) duas etapas do processo visual são duas faces indissociáveis do investimento psicológico na imagem, a função representativa, puxando mais para a memória e as funções do raciocínio, e a função simbólica, focada na apreensão do visível, suas funções mais diretamente sensoriais.

> Para reconhecer, apoiamo-nos na memória, ou mais especificamente em uma reserva e formas de objetos e de arranjos espaciais memorizados: a constância perceptiva é a comparação incessante que fazemos entre o que vemos e o que já vimos. Guardamos imagens sob a forma de invariantes da visão, acionando capacidades de codificação abstratas. Já a rememoração é um instrumento da visualidade que podemos chamar de esquema. Esquemas são fórmulas iconográficas que têm caráter econômico, devem ser mais simples e legíveis do que aquilo que esquematizam. O esquema é forma necessariamente codificada do saber sobre o real (CRUZ, 2007, p. 110).

Segundo Sheffield (2004), escritores apresentam Marie Curie à cientistas e meninas aspirantes a cientistas como alguém a ser imitado em uma profissão que parece, à primeira vista, ter poucos modelos femininos. A história de vida de Curie serve de modelo para meninas e mulheres que trabalham na ciência. Porém, isso deve ser feito apresentando-a como uma cientista da vida real, ao invés de uma figura icônica distante e inatingível.

Em uma pesquisa feita por alunos de graduação[8] de uma universidade com alunas do oitavo ano de colégios nos Estados Unidos (BUCK et al., 2008), foi observado que as garotas consideravam uma "relação pessoal forte" importante para considerar alguém um "modelo". Enquanto isso, as cientistas do programa procuravam fornecer às meninas modelos que fossem bons exemplos e promovessem a ciência. "As meninas originalmente descreveram um cientista como uma pessoa inteligente, com aparência nerd, vestindo um jaleco branco, óculos grandes e trabalhando em um laboratório" (BUCK et al., 2008, p. 698). A maioria delas (77%) também descreveu um(a) cientista como um homem. À medida que as cientistas interagiam mais

8. Os alunos de graduação faziam parte do programa de educação K-12 (Graduate Fellows in K-12 Education Program (GK-12), da National Science Foundation, que busca para conscientizar os futuros líderes de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) sobre as questões que desafiam a educação K-12.

com as adolescentes e reconheciam interesses e experiências em comum, reconheceram a necessidade de estabelecer uma conexão pessoal com as meninas e de se tornarem mais "humanas". Esse experimento mostrou uma mudança na compreensão das cientistas sobre alguém que pode ser um "modelo" para meninas ao longo do tempo. As cientistas expressaram a importância de um modelo ser do mesmo grupo de gênero, reforçando a importância, portanto, da representatividade feminina na ciência. Os resultados da pesquisa sustentam que, a imagem estereotipada de um cientista (e não a de uma cientista) serve como um fator limitante nas aspirações de carreira em ciências de meninas (PACKARD; WAI-LING; DAVID, 1999).

Reconhecer-se em mulheres que fazem ciência e entender que aquele trabalho é alcançável é de extrema importância para atrair cada vez mais meninas para a carreira científica. Não só isso, a identificação com essas figurar femininas em posição de respeito (ainda falho, mas caminhando) tem o potencial de ajudar o público feminino a respeitar-se e a buscar posições de poder no mercado de trabalho. Na ciência, em algum momento, podem ser líderes e não confinadas ao papel de assistentes. E para todos, quem sabe um dia, um mundo mais respeitoso.

A VOZ FEMININA NA CIÊNCIA

Entre tantas mulheres brilhantes atuando na ciência atualmente, algumas se destacam falando e divulgando ciência com a intenção de fomentar e popularizar o diálogo científico.

Neste texto gostaríamos de poder mencionar todas, mas por ordem de espaço vamos salientar algumas poucas, apesar do profun-

do pesar em não dar visibilidade para mais mulheres fantásticas que não só contribuem para a comunicação científica, como também são fundamentais na mudança de paradigmas e na conquista de espaço em um ambiente ainda tão masculino.

A Natalia Pasternak é uma dessas mulheres. Com pós-doutorado em microbiologia e bióloga por formação na Universidade de São Paulo, Natalia foi diretora da versão brasileira do *Pint of Science – Um Brinde à Ciência* é colunista do jornal O Globo entre outras publicações nacionais e internacionais, é autora do livro Ciência no Cotidiano (PASTERNAK; ORSI, 2020). Hoje a Natalia Pasternak é diretora-presidente do Instituto Questão de Ciência o qual foi fundado por ela. Este é o primeiro instituto brasileiro a promover pensamento racional e crítico objetivando melhorias nas políticas públicas com bases em evidencias científicas. Em meio a pandemia de 2020, a Natalia foi vocal a respeito da situação no cenário brasileiro. Ela apareceu em diversos veículos de comunicação incluindo programas da televisão aberta e em canais do Youtube.

Existem canais na plataforma de vídeos do Youtube que foram criados por mulheres ou têm a frente mulheres emprestando suas vozes. O Youtube é uma plataforma que tem um grande alcance, por isso é interessante mencionar. O canal "Nunca vi 1 cientista" é um deles. Apesar de ter uma equipe formada por nove cientistas, a Ana Bonassa e Laura de Freitas são quem mostram seus rostos e discutem ciência com o intuito de criar pensamento crítico e combater a desinformação. A equipe é formada por mais três mulheres, Irina Didier, Marcella Souza e Paula Martins.

Outro canal do Youtube comandado por uma mulher é o "Peixe Babel", fundado em 2014. Camila Laranjeira comanda o canal junto com a Virgínia Mota, ambas cientistas da computação e seu canal trata de visual computacional, tecnologias da computação e mulheres na ciência.

Mas estar à frente e mostrar a cara neste meio misógino em que vivemos não é fácil. Amarasekara e Grant (2019) fizeram um levantamento em 23 mil comentários em canais populares de ciência. Nos canais liderados por mulheres a hostilidade é maior comparado com os canais liderados por homens. As críticas, porém, não estão ligadas somente ao conteúdo dos vídeos, alguns comentários eram de insultos sexistas ou relacionados a aparência física da mulher que apresenta o vídeo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da história, as mulheres que buscaram fazer ciência foram desmerecidas com base em inúmeras suposições, vangloriando principalmente cientistas do sexo masculino e comedindo essas mulheres ao reconhecimento e crescimento científico. Ainda assim, grandes nomes femininos quebraram muitas dessas barreiras para que ciência possa continuar sendo feita por cada vez mais mulheres.

A quantidade de mulheres que foram privadas de pensar, portanto, não produziram conhecimento, o qual poderia ter mudado a forma como enxergamos o mundo hoje. Nós, como mulheres, não podemos permitir que isso continue a acontecer. Todos temos o direito de pensar e todos devem ter o direito de fazer ciência, independente do seu gênero.

Além de conquistar seu lugar na comunidade científica, é importante que essas cientistas busquem quebrar a imagem deturpada das mídias e encontrar um meio de se tornarem relacionáveis pelas gerações mais novas. A divulgação científica é importantíssima para abrir esses horizontes e fazer com que não apenas garotas e jovens cientistas mas também a população em geral compreenda a função de se fazer ciência, a importância dela no cotidiano e, não menos importante, reconhecer que o papel feminino na ciência também é grandioso. Respeitar o lugar de fala dessas cientistas só nos leva, como sociedade, a maiores possibilidades de sucesso.

Tudo isso ainda incentiva as pessoas a não simplesmente absorverem qualquer informação que lhes é apresentada, mas a questionar, buscar conhecimento. Dessa forma, a população se defende de ideologias extremistas, charlatães, mesmo líderes governamentais que assumem posições contra a ciência e pseudociências disfarçadas de ciência para aparentarem autoridade.

Desta forma, gostaríamos de prestigiar neste texto algumas cientistas que continuam conquistando espaço e respeito para as outras mulheres no mundo, mesmo que em âmbitos diferentes. O trabalho delas faz toda a diferença, mas suas histórias e a de outras ainda precisam ser pesquisadas, descritas, registradas para que a mudança de visão de uma ciência masculina termine definitivamente.

REFERÊNCIAS

ALIC, M. Hypatia's heritage: A history of women in science from antiquity to the late nineteenth century. [s.l.] Women's Press; Reprint edition, 1986.

AMARASEKARA, I.; GRANT, W. J. Exploring the YouTube science communication gender gap: A sentiment analysis. **Public Understanding of Science**, v. 28, n. 1, p. 68–84, 2019.

ARTEMISIA Gentilleschi. **Judite decapitando Holofernes** (1614-1620). Óleo sobre tela 199 x 162 cm. Galleria degli Uffizi, Florença. Disponivel em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b4/Artemisia_Gentileschi_-_Giuditta_decapita_Oloferne_-_Google_Art_Project.jpg>. Acesso em 29 de ago 2020.

ARTEMISIA Gentileschi. **Judite decapitando Holofernes** (1614-1620). Óleo s,obre tela 158 x 125,5 cm. Mudeo Capodimonte, Napoles. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Judith_Slaying_Holofernes_(Artemisia_Gentileschi,_Naples) >. Acesso em 29 de ago 2020.

BEHN, A. et al. Las mujeres en la historia de la ciencia. p. 1–11, 2009.

BRECHT, B.; BENTLEY, E.; LAUGHTON, C. **Galileo**. New York: Grove Press, 1966.

BUCK, G. A. et al. Examining the cognitive processes used by adolescent girls and women scientists in identifying science role models: A feminist approach. **Science Education**, v. 92, n. 4, p. 688–707, jul. 2008.

CANFORA, L. **A Biblioteca desaparecida. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.**

CHRISTENSEN, L. L. **The hands-on guide for science communicators a step-by-step approach to public outreach**. Munich: Springer, 2007.

COSTA, W. L. DA; RIBEIRO, R. F.; ZOMPERO, A. D. F. Alfabetização Científica: diferentes abordagens e alguns direcionamentos para o Ensino de Ciências. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, v. 16, n. 5, p. 528, 2015.

CRUZ, J. O. DA. **Mulher na Ciência: Representação ou Ficção**. São Paulo: 2007. 242 f. Tese (Doutora em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação do Departamento de Cinema, Televisão e Rádio da Escola de Comunicações e Artes, Universidade São Paulo, 2007.

DA CUNHA, M. B. et al. As mulheres na ciência: O interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educacion Quimica**, v. 25, n. 4, p. 407–417, 2014.

DAVIS, I. C. The measurement of scientific attitudes. **Science Education**, v. 19, n. 3, p. 117–122, 1935.

DUNLAP, T. R. The Nature Study Movement: The Forgotten Popularizer of America's Conservation Ethic. **Environmental History**, v. 16, n. 1, p. 160–161, 1 jan. 2011.

FLICKER, E. Between brains and breasts - Women scientists in fiction film: On the marginalization and sexualization of scientific competence. **Public Understanding of Science**, v. 12, n. 3, p. 307–318, 2003.

GASPARD, J. M. **Retrato de Hipácia**. 1908. Ilustração para biografia fictícia de Elbert Hubbard. Disponível em: < https://en.wikipedia.org/wiki/Hypatia#/media/File:Hypatia_portrait.png>. Acesso em: 29 de ago 2020.

GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusión: Estudio sobre la psicología de la representación pictórica**. New York: Phaidon, 2002.

GOULDING, R. **Defending Hypatia: Ramus, Savile, and the Renaissance Rediscovery of Mathematical History.** Dordrecht: Springer, 2010.

HAFIZ, M.; VAZ, M.; REVADAM, R. **Divulgadores de ciência são atacados por hackers e recebem ofensas após alertas sobre Coronavírus**. Disponível em: <http://www.comciencia.br/divulgadores-de-ciencia-sao-atacados-por-hackers-e-recebem-ofensas-apos-alertas-sobre-coronavirus/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

HURD, P. D. Science literacy: Its meaning for american schools. **Educational Leadership**, v. 16, n. October, p. 13–16, 1958.

HURD, P. D. Scientific literacy: New minds for a changing world. **Science Education**, v. 82, n. 3, p. 407–416, 1998.

IGNOTOFSKY, R. **As cientistas: 50 mulheres que mudaram o mundo**. São Paulo, Blucher, 2018.

JARDINS, JULIE DES. **The madame curie complex: the hidden history of women in science**. New York: Feminist Press, 2010.

JARDINS, JULIE DES. **Madame Curie's Passion**. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/history/madame-curies-passion-74183598/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

KASS-SIMON, G.; FARNES, P.; NASH, D. **Women of Science: Righting the Record**. [s.l.] Indiana University Press, 1993.

KOERTG, N. **New Dictionary of Scientific Biography**, v.3, Detroit: Tomson Gale, 2007.

LIVIO, M. **Galileo and the science deniers.** New York: Simon & Schuster, 2020.

LEAGUE OF WOMEN VOTERS OF THE UNITED STATES. **About Us**. Disponível em: <https://www.lwv.org/about-us>. Acesso em: 13 ago. 2020.

LÓPEZ, Á. B. Relaciones entre la educación científica y la divulgación de la ciencia. **Revista Eureka sobre Enseñanza y Divulgación de las Ciencias**, v. 1, n. 2, p. 70–86, 2004.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (ED.). **PISA 2015 Science Framework**. Paris: OECD, 2017.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, T. (ED.). **Measuring student knowledge and skills: The PISA 2000 Assessment of Reading, Mathematical and Scientific Literacy**. Paris: OECD, 2000.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, T. (ED.). **PISA 2015 results (volume i): excellence and equity in education**. Paris: OECD, 2015.

PACKARD, A.; WAI-LING, B.; DAVID, E. Future images and women's career decisions in science. **Paper presented to the American Educational Research Association, Montreal, Canada.**, n. 150, 1999.

PASACHOFF, N. **Marie Curie: And the Science of Radioactivity**. [s.l.] Oxford University Press, USA, 1996.

PASTERNAK, N.; ORSI, C. **Ciência no cotidiano: Viva a razão. Abaixo a ignorância!** São Paulo: [s.n.].

ROLLYSON, C. **Marie Curie: Honesty in Science**. [s.l.] iUniverse, 2004.

ROSSITER, M. W. **Women Scientists in America: Struggles and Strategies to 1940**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982.

ROYAL SOCIETY, C. The public understanding of science. **Royal Society**, p. 1–43, 1985.

SENA JÚNIOR, C. Z. DE. Obscurantismo e Anticientificismo no Brasil Bolsonarista: Anotações Sobre a Investida Protofascista Contra a Inteligência e a Ciência no Brasil. **Cadernos do GPOSSHE On-line**, v. 3, n. 1, p. 21–49, 2019.

SERGEANT, C. J. **Who do people view as effective science communicators?** Poster presented at the Alaska NPS Centennial Science and Stewardship Symposium on 20 October 2016. **Anais**...Juneau, Alaska: 2016

SHEFFIELD, S. L.-M. **Women and Science: Social impact and interaction**. Santa Barbara CA: ABC-CLIO, 2004.

SILVA, E. R. DA. a (in)Visibilidade Das Mulheres No Campo Científico. **Travessias**, v. 2, n. 2, p. 1–20, 2008.

SOBEL, D. **The Glass Universe: How the Ladies of the Harvard Observatory Took the Measure of the Stars**. London: Penguin Books, 2017.

TREISE, D.; WEIGOLD, M. F. Advancing science communication. **Science Communication**, v. 23, n. 3, p. 310–322, 2002.

VOGT, C.; CERQUEIRA, N.; KANASHIRO, M. Divulgação e cultura científica. **ComCiência**, n. 100, p. 1–4, 2008.

CAPÍTULO 8

MULHERES NA CIÊNCIA:
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Juliane Retko Urban (UTFPR)

Eliane Maria Morriesen (UTFPR)

Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

INTRODUÇÃO

A primeira imagem que se tem quando se fala em cientista é a imagem geralmente de um homem, meia idade, cabelo branco bagunçado. Quando se questiona sobre nomes de cientistas pode ser citado? Se for homem tem vários, mas quem são as mulheres cientistas, que nome pode ser citado? Quando a pergunta é nome de uma cientista mulher brasileira? A cada recorte fica mais difícil responder a essas perguntas.

No mundo as mulheres representam cerca de 30% de cientistas. A UNESCO (2019), desenvolveu uma ferramenta interativa, a *Women in Science* que apresenta os dados mais recentes disponíveis para os países em todas as etapas do desenvolvimento. Produzida pelo

Instituto de Estatística da UNESCO (UIS), a ferramenta permite explorar e visualizar as diferenças de gênero, o que leva a seguir uma carreira de pesquisa, desde a decisão de obter um doutorado até os campos da ciência que as mulheres buscam e os setores em que elas trabalham.

Neste estudo objetivou-se investigar nas bases de dados da Scielo e na base de dados da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD) estudos sobre mulheres na ciência. A pesquisa foi direcionada para saber o número de publicações sobre mulheres na ciência e o que as pesquisadoras estão discutindo nessa área, visto que, a discussão não é nova, não é atual. A presença da mulher na ciência é antiga, mas pouco divulgada.

Para compreender esse tema utilizou-se da revisão sistemática de literatura contida em artigos, teses e dissertações disponíveis na base de dados já mencionadas. Foi delimitada a condição temporal os últimos 15 anos para a pesquisa, de 2005 a 2020 e utilizou-se como descritores: mulheres, educação e cientistas. Foram localizadas 28 teses e dissertações e 9 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, utilizou-se de 6 teses, 7 dissertações e 5 artigos. Após leitura dos títulos, resumos, palavras-chaves e introdução, classificou-se as pesquisas em categorias.

NARRATIVA DA MULHER NA CIÊNCIA

Os temas pertinentes ao gênero ainda influenciam muitas das relações sociais e tudo o que é produzido a partir delas, incluindo a atividade científica. A educação das mulheres no Brasil teve início nos séculos XVI e XVII nos conventos, onde aprendiam a ler, escrever e o

cuidado doméstico. A educação não era igual para as meninas e os meninos, havia professores para os meninos e professoras para as meninas, e eles deveriam estudar em salas, ou até em turnos diferentes. Os meninos deveriam saber geometria, e as meninas, bordar e costurar.

> O mundo da ciência se estruturou historicamente em bases quase exclusivamente masculinas, ora excluindo as mulheres, ora negando as suas produções científicas, através de discursos e práticas nada neutros. Desse modo, é impossível falar sobre a presença das mulheres na Ciência sem falar sobre a história das mulheres (CONCEIÇÃO, 2019, p. 18)

No século XIX, continuava a preocupação da sociedade de então em manter a mulher no espaço privado, cuidando do lar, dos filhos e do marido. A intenção em educá-la não era para que exercesse uma profissão, mas para torná-la mais apta a exercer sua função essencial, a carreira doméstica. Naquela época, o objetivo fundamental da educação feminina era preparar uma boa esposa e uma boa mãe.

No Brasil, as primeiras faculdades datam do século XIX, e só em 1879 as mulheres, aquelas pertencentes a classes sociais mais elevadas, passaram a ter acesso ao universo acadêmico (SCHEEBINGER, 2001).

A ativação do ingresso das mulheres nas universidades se deu a partir de movimentos sociais ocorridos na década de 1950 (SILVA e RIBEIRO, 2012). A ruptura do modelo de universidade como um espaço masculino ocorreu a partir de 1970. Cerca de 50 anos depois, o contingente universo feminino, em todos os níveis da educação superior, ultrapassou o masculino (BARROS e MOURÃO, 2020).

Na busca constante para inovar, em qualquer área, necessita-se da criação de novos paradigmas, a despeito da ocupação desse espaço, as mulheres ainda representam cerca de 30% dos cientistas em

todo mundo, com diferenças a favor dos homens quando se trata da atividade de pesquisa (UNESCO, 2018).

Assim, em congruência, Perrot (2005) evidencia sobre as dificuldades pelas quais as mulheres passaram para construir suas identidades. Argui a autora, que um dos grandes desafios enfrentados pelos historiadores, interessados em mulheres do século dezenove, foi a extinção dos traços públicos e privados dentro da esfera econômica e social. As dificuldades enfrentadas pelas mulheres expressaram-se em muitas áreas da vida social, inclusas a cultura, a ideologia, a ciência e as práticas em geral.

Dessa perspectiva Schienbinger (2001), aponta que a relação entre as mulheres e a academia não é nova. Elas foram impedidas, até o século dezenove, de estudar em universidades, locais onde a ciência era produzida e reproduzida.

Muitas mulheres abandonaram essa trajetória, mas não por falta de competências e habilidades ou por serem frágeis, mas por sofrerem fortes pressões sociais, familiares e mesmo pessoais que as fizeram desistir. Isso que chamamos de discriminação aconteceu por diversos e diferentes meios, impedindo que elas cheguem onde almejariam.

O feminismo contemporâneo contribuiu para transformar a posição das mulheres na ciência, pois, nas últimas décadas, testemunhamos avanços significativos no que diz respeito à inserção e à participação das mulheres no campo científico.

Ao falarmos sobre produção científica devemos salientar que a chamada ciência dos dias de hoje nem sempre correspondeu à mesma conceituação. Nos séculos dezessete e dezoito, bem poucos ti-

nham o privilégio de se dedicarem à ciência como uma profissão, o que não dava a ela um caráter rígido, permitindo que mulheres pudessem adentrar nos círculos científicos.

Ocorreram muitas mudanças em função da inserção das mulheres na ciência e elas vêm sendo estudadas de maneira precisa em diversas áreas do conhecimento. Atualmente, é possível perceber o número expressivo de mulheres em muitas universidades e instituições de pesquisa.

Aprender a administrar o tempo é uma tarefa que sistematicamente as mulheres desenvolvem com competências e habilidades cada vez melhor. No entanto, a mulher foi disciplinadamente assumindo papéis na sociedade, em alguns lugares que lhes cabiam, outros nem tanto, elas adentram timidamente nas ciências exatas e incontáveis outros ambientes de atuação.

Mas, se tal como Foucault (2008), olharmos os momentos e sociedades em que as mulheres apareceram na ciência e nelas reconhecermos uma sociedade da lei, as mulheres passam a fazer parte das estatísticas sistemáticas, do cálculo pela perda de uma mão de obra, de um mercado consumidor, de uma possibilidade de lucro e risco.

O estudo nesse campo das mulheres em sua relação com a ciência ainda é um espaço de configuração variável, cujos diferentes projetos evidenciam inúmeros modos de pensar ambos - ciências e mulheres.

Embora o número de mulheres supere o de homens em muitas disciplinas científicas nos cursos de graduação, ao começarem suas carreiras como cientistas ou em outra profissão elas se deparam com várias barreiras, muitas até hoje intransponíveis, conforme relata Bolzani (2017).

Um número crescente de iniciativas vem buscando alterar esse quadro mais recentemente. Elas partem de políticas públicas, como as expressas pelo CNPq por meio de editais que estimulam e apoiam estudos sobre gênero, visando aprofundar o conhecimento sobre o tema; de agências de fomento como as fundações estaduais de amparo à pesquisa (FAPs), que incluíram em suas agendas seminários e premiações de reconhecimento à atuação científica das mulheres; das sociedades científicas, cujas programações em congressos ampliam o espaço para questões de gênero; e de fundações e empresas privadas, para quem o engajamento no combate às desigualdades torna-se um importante valor corporativo, e vêm se reunindo a esse movimento, com a criação de premiações a jovens cientistas mulheres (BOLZANI, 2017).

A partir dessa reflexão, podemos dizer que essas iniciativas permitem um olhar otimista para os próximos anos, também considerando os esforços realizados até agora para a incorporação da força de trabalho feminina em todos os níveis e campos da ciência e tecnologia.

Alicerçada em práticas dialógicas problematizadoras, reflexivas e democráticas, essa abordagem pode favorecer um entendimento crítico das problemáticas sociais e da condição existencial da mulher, assim como pode contribuir para a construção de uma cultura de participação pública em questões científico-tecnológicas, mudança desse quadro de desigualdade comporta algumas medidas básicas, que devem iniciar no ensino fundamental. A escola torna-se o alicerce para impulsionar no discente, independente de gênero, a cultura e a consciência de que conhecer o universo é uma atividade que o torna mais abastada como ser humano.

Para tal construção, a educação necessita atuar como transformadora desse sujeito e incentivá-lo a quebra de paradigmas e ao desenvolvimento de habilidades no processo de desconstrução de uma cultura que trata meninas e meninos de forma diferente. É, sem dúvida, uma tarefa árdua, mas uma prática positiva, que tem crescido nos últimos anos e que pode ser ampliada, através do incentivo a adolescentes e universitárias, aumentando a autoconfiança de mulheres estudantes e profissionais em todo o país, essenciais a qualquer ascensão profissional, independente da questão de gênero.

É muito importante que continuemos exercitando o debate sobre a questão de gênero de forma que ele envolva homens e mulheres. A universidade é um espaço privilegiado e ideal para essa prática, pois é seu papel discutir ideias em busca de uma sociedade mais igualitária e justa (BOLZANI, 2017).

No campo dos avanços e conquistas, há uma literatura rica, nacional e internacional, sobre os processos e os obstáculos que as mulheres cientistas enfrentam para ser reconhecidas como profissionais e figuras públicas, bem como sobre os mecanismos de reprodução das desigualdades de oportunidades e de reforço dos estereótipos de diferenças de gênero.

METODOLOGIA

Este estudo decorre de uma pesquisa de revisão sistemática, que é definida por Sampaio e Mancini (2007) como uma forma de pesquisa que faz uso de dados da literatura sobre um determinado tema, constituindo um conjunto de estudos que podem expor pontos convergentes e/ou coincidentes e lacunas existentes para as pesquisas

futuras. As revisões sistemáticas podem viabilizar que forma clara e explícita o resumo de estudos sobre determinada intervenção, incorporam um espectro maior de resultados relevantes.

A revisão foi orientada por sete etapas, a saber: construção de protocolo, definição da pergunta, busca dos estudos, seleção dos estudos, avaliação crítica, coleta dos dados (GALVÃO; SAWADA; TREVIZAN, 2004), as quais conduziram o trabalho de pesquisa e análise.

a- Construção do protocolo: fase de planejamento da revisão sistemática, define-se a pergunta, as bases de pesquisa, os critérios de seleção dos estudos, os procedimentos de busca, a avaliação e a análise dos estudos;

a- Definição da pergunta: como base para o estudo, orientou-se pela seguinte pergunta: "Qual o número de pesquisas brasileiras direcionadas para o tema da participação feminina na ciência nos últimos 15 anos?"

b- Busca dos estudos: as bases de dados escolhidas foram a Scientific Electronic Library Online (SciELO), que reúne periódicos científicos brasileiros e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que pertence ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), agrega as pesquisas defendidas no Brasil e por brasileiros no exterior. As palavras-chave para a busca utilizadas foram: "mulheres", "educação" e "cientistas".

c- Seleção dos estudos: após a busca nas bases, definiu-se os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa. Como critério de inclusão: (1) publicações no período de 2005 a 2020; (2) estudos que utilizaram as palavras chave da busca na descrição de título, palavras-chave, resumo (3) Investigações com o foco na atuação da mulher com pesquisa. Como critérios de exclusão: (1) publicações anteriores a 2005; (2) investigação em outras áreas do conhecimento; (3) não apresentavam as palavras-chave na descrição do título, no resumo e palavras-chave.

d- Avaliação crítica: realizou-se a avalição crítica do estudo conforme o objetivo central da revisão, analisando a aplicação o número de publicações referente a pesquisa sobre mulheres na ciência nos últimos 15 anos.

e- Coleta de dados: foram encontrados 9 artigos e 28 teses e dissertações na pesquisa realizada no período de 2005 a 2020. Depois de salvos em meio digital, iniciou-se o procedimento de seleção da amostra da revisão sistemática. Para os critérios de inclusão (2 e 3) e

exclusão (1, 2 e 3), realizou-se a leitura dos títulos, resumo e palavras-chaves das pesquisas, resultando em 18 trabalhos, sendo 5 artigos, 7 dissertações e 6 teses.

f- Síntese dos dados: a revisão sistemática é qualitativa, os dados obtidos são analisados descritivamente quanto ao ano de publicação, objetivos, participantes do estudo e principais resultados.

A seguir apresenta-se os resultados dos estudos da revisão.

RESULTADOS

As publicações analisadas apresentam maior produções nos três últimos anos, das 13 dissertações e teses analisadas, 12 dessas, ou seja, 92,30% foram publicadas a partir de 2017. As publicações em periódicos possuem qualis A1 e A2 em educação e ensino na classificação de periódicos da Capes, quadriênio 2013-2016. No que tange as dissertações e teses a concentração está em cursos de pós-graduação em universidades das regiões sul e sudeste, 85,7%.

O quadro 1 apresenta os estudos selecionados, com a descrição dos autores, títulos, ano e tipo de pesquisa.

Quadro 1- Dissertações, teses e artigos analisados

Nº	Autor	Título	Ano	Pesquisa
1	MONTAGNER, M. I.	Mulheres e trajetórias na faculdade de ciências médicas da Unicamp: vozes singulares e imagens coletivas	2007	Dissertação
2	SOUSA, L. G. P.	Educação e profissionalização de mulheres. Trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no museu nacional do Rio de Janeiro (1919-1937)	2009	Dissertação
3	CAVALLI, M. B.	A mulher na ciência: investigação do desenvolvimento de uma sequência didática com alunos na educação básica	2017	Dissertação
4	PIRES, B. G. C.	A percepção de ciência entre mulheres da terceira idade: um estudo de caso com matérias do Jornal Nacional	2018	Dissertação

5	LINHARES, M. L. C.	Elisa Frota Pessoa: a textualização de suas (auto)representações e questões de gênero nas ciências	2018	Dissertação
6	FARIAS, R. M. S.	O legado científico de Marie Curie: desafios e perspectivas da mulher na ciência	2018	Dissertação
7	ROSENTHAL, R.	Ser mulher em ciências da natureza e matemática	2018	Dissertação
8	SILVA, F. F.	Mulheres na ciência: vozes, tempo, lugares e trajetórias	2012	Tese
9	ALMEIDA, G. M. A.	Mulheres Beletristas e educadoras: Francisca Clotilde na sociedade cearense – de 1862 a 1935	2012	Tese
10	SANTOS, P. N.	Gênero e ciências em três corpos de Maria	2018	Tese
11	CONCEIÇÃO, J. M.	Mulheres na ciência: diálogo entre as cientistas das academias pernambucanas de ciência agronômica, medicina, veterinária e química e as alunas desses cursos na UFRPE	2019	Tese
12	PEREIRA, J. C.	A inserção das mulheres na ciência: efeito de um dispositivo de visibilidade	2019	Tese
13	FREITAS, L. B.	"É que pra mim vocês são invisíveis": relações de gênero em aulas de ciências do ensino fundamental	2019	Tese
14	HAYASHI, M. C. P. I *et. al*	Indicadores da participação feminina em ciência e tecnologia	2007	Artigo
15	LIMA, M. P.	As mulheres na ciência da computação	2013	Artigo
16	SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C.	Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher"	2014	Artigo
17	SILVA, C. F.	Maria Teresa Estrela e as ciências da educação em Portugal	2020	Artigo
18	BARROS, S. C. V.; MOURÃO, L.	Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero	2020	Artigo

Fonte: elaborado pelas autoras a partir dos dados da pesquisa.

Após a seleção do material, realizou-se a leitura dos resumos e introdução e foram divididas por categoria as pesquisas. As categorias elencadas, conforme leitura foram: Categoria histórica, na qual se enquadram as pesquisas sobre a história de alguma cientista mun-

dialmente conhecida. Nessa categoria foi classificada as seguintes pesquisas: dissertação 2, dissertação 5, dissertação 6, tese 9 e tese 10.

A dissertação 2, de Souza (2009) faz a análise da trajetória científica da naturalista e líder feminista Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), com o foco no início da carreira no Museu Nacional do Rio de Janeiro de 1919 a 1937. Na dissertação 5, Linhares (2018) realiza a análise de uma entrevista da física e professora Elisa Frota-Pessoa e realiza o confronto com outros textos escritos sobre a professora Elisa, textos que representam a influência da mulher como mulher-cientista sob olhar de outras pessoas.

A dissertação 6, de Farias (2018), resgata o legado de Marie Curie na vida científica e profissional, colocando em evidências as dificuldades e perspectivas das mulheres em fazer parte da ciência em uma época de domínio dos homens. Assim como Farias (2018), Santos (2018) traz também a narrativa e a autobiografia de Marie Curie, a pesquisa mostra a trajetória histórica de mulheres cientistas, modos de resistência e o que pouco mudou para os dias atuais.

Almeida (2012), em sua tese catalogada nesse artigo sob o número de 9, tem como tema o estudo, por meio de biografia modal, da escritora e educadora Francisca Clotilde, professora que obteve destaque na sociedade Cearense no início do século XX.

Como corrobora Conceição (2019), a história da ciência para as mulheres foi negada ou excluída, por isso a importância do resgate histórico das cientistas que marcaram as produções científicas de anos atrás.

Outra categoria elencada foi sobre as pesquisas que retrataram a participação das mulheres como cientistas, pesquisadoras como

atuação profissional e o conciliar com a vida familiar. Nessa categoria foram classificadas as seguintes pesquisas: dissertação 1, dissertação 7, tese 8, tese 12, Tese 13, artigo 14, artigo 15, artigo 16, artigo 17 e artigo 18.

Na dissertação 1, Montagner (2007) faz resgate histórico e social das mulheres pesquisadoras na Universidade Estadual de Campinas, com o foco a partir dos trabalhos desenvolvidos como pesquisadoras e professoras na faculdade de ciências médicas.

Rosenthal (2018), em sua dissertação, enumerada como 7, discute o número expressivamente menor de mulheres em áreas como engenharia, matemática, ciências da natureza, tecnologia e que fatores contribuem para a permanência dessa minoria de mulheres nas carreiras científicas. A tese 8 de Silva (2012, p. 7): "investigo a inserção e a participação das mulheres no campo da ciência moderna buscando problematizar alguns dos discursos e práticas sociais implicados na constituição de mulheres cientistas". Na análise das entrevistas a pesquisadora destaca que ainda as mulheres entrevistadas não reconhecem algumas "brincadeiras" referente ao sexo como preconceito, aceitam com naturalidade, tendo com normal na sociedade.

A Tese 12, de Pereira (2019) analisa um movimento contemporâneo que é a entrada de mulheres nas áreas das ciências exatas, como a matemática, química, biologia, engenharia e entender esse movimento por meio de uma estratégia específica que foi nomeada pela pesquisadora como *dispositivos de visibilidade*.

Freitas (2019), em sua tese (13), realiza a análise de estereótipo de gênero, baseados na cultura patriarcal, nas relações entre meninos e meninas no cotidiano das aulas de ciência do 4º e 5º ano do

ensino fundamental de uma escola municipal. A pesquisa relaciona o baixo número de mulheres na área científicas e tecnológicas e como alunas do 4º e 5º ano podem ser influenciadas pelo processo patriarcado do ensino-aprendizagem, não desenvolvendo o interesse pelo conhecimento científico.

O Artigo 14, de Hayashi (2007, p. 1), teve como objetivo: "a analisar a questão do gênero no setor de ciência e tecnologia nacional e examinar a situação das docentes que pertencem à comunidade científica da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)". Destaca que ainda há um caminho a percorrer pelas mulheres para igualar aos pesquisadores nas áreas de conhecimentos mais prestigiadas. No artigo 15, de Lima (2013), a pesquisa foi direcionada para a inserção das mulheres na área da ciência da computação, com entrevistas de 12 docentes da área. Exige-se um esforço adicional por parte das mulheres para terem o mesmo reconhecimento dos homens, sendo que as mesmas, sutilmente, são discriminadas e segregadas em relação ao sexo oposto.

O artigo de Silva (2014), nomeada nessa pesquisa como 16, retrata a trajetória acadêmica e profissional de mulheres na ciência por meio de entrevistas com mulheres atuantes em universidades públicas e uma instituição de pesquisa no Rio Grande do Sul. Destaca-se que as entrevistadas e suas trajetórias foram construídas em ambientes basicamente masculinos, tanto em valores como em padrões. Silva (2014) também é a autora da tese enumerada como 8, Silva (2012). Sendo que a tese e o artigo se articulam na mesma linha de pesquisa.

O artigo 17, de Silva (2017), intitulado Maria Teresa e as ciências da educação em Portugal, relata uma entrevista com a professora ca-

tedrática jubilada do Instituto de Educação (IE) da Universidade de Lisboa (UL) Maria Teresa Estrela. A professora Maria Teresa foi uma das cientistas mulheres pioneiras na autonomização das Ciências da Educação em Portugal, com décadas de atuação na UL desde o fim da ditadura em 1974. O objetivo do artigo foi o diálogo entre a sua trajetória formativa e profissional e o próprio desenvolvimento do espaço das Ciências da Educação no cenário acadêmico português

Artigo 18 (BARROS, 2020), de título Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero, retrata a pesquisa com pesquisadoras brasileiras sobre a trajetória profissional com o foco nas relações de gênero. O resultado do estudo vem de encontro com outros resultados já mencionados que apontam desigualdade de gênero na trajetória profissional.

A trajetória profissional das pesquisadoras vem de encontro com que Schienbinger (2001) relata, que as mulheres, até o século dezenove, foram impedidas de estudar em universidades e isso reflete nos dias atuais. Pois havia o predomínio dos homens nas universidades e na pesquisa e aos poucos as mulheres foram ocupando os espaços na sociedade, mas essa sociedade vem com o pensamento machista e mudar os preconceitos ainda é difícil.

A última categoria foi sobre os ensinamentos para mulheres sobre ciência e ser cientista. Nessa categoria foram classificadas as seguintes pesquisas: dissertação 3, dissertação 4 e Tese 11.

A dissertação 3, de Cavalli (2017), pesquisa como os alunos relacionam a mulher na ciência. Para isso foi desenvolvido uma sequência didática com alunos do 8º ano do ensino fundamental de uma escola particular no interior do Paraná. As respostas retratam que

os adolescentes têm uma visão estereotipada de cientistas, pensando primeiramente em homens. Para quebrar este estereótipo imposto pela sociedade a pesquisadora trabalhou com os alunos a história de ciência e o papel da mulher na ciência atualmente.

A pesquisa de Pires (2018), dissertação 4, foi com um grupo de mulheres, acima de 60 anos de idade, as quais são telespectadoras de jornal. Foram apresentadas matérias sobre ciência e proposta a discussão em grupo. O grupo, pertencente a terceira idade, relata a importância dessas publicações pela televisão para o conhecimento da população das novidades vinculadas a ciência. Mas para esse grupo, os cientistas pertencem a uma classe de pessoas privilegiadas, os quais tiveram acesso à educação, as entrevistas relatam que a maior parte da população brasileira não tem.

A tese 11 de Conceição (2019), teve o objetivo de pesquisar as razões, influências, interesse pela ciência e a intenção de seguir a carreira científica de acadêmicas dos cursos de Ciência Agronômica, Medicina Veterinária e Química da Universidade Federal de Pernambuco e pesquisa com cientistas da área da Academia Pernambucana. A pesquisadora aproximou alunas e cientistas e obteve o debate sobre mulheres na ciência, onde, ficou claro que falta ações de estímulos e incentivos para que jovens ingressem na carreira científica, possibilitando que no futuro tenham pessoas preparadas para os desafios que a sociedade demanda.

Diante dessas análises observa-se que a participação de mulheres na pesquisa vem aumentando ao longo dos anos, mas ainda existe a concepção, para alunos do ensino fundamental, de que ciência é realizada por homens e que para ser cientista é necessário estar em

laboratório de jaleco branco. Os estudos demonstram que precisa desmistificar alguns conceitos e divulgar, falar sobre o papel da mulher na pesquisa, para que em um futuro próximo as mulheres possam estar desempenhando funções iguais aos homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do contexto histórico do tema e das publicações analisadas, é possível afirmar que, ao longo do tempo, houve avanços significativos no acesso à educação, na inserção das mulheres no espaço público e na ciência.

Podemos inferir que os estudos apontam que, apesar da crescente visibilidade do gênero feminino na ciência, ainda há barreiras a serem transpostas pelas mulheres na luta para a conquista do seu espaço científico.

Persiste um discurso ideológico para consolidar uma ciência mais inclusiva, é crucial investir na implementação e incentivo a mulher nos processos educacionais, Lopes (2010) aponta que por meio da educação o sujeito adquire conhecimentos necessários para a vida em sociedade e para o mercado de trabalho, do profissional da ciência, tanto para identificar com mais precisão por onde passam e como se cristalizam a relação de poder e a subalternidade, quanto para pensar como aperfeiçoar de forma que estereótipos e preconceitos sejam superados.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. A. **Mulheres Beletristas e Educadoras:** Francisca Clotilde na Sociedade Cearense - de 1862 a 1935. 2012. 356f. – Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

BARROS, S. V.; MOURÃO, L. Trajetória profissional de mulheres cientistas à luz dos estereótipos de gênero. **Revista Psicologia em Estudo,** vol. 25. Disponível em: www.scielo.br/pdf/pe/v25/1807-0329-pe-25-e46325.pdf. Acesso em: 29 Jul. 2020.

BOLZANI, V. S. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Ciência e cultura**, v. 69, n. 4, p. 56-59, 2017.

CAVALLI, M. B. **A mulher na ciência:** investigação do desenvolvimento de uma sequência didática com alunos da educação básica. 2017. 100 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

CHIARI, N. D. A. **Uma situação de ensino para uma discussão da temática de gênero na licenciatura em ciências biológicas**. 2016, 166f. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

CONCEIÇÃO, J. M. **Mulheres na ciência:** diálogo entre as cientistas das academias pernambucanas de ciência agronômica, medicina veterinária e química e as alunas desses cursos na UFRPE. 2019. 160f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

CONCEIÇÃO, J. M.; TEIXEIRA, M. R. F. Mulheres na ciência: um estudo da presença feminina no contexto internacional. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/. Acesso em: 01 Ago. 2020.

CORRÊA, M. L. **Uma intervenção pedagógica na educação básica com potencial de ampliar a visibilidade da produção científica feminina**. 2016, 259f. Tese de Doutorado 0 Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

FARIAS, R. M. S. **O legado científico de Marie Curie:** Desafios e perspectivas da mulher na ciência. 2018. 88f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2018.

FREITAS, L. B. É que **pra mim vocês são invisíveis:** relações de gênero em aulas de ciências do ensino fundamental. 2019, 172f. Tese de Doutorado - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população:** curso dado no Collège de France(1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. Revisão da Tradução Claudia Berliner. São Paulo: Martíns Fontes, 2008.

GALVÃO, C. M.; SAWADA, N. O.; TREVIZAN, M. A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** Ribeirão Preto, v. 12, n. 3, p. 549-556, 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-11692004000300014. Acesso em: 23 Jul. 2020.

HAUASHI, M. C. P. I. *et al.* Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. **Revista Transinformação**, Campinas, vol.19, n. 2, p.169-187, 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862007000200007. Acesso em: 29 Jul. 2020.

LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das ciências na Física. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, vol. 21, n. 3, p. 883-903. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000300007. Acesso em: 31 Jul. 2020.

LINHARES, M. L. C. **Elisa Frota-Pessoa:** a textualização de suas (auto)representações e questões de gênero nas ciências. 2018, 170f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

MONTAGNER, M. I. **Mulheres e trajetórias na Faculdade de Ciências Medicas da UNICAMP:** vozes singulares e imagens coletivas. 2007. 317p. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

PEREIRA, J. C. **A inserção das mulheres na ciência:** efeito de um dispositivo de visibilidade. 2019, 68f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PIRES, B. G. C. **A percepção da ciência entre mulheres da terceira idade:** um estudo de caso com matérias do Jornal Nacional. 2018. 170 f. Dissertação de Mestrado - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2018.

ROSENTHAL, R. **Ser mulher em Ciências da Natureza e Matemática.** 2018, 106f. Dissertação de Mestrado 0 Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013. Acesso em: 20 Jul. 2020.

SANTOS, P. N. **Gênero e ciências em três corpos de Maria**. 2018, 108f. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SILVA, C. F. Maria Teresa Estrela e as Ciências da Educação em Portugal. **Educar em Revista,** Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/61328/40389. Acesso em: 29 Jul. 2020.

SILVA, F. F.; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". **Revista Ciência e Educação,** Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 29 Jul. 2020.

SILVA, F. F., RIBEIRO, P. R. C. A inserção das mulheres na ciência: narrativas de mulheres cientistas sobre a escolha profissional. **Linhas Críticas**, v. 18, n. 35, p. 171-191, 2012. Disponível em: periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas. Acesso em: 30 Jul. 2020.

SILVA, F. F. **Mulheres na ciência:** vozes, tempos, lugares e trajetórias. 2012, 149 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciências?** São Paulo, SP: EdUSC, 2001.

SOUSA, L. G. P. **Educação e Profissionalização de Mulheres:** trajetória científica e feminista de Bertha Lutz no Museu Nacional do Rio de Janeiro (1919-1937). 2009, 174 f. Dissertação de Mestrado - Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Cracking the code: girls' and women's education in science, technology, engineering and mathematics** (STEM). 2018. Disponível em: http://uis.unesco.org/en/topic/women-science. Acesso em: 20 Jul. 2020

CAPÍTULO 9

MARIA SIBYLLA MERIAN, O SURINAME E O NATURALISMO:
O PAPEL DE UMA MULHER NA HISTÓRIA E FILOSOFIA DA BIOLOGIA

Elaine Ferreira Machado (UTFPR)

Awdry Feisser Miquelin (UTFPR)

"Ao serviço de todos os entusiastas de insetos, ervas, flores e culturas: também pintores e bordadeiras. Exatamente examinado, pintado impresso e brevemente descrito".[1]

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em uma expedição famosa com observação e coleta de espécies para estudo, sem sombra de dúvidas, lembramos do inglês Charles Darwin (1809-1882) e sua viagem no famoso navio *Beagle* que durou de 1831 a 1836. Com seu retorno a Inglaterra, após as observações realizadas, publicou seu livro "A origem das espécies".

1. Trecho do subtítulo do livro publicado em 1712 por Maria Sibylla Merian e sua filha Dorothea Maria Henriette Merian com acréscimo de imagens da sua expedição ao Suriname.

No entanto, antecedendo Darwin em um século, uma naturalista corajosa, pioneira no estudo sobre os insetos e suas relações com o ambiente, realizou estudo em meio natural, observando e coletando espécies e, dialogando com a comunidade local em espaços que visitou no Suriname. Estas pesquisas e estudos sobre os seres vivos, foram realizadas em uma expedição científica que durou de 1699 a 1701. Essa mulher foi Maria Sibylla Merian (1647-1717) e, com sua filha mais nova Dorothea Maria, aventurou-se por desbravar o curioso Novo Mundo, em sua época.

Nesta expedição, Maria Sibylla Merian pesquisou muitas espécies de insetos, répteis e plantas, produzindo relatos em seu diário de estudos e ilustrações da vida natural. Ao voltar para a Europa, em 1701, trabalhou arduamente para a publicação do seu livro "Os insetos do Suriname", publicado em 1705 com as ilustrações dos seus estudos na floresta tropical.

Neste contexto, este texto demonstra a trajetória de vida e a produção artística da naturalista Maria Sibylla Merian, enfatizando a expedição científica e a produção de um novo livro, resultado de suas observações. Para isso, foram analisados artigos e livros: sobre a sua biografia, os livros de sua autoria, cartas escritas por ela e estudos recentes, tanto sobre o viés artístico e naturalístico, como também da história das mulheres na ciência fizeram parte desta pesquisa.

Espera-se que os leitores e as leitoras fiquem encantados (as) com o seu pioneirismo para o estudo dos seres vivos e, com certeza, lembrarão dela ao referir-se a uma mulher em uma expedição científica, aventurando-se nas florestas do Suriname, coletando, observando, registrando e ilustrando em belíssimas telas seus estudos científicos.

A BIOGRAFIA DE MERIAN: FATOS QUE ANTECEDERAM SUA OUSADA EXPEDIÇÃO

Maria Sibylla Merian nasceu em Frankfurt, Alemanha em 1647. Seu pai era um renomado artista e editor, Mathias Merian (1593-1650) e sua mãe Johana Sibylla Heim (1615-1690). No entanto, seu contato com o pai foi de apenas 3 anos, quando ele faleceu. Sua mãe casou novamente com Jacob Marrel (1614-1681), pai de três filhos do primeiro casamento: Mathias, Caspar e Sara.

Com o casamento da mãe, seu padrasto continuou com os trabalhos de gravação, edicação e pintura, auxiliado pelos filhos do primeiro casamento. Maria Sibylla e a irmã Sara aprendiam bordado com Johana. No entanto, Maria Sibylla queria muito mais que isso. Ela se interessava pela pintura e por isso assistia as aulas ministradas aos homens no ateliê da família. Foi assim que ela iniciou "nas artes do desenho, da aquarela, da pintura de natureza-morta e da gravura em cobre (DAVIS, 1997, p. 135).

Com treze anos, segundo relatos da própria Maria Sibylla, iniciou suas observações sobre insetos, relatando em seu diário de estudos as observações de mariposas e borboletas e o desenvolvimento de ambas a partir de lagartas. Colecionava lagartas, observava a metamorfose e, de forma detalhista representava em suas ilustrações e pinturas.

> Ela conduziu um trabalho pioneiro trabalho, por exemplo, registrando a necessidade de certas plantas em algumas espécies de insetos. Aos treze anos, ela viu bicho-da-seda se reproduzindo pela primeira vez. Fascinado pelo seu desenvolvimento, ela começou a criar bichos-da-seda. A partir de então, ela coletou lagartas no campo em torno de Frankfurt. Ela gravou e pintou em pequenas peças de pergaminho tudo o que ela podia observar sobre as histórias de vida dos Lepidoptera (SCHMIDT-LOSKE, 2010, p. 5).

Em 1665, com 18 anos, Merian casou com Johann Andreas Graff (1636-1701). Graff foi aluno de seu padrasto Marrel. O casal morou em Frankfurt por cinco anos, período em que tiveram a primeira filha Johana Helena (1668-1723). Mudaram-se posteriormente para Nuremberg. Nessa cidade Graff dedicou-se a pintura de cenas do cotidiano urbano enquanto Merian lecionava técnicas de bordado e pintura em pergaminho para as moças da região.

Dez anos após o nascimento da primeira filha, nasce Dorothea Maria (1687-1743). Nesse período, Maria Sibylla, além dos cuidados com as filhas, dedicava-se a pintura e continuava com sua observação sobre os insetos e suas respectivas metamorfoses. Também produziu, neste período um livro com flores, buquês e guirlandas, seguindo os ensinamentos do padrasto e publicado pelo seu marido, com veremos a seguir.

O fato de Merian continuar reproduzindo pinturas semelhantes a do padrasto e do marido, o que era comum a outras moças mostra sua paciência e não uma submissão, bastante comum entre outras artistas da época. Para ela tudo isso foi uma imensa aprendizagem e com essa aprendizagem ilustrou suas observações e pintou com traços próprios os seus estudos observacionais. Isso explica, mais tarde, sua ousadia em realizar uma expedição científica para o conhecimento da vida nas florestas tropicais do Novo Mundo.

No entanto, no ano de 1685, sem relatos de desentendimentos com seu marido, Maria Sibylla Merian, sua mãe e suas duas filhas seguiram em direção a comunidade labadista[2]. Mais tarde, em 1685,

2. Comunidade localizada na Frísia de origem luterana, pregava o desapego aos bens materiais.

Maria Sibylla[3] e Johan Andreas divorciaram-se e ela passou a adotar novamente o nome Maria Sibylla Merian.

Maria Sibylla Merian era uma mulher muito corajosa. Em 1691 deixou a comunidade labadista e foi morar em Amsterdam, preparando-se para conhecer a colônia holandesa na América do Sul, o Suriname, em 1699.

AS PRIMEIRAS ILUSTRAÇÕES E A COMPOSIÇÃO DOS PRIMEIROS LIVROS

As primeiras ilustrações de Maria Sibylla Merian ocorreram na gráfica e editora da família e foram realizadas pelas observações da obra de outros artistas que frequentavam as aulas de seu padrasto ou confiavam a edição de seus livros a Gráfica Merian. Segundo Davis (1997, p. 135) sua infância e adolescência foi rica no contato "sob tutela da família, como ocorria com as moças [...] lhe proporcionava um material visual bastante rico nas vastas coleções de gravuras, nos livros e nos quadros pertencentes a Jacob Marrel e aos Merian".

Casada com Graff, continuou ilustrando e pintando. Ao lecionar para jovens meninas também fez produções artísticas que levaram a organização de seu primeiro livro, publicado em três partes entre os anos de 1675 e 1680. Esse livro conta com 12 (doze) placas ilustradas e pintadas por Merian. Como na maioria das publicações da época, seu marido aparece como o editor da obra, como podemos observar na Figura 1.

3. Maria Sibylla Merian tinha 39 anos quando se divorciou do seu esposo Graff o qual, após o divórcio casou-se novamente tendo mais um filho.

Figura 1: edição do livro com as três partes da obra realizada por Graff (1680)

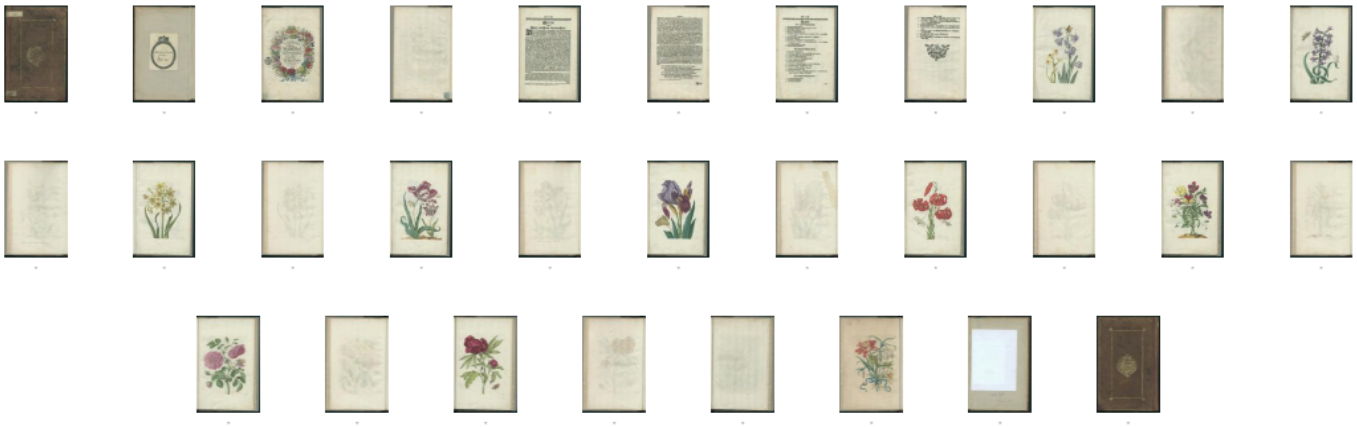
MS Gräffin, M. Merians des Eltern seel: filha. Novo livro de flores

editor: Graff
Local de publicação: Nuremberg
Data de publicação: 1680
escopo: 12 folhas
assinatura: Botan 84, misc.3
língua: alemão
Digitalização: SLUB Dresden
Aviso de licença / direitos: Public Domain Mark 1.0
URNA: urna: nbn: de: bsz: 14-db-id375355022 4
PURL: http://digital.slub-dresden.de/id375355022
Identificador OAI:
oai: de: slub-dresden: banco de dados: id-37...
Número VD17: VD17 14: 690095W
Catálogo SLUB (PPN): 375355022 375289313
Colecções: Impressões do século XVII
Lista de impressões do século XVII publicadas em países de língua alemã (VD17)
Comente: Original incompleto: Kupferst. 2- e 3- ausentes; aqui falsamente cobre. 4 de Th. 1
Tipo de estrutura: fita
Contagem de fitas: 3

Fonte: Graff e Merian (1680)

As doze ilustrações de seu livro "*Neües BlumenBuch*" estão organizadas em buquês, flores e guirlandas como podemos observar na Figura 2.

Figura 2: placas "Novo livro das flores" (Graff e Merian, 1680)



Fonte: Graff e Merian (1680)[4]

4. Livro digital disponível em < https://digital.slub-dresden.de/werkansicht/dlf/81016/1/0/?tx_dlf%5Bpagegrid%5D=1&cHash=21cba682ced3b773576b07de4b2c9cc8>com todas as placas ilustradas e pintadas por Merian. Acesso em 24. Jul. 2020.

Maria Sibylla Merian apresentava, de certa forma, entusiasmo por essa primeira produção. Muitas das placas desse livro serviram de modelo para outras artistas e até mesmo bordadeiras. No entanto ele não representava o que Merian realmente gostava de observar, ilustrar e pintar: os insetos em meio natural. Para a época, estudos dessa natureza, realizado por mulheres não tinha uma boa visibilidade e, mesmo dedicando-se a eles por longos anos, o seu primeiro livro não pode apresentar esses estudos, mas abriu um caminho importante para o seu reconhecimento no meio artístico, embora ela tenha sido uma excelente naturalista à sua época.

Mesmo com as pinturas realizadas sobre flores, seus estudos sobre os insetos continuavam, como afirma Schimidt-Loske (2010, p. 6): "ela colecionou lagartas nos jardins de Nuremberg e aprendeu a identificar muitas plantas, a fim de determinar a dieta das lagartas. Em muitos casos, a metamorfose dos insetos aconteceu dentro de alguns dias ou semanas, mas de vez em quando Merian tinha que esperar até o próximo verão".

Com o reconhecimento artístico do Novo Livro das Flores e suas observações, dividindo-se entre a arte e a ciência natural, em 1679 ela publicou o seu livro de estudo sobre os insetos e suas respectivas metamorfoses, com base em observações de aproximadamente três décadas, tendo também Graff como editor. Esse livro foi denominado *"A maravilhosa transformação das borboletas e sua peculiar alimentação"*[5]. Com 229 (duzentas e vinte e nove) páginas, esse livro mostra Maria Sibylla Merian como um naturalista, cujo meio de divulgação científi-

5. Titulo original: *Der Raupen wunderbare Verwandelung, und sonderbare Blumen-nahrung* (1679). Disponível em: < http://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/frankfurt/content/thumbview/4655675>. Acesso em 24. Jul. 2020. Livro com placas coloridas a mão.

fica foram suas aquarelas com a inovação de escrever, após cada pintura, seu relatório de estudo de cada espécie. Na Figura 3, um estudo sistemático das três fases da metamorfose da mariposa:

Figura 3: Ilustrações da Placa 17 seguida das descrições nas páginas 35-36



Fonte: Merian (1679)[6]

A ilustração acima representa suas observações da metamorfose dos insetos. No entanto, seus estudos, nesse livro, mostram a íntima relação entre os insetos e suas plantas hospedeiras, insistindo nas relações complexas dos seres vivos na natureza. Segundo Davis (1997, p. 145) "[...] imagens e textos minuciosos em extremo, unidos por um elo estético, tinham uma importância científica independente das novas espécies contidas em suas páginas". E essas páginas mostraram muitos conhecimentos científicos de Merian, desde mariposas e borboletas (que constam em maior número em seus estudos), mas também de moscas, abelhas, besouros e vespas ilustradas conjuntamente com os lepidópteros em metamorfose como nas placas 4, 7 e 22, representadas respectivamente na Figura 4.

6. Livro digital disponível em < https://digital.slub-dresden.de/werkansicht/dlf/81016/1/0/?tx_dlf%5Bpagegrid%5D=1&cHash=21cba682ced3b773576b07de4b2c9cc8> com todas as placas ilustradas e pintadas por Merian. Acesso em 24. Jul. 2020.

Figura 4: Placas com insetos e suas respectivas metamorfoses



Fonte: Merian (1679)

O livro sobre os insetos e a metamorfose de cada espécie estudada por Merian também foi publicado, novamente, em 1683 em Frankfurt pelo seu marido[7]. Esse livro mostrou-se bem mais ousado que o seu primeiro livro com ilustrações de flores, como vimos. Seus conhecimentos naturais dos insetos em plantas hospedeiras e a metamorfose ficaram estampados nas ilustrações, nas pinturas e escritos de suas observações como naturalista e artista.

A EXPEDIÇÃO AO SURINAME: DIÁLOGOS, OBSERVAÇÕES E AS ILUSTRAÇÕES DO NOVO MUNDO

Segundo Paravisini-Gebert (2012, p. 10) "em junho de 1699, a entomologista alemã pioneira Maria Sibylla Merian viajou para o Suriname com sua filha de 21 anos, Dorothea Maria com o objetivo aparentemente implausível de estudar o processo de metamorfose [...] que durou até junho de 1701 e produziu o primeiro estudo de campo zoológico de longo prazo do mundo".

7. *Der Raupen wunderbare Verwandelung und sonderbare Blumennahrung* […]; part II. Nesse período Maria Sibylla assinava o livro como "Maria Sibylla Graff"

A expedição de Maria Sibylla Merian em companhia de sua filha mais nova não foi algo tão simples e fácil como era para os naturalistas homens. Para realizar a expedição, Merian conseguiu um empréstimo e não um financiamento com foi dado a outro naturalista: "o burgomestre Nicolas Witsen financiou as pesquisas de Cornelis de Bruyn no Egito, na Pérsia e na Índia, mas a Maria Sibylla Merian limitou-se a conceder um empréstimo" (DAVIS, 1997, p. 159). Isso, mais uma vez evidencia o valor dado a pesquisa realizada por homens e a desvalorização feminina nas investigações do mundo natural, atividade bastante comum na época devido a colonização dos continentes americano e africano.

Segundo Sombrio (2016) as mulheres não viajavam porque não eram financiadas pelas companhias de comércio ou academias científicas. As que experenciavam tal situação acompanhavam, como coadjuvantes, seus maridos. Merian foi a única mulher do continente europeu que fez uma expedição exclusivamente científica e acompanhada de outra mulher, sua filha e assistente. Assim, Merian também vendeu ilustrações e pinturas de flores, plantas e insetos realizadas em seus livros anteriores bem como se propôs a realizar coletas de espécimes no Suriname para vende-los a naturalistas e colecionadores na sua volta a Europa.

Desta forma, embarcou para o Suriname em 1699 e já no final deste ano começara a produzir suas primeiras ilustrações baseadas nas observações realizadas no Novo Mundo. Suas observações foram minuciosas e o diálogo com os ameríndios e escravos contribuíram para o conhecimento das espécies locais de insetos, plantas, anfíbios e répteis. Paravisini-Gebert (2012, p. 12) afirma que "uma mulher branca cujas sensibilidades não eram em sintonia com a sociedade de plantadores, mas mesmo assim, ela vivia em constante

trocas com os escravos e moradores indígenas familiarizados com as florestas e suas plantas e criaturas".

Esses diálogos mostraram a ela o profundo conhecimento da comunidade sobre as propriedades medicinais de plantas locais, como descrito por ela sobre a flor-pavão "abortivo, para que seus filhos não se tornassem escravos como são" (MERIAN, 1705, p. 143-144). Os escravos e os índios acompanharam ela e sua filha na floresta tropical, para que elas pudessem realizar observações e coletas de estudo das espécies e, é claro, estabeleceram um diálogo permanente com a comunidade local, fato que influenciou em seus relatos de diário de campo que constituíram seu livro publicado em 1705. As páginas 144, 145 e 146 do livro *Metamorfose dos insetos do Suriname* trazem a ilustração da planta e um relato, em língua holandesa, do diálogo de Merian com os moradores locais (Figura 5).

Figura 5: Placa 45 e descrição das propriedade da flor-pavão (p. 142-144)



Fonte: Merian (1705, p. 144-146)[8]

8. *Metamorphosis Insectorum Surinamensium Ofte* Verandering Der Surinaamsche Insecten : Waar in de Surinaamsche Rupsen en Wormen met alle des zelfs Veranderingen na het leven afgebeeld en beschreeven worden, zynde elk geplaast ob die Gewassen, Bloemen en Vruchten, daar sy op gevonden zyn ... / door Maria Sibylla Merian. [J. Mulder Sculp. ; P. Sluyter Sculp.]. Disponível em < http://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/varia/content/titleinfo/4604281>. Acesso em 27. Jul. 2020.

Segundo Merian (1705):

> Essa é a Flor Pavão, uma planta de três metros de altura, com flores amarelas e vermelhas. a semente é usada para mulheres que estão em perigo, para continuar o trabalho de parto. Os índios, que não são traficados quando servem holandeses, secam seus filhos ali, não querendo que os filhos sejam escravos, como eles. [...] uma planta de três metros de altura, com flores amarelas e vermelhas; a semente é usada para mulheres que estão em perigo, para continuar o trabalho de parto. Os índios, que não são bem traficados quando são empregados pelos holandeses, secam seus filhos lá, não querendo que seus filhos sejam escravos, como eles. 22 de janeiro de 1700".

Além do conhecimento das plantas medicinais utilizadas na comunidade local, Merian também conheceu muitas plantas inexistentes na Europa e com sabores específicos, as quais relatou características e utilizações no Novo Mundo, tais como o abacaxi e a banana com as respectivas espécies de insetos presentes na relação harmônica inseto-planta. Sobre o abacaxi e a borboleta nele vivente ((Placa 1), Merian (1705, p. 10-12) descreve:

> O sabor desta fruta é como se houvesse uvas, groselhas, maçã e peras misturadas, todas com sabor semelhante. O cheiro dela é doce e forte, quando você o come, todo o quarto cheira assim. A coroa e os brotos, que caem no solo, são colocados no chão, que novamente se transformam em novas plantas, crescendo tão facilmente quanto as sementes. Seis meses precisam dos brotos jovens, até seu completo desenvolvimento. Eles são comidos crus e cozidos, também podem ser prensados e assados ambos com um sabor delicioso [...].
>
> A lagarta sentada neste abacaxi, que encontrei na grama do Ananás no ano 1700. No início de maio ela é verde com uma faixa vermelha e branca ao longo de todo o corpo. Em 10 de maio se transformou em um casulo, pois em 18 de maio deu origem a uma borboleta muito bonita, pintada de amarelo com superfícies limpas e brilhantes, verdes, e uma demonstração de estar sentado e voando.

Além das frutas típicas do Suriname, Merian estudou répteis locais, os quais causavam reações impressionantes dos viajantes e estudiosos da época em virtude da diversidade, cor e tamanho, como também pelos acidentes que podiam causar. Na Placa 23, Merian

descreve o *Cnemidophorus lemniscatus*, um réptil de coloração verde azulada o qual ela observou e constatou que:

> O lagarto azul com os olhos que eu mostrei principalmente aqui, para decorar a folha, tinha feito ninho no chão da minha casa, na rede [...] ovos, brancos e redondos, como pode ser visto no caule três. Levei isso comigo na minha jornada para a Holanda, quando meu jovem lagarto saiu para o mar, tão pequeno quanto pode ser vista no caule, mas morreu por falta da mãe e da perna do pé (MERIAN, 1705, p. 78).

Dessa forma, dialogando com os moradores locais, observando as espécies e ilustrando, com o auxílio da filha Dorothea Maria, Merian colecionou um vasto material biológico, produziu diversas ilustrações e anotações em diário de campo. Em 1702, mais cedo do que ela mesmo esperava, retornou para a Europa em virtude do seu estado de saúde. Neste retorno, com os estudos realizados no Suriname foi empreendedora da edição e publicação do seu livro, resultado da expedição científica realizada cento e trinta anos antes de Charles Darwin.

Em 1702 ela escreve para o mercador Johann Christoph Volkamer[9] (1644-1720) por carta datada de 8 de outubro daquele ano. Merian relata sobre as espécies coletadas no Suriname, bem como o processo de conservação que utilizou para algumas espécies "além disso, atualmente tenho copos com licor, um crocodilo e muitas cobras e outras presas, bem como 20 baús redondos com todos os tipos de pássaros de verão" (MERIAN, 1702). Ela também descreve, no verso da carta, com detalhes os 34 (trinta e quatro itens) disponíveis para comercialização: 1 crocodilo, 2 cobras grandes, 18 cobras menores, 11 iguanas, 1 réptil escamado e 1 casebre menor para as espécies. Na mesma carta, Merian coloca o valor de 20 (vinte) florins[10]

9. Para Volkamer ela escreve 4 (quatro) cartas entre 1702 e 1705 sobre seu material biológico, suas ilustrações e pinturas para o novo livro resultante de sua expedição científica. As cartas estão disponíveis em <https://www.themariasibyllameriansociety.humanities.uva.nl/sources/letters/>. Acesso em 12. Ago. 2020.

10. Termo genérico para designar moedas de ouro na Alemanha e na Holanda.

para sua coleção e a receita para a conservação das espécies enviadas, caso haja interesse do mercador[11]. Em 1703 ela escreve uma carta para James Petiver (1665-1718), também entomólogo e residente em Londres. À ele, conta sobre as 60 (sessenta placas) placas prontas de 90 (noventa) que estava preparando, ao mesmo tempo que mostra o interesse na tradução para o inglês de seu material[12].

Isso mostra também seu espírito para os negócios, importante para seu empreendimento na edição e publicação do seu livro, resultado dos estudos da expedição ao Suriname sobre o qual tinha muitos conhecimentos da ciência e da arte para apresentar. Segundo Schimidt-Loske (2010, p. 5):

> O estilo de vida de Maria Sibylla Merian era bastante atípico para as mulheres do seu tempo. Ela ficou famosa por seu portfólio *Metamorfose Insectorum Surinamensium* (1705). Ela foi uma das primeiras artistas a retratar plantas tropicais insetos e para publicar suas gravuras coloridas para o prazer, o interesse e a educação de amantes da arte e naturalistas. Sua jornada ao Suriname foi precedida por investigações de borboletas europeias e uma experiência crucial em sua infância na Alemanha.

Paravisini-Gilbert (2012, p. 18) destaca ainda que "suas pinturas forneceram algumas das mais belas representações iniciais da fauna e da flora tropicais, oferecendo observações inovadoras da natureza e da metamorfose[13]", como podemos observar, em seu livro da metamorfose dos insetos tropicais.

O LIVRO METAMORFOSE DOS INSETOS DO SURINAME

Tendo comercializado algumas de suas coleções obtidas na expedição ao Suriname, Merian conseguiu no ano de 1705 finalizar o seu

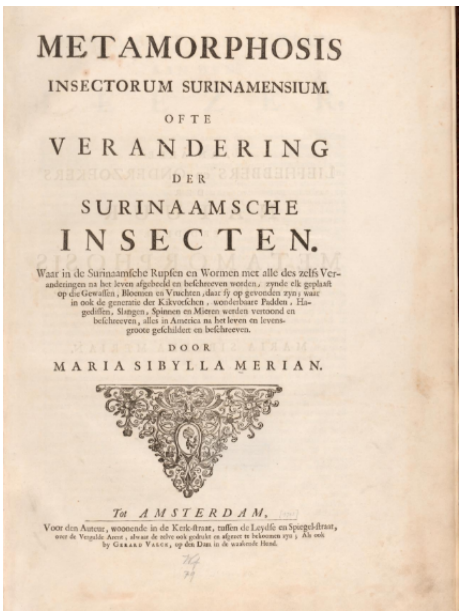
11. Pessoas de negócios dos séculos XV, XVI e XVII.
12. Merian to Petivier em 28 de junho de 1703.
13. A metamorfose de lepidópteros, de répteis e anfíbios registrados em arte e ciência em sua obra.

livro de artista e naturalista. Na introdução de seu livro *"Metamorsfose dos insetos do Suriname"* ilustrado, pintado, editado e publicado por ela, com ajuda das filhas Iohanna e Dorothea, Merian (1705, p. 8) descreve o motivo do retorno para a Holanda bem como suas despesas de viagem, uma vez que ela financiou estes gastos, diferente das expedições científicas realizadas por homens, como comentamos anteriormente:

> O calor era muito intenso contra a minha natureza, e foi por isso que encontrei minha necessidade de voltar para casa mais cedo do que pensara. Quando voltei para a Holanda e vi peças pintadas de alguns artistas, por muitos anos, tentei misturá-las com a gravura, declarando que esse era o trabalho certo e curioso já pintado na América, mas haviam as despesas de viagem que me fizeram refletir sobre isso.

Mesmo preocupada com essas despesas, por 3 (três) anos de trabalho árduo e também com os objetivos de pagar as dívidas da expedição e apresentar seu trabalho com as espécies da floresta tropical do Suriname, Merian trabalhou intensamente para a primeira edição de seu livro, com o seu nome impresso como autora e editora, explicando a variedade de espécies encontradas (formigas, borboletas, aranhas) e dedicando a obra aos residentes da igreja (Figura 6) .

Figura 5: Página inicial do livro *Metamorfose dos Insetos do Suriname*


METAMORPHOSIS
INSECTORUM SURINAMENSIUM.
OFTE
VERANDERING
DER
SURINAAMSCHE
INSECTEN.
DOOR
MARIA SIBYLLA MERIAN.
Tot AMSTERDAM,

Fonte: Merian (1705, p. 5)

O livro apresentava 196 (centro e noventa e seis páginas) com 60 (sessenta) ilustrações da biodiversidade do Suriname. As placas foram calcogravadas e pintadas em aquarela. Nem todos os estudos de Maria Sibylla Merian e sua colaboradora, a filha, foram publicados neste livro, como veremos. Nestas sessenta placas foram retratadas diversas espécies de lepidópteros (borboletas e mariposas) em metamorfose, bem como baratas, moscas, abelhas da *Classe Insecta.* Também foram incluídas plantas regionais, répteis e anfíbios estudados por Merian em sua expedição científica. Essas placas ficaram assim distribuídas em seu livro: 38 (trinta e oito) delas retratavam a metamorfose de lepidópteros em planta hospedeira; 16 (dezesseis) além dos lepidópteros apresentam insetos como formigas, besouros, abelhas e aranhas em plantas; 4 (quatro) diversos insetos e répteis e, 2 (duas) plantas com insetos e anfíbios, sendo uma delas a metamorfose de um sapo, como mostra a Figura 7, com as placas 7, 18, 5 e 56, respectivamente.

Figura 7: placas do livro *Metamorfose dos Insetos do Suriname* **(1705)**



Fonte: Merian (1705)

Além da versão em holandês publicada em 1705, Merian, no mesmo ano, publicou com placas coloridas uma versão em latim[14],

14. 1705: *Metamorphosis Insectorum Surinamensium*. Latim. Disponível em: < http://memoirevive.besancon.fr/ark:/48565/a011374307875rcbcyF/1/1>. Acesso em 27. Jul. 2020.

fato que deu bastante notoriedade ao seu trabalho, uma vez que os naturalistas se utilizavam, em todas as partes do mundo, dessa língua como meio de divulgação de seus trabalhos científicos.

Em 1712 com o auxílio das filhas publicou "*Der rupsen begin, voedzel en wonderbaare verandering*"[15], com placas em preto e branco, descrevendo o início da vida, a alimentação e a mudança maravilhosa das lagartas. Deixou um legado de arte e ciência as suas filhas e aos naturalistas da época. "Até agora, os sistematas estão bem cientes da excelente contribuição para a ciência, documentada na nomeação de espécies vegetais e animais ou subespécie de diversos taxa: 'merianae"'(SCHIMIDT- LOSKE, 2010, p. 8), como o *Salvator merianae* e *Tupinambis merianae* (espécies de lagartos). A capa do livro publicado em 1712 lembra a composição do primeiro livro, o Livro das Flores (Figura 8).

Figura 8: capa do livro *"Der rupsen..."***(1712)**



Fonte: Merian e Merian (1712)

15. Livro digital disponível em <https://books.google.be/books?vid=GENT900000000287>. Acesso em 28. Jul. 2020.

Publicado em holandês, Merian introduz o livro relatando suas observações na Alemanha e na Holanda, explica a peculiar alimentação e transformação das espécies estudadas, tanto de insetos como de plantas. Descreve, na sequência as espécies das 50 (cinquenta) placas em preto e branco presentes no livro: primeiro as descrições de todas elas e depois as ilustrações, diferente dos outros livros publicados anteriormente que seguiam com a ilustração (com ou sem a pintura) e a descrição das espécies representadas. Em 1717, Maria Sibylla Merian faleceu, vítima de um acidente vascular cerebral que havia tido dois anos antes, fato que debilitou sua produção de naturalista e artista. Algumas ilustrações e pinturas foram anexados em obras editadas e publicadas mais tarde pelas suas filhas, incluindo, por exemplo, a parte III no livro "*Der rupsen begin, voedzel en wonderbaare verandering*"[16] com trabalhos realizados por ela no Suriname.

AS PUBLICAÇÕES PÓSTUMAS REALIZADAS PELAS FILHAS JOHANNA E DOROTHEA

Quando faleceu, em 1717, deixou a arte da pintura como heranças às duas filhas que completaram sua obra e publicaram edições póstumas de seus livros. E é claro, sua coragem em uma época da prática científica quase que exclusivamente masculina, deixou também o fascínio da busca pelo conhecimento a elas. Isso pode ser constatado por Johanna que se mudou com o marido para o Suriname em 1711 e continuou enviando exemplares de espécies para a irmã. Ambas deram continuidade a obra da mãe. Segundo Davis (1997, p. 185-186) "suas filhas ficaram completamente à vontade no

16. Segundo os estudiosos dessa terceira parte do livro "*Der Raupen*" as filhas de Merian fizeram adições de insetos nas ilustrações da mãe na maioria das placas publicadas no livro.

terceiro volume de *Der Rupsen* , composto por observações inéditas de Maria Sibylla, mas publicado após sua morte em 1917 [...] Johanna coletava espécies de répteis, peixe e insetos, que esperava vender por um bom preço na Europa, e estudava e retratava insetos e plantas". Foram seis publicações realizadas entre 1717 e 1730.

A primeira delas foi em 1717, logo após a morte de Merian, com a terceira parte do livro *Der Raupen*[17]. Essas edições foram publicadas em holandês, uma das edições com apenas as ilustrações em preto e branco e a outra com placas coloridas. Esse livro foi começado por Merian, ainda quando viveu na comunidade labadista. Ela tinha a intenção de anexar a terceira parte do livro e isso foi feito pelas filhas. No prefácio do livro as filhas iniciam:

> Maria Sibilla Merian, a quem Deus amou, tem essa vida fantasiosa, em mover-se e fazê-la verificar sem concessões [...] esta terceira parte dos insetos europeus [...]. Este trabalho foi publicado anteriormente, mas o grande golpe a minha mãe[18] são as razões pelas quais foi interrompido por muito tempo; mas agora com minhas mãos [...] gostaria de dar prazer aos entusiastas e de poder dizer que agora todas as suas obras estão completas (MERIAN, 1717, p.20).

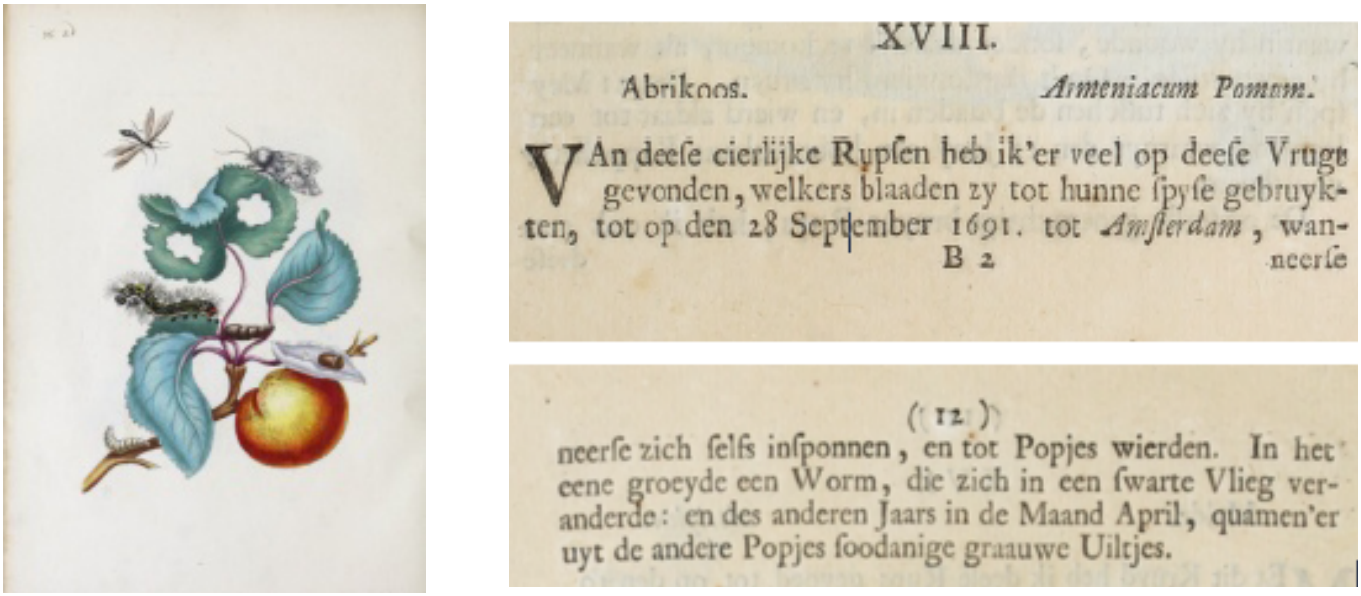
O *Der Raupen* apresentava 50 (cinquenta) placas de descrição da metamorfose dos insetos. Alguns insetos foram adicionados as ilustrações de Merian pelas filhas. Uma das críticas ao livro está na descrição da biologia dos insetos, bastante minuciosa nos trabalhos de Merian e bastante simples na publicação das filhas. Na figura da placa 18, a breve descrição dos estudos de Merian sobre a lagarta na planta hospedeira inserida pelas filhas no livro: "XVIII.

17. Continuação do seu segundo livro "*Der rupsen begin, voedzel en wonderbaare verandering*" – A maravilhosa metamorfose da lagarta e o seu extraordinário alimento das flores. Este livro, com placas coloridas a mão, encontra-se disponível em <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=gri.ark:/13960/t8vb1pm5b;view=1up;seq=1>. Acesso em 07. Ago. 2020.

18. Refere-se ao seu acidente vascular no ano de 2015 que a deixou debilitada.

Damasco. *Armeniacum vomunt.* Eu gosto muito de lagartas [...] um cresceu em um verme, que se transformou em uma mosca preta" (Merian, 1717, p. 62). A figura 9 mostra a placa 18 deste livro e a breve descrição, em holandês:

Figura 9: placas do livro *Der Rupsen* **(1717)**



Fonte: Merian (1717)

As publicações realizadas pelas suas duas filhas, Johanna e Dorothea, mostraram a importância dos estudos naturais realizados por Maria Sibylla Merian bem como a beleza de sua arte em aquarela. Essa herança, transmitida às filhas, permitiu a continuidade da divulgação do seu trabalho de naturalista e artista. Mais tarde, em 1718, enviaram as placas do três livros *Der Raupen* para uma editora de Amsterdã[19]. Essa editora publicou em latim os volumes do livro das lagartas (Figura 10).

19. Editora Joannes Oosterwyk.

Figura 10: placas das edições póstumas de 1719-1730



Fonte: Oosterwyk (1719) com as ilustrações de Merian

Quanto ao livro da Metamorfose dos insetos do Suriname, quatro edições foram publicadas utilizando as ilustrações e pinturas originais de Merian (as sessenta placas do livro) adicionando doze placas de marsupiais, répteis e anfíbios (Figura 8) em 1719, 1726, 1730 e 1771. As edições de 1719 foram publicadas em latim e holandês. A edição de 1726 em latim e francês (lado a lado) publicada por Pierre Gosse[20]; em 1730 a edição foi de Jean Frederic Bernard[21] em holandês e intitulada *"De Europische Insecten"*, com quatro placas em cada página do livro como podemos observar na figura 11.

20. Livreiro (1676-1755)

21. Revisor e escritor viveu de 1680 a 1744.

Figura 11 : placas do livro *"De Europische Insecten"*



Fonte: Bernard (1730, p. 23)[22]

Com as publicações póstumas de seus trabalhos, tanto pelas filhas como por outros editores aos quais foram confiadas suas ilustrações, verifica-se a importância da sua obra na Alemanha, na Holanda e na França, região em que seu trabalho ficou conhecido, considerando a parte artística mas também de pesquisa adicionada a cada edição dos livros com os seus relatos dos seres vivos. Embora tenha sido a primeira mulher a realizar uma expedição científica de tamanha importância, suas produções ficaram em caráter bastante local, não ultrapassando o continente europeu como ela o fez aventurando-se no Suriname.

Por mais de duzentos e cinquenta anos seus estudos foram apreciados por poucos pesquisadores de outros continentes. No século XX essa

22. Livro disponível em < https://gdz.sub.uni-goettingen.de/id/PPN475975456?tify={%22pages%22:[23],%22panX%22:0.724,%22panY%22:0.698,%22view%22:%22thumbnails%22,%22zoom%22:0.402}>. Acesso em 10. Ago. 2020.

redescoberta ocorreu, incluindo Maria Sibylla Merian em estudos da arte, da ciência e da participação feminina na pesquisa de campo (TOOD, 2007). Vários autores realizaram estudos sobre ela, destacando sua importância na expedição realizada ao Suriname para estudos da história natural, bem como na participação feminina na produção do conhecimento em um época que "o saber 'excessivo' das mulheres era considerado chocante e contrário às boas maneiras [...] mas houve também mulheres que tomaram posições feministas e defenderam seu direito à mesma educação e o acesso às mesmas atividades intelectuais dos homens" (TOSI, 1998, p. 380), como foi o caso de Maria Sibylla Merian.

OS ESTUDOS SOBRE MARIA SIBYLLA: UM RESGATE REALIZADO NO SÉCULO XX

Em uma pesquisa quantitativa realizada nas bases *Scopus* e *Web of Science* via Portal de Periódicos Capes, foram encontradas 47 (quarenta e sete) publicações sobre Maria Sibylla Merian. Elas foram realizadas desde 1906 até 2020 e estão distribuídas como mostra o Quadro 1.

Quadro 1: Produções sobre Merian (1900-2020)

Publicações	*Web of Science*	*Scopus*
Artigos	14	9
Revisões de livro	10	0
Artigo de revisão	1	6
Biografia	1	0
Material editorial	1	0
Capítulo de livro	0	2
Resumo de conferência	0	1
Nota	0	1
Breve pesquisa	0	1
TOTAL	**27**	**20**

Fonte: Bibliometrix (2020)

Com essas informações percebemos que os estudo científicos realizados sobre ela ainda são poucos se comparado a outros naturalistas homens da mesma época. O mesmo podemos afirmar em relação aos estudos de Charles Darwin e sua expedição que ocorreu mais de um século após a dela.

A primeira publicação encontrada na base *Scopus* é de 1906 e trata-se de uma nota de consulta realizada por Roberts (1906). O maior número de artigos publicados sobre Maria Sibylla Merian foi nos anos de 2010 a 2017, e a maior média de citações ocorreu nos anos de 2017 nas duas bases de pesquisa.

Os países com maior número de pesquisas sobre ela foram os Estados Unidos, a Alemanha, o Brasil, o Canadá e a Bélgica. As publicações dos autores ocorreram em revistas de História Natural, História da Ciência, Ornitologia, revistas interdisciplinares e revistas sobre mulheres na Ciência. Entre os autores contemporâneos com o maior número de publicações destacam-se Etheridge, Kinukawa, Schiebineer, Schimidt-Loske, Pieters, Paravasini-Gebert. Todos esses autores realizaram estudos das obras de Maria Sibylla Merian nas últimas décadas.

Entre eles, com relação a expedição científica da naturalista, destaca-se Schiebinger (2003) que em seu artigo descreve a viagem de Amsterdã ao Suriname em 1699, cujos objetivos estaria em pesquisar sobre um fio que substituísse a seda utilizada na Europa e, com isso, produziu um livro excepcional sobre a história natural do Suriname. Paravasini-Gebert (2012) também descreveu o período de 1699-1701 caracterizando Merian como a primeira ecologista de campo em seus estudos nas florestas do Suriname.

Etheridge (2011) e Schimidt-Loske (2010) pesquisaram sua trajetória de vida no estudo da metamorfose, principalmente dos lepidópteros em plantas hospedeiras, sendo uma pioneira nos estudos de associação ecológica entre insetos e planta hospedeira, sendo pouco conhecida nos registros da história natural moderna mesmo com seu jeito peculiar de observa o mundo natural. Pieters (1999) em comemoração ao 350 anos do nascimento de Maria Sibylla Merian publicou um artigo com sua trajetória de vida, incluindo a biografia e a evolução dos seus trabalhos nos livros publicados, bem como o reconhecimento desta naturalista com uma homenagem, em 1992, na moeda de 500 DM[23] com seu retrato pintado por Gsell[24].

No ano de 2014 foi fundada a *"The Maria Sibylla Merian Society"*[25] formada por pesquisadores de diversos locais do mundo com o intuito de divulgar a obra de Maria Sibylla Merian, reconhecendo a interrelação entre arte, ciência e comércio nos trabalhos da naturalista. Vários autores acima citados fazem parte desta sociedade e divulgam tanto dos trabalhos originais (fontes primárias) como também estudos realizados no século XX sobre ela. É possível acessar todas as edições de seus livros, sua biografia, as cartas enviadas a amiga Clara Regina Imhof (1664-1697) e aos mercadores de arte, pesquisas, ensaios, conferências e vídeos sobre Merian.

Em resumo, o mapa temático da Figura 12 mostra o trabalho dessa naturalista viajante do século XVII que, em uma expedição

23. DM ou *Deutsche Mark* foi a moeda oficial da República Federativa da Alemanha entre 1949-2002.

24. George Gsell (1673-1740) consultor de arte e casado com Dorothea Maria, filha de Merian.

25. Disponível em <https://www.themariasibyllameriansociety.humanities.uva.nl/>. Acesso em 12. Ago. 2020.

científica, desvendou as belezas naturais e a metamorfose dos insetos do Suriname, divulgando seus trabalhos na arte de suas telas, com os palavras-chave das pesquisas realizadas sobre ela.

Figura 12 : mapa temático sobre Maria Sibylla Merian



Fonte: Bibliometrix (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos neste estudo mostrar a trajetória de vida de Maria Sibylla Merian (1647-1717) com ênfase em sua expedição científica nos anos de 1699 a 1701, que resultou na publicação do seu livro *Metamorfose dos Insetos do Suriname* e edições póstumas realizadas por suas filhas e outras editoras, com base em suas ilustrações e anotações em seus diários de campo.

Num tempo marcado por expedições científicas realizadas em sua maioria por homens ou por mulheres que acompanhavam seus maridos na vinda as colônias, Maria Sibylla Merian aventurou-se na floresta tropical do Suriname com a filha Dorothea. Instalada em

uma residência simples e com um clima completamente diferente do continente europeu, contou com os habitantes locais na mudança abrupta em sua vida e também nas observações dos insetos e suas respectivas metamorfoses, das plantas, dos anfíbios e dos répteis. Em diálogo permanente com índios, escravos e colonizadores holandeses, observou e registrou de forma minuciosa as espécies a que venho estudar, incluindo em seus escritos os relatos desses diálogos.

Muitas das espécies coletadas por ela, nos três anos em que permaneceu no Suriname foram enviadas para colecionadores e estudiosos da história natural, fato que mostra seu espírito científico e ações muito semelhantes as realizadas por Charles Darwin em sua expedição a bordo do *Beagle* (1831-1836) com o diferencial que ela antecedeu Darwin. Tratando-se de uma mulher, sua história no mundo científico, é pouquíssimo relatada, como pudemos observar em relação a retomada dos estudos de sua obra apenas no século XX.

Como pesquisadoras (es) cabe a nós apresentar Maria Sibylla Merian e sua história de vida e de dedicação a ciência para que muitas outras mulheres se aventurem no conhecimento científico, seja no laboratório ou nas atividades de campo ou viajando à outros continentes como ela fez. Nesse sentido, com um maior número de pesquisadores analisando e estudando sua obra, novos conhecimentos serão publicados mostrando a importância dela e de sua expedição científica na história da ciência e da mulher na ciência.

REFERÊNCIAS

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens:** três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ETHERIDGE, Kay. Maria Sibylla Merian and the metamorphosis of natural history. **Endeavour.** Vol. 35, pp. 16-22, 2011.

MERIAN, Maria Sibylla. Der Raupen wunderbare verwandelung, und sonderbare blumen-nahrung: worinnen, durch eine gantz-neue erfindung, der raupen, würmer, sommer-vögelein, motten, fliegen. Nuremberg: Johann Andreas Graffen; Mahlern, 1679. Disponível em: http://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/varia/content/titleinfo/4655656. Acesso em 11 ago. 2018.

MERIAN, Maria Sibylla. **Neues Blumenbuch: part I-III. Graff: Nuremberg, 1680.**

MERIAN, Maria Sibylla. **Metamorphosis insectorum Surinamensium**. Amsterdam: Voor den Auteur, 1705. Disponível em http://sammlungen.ub.uni-frankfurt.de/frankfurt/content/pageview/4604361. Acesso em 11 ago. 2018

MERIAN, Maria Sibylla (1647-1717); Valck, Gerard; Merian, Dorothea Maria Henriette. **Der Rupsen Begin, Voedzel En Wonderbaare Verandering**: Waar In De Oorspronk, Spys En Gestaltverwisseling. Amsterdam: Gedrukt voor den auteur ... Als mede by Gerard Valk, 1713.

PARAVASINI-GEBERT, Lizabeth. Maria Sibylla Merian: The Dawn of Field Ecology in the Forests of Suriname, 1699-1701. Literature and Arts of Americas: 45, nº 1, p. 10-20, 2012.

PIETERS, F. F. J. M; WINTHAGEN, D. Maria Sibylla Merian, naturalist and artist (1647-1717): a commemoration on the occasion of the 350th anniversity of her birth. **Archives of Natural History.** Vol. 26, p. 1-18, 1999.

SCHIMIDT-LOSKE, Katharina. **Maria Sibylla Merian**: Insects of Surinam. Taschen: Alemanha, 2009.

SCHIMIDT-LOSKE, Katharina. Maria Sibylla Merian: Metamorphosis of insects. **Dtsch. Entomol**. Z. 57 (1), p.5-10, 2010.

SCHIEBINGER, Londa. Jeanne Baret: the first woman to circumnavigate the globe. **Endeavour.** Vol. 27, pp. 22-25, 2003.

SOMBRIO, Mariana Moraes de Oliveira. Em busca pelo campo – Mulheres em Expedições Científicas no Brasil em meados do século XX. **Cad. Pagu**, Campinas , n. 48, e164809, 2016 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332016000300301&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12. Ago. 2020.

TOOD, K. **Chrysalis:** Maria Sibylla Merian and the secrets of metamorphosis .Orlando: Harcout, 2007.

TOSI, Lucía. Mulher e Ciência: a revolução científica, a caça as bruxas e a ciência moderna. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 10, pp. 369-397, 1998.

CAPÍTULO 10

AS VERDADEIRAS MULHERES MARAVILHAS:
RELAÇÕES DE FEMINISMO E ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Elaine Cristina Troyner Munhoz (UTFPR)

Virgínia Ostroski Salles (UTFPR)

Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

INTRODUÇÃO

No campo das Ciências e das Tecnologias o tema "mulheres" vem, muitas vezes, agregado ao termo "desigualdade" perante a hierarquia de gênero. Basta perguntar a um aluno de qualquer estágio educacional o nome de um grande cientista que vem à mente. A resposta estará repleta de Einsteins, Galileus e Newtons, raramente a resposta será descrita com um nome feminino. Respostas neste nível não serão raras, haja vista que ainda é difundido o pensamento

de que as mulheres são atribuídas ao papel de mães e donas de casa, ainda recebem os menores salários, são consideradas inferiores aos homens e ainda estabelecem a relação dos mais fortes (homem) antes do mais fraco (mulher).

Essas relações desiguais de gênero e poder são percebidas com intensidade, na medida que observamos a produção científica das mulheres na sociedade contemporânea. Muito tem se falado sobre o feminismo, mas ainda, pouco tem se feito para que as teorias que acercam o tema sejam disseminadas e compreendidas efetivamente no ambiente da educação básica. Ações que evidenciem as mulheres na ciência tem grande potencial para que o empoderamento feminino não esteja apenas vinculado às palavras sem sentido e embasamento teórico. É preciso refletir sobre os fatores de gênero e as diferentes maneiras de incluir as mulheres no Campo das Ciências e Tecnologias, e isso se dá ao repensarmos criticamente as transformações históricas do processo de repressão feminina nas áreas que são consideradas tipicamente masculinas e não obstantes de maior prestigio perante a sociedade. Para isso, destacamos a vital importância de incutir o debate na Educação Básica sobre a participação feminina nas Ciências e Tecnologias.

Pelo pressuposto de que a Escola pode ser um espaço que reforce o debate acerca da diversidade de gênero, para que com isso possibilite uma formação de sujeitos éticos, críticos e respeitosos de maneira que não se tornem preconceituosos e venham a reproduzir discursos de ódio para com os que acreditam ser diferentes do seu pensamento. Uma educação baseada nos princípios da igualdade e dignidade é o que se pretende quando se pensa em diretrizes e estruturado para que se encontrem alternativas educacionais para

corroborar o pensamento feminista e a inclusão das mulheres nas Ciências e Tecnologias.

Um exemplo que se pode dar é utilizar biografias de mulheres cientistas, por meio de quadrinhos, para fortalecer o entendimento de que a escola, mediante o seu currículo e prática pedagógica, precisa enfatizar o histórico de participação das mulheres nas Ciências e tecnologias contribuindo para sua visibilidade e incentivar as meninas à ingressarem no campo das Ciências e Tecnologias.

Sendo assim, considera-se que a educação tem papel fundamental para a visibilidade das mulheres cientistas e podendo ser tratado com tema transversal, uma alternativa viável para atuar diante do problema evidenciado. Para tanto, o objetivo deste artigo é o de levantar possibilidades e argumentos positivos para que possamos unir a discussão sobre o feminismo e as questões das ciências e tecnologias, na educação básica, com a intensão de repensar e ressignificar mudanças sociais e comportamentais na atualidade.

A partir das questões levantadas, fortalecemos a justificativa de que as práticas pedagógicas do Ensino de Ciências ligadas às teorias de gêneros, na Educação Básica, podem corroborar para a concretização dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) (Agenda 2030), e adotada em 25 de setembro de 2015 que reuniu os planos de todos os Estados-Membros da ONU para melhorar a vida de todos os habitantes do planeta. Entre os objetivos acordados, tem-se objetivos que versam sobre a igualdade de gênero, além de os demais tratarem assuntos que convergem com a proposta. Estes objetivos só podem ser alcançados forem conhecidos pelas partes que têm in-

teresse, essas questões discutidas e amplamente trabalhas na escola podem contribuir para o surgimento de outras ações para proporcionar a equidade de gênero nas Ciências e Tecnologias, refletindo em todos os outros setores da sociedade.

Em uma breve leitura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), (BRASIL, 2018), documento oficial para a Educação Básica Brasileira, priorizam, quando definem as suas competências, a BNCC reconhece que a "educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza" (BRASIL, 2013), mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

A BNCC (2018), quanto as suas competências referentes as ciências naturais e tecnologias aborda que: deve "utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética". Além de, "agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários" (p. 326). As questões de gênero não podem, nem devem ficar fora deste contexto.

Esperamos, então, que a inclusão do estudo das mulheres que foram destaque nas Ciências e Tecnologias sejam fatores de contribui-

ção para que os estudantes da Educação Básica possam compreender, aplicar e sensibilizar-se com as questões de gênero e a compreensão do feminismo na sociedade atual, incentivando as meninas e mulheres a se posicionarem diante do pluralismo das questões feministas.

BREVE HISTÓRICO DO FEMINISMO

Ao falar em feminismo não raro retomamos o momento histórico da imagem de mulheres queimando sutiãs e protestando nas ruas na década de 60, esse foi apenas um dos muitos atos públicos do feminismo. Já em 1968, Susan Bordo recriou uma imagem pública para desassociar essa imagem das mulheres "queimadoras de sutiã". Pois, nada foi queimado de fato, havia uma "lixeira da liberdade" onde as mulheres jogaram sutiãs, cintas, cílios postiços, num ato simbólico da segunda onda do feminismo. Esse ato representou a emancipação das mulheres na década de 60 e deu início ao momento de lutas e protestos das mulheres.

A partir do século XIX, surgiu a primeira onda de movimentos feministas: o *sufragismo* no Reino Unido e nos estados Unidos, esse movimento buscava o direito de votar das mulheres. Após Revolução Industrial as mulheres lutavam por igualdade política e o direito de votar, direitos civis e garantias de proteção liberdade e dignidade.

No final do século XIX e durante as primeiras décadas do século XX o avanço das mulheres em direção a conquista de direitos caminhou lentamente. Em meados da década de 60. Com o lançamento do Livro *O Segundo Sexo* de Simone Beauvoir, surgindo então, a onda radical de feminismo da década de 70, marcado pela famosa frase "*Ninguém nasce mulher. Torna-se Mulher*" (BEAUVOIR, 1949, p.

9). Essa afirmação se tornou a máxima que estabelece a desvinculação do sexo feminino biológico com o ser mulher, ou seja, ser mulher é uma condição socialmente elaborada, uma construção social e cultural. *O segundo sexo* questiona a mulher colocada nesse segundo patamar em oposição ao homem como sugestiona Pateman e Gross (1986, p.8) "*na teoria patriarcal existente não há um lugar para mulheres como mulheres; na melhor das hipóteses as mulheres podem ser incorporadas como pálidos reflexos dos homens*".

O feminismo Igualitário era representado pelas feministas que apoiavam a ideia da igualdade entre gêneros, em vez da noção de uma cultura feminina separada, lutavam constantemente por essa igualdade. Era um movimento ativo, que não se preocupava com reflexões acadêmicas e teóricas sobre a posição da mulher ou sobre o modelo de dominação patriarcal (DESCARRIES, 2000, p. 16). O feminismo Igualitário era uma corrente liberal que analisava a mulher em relação ao homem em busca da igualdade entre gêneros e não se focava em aspectos particulares da vida das mulheres (KING, 1993, p.131). Outra vertente feminista que surgiu das ideias de Simone de Beauvoir sendo a base para o feminismo Racional. As teóricas dessa corrente defendem também que é um ponto essencial para a emancipação feminina: a dissociação entre mulheres e natureza, no sentido que o comportamento feminino é definido por leis projetadas da natureza e da biologia.

O feminismo Socialista estabelece uma perspectiva crítica perante a história, sua compreensão e transformação é predominantemente acadêmica. Essa corrente de pensamento fala da liberdade reprodutiva, no sentido de que as mulheres devem ser livres para decidirem

como controlar seus próprios corpos, considerando que ter filhos não é um dever feminino.

Cada vertente do feminismo foca um determinado segmento, e essa pluralidade de opiniões geram diferentes tipos de interpretações. A mídia infere a sua gama de opiniões também, fazendo com que muitas vezes essas interpretações tomem como base apenas recortes difusos. Livrar-se dos pensamentos preconceituosos e estereotipados é o papel de educadores, pois, por meio do conhecimento os alunos serão capazes de formular suas próprias opiniões acerca do feminismo e entender sua pluralidade e com a premissa que é igual a todos, que mulheres apenas estão reivindicando seu espaço, sua dignidade humana, seus direitos básicos civis e o principal o respeito.

REPENSANDO AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O desafio da equidade de gênero é uma questão que vem sendo discutida com mais frequência na sociedade, mas muitos desafios e barreiras ainda precisam ser ultrapassados. De acordo com Elizabete Silva (2008), a compreensão do *problema* entre ciência e mulher tem que partir do entendimento que se trata de uma questão de gênero, uma vez que a ciência foi erguida como um campo de predominantemente masculino.

Em face do pressuposto que as origens e fundamentos da Ciência são do domínio do homem e as ideias das mulheres perpassam apenas no campo dos objetos do cotidiano feminino, tais como a criação dos filhos e a manutenção do lar, o gênero é um meio persis-

tente e recorrente de tornar mais evidentes as relações desiguais de poder. Nessa perspectiva, Albernaz e Longhi (2009) afirmam que:

> [...] gênero se constitui numa das primeiras formas para significar e distribuir poder. Ou seja, as classificações culturais realizadas com base no gênero, no ocidente, são utilizadas para legitimar a distribuição do poder entre as pessoas. Tende-se a considerar superior, mais forte e mais poderoso o que é classificado culturalmente como masculino. O que é classificado culturalmente como feminino é significado como menor, mais fraco e com menos poder, devendo ficar na esfera da proteção e da submissão ao masculino. O conjunto dessas operações lógicas, que orientam nossas práticas sociais, atua nas nossas vidas de maneira interligada e inconsciente. Elas têm um poder de verdade que dificulta serem questionadas (p. 85).

Dentro dessa ótica, pode-se afirmar que se faz necessária a intervenção na Educação dos sujeitos, para que a cultura do masculino se sobrepondo ao feminino seja ressignificada, trazendo novos olhares trazendo uma outra perspectiva. Pois, sabe-se que as mulheres também são produtoras de conhecimento científico e em nenhuma hipótese devem ser consideradas socialmente inferior ou submissa ao homem pelo simples fato de ser mulher.

Essas premissas apontam para Joan Scott (1995) e a sua própria definição de gênero, para ela o gênero é "um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder" (SCOTT, p. 84). A problemática relação de poder é determinante na produção de conhecimentos científicos estabelecendo valores hierárquicos para Ciências Humanas e Exatas, popularmente conhecias como subjetivas e objetivas, masculino e feminino, divididos pela razão e pela emoção (JAGGAR; BORDO, 1988).

Portanto, se considerarmos que o Ensino das questões de gênero como uma possibilidade transversal nas escolas, baseada em

princípios integrativos da Ciência com o foco em práticas sociais, passamos a percebê-la de forma a aproximar-se das diferentes áreas do conhecimento, encontrando argumentos que podem ser relacionados aos valores sociais. Essa confluência é percebida na BNNC (2018, p. 328-329)

> [...] propõe o estudo de questões relacionadas aos seres vivos (incluindo os seres humanos), suas características e necessidades, e a vida como fenômeno natural e social, os elementos essenciais à sua manutenção e à compreensão dos processos evolutivos que geram a diversidade de formas de vida no planeta. Estudam-se características dos ecossistemas destacando-se as interações dos seres vivos com outros seres vivos e com os fatores não vivos do ambiente, com destaque para as interações que os seres humanos estabelecem entre si e com os demais seres vivos e elementos não vivos do ambiente. [...] outro foco dessa unidade é a percepção de que o corpo humano é um todo dinâmico e articulado, e que a manutenção e o funcionamento harmonioso desse conjunto dependem da integração entre as funções específicas desempenhadas pelos diferentes sistemas que o compõem. Além disso, destacam-se aspectos relativos à saúde, compreendida não somente como um estado de equilíbrio dinâmico do corpo, mas como um bem da coletividade, abrindo espaço para discutir o que é preciso para promover a saúde individual e coletiva, inclusive no âmbito das políticas públicas.

Sendo assim, o Ensino de Ciências e a discussão de gênero na escola é uma fonte que, visivelmente, pode agregar condições aos sujeitos de perceberem os valores intrínsecos à sua volta, proporcionando o protagonismo feminino é uma forma de extinguir os preconceitos acerca do tema. Pois, como a BNCC (2018) evidencia, todas as questões referentes aos corpos humanos e suas interações com o meio ambiente, podem ser estendidas para diálogos que mostrem mulheres frente a essas questões dentro da ciência da natureza, evidenciando em seu protagonismo como cientistas que também organizaram diversas descobertas.

MULHERES NA CIÊNCIA: HISTÓRIA EM QUADRINHOS INSERIDA NA EDUCAÇÃO

Como sugerido na introdução deste texto, trazemos aqui algumas propostas para que a temática feminismo e ciências e tecnologias sejam inserida em sala de aula de forma mais concreta. A história em quadrinhos é um recurso que pode ser um aliando positivo para esse tema, pois, temos grandes heroínas em quadrinhos e trazê-las para o contexto de sala de aula pode ser bastante satisfatório.

Vejamos, o ouso de imagens para registro de informações tem sido utilizado desde as pinturas rupestres há muitos anos atrás. Há registros de pinturas rupestres que tentam representar o movimento e até mesmo narrar acontecimentos. Características de imagens expressas encadeadas e com texto são o que conhecemos, como histórias em quadrinhos. As Histórias em Quadrinhos são uma miscigenação de narrativa e imagens que exigem do leitor a habilidade de interpretar os contextos verbais e visuais. Considerando "que a leitura da revista em quadrinhos é um ato de percepção estética e de esforço intelectual" (EISNER, 1999, p. 8). Para a completa compreensão de uma história, o leitor precisa estar atento a todos os elementos e interpretá-los de maneira a formar um só significado.

A configuração das histórias em quadrinhos envolvendo relatos contados visualmente e em narrativa foram os pontos chaves para o seu desenvolvimento, pois as situações expressas poderiam ser visualizadas de forma muito mais completa, devido ao enriquecido detalhamento que as imagens possibilitavam e também as narrativas acrescidas de sons onomatopéicos e expressões faciais que facilitam a compreensão do conteúdo, podendo assim retratar qualquer coisa.

Mas o que exatamente são histórias em quadrinhos? Dennis O'Neil (2001) propõe uma resposta para essa pergunta:

> Elas não são uma coleção de palavras e imagens impressas em uma mesma página. (Isso são livros ilustrados). Pra ser uma história em quadrinhos, essas palavras e imagens devem trabalhar juntas, como partes de um discurso trabalham juntas em uma frase normal da língua inglesa. Pense em quadrinhos como uma linguagem composta de dois elementos separados e imensamente diferentes usados em consonância para transmitir informação (O'NEIL, 2001, p. 12).

Sendo assim, pode-se afirmar que as Histórias em Quadrinhos dependem da dupla "imagem e narrativa" para atingir o objetivo e as lacunas existentes no discurso tanto de uma quanto a outra são contornados por quadros explicativos e incursão de narradores.

É de fácil percepção que com o passar do tempo as histórias em quadrinhos foram se tornando populares, mesmo com o desenvolvimento da televisão. Os leitores de quadrinhos são diferenciados. Existem revistas infantis, adolescentes ou de conteúdo adulto e, portanto, não podem ser usadas indiscriminadamente. Por mais simples que o conteúdo da revista em quadrinho pareça, há sempre a preocupação de gerar um conhecimento ou uma informação de utilidade. Por essa razão, as Histórias em Quadrinhos, podem ser utilizadas em ambiente didático, mas exigem um cuidado dos educadores que devem estar atentos as possíveis interpretações e reflexões acerca do conteúdo incutido, aproveitando melhor o potencial dos quadrinhos.

As histórias em quadrinhos podem ser uma poderosa ferramenta pedagógica, capaz de explicar e mostrar aos alunos, de forma divertida e prazerosa aproveitando a perspectiva estética que deve ser considerada pelos professores. Nesse sentido, no entender de Eisner (1999, p. 5), elas são:

> "[...] um veículo de expressão criativa [...] uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia". Assim, o conteúdo expressivo é relevante na leitura dos quadrinhos, acrescentando componentes artísticos à narrativa.

Considerando esses pressupostos citados acreditamos que aproveitar as Histórias em Quadrinhos para o Ensino de Ciência não é apenas viável, como também necessária visto que muitos conteúdos científicos, por serem considerados mais práticos, podem ser expressos de maneira criativa e icônica facilitando a compreensão e assimilação pelos alunos da Educação Básica. De acordo com Pedro Tapajós, os quadrinhos, em sua condição de arte imagética, pois para o autor são:

> (...) apesar de serem imagem, são imagem háptica, onde o *vouyeur* é *voyageur* não apenas vendo o espaço, mas atravessando-o, sentindo seus cheiros, escutando sons e mergulhando no frio ou calor do lugar (TAPAJOS, 2007, p. 36).

Os elementos de construção dos quadrinhos são capazes de envolver o leitor e levá-lo a mundos completamente diferentes do real, mas que não deixam de fazer sentido, utilizando fantasia e elementos inverossímeis com conteúdos científicos sem que percam a finalidade desejada.

A MULHER MARAVILHA E O CONTEXTO FEMININO NA CIÊNCIA

A indústria de quadrinhos movimenta muito capital em todo mundo, principalmente com a popularização dos filmes de super-heróis, que acabam incentivando mais pessoas a lerem as histórias originais. A maioria dos heróis representa valores que a audiência considera admiráveis. Os gregos antigos definiam 'herói' como 'aquele que protege e serve'. Então super-heróis são figuras poderosas que representam a

noção que uma cultura tem do que é melhor nela e quem é dedicado a proteger e servir esses valores (O'NEIL, 2001, p.60).

A partir disso a Mulher Maravilha estreou na edição *All-Star Comics* número 8 de dezembro de 1941, com arte de Harry George Peter e roteiro de Charles Marston, pseudônimo do doutor William Moulton Marston, psicólogo e inventor. Sua visão sobre o universo feminino era de fato, diferenciada, em muitos momentos colocando a superioridade feminina de forma superior e em outros assumia fantasias erotizadas. Na edição número 1 da revista *Sensation Comics*, de janeiro de 1942, aparou balas com seus poderosos braceletes. O sucesso foi tanto que logo fizeram ter a sua própria revista a Wonder Woman, em 1942 e em fevereiro de 1941, "Suprema, a Mulher Maravilha" (DANIELS, 2000, p. 22).

A Mulher Maravilha é retratação de uma realidade feminina discursada numa visão mais pensada ou culta. Seu criador, William Moulton Marston, constriuiu a personagem tendo a mitologia grega como premissa agregando suas próprias interpretações acerca do universo feminino, deveras dominado pelo masculino. Seu processo de criação nunca foi exposto, mas alguns estudos inferem que Marston agreou o uso do conceito de amazona da mitologia grega na criação da Mulher Maravilha, inserindo na base uma estrutura de uma nova mulher na sociedade (DANIELS, 2000, p. 24).

Em suas palavras, DANIELS (2002, P.22) diz que a Mulher Maravilha *"é uma propaganda psicológica para um novo tipo de mulher que deveria, creio eu, dominar o mundo*". No entanto esse mundo ainda é dominado pelo universo masculino e, sendo assim, características foram sendo apregoadas a personagem desde a sua criação em 1942. Na década

de trinta o foco no corpo e nas roupas foram sendo desenvolvidos de forma a chamar atenção do público masculino, porém essa característica nunca desclassificou a deslumbrante força e inteligência inerentes aos heróis das revistas em quadrinhos.

Apesar dos estereótipos e da sexualidade excessivamente explorada as questões femininas de heroína com super poderes realizadora de atividades, antes apenas destinadas aos homens, abrem um precedente para incutirmos questões educacionais ao contexto dos quadrinhos da Mulher Maravilha. Comparar a personagem fictícia às mulheres cientistas que lutaram e realizaram feitos heroicos, mas que pouco são conhecidas e reconhecidas pela sociedade em que viviam e menos ainda pela sociedade atual podem ser uma forma de desenvolver questões cientificas e ainda estabelecer a relação de que as mulheres podem "fazer ciência" desfazendo o domínio masculino na ciência.

Nesse contexto, tentar equalizar a objetividade masculina da subjetividade feminina desconstruindo as características que são apregoadas no fazer cientifico e a exclusão das mulheres, Silva diz que:

> A problemática de gênero é tão determinante na produção do conhecimento científico que estabelece lugares valorados hierarquicamente para as Ciências Naturais e Exatas e para as Ciências Humanas e Sociais. As primeiras, denominadas de "duras", são as consideradas objetivas e, portanto, mais próximas da "verdade" e da confiabilidade no uso do seu método universal, por isso são reconhecidas como superiores e são estas as ciências que os homens "naturalmente" se ocupam. As segundas, denominadas de "moles", tratam dos feitos humanos desde a complexidade inerente ao indivíduo àquela da dinâmica social e são mais "adequadas" às mulheres, ficando na segunda categoria (SILVA, 2008, p.3).

Nesse contexto, o debate sobre as questões de gênero na educação básica e os questionamentos sobre as desigualdades entre homem e mulher podem ser mais amplamente discutidas se in-

troduzirmos características mais pedagógicas a essas dimensões. As Mulheres Cientistas tais como: **Marie Curie** pesquisadora pioneira sobre a radioatividade, pela descoberta dos elementos polônio e rádio e por conseguir isolar isótopos destes elementos. Foi a primeira mulher a ganhar um Nobel e a primeira pessoa a ser laureada duas vezes com o prêmio: a primeira vez em Química, em 1903, e a segunda em física, em 1911, e **Rosalind Franklin** pioneira nas pesquisas de biologia molecular, a biofísica britânica ficou conhecida no meio científico por seu trabalho sobre a difração dos raios-x, além de ter descoberto o formato helicoidal do DNA e ganhar o título póstumo de "mãe do DNA", podem ter o reconhecimento que merecem e seus feitos e esforços pelo desenvolvimento científico imitados, da mesma forma que a Mulher Maravilha tem influenciado as mulheres durante muitas gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, constata-se que o caminho a ser percorrido para alcançar a igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade ainda é longo, principalmente, com relação ao mercado de trabalho, mas possível e por meio da educação, pesquisa e divulgação científica desses feitos seremos parte disso.

Contudo, observa-se, que a existência de propostas nas esferas públicas e privadas a fim de promover essa igualdade estão ameaçadas por um governo autoritário e contrário a essas pautas. Neste sentido, é possível verificar que a responsabilidade de desenvolver ações a fim de reduzir a desigualdade e a discriminação contra as mulheres deve ser um esforço conjunto dos órgãos governamentais, escolas, das empresas e da sociedade como um todo.

Considerando que são notáveis os estudos acerca do tema, sugere-se o incentivo às pesquisas que busquem a efetivação destas propostas em todos os âmbitos. Cabe também, às mulheres da ciência, a realização de estudos voltados à emancipação das mulheres que ainda não têm o trabalho como sinônimo de libertação.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Lady Selma; LONGHI, Márcia. Para compreender gênero uma ponte para relações igualitárias entre homens e mulheres. In: SCOTT, Parry; LEWIS, Liana; QUADROS, Marion. **Gênero, Diversidade e Desigualdade na Educação**: Interpretações e Reflexões para a Formação Docente, Recife, Editora Universitária UFPE, 2009, p.75-96.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo.** Volume II, tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Caderno de Educação em Direitos Humanos. Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais. Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alison M (org). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record Rosa dos Tempos, 1997, original de 1988.

DANIELS, Les; KIDD, Chips. **Wonder Woman: The Complete History**. London, Titans Books , 2000.

DESCARRIES, Francine. In: **Feminismos: Teorias e Perspectivas**. NAVARRO-SWAIN, Tânia (org). Revista da Pós-Graduação em História da UnB. Brasília, Editora UnB, 2000, Vol. 8, números 1/2.

EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial**. Tradução de Luís Carlos Borges, São Paulo, Martins Fontes, 3ª ed., 1999.

KING, Ursula. **Women and spirituality: Voices of protest and promise**. Macmillan International Higher Education, 1993.

O'NEIL, Dennis. **The DC Comics Guide to Writing Comics.** New York, New York, USA: Watson-Guptil Publications, 2001.

ONU. Organização das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

PATEMAN, Carole; GROSS, Elizabeth (org). **Feminist challenges: Social and Political Theory**. Boston, Massachusetts, USA: Northeastern University Press, 1985.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, 20 (2), 1995. p. 71-99.

SILVA, Elizabete. **A (in)visibilidade das mulheres no Campo Científico**. Democratizar, v. II, n.1, jan/ abril, 2008.

TAPAJÓS, Pedro. A **Maquinha de Sheherazade: os quadrinhos e a noite seguinte**. Brasília, 2007.

Parte 3

Reflexões Sobre a Busca de Direitos Humanos e Visibilidade da Mulher na Contemporaneidade

CAPÍTULO 11

REFLEXÕES SOBRE OS ESTUDOS FEMINISTAS E AS PESQUISAS SOBRE PAZ: INQUIETAÇÕES E MOTIVAÇÕES NOS DIREITOS HUMANOS

Virgínia Ostroski Salles (UTFPR)

"Ser feminista pela paz significa alicerçar as ações no respeito à diversidade e pluralidade das pessoas, enfrentando a guerra do dia a dia que está retratada na discriminação de classe, gênero e suas identidades, raça, sexo, orientação sexual... Significa desconstruir as discriminações que determinam o grau de poder e oportunidade das pessoas em sociedade, tendo como principal consequência a violência contra as mulheres e meninas"

(Vera Vieira, 2019, p. 5).

INTRODUÇÃO

Com o surgimento de novos atores para as pesquisas, estudos e as práticas sobre a paz, especialmente ao longo do século XX e em continuidade no século XXI, a inclusão das mulheres neste cenário foi crescente. Com isso, podemos afirmar que a tendência do feminismo contemporâneo está em encontrar, cada vez mais, a conexão

entre seus estudos e a relação com a paz e a construção de uma sociedade pacífica e mais igualitária.

A causa feminista por si, pode ser entendida como um campo de construção de paz através da luta por direitos e espaços por muito tempo negados. As pautas das pesquisas feministas no Brasil e no mundo caminham desde antes da luta pelo direito ao voto feminino e segue seu caminho até conquistas como a Lei Maria da Penha. Além disso, as diversas frentes que as mulheres estão conquistando são mecanismos que dão visibilidade aos movimentos que sustentam a promoção da educação e dos direitos das mulheres. Ou seja, a luta das mulheres já trilhou muitos caminhos com o objetivo de conquistar direitos civis básicos.

Neste capítulo, o argumento central é aproximar a discussão entre feminismo e paz a partir de questionamentos básicos: De que paz estamos falando? De que maneira as mulheres e as pesquisas feministas podem ser aliadas nos movimentos de construção da paz? Diante destas questões, nosso primeiro argumento é sobre o fortalecimento do discurso de uma paz proativa. O conceito de paz, aqui, está alicerçado na busca da dignidade humana e da justiça social. Assim, muito do que as pesquisas sobre a paz têm buscado alcançar tem a ver com a promoção dos direitos de todos e isto inclui os direitos das mulheres e meninas. Por isso, tanto os estudos da paz como os estudos feministas estão retratados nas ações do cotidiano, quando promovem meios ativos e não violentos de solucionar injustiças e desigualdades.

Para dar visibilidade a esta temática, este estudo, organizado na forma de pesquisa bibliográfica de cunho reflexivo, tem como obje-

tivo refletir sobre a integração dos estudos feministas e sua correlação com a paz. Para isso, nos alicerçamos em pesquisas e publicações que convergem com a temática, desde documentos internacionais, literatura feminista e artigos selecionados do periódico Revista Estudos Feministas, um periódico interdisciplinar brasileiro, de movimentação nacional e internacional, o qual nos forneceu bons subsídios para desenvolver nossos argumentos.

EDUCAÇÃO PARA A PAZ E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS PESQUISAS FEMINISTAS

Ser mulher é um ato de resistência! Vejamos, de acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), uma em cada três mulheres no mundo sofrem violência sexual ou física, a maior parte por seus parceiros. Esta é a violação mais comum de direitos humanos, mas também a menos denunciada (ONU, 2018). Para que não sejamos apenas números nas estatísticas precisamos ser sinônimo de resistência todos os dias. Entendemos que os estudos feministas são essa mola propulsora, pois nos fortalecem e embasam cientificamente a reflexão sobre nossos direitos.

A Organização das Nações Unidas (ONU) possui uma entidade especifica para a atuação nesse sentido, a ONU Mulheres que realiza o trabalho voltado para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres que trabalha para fortalecer a ideia de que:

"mulheres e meninas ao redor do mundo têm o direito a uma vida livre de discriminação, violência e pobreza, e de que igualdade de gênero é um requisito central para se alcançar o desenvolvimento (ONU, 1993)". O papel da ONU Mulheres é indispensável, pois,

apoia os Estados-membros da ONU no estabelecimento de padrões globais para alcançar essa igualdade, auxiliando desde a criação de leis até a implementação de ações concretas em defesa da vida de mulheres e meninas.

Assim como os organismos internacionais buscam ações para o fortalecimento de ações afirmativas para as mulheres, há diversas ações a favor da paz. Vejamos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem como missão a construção da paz, em sua Constituição encontramos a seguinte frase: "Se as guerras nascem na mente dos homens, é na mente dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz" (UNESCO, 1945). A UNESCO foi criada no final de 1945, após a segunda guerra mundial, com o objetivo de promover a paz e os direitos humanos com base na solidariedade intelectual e moral da humanidade. Estes dois Organismos Internacionais, a ONU no sentido geral e a UNESCO de maneira específica, são bases importantes para consultas e encaminhamentos teóricos. A partir destas primeiras reflexões, daremos continuidade a este ensaio conceituando a paz, a construção da paz e os estudos feministas.

O conceito de paz e pesquisa sobre a paz que será abordado neste texto está orientado pelos estudos de Xesús R. Jares, nascido em Vigo (Espanha) e falecido em 2008. Jares é um foi um dos grandes estudiosos sobre a paz e uma grande referência sobre a pesquisa da paz, cultura de paz e principalmente da Educação para a Paz. Foi fundador e coordenador do Coletivo Educadores pela Paz e tem diversas livros e artigos sobre a temática.

Para Jares (2002, p. 131)

> A paz refere-se a uma estrutura e a relações sociais caracterizados pela ausência de todo tipo de violência e pela presença de justiça, igualdade, respeito e liberdade. Por isso, dizemos que a paz se refere a três conceitos intimamente ligados entre si: o desenvolvimento, os direitos humanos e a democracia.

Ao concordar que a "paz é a ausência de todo tipo de violência", automaticamente nos remetemos às sugestões trazidas pelo autor, que mostra que a paz concreta está relacionada a promoção de direitos humanos e, com isso, ao entendimento e efetivação da democracia. Facilmente esta primeira citação de Jares (2002) nos aproxima das lutas diárias dos direitos das mulheres e das pautas feministas.

Ainda sobre a paz, temos em Jares (2002, p. 13), o entendimento de que a "a paz não é apenas a ausência de estruturas e relações não-desejadas, mas também a presença de condições e circunstâncias desejadas [...] a paz exige a igualdade e a reciprocidade nas relações e interações". Para tanto, vemos a complexidade da paz e percebemos quanto as pesquisas sobre a paz podem auxiliar na quebra do senso comum que nos faz pensar em uma paz distante e inatingível.

Para que a paz que aqui falamos possa ser concretizada, necessitamos de uma Educação para a Paz. Entendemos a Educação para a Paz como um cenário pedagógico que contribuí com a construção da Cultura de Paz.

> Ao pensarmos no conceito de paz e na problematização de uma educação para a paz nos dias de hoje, não podemos negligenciar ou marginalizar ameaças como a exclusão, a pobreza extrema, o desenvolvimento não sustentável, a ausência do estado democrático de direito. Pois segundo Galtung (1981, p. 125) "chamar de paz uma situação em que impera a pobreza, a repressão e a alienação é uma paródia do conceito de paz" (SALLES et al, 2018, p. 106).

A Educação para a paz nos remente ao entendimento de uma educação transformadora! Uma educação vise a conscientização de toda a sociedade, lutando para tornar as pessoas protagonistas no processo de mudança social e no combate as injustiças sociais de tal forma, que possamos compreender os direitos humanos como um ponto de convergência sobre a luta das mulheres em busca de seus direitos.

A partir disso é importante perceber:

> Educação para a Paz não é uma matéria curricular que ensine a viver em paz. Ela é muito mais que isso, constituindo-se em um corpo de conhecimento destinado a percorrer a relação entre as violências, os conflitos e a paz, numa relação com os direitos humanos, a democracia e a Cultura de Paz, como possibilidade paradigmática (SALLES, FRASSON, p. 2).

Com estes argumentos iniciais acreditamos que a Educação para a Paz, como o campo pedagógico para contribuir na construção da Cultura de Paz, precisa ter um caráter transversal, transdisciplinar e complexo em sua abordagem. Esta abordagem ampla é fundamental para a compreensão dos processos de violência entre as pessoas e na sociedade, entre as relações humanas e as desigualdades sociais, entre os conflitos e os direitos humanos, entre a democracia e o medo além de entender as múltiplas formas de violência sofridas pelas mulheres ao longo da história e da atualidade e a construção de perspectiva feminista como caminho para refletir sobre a paz.

BREVE REFLEXÃO SOBRE O FEMINISMO NO BRASIL

No Brasil, assim como em outros países, os movimentos feministas em geral surgem no final do século XIX. Suas pautas princi-

pais eram o direito ao voto e o direito de trabalhar sem precisar da permissão dos maridos.

As pesquisas sobre gênero e feminismo se fortaleceram no Brasil na década de 1970 e estavam diretamente relacionadas aos movimentos sociais do mesmo período, incluindo a anistia para presos políticos, a lutas pelo direito à terra de grupos indígenas e camponeses e nos movimentos contra o racismo demais. A década de 1980 trouxe novas incertezas ao movimento feminista, pois o progresso do movimento foi visto como oportuno para criação de programas que integrassem o eleitorado feminino. No mesmo período, a atuação do movimento feminista em nível institucional, não foi um processo fácil de ser assimilado no interior do movimento e pela sociedade (COSTA, 2005).

No início dos anos 1990 se multiplicaram as organizações e identidades feministas, trazendo à tona os diversos feminismos. No mesmo período, nasceram grupos de pesquisa na área e periódicos científicos, incluindo a Revista Estudos Feministas, já mencionada. Parte das conquistas do movimento feminista podem ser encontradas na Constituição Federal de 1988 que, no artigo 5º, inciso I diz: "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição". Também no artigo 7º, inciso XVII é assegurada "licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias".

Outra conquista muito importante e mais recente é a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como "Lei Maria da Penha", que pune a violência contra a mulher nos mostra que:

> Art. 1º. Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do: § 8º do art.

> 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, da convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil (BRASIL, 2006).

Embora o combate à violência contra as mulheres tenha ganhado visibilidade com políticas de proteção para as mulheres e meninas a partir da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), foi somente em março de 2015, quase dez anos depois, que foi sancionada a Lei nº13.104/2015 (BRASIL, 2015), compreendendo o feminicídio como homicídio qualificado e incluído no rol dos crimes hediondos.

Estas e outras conquistas, com limites e retrocessos, foram adquiridas por meio de muita luta e esforço de grupos de mulheres que buscavam uma vida com mais dignidade humana e com abolição das diversas violências que sofriam - e ainda sofrem - apenas pelo motivo de ser mulher. Cada pequeno avanço que o movimento feminista dá, nos faz relembrar que mulheres e meninas precisam lutar pela sua liberdade e dignidade humana.

> Imagine viver em um mundo onde não há dominação, em que mulheres e homens não são parecidos nem mesmo sempre iguais, mas em que a noção de mutualidade é o *ethos* que determina nossa interação. Imagine viver em um mundo onde todos nós podemos ser quem somos, um mundo de paz e possibilidades. Uma revolução feminista sozinha não criará esse mundo; precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo. Mas ela tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizadas, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntas, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos "iguais na criação" (HOOKS, 2019, p. 15).

Este discurso de Hooks (2019) mostra quais são as lutas, transformações e mudanças que precisamos e que têm se tornado mais concretas na sociedade. Igualmente, o discurso feminista tem revelado muitos temas e estudos, ampliando o entendimento sobre rela-

ções de gênero e com isso a compreensão sobre a posição da mulher nas diferentes esferas sociais. Tudo isso, na intenção das mulheres poderem conquistar um maior controle em coisas tão óbvias como a própria sexualidade e a reprodução, além das mudanças dos papéis familiares com a maior atuação no mercado de trabalho.

Estes direitos básicos que as mulheres estão conquistando são alguns exemplos importantes das mudanças que ocorreram no Brasil dos últimos anos, com políticas de proteção e fortalecimento das minorias. Porém, todos os estes avanços correm sérios riscos de retrocesso, quando pensamos o Brasil de 2020, com o crescimento de discursos, muitos apoiados por políticos e governantes, contrários às políticas de igualdade de gênero e outras pautas importantes que visam os direitos e a dignidade humana.

BREVE REFLEXÃO SOBRE EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS E A PAZ

Ao estudar os direitos humanos e suas frentes que buscam a igualdade de todas as pessoas, pensamos na frase de Boaventura de Sousa Santos que fala da importância de lutarmos pelas políticas de igualdade, pois "temos o direito de ser igual sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracterize" (1999, p. 44). Estas frases devem nos manter firmes na defesa e na continuidade de estudos que fortaleçam as ideias da igualdade nas diferenças. Ressaltamos que diversidade e pluralidade são elementos fundamentais nos processos de cidadania, direitos humanos, desenvolvimento e paz.

Epistemologia é uma investigação sobre o significado das afirmações e atribuições de conhecimento em geral. Já o feminismo, dito de forma simples, "é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão" (Hooks, 2019, p. 17). Sendo assim, podemos compreender que

> A epistemologia feminista é uma manifestação particular da percepção geral de que a natureza das experiências das mulheres como indivíduos e seres sociais, nossas contribuições ao trabalho, à cultura e ao conhecimento, nossa história e nossos interesses políticos, têm sido sistematicamente ignorados ou mal representados pelos discursos dominantes em diferentes campos (NARAYAN, 1997, p. 276).

Partindo dessa premissa, buscamos os conceitos básicos sobre os estudos as diversas frentes que as pesquisas sobre a paz nos indicam e sua convergência com os estudos e epistemologia feminista. Para tanto, é necessário que haja a construção lógica sobre as partes para que possamos ligar ao todo aqui pretendido. Por exemplo, dentro das diversas teorias feministas existe uma teoria denominada teoria feminista de paz e conflito, estudada, principalmente, por pesquisadoras norte-americanas que mostram os estudos são baseados em epistemologias das mulheres. Tais estudos entendem que as diversas metodologias e epistemologias silenciam experiências e conhecimentos das mulheres. Portanto, o objetivo principal desses estudos é pensar possíveis soluções para uma mudança de paradigma o qual compreende a construção de gênero como uma prática discursiva (WEBER, 2006).

Notamos como a semântica da palavra paz ainda necessita de desconstrução, principalmente do senso comum, para uma reconstrução que vise um conceito proativo, concreto e diferenciado de passividade, e isto encontramos nos estudos da cultura da paz por

meio da educação para a paz. O mesmo ocorre com o debate em torno do significado do feminismo e do ser feminista, pois, ninguém nasce feminista. As feministas são formadas através de suas próprias histórias, vivências, estudas, lutas e da fusão de diferentes significados para o termo.

Sendo assim, entendemos que o desempoderamento feminino, promovido pelo discurso patriarcal (aceito por muitas mulheres) acaba associando "mulheres e paz" com o lar, com a passividade, o que constrói toda uma estrutura de dependência feminina e isolamento do mundo como forma de servidão e doação de suas vidas. Isto sugere a reflexão de que as lutas feministas são lutas pela paz, mas por uma paz proativa. Com isso afirmamos, "como sugere o feminismo, desconstruir estereótipos e falsas dicotomias e caminhar em direção à igualdade de direitos e à equidade de gênero são condições indispensáveis para quem vislumbra uma sociedade democrática e cidadã (PRÁ; EPPING, 2012, p. 49). Estes discursos e ações pensadas em prol das mulheres e meninas tendem aos mesmos os objetivos dos estudos sobre a paz que busca subsídios na educação para promoção de uma cultura de paz.

Com isso, concordamos com Freire (2000, p. 67) quando chama a atenção para a que: "desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros". A busca diária em por uma sociedade mais humana faz supor que "a prática feminista é o único movimento por justiça social em nossa sociedade que cria condições para que a mutualidade seja nutrida" (HOOKS, 2019, p.

150). Federici e Valio (2020) fortalecem este pensamento de Hooks (2019) quando evidenciam que:

> O ativismo das mulheres é atualmente uma força importante para a mudança social na América Latina e uma inspiração para as feministas e os outros movimentos ao redor do mundo. Ao desafiar as forças destrutivas do capitalismo, do patriarcalismo e da destruição ecológica, as mulheres estão construindo novas formas de existência que rejeitam a lógica de mercado e as políticas mais recentes sobre a reprodução da vida cotidiana, canalizando o poder das relações afetivas que tradicionalmente caracterizaram a esfera doméstica na produção da solidariedade social. Seus esforços redefinem aquilo que entendemos por "política" e "democratização" e recodificam o feminismo (FEDERICI; VALIO, 2020, p. 3).

As autoras exaltam os esforços das pautas feministas, mostrando o potencial que as organizações na construção das ações que visem igualdade, nem que para isso seja necessário o enfrentamento das estruturas que historicamente nos inferiorizam. Para uma teoria feminista sobre a paz, a análise das violências e do conflito é essencial. Por isso, reafirmamos aqui, que o conceito pedagógico da paz, da violência e do conflito é, sem sombra de dúvida, um recurso determinante para repensarmos as relações humanas e mudança de comportamento na sociedade e com isso a conquista do empoderamento feminino.

Enfatizamos que, nessa discussão, o conceito de paz não deve se restringir apenas como o "contrário de guerras" e "assassinatos", trata-se de uma definição que se refere ações do cotidiano, das relações pessoais, do olhar que se faz diante de conflitos (que são apenas divergência de opiniões) que, muitas vezes, por falta de diálogo, empatia e compreensão humanas nos aproxima das diversas formas de violência. Da mesma forma a perspectiva de paz deve considerar a violência estrutural, as assimetrias em relação à dignidade humana

dos diferentes grupos sociais, culturas e gênero. Portanto, pensar a paz é abrir um cenário complexo para a análise da violência sob diversos e diferentes prismas.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações iniciais deste capítulo sobre feminismo e paz continuam presentes nas considerações finais. Porém, com o percurso reflexivo tratado, fica a ideia de que a paz precisa ser entendida na ação e na luta pela dignidade humana. Uma dignidade humana expressa pela perspectiva dos direitos humanos concretos e, especialmente, na ação pela igualdade e equidade de direitos de gênero. Sendo assim, vimos o quanto as pesquisas feministas convergem com as pesquisas sobre a paz.

Ao encadear os pontos deste capítulo – Educação para a Paz, Feminismo e Feminismo pela Paz – propusemos a ideia de que é possível aproximar quase diretamente as duas perspectivas. As lutas das mulheres pela voz, pelos direitos e pela sua própria vida tem os mesmos traços das injustiças, desigualdades e violências de tantos grupos marginalizados e invisíveis ao longo da história. Podemos até afirmar que a cultura de violência na história da humanidade é fundamentalmente masculina, construída pelos homens em sua busca pelo poder.

Uma dupla mudança de percepção, ao fazer a mulher sair das sombras a opressão, do machismo, da violência direta e estrutural que sempre sofreu é abrir espaço também para uma ressignificação da noção de paz! Paz como o "contrário de guerra" é, provavelmente, a afirmação mais alinhada à dominação masculina. Já a paz como construção coletiva, não-violenta, a partir dos conflitos dialogados, pensando na continuidade da vida são posições onde as mulheres e o feminismo podem encontrar sua expressão mais importante para o presente e o futuro.

Como finalizar Hooks em seu livro e tomamos emprestado para nosso capítulo: "As políticas feministas tem por objetivo acabar com a dominação e nos libertar para que sejamos quem somos – para viver a vida em um lugar onde amamos a justiça, onde podemos viver em paz. O feminismo é para todo mundo" (HOOKS, 2019, p.167).

Portanto, os estudos sobre a paz, que se concretizam por meio de educação para a paz, estão em sintonia com os estudos feministas uma vez que ambos buscam a promoção e a sustentabilidade da vida, em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei nº. 11.340**, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

BRASIL, **Lei nº 13.104,** de 9 de março de 2015 (Lei do Feminicídio).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 5 de outubro de 1988.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JARES, Xesús R. **Educação para a paz: sua teoria e sua Prática.** 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MULHERES, ONU. Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres. **Declaração e Programa de Ação de Viena**, 1993.

NARAYAN, Uma. O projeto da epistemologia feminista: perspectivas de uma feminista não ocidental. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. (orgs) **Gênero, corpo e conhecimento.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p.276-290

ONU. **Uma em cada três mulheres sofre violência sexual ou física no mundo.** Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2018/11/1648831. Acesso em 19 de agosto 2020.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 33-51, 2012.

SALLES, Virgínia Ostroski et al. Paz, violência e conflito: uma breve análise conceitual a partir da visão de professores da educação básica. In: SALLES FILHO, Nei Alberto; SALLES, Virgínia Ostroski (Org.). **Cultura da paz, direitos humanos e sustentabilidade**: olhares interdisciplinares. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2018.

SALLES, Virgínia Ostroski; FRASSON, Antonio Carlos. EDUCAÇÃO PARA A PAZ NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOB A ÓTICA DO METHODI ORDINÁTIO. **Publicatio UEPG**: Ciências Sociais Aplicadas, v. 28, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1999.

VIEIRA, Vera. **Cultura de paz na luta contra a violência às mulheres e meninas.** (Livro eletrônico). São Paulo: Associação mulheres pela paz. 2019.

WEBER, Annette. Feminist peace and conflict theory. **Encyclopaedia on Peace and Conflict Theory,** p. 2-13, 2006.

CAPÍTULO 12

SER MULHER, ESTUDANTE, TRABALHADORA, ESPOSA E MÃE EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL: A INVISIBILIDADE DAS MULHERES

Fabiana Andrea Barbosa Kastelijns (UEPG)

Em março de 2020, uma nova configuração social sequer cogitada nas mais pessimistas previsões da nova década se impôs devido à COVID -19. Certezas abaladas, reconfigurações trabalhistas, escolas fechadas, noticiários repletos de alardes e mortes, hábitos de higiene reforçados, eventos cancelados, abraços proibidos e o mundo se viu confinado ao espaço domiciliar. Ficar em casa, apesar de ser um "ato político", como aponta Bittencourt (2020, p. 171) acabou por, também nas palavras do autor, causando um certo incômodo, uma vez que exigiu paciência e trouxe consigo ansiedade, angústia, estresse, dentre outros flagelos amplamente divulgados como reflexos desse contexto.

De acordo com Santos (2020) é característica de uma quarentena ser discriminatória e potencialmente mais difícil para uns grupos sociais do que para outros. Conforme destaca o autor, estes grupos sociais mais fragilizados já padecerem de uma especial vulnerabilidade precedente à quarentena e que acaba por se agravar com ela: tais grupos são denominados pelo autor como o Sul da pandemia – que, para além de uma delimitação geográfica, representa um espaço-tempo político, social e cultural representante de um sofrimento humano injusto causado quer pela exploração capitalista, quer pela discriminação racial, quer pela discriminação sexual.

Neste capítulo objetiva-se dar voz a um desses grupos, o qual foi diretamente atingido e por vezes silenciado não somente neste contexto, mas durante toda a constituição do que hoje entendemos como civilização. Lê-se muito, principalmente nas redes sociais, que o lugar de mulher é onde ela quiser, mas, certos lugares vêm cercados de dificuldades, principalmente quando a esta mulher são delegadas inúmeras tarefas, como mãe, trabalhadora, pesquisadora, estudante, esposa...Foi como sendo uma destas centenas de milhares que se enquadram neste perfil, que este texto foi gestado.

Para estas mulheres, em diferentes países, em diferentes classes sociais, o isolamento social trouxe uma sobrecarga, uma vez que todas as funções se misturaram no mesmo ambiente, ampliando a sensação, por vezes, de impotência, de fragilidade e de medo diante do novo panorama imposto pela Covid-19. No Brasil, os três séculos de colonização e de escravidão deixaram algumas heranças sociais e de gênero: os serviços domésticos ainda são vistos como uma "função feminina", que ora são realizados pelas mulheres da casa, ora terceirizados também a outras mulheres.

SER MULHER: UMA HISTÓRIA DE ETERNOS DESAFIOS

Seja na mitologia, com Pandora, no Criacionismo, com Eva ou na Filosofia, com Aristóteles (1960), em seu clássico "A política", as mulheres são vistas como seres inferiores, não dotados de inteligência, pouco confiáveis e que, na administração doméstica, são responsáveis pela conservação, manutenção e cuidado. Tal perfil foi um projeto culturalmente construído. De acordo com Beauvoir (1967, p.7)

> A literatura infantil, a mitologia, contos, narrativas, refletem os mitos criados pelo orgulho e os desejos dos homens: é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino. A superioridade masculina é esmagadora: Perseu, Hércules, Davi, Aquiles, Lançarote, Duguesclin, Bayard, Napoleão, quantos homens para uma Joana d'Arc; e, por trás desta, perfila-se a grande figura masculina de São Miguel Arcanjo! Nada mais tedioso do que os livros que traçam vidas de mulheres ilustres: são pálidas figuras ao lado das dos grandes homens; e em sua maioria banham-se na sombra de algum herói masculino. Eva não foi criada para si mesma e sim como companheira de Adão, e de uma costela dele (...)

Olhar para a sociedade, seja brasileira ou não, é pensar necessariamente em papeis e em relações sociais construídos historicamente e cristalizados em um habitus (BOURDIEU, 2014) que por décadas passou inquestionado. Tal habitus foi responsável por estereótipos pautados em moldes patriarcais, portugueses e que se consolidaram e perpetuam. Tais papéis, normalmente, agregam ao "ser homem" certos privilégios em detrimento da mulher. Conforme destaca Bourdieu:

> A dominação masculina encontra assim reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho e produção e reprodução biológica e social, que confere ao homem a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus. (2014, p. 54).

Tais conceitos, solidificados socialmente e por isso aqui denominados de habitus fortaleceram-se historicamente, tendo como principais mantenedores de tal visão a família, a igreja, as escolas, as quais se responsabilizaram pela reprodução hierárquica social (BOURDIEU, 2014). Além disso, de acordo com Del Priore (2013, p. 6), "não importa a forma como as culturas se organizaram", sempre houve uma dominação, ora velada, ora explícita do universo masculino sobre o feminimo. Assim, tal dominação masculina, cercada de privilégios sociais, permanece mesmo que no século XXI, mesmo que com avanços importantes conquistados pelo movimento feminista, mesmo (e até mais) em tempos de Pandemia, enquanto a história das mulheres acaba sendo silenciada e invisível.

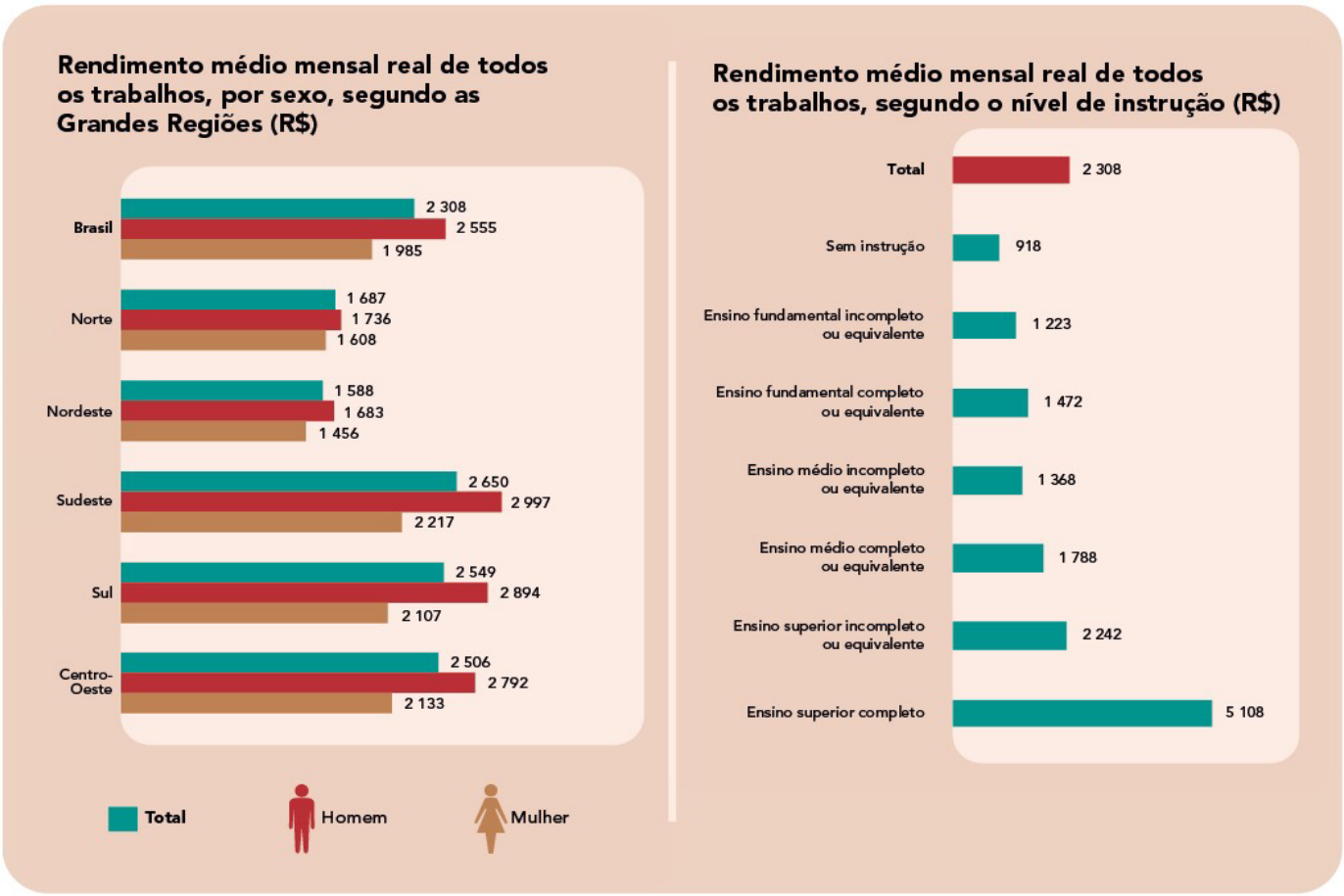
É na Sociologia que o termo invisibilidade social ganha visibilidade. Segundo este, tornam-se invisíveis pessoas ou grupos, bem como suas dores, problemas, anseios. Hoje se sabe que tal invisibilidade se manifesta em determinadas profissões, em questões raciais, em classes sociais desprivilegiadas e em questões específicas que envolvem gênero. Tal invisibilidade tem suas justificativas (se é que possa ser justificado tal ato) principalmente na ótica capitalista das relações sociais. Em uma sociedade cujas relações são pautadas em reconhecimento, em poder, em status, aqueles que são invisíveis deixam de ter voz e seus anseios não são considerados como prioridade nas políticas públicas, por exemplo, ou seja, é um processo histórico de apagamento social (COSTA, 2008).

Logo, desconsideradas as questões de violência física contra as mulheres amplamente noticiadas em veículos de comunicação e ampliadas desse o início de 2020, com a referida pandemia, po-

de-se pensar que neste confinamento, em que um único ambiente se tornou casa, trabalho e escolha, as mulheres sofreram uma sobrecarga de trabalho, de cobranças externas e de autocobrança. Tal fenômeno, que não é restrito a tempos de isolamento social, ganhou maior visibilidade uma vez que, além de suportarem duplas jornadas e/ou receberem menores remunerações, ainda há o trabalho doméstico, "socialmente invisibilizado", para o qual não há remuneração, tampouco reconhecimento.

A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em levantamento feito pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) em 2019, o país é composto por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Conforme o mesmo levantamento, em 2019, dos cerca de 209 milhões de habitantes do Brasil, 62,6% possuíam algum tipo de rendimento, sendo, destes, 41 % por trabalho; 25,1% por outras fontes, como aposentadorias, pensões, dentre outros. Se comparados os ganhos entre homens e mulheres, já se começam a notar as diferenças, como se pode ver no gráfico abaixo. Apesar de ser maioria na população, as mulheres ainda têm rendimento aquém do homem. De acordo com dados oficiais, tal discrepância chega a 33%, em média.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2019.
Notas: 1. Rendimento habitualmente recebido, a preços médios de 2019.
2. Rendimento captado somente para pessoas de 14 anos ou mais de idade.

Fonte: IBGE, PNAD /2019

De qualquer forma, não se fazem necessárias grandes pesquisas para se perceber que houve um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho mundial a partir da segunda metade do século XX. Um documento que traz dados atualizados da representatividade feminina no mercado de trabalho denomina-se "Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil", publicado pelo IBGE em 2018.

Dentre as categorias analisadas no referido documento, está o acesso feminino à educação. De acordo com os dados, o país tem hoje uma maior escolarização de mulheres em comparação aos homens, contudo, esses números ainda não refletem em melhores sa-

lários, pois mulheres "(...) que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e cuidados, em muitos casos acabam por trabalhar em ocupações com carga horária reduzida" (IBGE, 2018, p. 4).

Outro ponto de destaque, segundo a ONU Mulheres (2020), a grande maioria das profissionais de saúde, cuidadoras de idosos, professoras, trabalhadoras na economia informal são mulheres, fato que, em tempos de pandemia coloca-as em um estado constante de stress e de sentimento de impotência, tendo em vista as diversas mortes diárias e o "aprisionamento" no espaço privado, necessário pelo isolamento social.

Além disso, de acordo com o IBGE, houve um crescimento das mulheres como chefes de família. Comprovam os dados do PNAD que, diferentemente do que acontecia no passado, quando o índice de lares comandados por mulheres crescia ligado ao conceito ora de mulheres que moravam sozinhas, ora ligado à vulnerabilidade social do abandono do cônjuge, o novo levantamento mostra um novo perfil: Entre os casais com filhos, o número de mulheres chefes passou de 1 milhão, em 2001, para 6,8 milhões. Já no caso dos casais sem filhos, houve um salto de 339 mil para 3,1 milhões. Logo, percebe-se que as mulheres representam, sim, uma força de trabalho significativa para a manutenção dos lares brasileiros, fato que lhes exige um pluralismo de atuação para poder conciliar família, trabalho, estudo.

Sabe-se que no início do século XX, no Brasil, não havia a tradição de as mulheres ingressarem nas escolas e, consequentemente, também estavam fora do mercado de trabalho, uma vez que àquelas, devido ao habitus acima descrito, estava reservado o lugar no lar. Foi

a partir da expansão dos cursos normais ao longo do século passado que as jovens tiveram acesso ao nível médio, a fim de entrarem no mercado como professora primária, garantindo àquelas um espaço na escolarização em nível médio (GATTI, 2019).

Assim, pode-se considerar que tal herança é responsável pela representação social do professor, principalmente da Educação Básica, a qual é ligada diretamente como uma profissão feminina. Sendo destinada às tarefas domésticas, qualquer atividade feminina externa não era bem vista até meados do século XX. Dentre as possibilidades de atuação, a docência passou a ser a mais aceita e incentivada, por, durante muito tempo, ser vista como uma preparação para o casamento, uma vez que as aprendizagens das Escolas Normais envolviam, dentre outros, trabalhos manuais e cuidados com as crianças pequenas. (VAZ, 2005)

De acordo com Kastelijns (2014), em 1939, é criado o Curso de Pedagogia no Brasil, com duração de três anos, para a obtenção do diploma de bacharel. Após estes três anos, era possível optar por mais um ano de didática para se obter o diploma de licenciado. Contudo, a procura pelos cursos Normais continuava alta e não se via o curso de Pedagogia o lócus de formação do professor no Brasil, visto que não havia uma necessidade legal para que a formação de professores para os anos iniciais da escolarização acontecesse em nível superior.

Conforme aponta Gatti (2019, p.112), "O grande boom nas matrículas na Pedagogia ocorre na primeira década do século XXI, em que a proporção de estudantes aumenta 164% ", isso se deveu à LDB, a qual trouxe para o Curso de Pedagogia a formação dos professores para a Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental

e posteriormente, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Pedagogia de 2006 trazendo a figura dos professores generalistas, de formação polivalente.

Logo, o ingresso no magistério concedeu às mulheres o acesso espaços públicos anteriormente exclusivos da esfera masculina. Contudo, permaneceu ainda a visão do trabalho relacionado ao papel feminino na sociedade: o cuidado das crianças, com valorização do carinho, da vocação, da dedicação maternal. Em sua pesquisa, Carvalho (2010) pontua que os homens, quando permanecem no sistema educacional, não têm participação real em salas de aula para crianças pequenas. Quando optam pelo magistério, o lugar que lhes cabe se liga normalmente à esfera administrativa ou ao trabalho com adolescentes nas mais diferentes licenciaturas.

Dessa forma, ainda segundo pesquisa feita por Gatti (2019), o magistério continua sendo, no Brasil, uma profissão essencialmente feminina. Dados do Ministério da Educação, coletados no ano de 2018, apontam que, nas licenciaturas, em geral, as mulheres correspondem a 71,3% das matrículas, contra 28,7% de homens. Como este artigo se propôs a ouvir acadêmicas apenas do Curso de Pedagogia, não houve interesse em trazer os dados detalhados das demais licenciaturas. Segundo dados do Enade 2014, Gatti (2019) apresenta que, naquele ano, em todo o território nacional, havia 104.766 matrículas de mulheres em diferentes esferas (privadas e públicas) somente no curso de Pedagogia, contrapondo-se aos 7.088 homens. Assim, fica evidente um processo que se construiu historicamente: o magistério é uma profissão prioritariamente feminina.

Outro aspecto relevante apontado na referida pesquisa, é o perfil socioeconômico dos graduandos. De acordo com os dados do Enade de 2014, 40.006 dos alunos têm renda e contribuem com o sustento da família e cerca de 11.168 são os principais responsáveis pelo sustento da família, fato que comprova também que muitas das estudantes são trabalhadoras e necessitam de tal renda para o custeio do lar. Destes, 70% trabalham entre 20 e 40 horas por semana (GATTI, 2019).

Dessa forma, percebe-se que, na realidade brasileira, ainda intimamente ligada às mazelas herdadas da forma como se deu a colonização, se hoje é possível um maior acesso ao ensino superior, este ocorre conciliado a jornadas de trabalho, obrigando o estudante a ver o curso noturno como única opção, ou, quando muito, estudar pela manhã e trabalhar meio período, restando o período da noite para leituras, afazeres domésticos, dentre outros.

COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Objetivando trazer dados quantitativos para a discussão, ouviram-se, no mês de agosto de 2020, acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia de uma Universidade pública do Estado do Paraná. As questões foram elaboradas e enviadas via google forms para grupos de conversa remota, tendo como foco 104 acadêmicos do referido curso, sendo 39 alunos do primeiro ano e 65 do último ano. Foram escolhidas essas turmas uma vez que são nelas em que atuo neste ano letivo como docente e também estas já tinham retornado às atividades remotas na Universidade. Foram elaboradas 15 questões, objetivando conhecer o perfil desses acadêmicos no que se refere ao gênero, à idade, às ocupações profissionais e estudantis, à

constituição familiar e às situações vivenciadas diante da pandemia. Foram recebidas 40 respostas durante o período em que o formulário esteve aberto e estas serão utilizadas para a discussão neste trabalho. Para fins de organização textual, as participantes serão denominadas aqui com a letra E (estudante) e numeradas de acordo com a ordem em que sua resposta foi recebida pelo sistema forms.

Apesar de haver dois homens matriculados no referido curso de Pedagogia, nas turmas utilizadas para a coleta de dados, dos respondentes, 100% foram mulheres, tendo 90% destas idade entre 20 e 40, 40% casadas ou dividindo residência com seu companheiro (a); 41% delas têm filhos; 66% trabalham atualmente (sendo 52,5% na área da educação) e 12,5% perderam o emprego devido à pandemia.

Quanto à atividade profissional, 42,5% precisa se deslocar até o trabalho diariamente e 27,5% está em trabalho remoto. Destas últimas, 100% afirmaram sentir que é mais difícil trabalhar em casa devido ao excesso de afazeres que o ambiente lhes exige. Tal afirmativa corrobora a percepção de Santos (2020, p. 16) segundo a qual "Com as crianças e outros familiares em casa durante 24 horas, o stress será maior e certamente recairá mais nas mulheres."

Uma das participantes destaca outra realidade: a mãe solo. Dados do IBGE (2018) apontam que em 10 anos o número de mães solo no Brasil foi de 10,5 milhões para 11,6 milhões. Estas são efetivamente chefes de família e do total de famílias que se encaixam neste perfil, 56,9% vivem abaixo da linha da pobreza e, consequentemente, impossibilitadas de trabalhos externos neste momento, nem com quem deixar seus filhos, serão dependentes do auxílio emergencial proposto pelo atual governo para a manutenção mínima de seus la-

res. Além disso, muitas não contam com a rede de apoio, e, segundo o IBGE (2018) são 5,5 milhões de crianças sem sequer no nome paterno na certidão de nascimento. Assim, sem apoio externo, muitas dessas acabam se desdobrando em triplas jornadas de trabalho para garantir o mínimo de sustento aos seus.

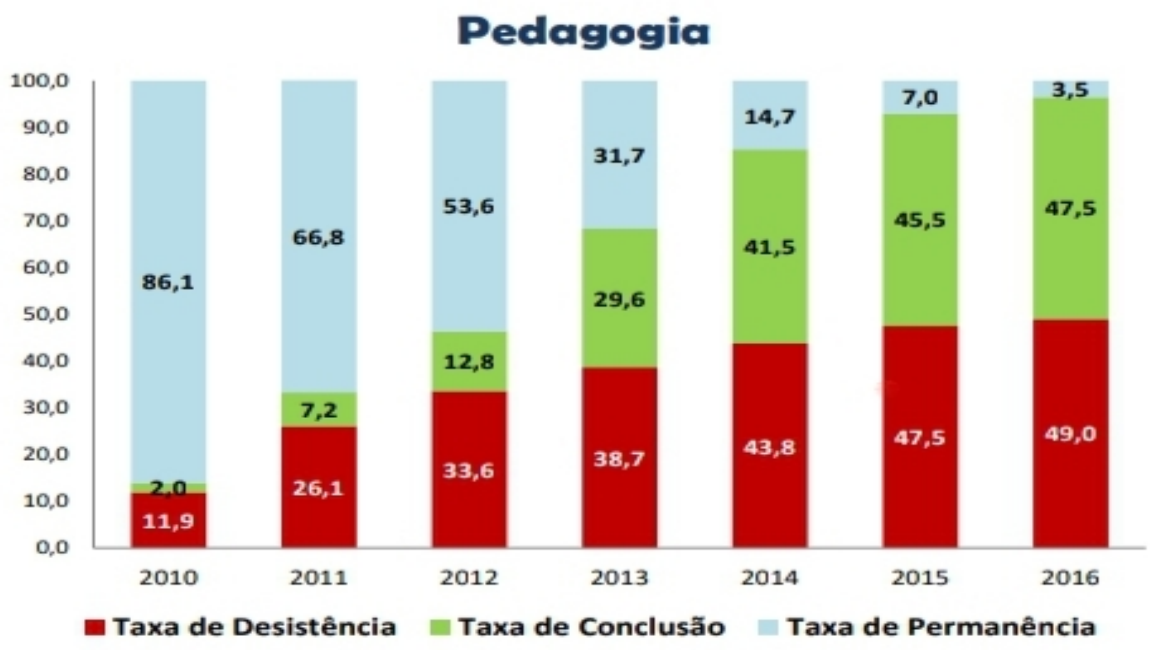
> Sou mãe solo e não tenho ajuda alguma do pai da minha filha (nem financeira). Minha mãe fica com a minha filha pra eu poder trabalhar. Trabalho pela manhã, a [sic] tarde tenho os afazeres da casa, dar atenção a minha filha de 3 anos e a [sic] noite as aulas remotas as quais um pouco presto atenção e um pouco dou atenção pra minha filha, não consigo ficar totalmente na aula. As atividades da faculdade só consigo fazer depois do horário q ela dorme (após 22h) e no outro dia acordo cedo pra trabalhar! (E33)

Outro dado que também merece ser destacado é que, das respondentes, 50% afirmaram que pensaram, no período da quarentena, em trancar o curso e 7,5% cogitam ainda essa possibilidade. Tais respostas surpreendem, uma vez que a referida instituição de ensino ficou sem atividades remotas ou presenciais de 20 de março de 2020 a 19 de julho de 2020. O retorno foi pensado com cuidado pelo Colegiado do Curso de Pedagogia e pela própria IES, a qual disponibilizou pacotes de dados, computadores e smartfones para alunos carentes poderem acompanhar as atividades. A fim de facilitar os momentos de estudo síncronos e assíncronos, as disciplinas foram divididas em blocos de três a quatro semanas, e as aulas síncronas aconteceram no mesmo período em que as acadêmicas estavam matriculadas, tudo objetivando não trazer sobrecarga aos alunos e também aos professores. Por tais dados, percebe-se que, mesmo longe das atividades Universitárias, as participantes se sentiam sobrecarregadas e incapazes de dar fluxo aos seus afazeres pré-pandemia.

Neste cenário, cabe discutir uma tendência nacional, principalmente, de acordo com Gatti (2019), nos cursos de licenciatura, que é a figura do trabalhador-estudante, ou seja, aquele que já tinha seus afazeres e que busca uma formação em nível superior. Para Arroyo (1990), o estudo acaba sendo um "acidente" no percurso, ou seja, o trabalho demanda maior tempo e energia deste trabalhador-estudante, trazendo ao curso, por vezes, uma importância acessória, secundária. Assim, para o autor, na necessidade de fazer uma opção, o estudo é o mais fácil de ser deixado para outro momento. Dentre os depoimentos coletados, a estudante E27 deixa evidenciado esse pensamento de sobrecarga e de que se cogita desistir de algo. Impossibilitada de abandonar a família e o trabalho, fica a Universidade como uma opção viável.

> As mulheres além de algumas serem estudantes e terem que arcar com as atividades propostas tem o serviço de casa para fazer, crianças para cuidar e ajudar nas atividades que vem da escola bem como ir trabalhar quando solicitado. Todas estas funções a sobrecarregam o que faz a pensar em desistir de alguma. (E27)

Por outro lado, dados oficiais do Censo da Educação superior, publicados em 2018 já apontavam para tal tendência de abandono do curso de Pedagogia nas diferentes esferas e em todo o país. Tal cenário faz refletir sobre a real situação dos acadêmicos de Pedagogia no Brasil, os quais, como aponta Gatti (2019) são, em grande parte, trabalhadores, que têm uma responsabilidade com a manutenção dos lares e que, por isso, vêm na Universidade o primeiro item a ser secundarizado caso se sintam sobrecarregados.



Fonte: MEC/Inep; Censo da Educação Básica e Censo da Educação Superior

Tais dados corroboram com uma preocupação apontada em diferentes textos que abordam as consequências da COVID-19 para a educação em todo o mundo. De acordo com as Nações Unidas (2020) cerca de 1,5 bilhão de estudantes em pelo menos 174 países estão fora da escola em todo o mundo e assim seguirão por um longo período. A ausência de interação entre alunos e professores traz uma ruptura para o processo de aprendizagem e, além disso, traz uma sensação de perda de perspectiva a estes jovens, em diferentes níveis de ensino. Logo, se já havia evasão antes da pandemia, provavelmente 2020 deixe um legado ainda maior de tal fenômeno.

Se consideramos que, no caso em questão, esse trabalhador-estudante ainda tem outros afazeres, como cuidado com a casa, filhos, dentre outros, um cenário propício, em meio à quarentena, se desenha para que ele questione o real espaço da Universidade em sua vida e se

justificam depoimentos como estes abaixo, uma vez que, segundo Santos (2020, p.15), "as mulheres são consideradas «as cuidadoras do mundo», dominam na prestação de cuidados dentro e fora das famílias".

> Embora possa contar com o suporte de outros, o papel de mãe e professora é pesado. Preciso cuidar dos meus filhos, dos afazeres acadêmicos, do meu trabalho, da casa e marido e todos tem importância, não podendo ser deixado de lado, e tentar equilibrar tudo isso, causa muito sofrimento e angústia. (E6)

> (...)antes da pandemia havia o tempo de ser dona de casa, esposa, mãe, estudante e funcionária. Hoje, por mais que se estabeleça uma rotina, tentando dividir as funções, fica muito difícil, pois hoje todo tempo é tempo de tudo. Tanto o ensino, quanto o trabalho se tornaram remotos e isso quer dizer estar online o tempo todo, as atividades e demandas das duas áreas chegam a todo momento, não existe mais horário delimitado. Qualquer hora é hora... E isso se soma ao fato de estar em casa o tempo todo, exigindo por exemplo, cozinhar de manhã, tarde e noite, fato que antes não ocorria. A "baguncinha", anteriormente facil [sic]de ser ignorada, hoje não é mais. E isso tudo somado à educação dos filhos. (E 17)

A leitura de tais relatos exemplifica, ao acumular tais circunstâncias em um mesmo tempo-espaço, o que Bourdieu (2003) denominaria de violência simbólica. Para o autor, a violência simbólica é uma "(...) violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento (...)" (BOURDIEU, 2003, p.7) . Essa violência é resultado de um processo repetitivo, amparado por condutas, posturas, pensamentos (habitus), geralmente disseminados e impostos por estruturas sociais, como a família, o qual reflete em ações de submissão por parte daqueles que ocupam o papel de dominados, os quais, por naturalizarem tal violência inicialmente imperceptível, não conseguem romper com o ciclo de dominação sócio-histórica.

Em uma das questões, foi-se indagado se os participantes julgavam falsa ou verdadeira a afirmação: "As mulheres sofreram mais com a pandemia". Apenas uma das participantes a julgou falsa, justificando que o sofrimento foi generalizado na sociedade, de maneira igualitária. As demais apontaram várias justificativas para a escolha como verdadeira a afirmação. A grande maioria traz a permanência do habitus já aqui discutido segundo o qual é função feminina o trabalho doméstico. Segundo as participantes:

> Geralmente toda a carga doméstica recai sobre s mulheres, e somada as atividades acadêmicas e profissionais as coisas se multiplicam. Pois a mulher possui o trabalho de cuidar da casa, do filho e do seu serviço. (E2)
>
> A mulher tem acúmulo de funções. (E3)
>
> A responsabilidade da gestão casa geralmente fica por conta da mulher. Fora suas outras tarefas. (E4)

De acordo com os dados do IBGE (2018), tal visão é comum em todo o território nacional, como mostram os números da tabela abaixo, segundo os quais o salário das mulheres equivalem a 77% dos ganhos dos homens e aquelas dedicam cerca de 78% a mais de horas semanais a trabalhos com o cuidado doméstico se comparadas aos homens.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

Sobre essa constatação, Saffiioti (1976) salienta que, na ótica do sistema capitalista, a desigualdade de gênero acaba sendo um projeto social, consolidado pela naturalização geracional. Assim, para a autora, "(...)as próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo" (1976, p. 57).

> *Apesar de acreditar que também tem mudado muitas coisas para os homens, já que estes agora, se em trabalho remoto, estão imersos no ambiente domiciliar e em contato contínuo com o cuidar/educar os filhos e as tarefas domésticas, ainda acredito que o sofrimento é muito maior para as mulheres, já estas sempre foram as cobradas e responsabilizadas por essas tarefas... agora mais do que nunca, tudo se mistura, trabalho, filhos, casa. (E15)*

> *Uso minha situação como exemplo. Esposo continua saindo para o trabalho diariamente. Já eu, estou em casa com as crianças. Desse modo, acumulo todas as minhas funções, mãe, esposa, dona de casa, estudante , artesã, "professora dos filhos", etc.. Precisando desenvolvê-las, muitas vezes, todas simultaneamente. Sigo procurando conciliar tudo... (E24)*

Dessa forma, ao ser, durante toda a sua vida, educada para desempenhar seu papel social de mãe e dona de casa, os possíveis ganhos sociais, advindos de seu ingresso nas Universidades e no mercado de trabalho, acabam sendo um acúmulo de funções, que passam despercebidas no cotidiano, principalmente porque a função do homem é a de provedor e muitos ainda não veem "necessidade" de dividir tarefas que socialmente não "lhes pertencem". Tal acúmulo é aceito já na infância, nas representações feitas pelas brincadeiras e brinquedos diferentes para meninos e meninas: para estas as bonecas, os fogões, as vassouras. Além disso, normalmente os trabalhos domésticos, durante séculos, foram divididos entre as mães e as meninas, ficando habitualmente deles os meninos dispensados. Varrer, tirar pó, cuidar dos irmãos mais novos, são funções facilmente atribuídas a meninas, a fim de "ajudá-las" a assumir sua feminilidade. (BEAUVOIR, 1967)

Outro ponto destacado nas justificativas dadas pelas acadêmicas à frase acima pontuada está ligado diretamente a outro papel social das mulheres: o de mãe. Historicamente, a figura materna é vista como uma dádiva, romantizada como um momento de plenitude da mulher, associado à doçura, a afeto, ao cuidado e à educação (muitas vezes justificados como atribuições biológicas das mulheres). Como 44% das participantes são mães, neste momento de pandemia estas precisaram, também, tornarem-se professoras de seus filhos, que reclusos em casa, não poderiam contar com o auxílio mais individualizado de seus professores.

> *As tarefas como cuidar dos filhos, os afazeres domésticos ficam apenas para as mulheres. (E4)*
>
> *As mulheres tem mais trabalho, como cuidar dos filhos, trabalhar, fazer as tarefas de casa. (E5)*
>
> *A Maioria das mães precisou se desdobrar entre o serviço da casa, o trabalho secular , sua graduação e o auxílio aos filhos nas atividades remotas. (E11)*
>
> *Julgo ser verdadeira, pois as mulheres normalmente ficam responsáveis pelos filhos e agora consequentemente, pela educação dos filhos. (E13)*
>
> *Porque ela precisa cuidar dos filhos em casa, ajudar nas lições da escola, ao mesmo tempo que trabalha e/ou estuda em casa e ainda cuida da casa. (E20)*
>
> *Acredito que talvez estejam sofrendo mais pelo acúmulo de funções como auxiliar seus filhos, cuidar da casa (já que muitas vezes apenas a mulher que fez as atividades domesticas) trabalhar, estudar, etc. (E21)*

Como destaca Macedo (2020) historicamente a mulher internalizou e tomou como verdadeiros valores de uma cultura maternocentrada, segundo a qual, a boa mulher é a boa mãe, a boa dona de casa, aquela que consegue acumular sem reclamar de seu lugar no mundo: referenciais aprendidos e propagados pelas ideias compartilhadas de qual deve ser o papel da mulher. Ainda sobre essa questão, pode-se afirmar que é uma construção social a longo prazo tal cultura, como salienta Beauvoir (1967, p. 27):

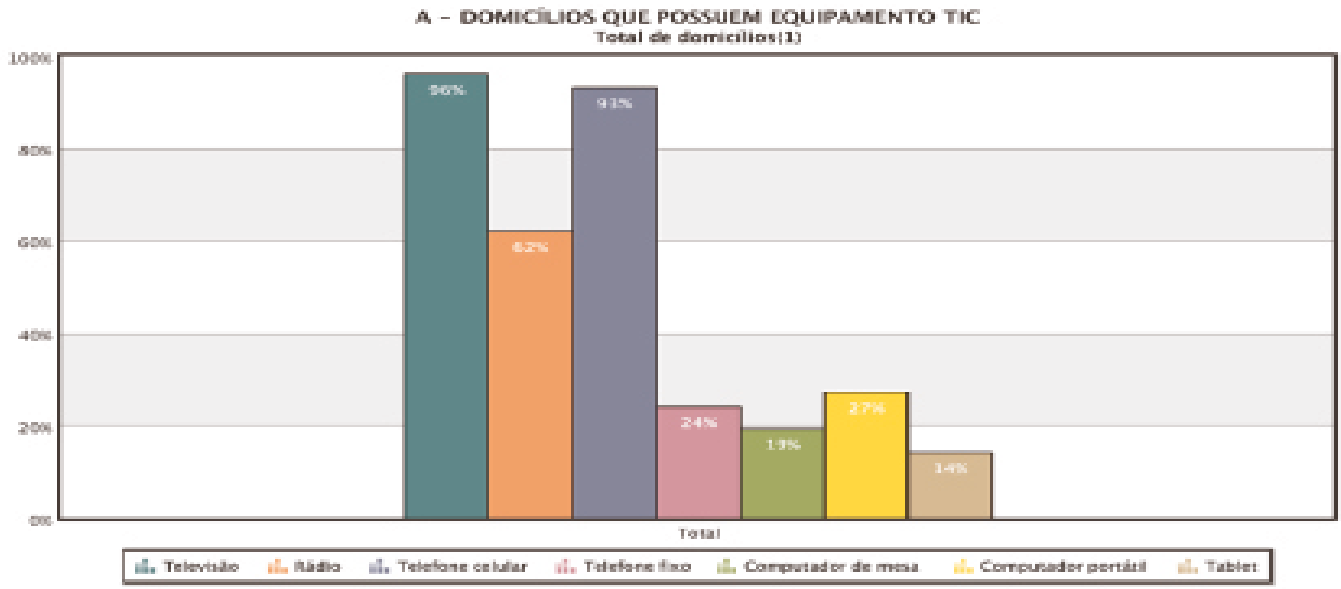
> (...) as atividades paternas são profundamente misteriosas para o menino; neste, mal se esboça o homem que será mais tarde. Ao contrário, as atividades da mãe são acessíveis à menina; "já é uma mulherzinha", dizem os pais; e julga-se por vezes que ela é mais precoce do que o menino: em verdade, se se acha mais próxima da fase adulta é porque esta fase permanece mais infantil na maioria das mulheres. 0 fato é que ela se sente precoce, que se sente lisonjeada por desempenhar junto dos irmãos mais jovens o papel de "mãezinha"; torna-se facilmente importante, fala sensatamente, dá ordens, assume ar de superioridade sobre os irmãos encerrados no círculo infantil a(...)

Outro ponto destacado, na última questão da pesquisa feita, relacionava-se àquelas que já atuavam como professoras (quer como auxiliares, estagiárias, tutoras ou professoras regentes). A elas foi indagado como têm sentido o trabalho docente neste período de ensino remoto e de isolamento social. Das 24 que correspondem a esse perfil, 83,3% responderam que o trabalho do professor está muito mais complexo, devido ao afastamento social, à falta de recursos e à falta de formação para o trabalho remoto. 12,5% dessas declaram que o trabalho docente está mais complexo, mas têm conseguido interagir bem com os alunos sem se sentir sobrecarregada e 4,2% apontam, além de estar mais complexo, sentem-se sobrecarregadas com a nova modalidade de ensino.

O ensino remoto nunca foi uma opção sequer cogitada nos cursos de formação de professores em nível superior. Muitas das matrizes curriculares, quando abordavam algo relacionado às tecnologias, o faziam via disciplina muitas vezes optativa, que relacionava as Tecnologias voltadas à educação. Assim, com a chegada da pandemia e as urgências emergindo, muitos professores iniciaram sua autoformação para utilização de plataformas digitais, gravação de aulas, aplicativos de aulas síncronas, dentre outros. Além disso, sabe-se que, no Brasil, não há equidade de acesso a aparelhos como computadores,

celulares ou à Internet que permita efetivamente acesso de qualidade a vídeos e/ou a longos períodos conectados para as vídeoaulas.

De acordo com o estudo TIC Domicílios[1], o qual aferiu hábitos e acesso dos usuários à internet, tendo como recorte 33 mil residências do país, um em cada quatro brasileiros não tem acesso regular à internet. Conforme aponta a pesquisa. o pertencimento a classes mais favorecidas economicamente é decisivo para tal acesso. Enquanto nas classes A e B, em média 94% acessam a internet, tais números caem consideravelmente nas classes C, com 78% com acesso e nas D e E, nas quais pouco mais de 57% da população possui tal acesso. Outro ponto de destaque na referida pesquisa, é que o celular se destaca como fonte principal de acesso à internet na amostra da pesquisa de 2018, fator que, para acesso remoto a aulas, leitura de materiais, dentre outros, é um complicador, ora pelo tamanho da tela, ora pelo pacote de dados utilizado pelos usuários.



1. O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) monitora as tecnologias de informação e comunicação (TIC) no Brasil. Criado em 2005, o Cetic.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), ligado ao Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br).

Assim, devido a todos estes empecilhos acima descritos, além de todas as demais demandas do universo feminino, não é de se surpreender que grande parte dos textos e lives deste período pandêmico tenham como mote a saúde mental das mulheres, mães, estudantes, professoras. "Ser mulher, estudante e apresentar sintomas físicos ligados à COVID-19, ou problemas de saúde prévios, foram fatores significativamente associados a maiores níveis de ansiedade, depressão e estresse (...)" (SCHMIDT, 2020, p. 5). Além do confinamento que renega toda nosso processo de humanização, a falta de contato, os diversos medos, as privações materiais que muitas estudantes vivem, ser professor neste período é encontrar estudantes muito menos ativos, mais propensos, assim como a seus professores, a elevados de ansiedade, de depressão e de estresse (MAIA; DIAS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realmente o ano de 2020 entrará para a história como um ano de crise, aprendizados, perdas, superação, vozes e silenciamentos. As mulheres, nesse contexto, tiveram seus desafios aumentados e ganharam maior visibilidade, uma vez que, mesmo antes da pandemia, ser mulher era sinônimo de acúmulo de cobranças sociais. Vistas como progenitoras, cuidadoras, responsáveis pela manutenção do lar e da família, estas tiveram que realizar todos os seus papeis com uma grande diferença: reclusas em suas casas, as quais foram lares, escritórios, universidades, escolas dos filhos, dentre outros.

Se compreendemos o trabalho como a base da produção da existência humana em sociedade, este também se encarrega de revelar relações seculares de poder, dominação, subjugação do masculino sobre o feminino. As mulheres, que agora representam a maior parte

da população brasileira, também são responsáveis pela manutenção financeira de milhares de lares. Mesmo tendo aumentado a participação destas no mercado, seus salários permanecem proporcionalmente menores, enquanto sua atuação na vida cotidiana privada permanece sobrecarregada. Tal realidade é comum em todo o país e, com a pandemia houve apenas o desvelamento escancarado da sobrecarga que significa ser mulher nas diferentes esferas: produtiva e doméstica.

As mulheres estão há séculos na linha de frente dos cuidados na sociedade, quer no cuidado com a casa, quer na atenção aos familiares doentes, pessoas idosas, filhos, e nesta pandemia, muito mais do que o que já acontecia, receberam como "herança" custos físicos e emocionais, carregados de sentimento de impotência, fragilidade, medo, cansaço físico e mental.

Enfim, como bem afirma Santos (2020), este período de quarentena, de isolamento, de dificuldades talvez seja apenas uma quarentena dentro de outra quarentena na qual já estávamos há anos: uma quarentena que isola, que atinge de formas diferentes grupos diversos, uma quarentena secular de um "vírus" também invisível, violento, segregatório e que colocou as mulheres em uma posição histórica de servir, de acumular funções, de violência simbólica a qual se transformou em um habitus tão consolidado que sequer nos fazia questionar se haveria outra forma de ser mulher neste mundo. Espera-se que logo haja uma vacina para a Covid-19, mas também se espera que outra "vacina" seja produzida coletivamente e que com essa o ser mulher, mãe, estudante, trabalhadora, esposa não cause dor, nem angústia, nem sobrecarga, a fim de que as mulheres possam ter visibilidade, voz, vez e seus papeis históricos

sejam apenas parte da história longínqua e não uma determinação social apenas por terem nascido mulheres.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Atena, 1960.

ARROYO, M. **A universidade, o trabalho e o curso noturno**. Estudos e debates, Brasília, n. 17, p. 91-94, 1990.

BEAUVOIR, S. **O segundo s**exo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BITTENCOURT, R. N. (2020). **Pandemia, isolamento social e colapso global**. Revista Espaço Acadêmico, 19, 168-178. Disponível em: http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/52827

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10 ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____**A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kühner 2. Ed. Rio de Janeiro: Edições Best Bolso, 2014.

CARVALHO, M. P**. Vozes Masculinas Numa Profissão Feminina: o que têm a dizer os professores/as?** Setembro de 1998. Disponível em: http://lasa.international.pitt.edu/LASA98/PintodeCarvalho.pdf. Acesso em 12 de agosto de 2020.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E.**Mulheres chefes de família no Brasil : avanços e desafios**. Rio de Janeiro , 2018.

COSTA , F. B. **Homens invisíveis: relato de uma humilhação social**. Globo Livros, 2004.

DEL PRIORE, M. **Histórias e Conversas de Mulher**. 1ª, ed, São Paulo: Planeta, 2013.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRE, M. E. D. A. de; ALMEIDA, P. C. A de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. [S.l: s.n.], 2019.

IBGE. **Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. Disponível em: https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/materias-especiais/20453-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html. Acesso em 15 de agosto de 2020, às 22h.

IBGE. **Estatísticas enriquecem debate sobre desigualdade de gênero**. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20424-estatisticas-enriquecem-debate-sobre-desigualdade-de-genero. Acesso em : 10 de agosto de 2020, às 20h.

INEP. Censo da Educação superior 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/apresentacao_censo_superior2018.pdf Acesso em: 31 de agosto de 2020, às 21h.

MACEDO, S.. **Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos**. **Rev. NUFEN**, Belém , v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012 Acesso em 20 de agosto, às 22h31min

MAIA, B. R.; DIAS, P. C. **Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19**. Estudos de Psicologia (Campinas), Campinas, v. 37, e200067, 2020. https://doi.org/10.1590/1982–0275202037e200067

ONU. **A experiência internacional com os impactos da COVID-19 na educação.** Disponível em: https://nacoesunidas.org/artigo-a-experiencia-internacional-com-os-impactos-da-covid-19-na-educacao/ Acesso em: 15 de agosto de 2020, às 20h30min

ONU MULHERES. **Gênero e covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta.** Disponível em:http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf Acesso em 31 de julho de 2020, às 19h.

SAFFIOTI, H. I. B.. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade.** Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes Ltda,1976. pp. 32-66.

SANTOS, B. de S. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SCHMIDT, B.et al . Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Estud. psicol. (Campinas), Campinas , v. 37, e200063, 2020 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100501&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 de Agosto de 2020.

UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a COVID-19**. Paris: Unesco, 16 abr. 2020. Disponível em: https://pt.unesco.org/news/comissao–futuros–da–educacao–da–unesco–apela–ao–planejamento–antecipado–o–aumento–das. Acesso em: 25 julho 2020, às 15h.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 18, n. 2, p. 459-485, July 2013 . Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012 Acesso em: 21 de agosto de 2020, às 19h.

CAPÍTULO 13

O PARADOXAL PROTAGONISMO FEMININO NA FAMÍLIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Melissa Andréa Smaniotto (UEPG)

Nei Alberto Salles Filho (UEPG)

Ao tomar posse como Presidente da República Jair Messias Bolsonaro criou o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - capitaneado por Damares Alves, advogada e pastora da Igreja do Evangelho Quadrangular - tendo como norteador a dignidade e conferindo à mulher o status de protagonista dos arranjos familiares brasileiros. Contudo, esse protagonismo somente é admitido em um viés conservador que está nas entrelinhas da proposta governamental assim apresentada: "a promoção dos direitos das mulheres considera a perspectiva da família, o fortalecimento de vínculos familiares e a solidariedade intergeracional" (MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, 2020). É interessante notar que essa postura política se har-

moniza com o neoliberalismo e a diminuição acentuada das políticas de proteção social, resgatando a família como principal responsável por si mesma e direcionando a função de cuidado, em sentido amplo, majoritariamente para as mulheres.

Não bastasse isso, as políticas anti gênero[1] – iniciadas timidamente ao longo da última década - ganharam proporções consideráveis principalmente com a campanha eleitoral para Presidente do Brasil em 2018 e se fortaleceram com o resultado desta, sobretudo com o pretexto de repelir com veemência a ideologia de gênero construída discursivamente (inclusive com a divulgação em massa de *fake news*) como uma ameaça potencial às famílias brasileiras "tradicionais" (CORRÊA; KALIL, 2020).[2]

Essa "caça às bruxas" foi crescendo ao longo da candidatura de Bolsonaro, sendo forjado um "pânico moral"[3] em torno da ideologia

1. "A contestação da noção de gênero é, na prática, uma recusa ao reconhecimento da diversidade e da pluralidade nas sociedades. Trata-se, ainda, de uma investida contra um pilar (sempre incompleto e frágil, é certo) das democracias, que é a laicidade do Estado" (BIROLI, 2018, p. 130).

2. "Esas fechas corresponden a una serie de eventos relevantes: en 2014 y 2015, disputas públicas acerca de la política de educación y, en la secuencia, movilizaciones, eventos y protestas en torno de la cuestión de la "ideología de género". En el 2017, como veremos a continuación, toman cuerpo y tamaño y se realizan movilizaciones públicas contra la "ideología de género" en eventos que ya son capítulos de la precampaña del entonces candidato Jair Bolsonaro. Los picos siguientes, por su parte, ya reflejan el uso de plataformas digitales antigénero en la campaña electoral por la presidencia de la República. El momento de la toma de posesión de Jair Bolsonaro, cuando este cita nominalmente a su proyecto de gobierno con el combate a la "ideología de género" como una de sus prioridades, es uno de los momentos de mayor pico de las búsquedas por el término (CORRÊA; KALIL, 2020, p. 75-76).

3. "O conceito reflete um contexto marcado por medo e pressão por mudança social, no qual 'o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um status valorizado como a família ou o casamento' (MISKOLCI, 2007, p. 112). Para o autor, o que caracteriza o pânico moral é o fato de a preocupação e reação serem desproporcionais ao perigo

do gênero[4] a ponto de assegurar que mulheres de classe média, classe média alta, integrantes da elite, mães ou não, católicas, evangélicas ou cristãs em geral se identificassem com a fala então propagada e contribuíssem para eleger o atual Presidente (CORRÊA; KALIL, 2020). Isso se traduziu em estabilização da heteronormatividade que para preservar a concepção moderna de família carrega consigo a justificativa de idealiza-la e impor critérios de exclusão (BIROLI, 2018, p. 122).

Aliado a isso, o país persiste em um cenário de escandalosa desigualdade social e se verificam diversos desdobramentos, dentre os quais se destaca o distanciamento de uma "situação de igualdade entre homens e mulheres, seja ela pensada como igualdade de oportunidades, de acesso a recursos, de bem-estar ou de realização" (BIROLI, 2013, p. 28). E mais do que isso reveste-se de legalidade uma igualdade de gênero apenas formal (tratamento idêntico perante a lei), porém, que mascara a falta de igualdade material (real ou substancial ou que se concretiza). Além disso, naturaliza a disseminação desse distorcido protagonismo feminino em resposta às transformações que a família brasileira vivencia a partir de mudanças provocadas pelo próprio comportamento das mulheres.

Exemplificando, intelectuais que se dedicam à pesquisa voltada para feminismo e gênero têm sido alvo de intimidações públicas, como o que aconteceu com a vinda de Judith Butler ao Brasil em 2018, além de brasileiras (Débora Diniz e Tatiana Lionço) que mo-

real". (SANTOS, 2020, p. 71).

4. "la "ideología de género" se ha movilizado para expressar un amplio espectro de acusaciones que van desde la pedofilia hasta críticas a la educación en sexualidad en las escuelas a una fuerte asociación entre "anticomunismo" y "anti ideologia de género" (CORRÊA; KALIL, 2020, p. 87).

bilizam esforços nas discussões envolvendo direitos LGBT e aborto (SANTOS, 2020):

> Teóricas feministas, como Pateman (1989) e Okin (1989), têm criticado há décadas a exclusão das mulheres do mundo público, e problematizado a separação entre as esferas pública e privada que é suposta pela maior parte dos teóricos políticos quando elaboram suas teorias. A dificuldade da Ciência Política em reconhecer a influência na política de questões consideradas como pertencentes à esfera privada tem como uma das consequências a indiferença (ou minimização) em relação às disputas sobre questões de gênero, sexualidade e famílias (SANTOS, 2020, p.71-72).

Indiscutivelmente essa é a uma estratégia que vem sendo utilizada pela política de maneira eficaz para provocar divergências entre as próprias mulheres cujas convicções as fazem acreditar que devem permanecer alheias aos debates sociopolíticos. Mais do que isso, a ideia é que a atuação dessas fique limitada à família como o espaço privado por excelência em que podem exercer seu protagonismo com autoridade, deixando os demais espaços, tidos como públicos, aos homens, garantindo assim que a dominação masculina mantenha sua suposta hegemonia[5].

Nesse aspecto, nem ao longe se pode generalizar esse posicionamento feminino ou condena-lo. Isto porque as mulheres também transitam no âmbito público, tanto quanto no âmbito privado. Contudo, o que muda é a intensidade com que isso acontece a partir da ilusão de que a família e o âmbito doméstico coincidem com o espaço privado e se mostram mais propícios à concretização das habili-

5. "A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens" (CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

dades artificialmente atribuídas ao gênero feminino por um ininterrupto processo de reprodução social arraigado de modo profundo e secular na sociedade brasileira.[6]

Esse é um ponto crucial de reflexão quanto ao protagonismo das mulheres. Para contrariar – e quem sabe superar - essa polarização entre o público e o privado e o masculino e o feminino, é preciso se desvencilhar da noção de que a família se reduz à vida doméstica e considera-la também como pertencente ao espaço público por duas razões. Primeiramente pelo fato de o Estado responsabilizar os arranjos familiares pelo cumprimento de inúmeras obrigações e interferir se for necessário para que estas sejam observadas. Além disso, porque a família se faz presente nos mais diversos espaços sociais, transformando a sociedade e sendo por esta transformada:

> Além de regular as relações de gênero e sexualidade, a família é um fator importante nas relações de classe, porque estabelece os elos para a transmissão da propriedade privada e transfere vantagens e desvantagens não apenas dessa forma, mas também de capital educacional, cultural e de rede de relações (BIROLI, 2018, p. 125).

Em outras palavras, é preciso reconhecer que há uma linha muito tênue entre o trânsito da entidade familiar pelas esferas pública e privada. Todavia, se faz necessária a advertência de que "é de uma perspectiva masculina e heterossexual que família e maternidade podem ser idealizadas e mesmo santificadas, enquanto continuam sendo definidas de um modo que onera as mulheres e as torna vulneráveis" (BIROLI, 2018, p. 95).

6. "A posição de classe e o pertencimento étnico ou de raça, o pertencimento a comunidades de cultura e religiosas correspondem, por exemplo, a vivências distintas da dualidade entre o público e o privado e das restrições que podem representar. A categoria mulheres, abstratamente, diz pouco sobre as formas de desigualdade de gênero porque elas não afetam do mesmo modo, e na mesma medida, todas as mulheres" (BIROLI, 2013, p. 35-36).

Ao que tudo indica esse é o protagonismo que preconiza o governo federal cuja atuação é favorecida com a cumplicidade de um significativo e heterogêneo grupo de mulheres que compartilha desse pensamento, em que se passa a impressão de emancipação e autonomia da mulher enquanto a mantém refém da divisão sexual do trabalho, originada pelo dualismo público e privado tão conveniente aos interesses liberais e capitalistas que permeiam a realidade contemporânea brasileira. Ou seja, prega-se que o protagonismo feminino é admitido predominantemente no viés privado, aconselhando-se que seja exercido seguindo o modelo de família patriarcal, e apenas de maneira secundária e enfraquecida é tolerado na seara pública.

Por outro lado, essa postura nem ao longe é unânime nos universos feminino e masculino. Existe todo um movimento em direção à tomada de consciência quanto a essa postura ambígua de protagonismo das mulheres na família brasileira contemporânea. Ao que parece, é essa tendência que favorece o exercício de mudar o olhar e mais do que isso despertar a vontade de promover transformações sociais originadas por uma reconstrução do significado de ser mulher na realidade hodierna brasileira. Até porque nada justifica que a mulher permaneça com sua atuação restrita ao âmbito doméstico enquanto o androcentrismo é admitido e perpetuado em todos os demais espaços sociais (LIMA, 2016). E é exatamente esse inconformismo que propicia a releitura do protagonismo feminino no sentido de admitir que a autonomia, a liberdade e a independência femininas exigem que se ultrapasse e muito o espaço doméstico tido como privado.

Deixar de ser juridicamente incapaz, ter direito ao voto, ser a mulher tratada perante a lei de forma idêntica ao homem foram indiscu-

tivelmente conquistas importantes. Contudo, esses aspectos não são suficientes para evidenciar as transformações significativas na família que tiveram origem, muitas vezes, na insatisfação feminina com uma condição que lhe foi imposta e/ou na necessidade iminente de romper com a situação até então vivenciada.

Ao sair do lar para ingressar no mercado de trabalho, ao ter o controle sobre a sua fecundidade, ao ajudar no orçamento doméstico ou até mesmo mantê-lo sozinha, ao ter a coragem de se divorciar, de criar e educar filhos sem a referência masculina e/ou paterna, de empreender, de assumir altos cargos ou simplesmente de se recusar a ser sustentada por um homem, ao romper com um círculo vicioso de submissão e de fazer valer a sua voz não apenas dentro de casa mas em locais identificados como pertencentes à esfera pública, quais sejam, universidades, empresas, organizações não governamentais, igrejas e espaços culturais, a mulher forçou alterações ou teve que fazer ajustes que foram remoldando os arranjos familiares.

Por óbvio, a animosidade que permeou e ainda permeia esse cenário se deve à disputa de poder nas relações de gênero travadas em família e ao esmaecimento da figura masculina patriarcal, que resistiu e ainda persiste apesar das tentativas de tornar as relações familiares e domésticas mais democráticas. Inclusive, em diversas circunstâncias, a mulher ao reivindicar a sua efetiva participação nas decisões foi paulatinamente abrindo espaço para que os filhos também tivessem a oportunidade de conjuntamente com os pais deliberarem sobre questões envolvendo a entidade familiar.

Por outro lado, o tensionamento entre a família patriarcal e a transição para a família democrática ainda está muito longe de aca-

bar. Isto porque não se resume a uma "guerra entre sexos", mas sim uma luta que se trava entre as próprias representantes do gênero feminino que compartilham de valores patriarcais e contribuem para reproduzi-lo. Talvez essa seja a ressignificação a ser atribuída ao protagonismo da mulher na família, mas não no sentido de uma disputa hierarquizada e sim como a busca de equilíbrio entre os gêneros dentro e fora do âmbito doméstico.

Mesmo assim é preciso cautela. Pensar na mulher como alguém que desempenha diversos papéis na entidade familiar e considera-la como protagonista deste nem ao longe deve ser um pretexto para responsabiliza-la por todas as circunstâncias vivenciadas nesse peculiar agrupamento humano. Tão pouco se pretende disseminar um discurso de ódio aos homens ou fazer generalizações precipitadas de que a masculinidade sempre se desdobra em machismo. Por conseguinte, é ingênuo afirmar que se identifica uma hegemonia masculina incontestável. A ideia é vislumbrar, sem idealizar, a presença feminina como um potencial instrumento transformador e hábil a amenizar e quiçá romper com o machismo visível e invisível que está impregnado na sociedade brasileira contemporânea, tanto por homens quanto por mulheres:

> El machismo se puede definir como um conjunto de creencias, actitudes y conductas que descansan sobre dos ideias básicas: por um lado, la polarización de los sexos, es decir, uma contraposición de lo masculino y lo feminino según la cual no sólo son diferentes sino mutuamente excluyentes; por otro, la superioridad de lo masculino em las áreas consideradas importantes por los hombres. De aquí que el machismo involucre uma serie de definiciones acerca de lo que significa ser hombre y ser mujer, así como toda uma forma de vida basada em ello (CASTAÑEDA, 2007, p. 26).

Repelindo rótulos e estereótipos e tendo essa consciência quanto à compreensão do que se entende por machismo e sem excluir a obriga-

toriedade de reconhecê-lo nos episódios de violência física, é preciso identifica-lo nas sutilezas do cotidiano, que permeiam de modo geral as relações sociais, sejam afetivas, sexuais, de amizade, profissionais, políticas ou em momentos de ócio (CASTAÑEDA, 2007). Aí estão incluídos não apenas uma dominação em relação às mulheres, mas também sobre outros homens (relações intra gênero), além das manifestações de virilidade e rivalidade (por exemplo, inúmeras conquistas sexuais) e um menosprezo aos valores e padrões de comportamento identificados como femininos (CASTAÑEDA, 2007).

É nesse viés que, por vezes, se forjam as expectativas quanto aos papéis a serem desempenhados pelos universos feminino e masculino com o qual a pessoa se identifica. E dentre esses papéis incluem-se aqueles que, em tese, devem ser exercidos na família, associando-os ao gênero como algo preestabelecido a partir das características atribuídas aos integrantes do arranjo familiar predominantemente pelo processo de reprodução social, eis que "é possível considerar a família como um contexto privilegiado de reprodução ideológica e de aprendizado social" (CARVALHO; MELO, 2019, p. 2).

Revestida de múltiplas características e funções, a família ainda é vislumbrada hoje como a base da sociedade e, além de ser considerada democrática, dinâmica, resiliente, multigeracional, pública e privada, não deixou de ser um exímio meio de controle social. Este, aliás, permanece acentuado e é resgatado com bastante intensidade para justificar um desenvolvimento biológico, psíquico e social de crianças e adolescentes que tem como critério de diferenciação a genética corporal. Em síntese, "meninas usam rosa, meninos usam azul". Essa fala da Ministra Damares, em janeiro de 2019, diz muito sobre esse controle social a ser feito pela mulher, estritamente nos

limites de suas funções de esposa e mãe para direcionar a educação, no sentido mais amplo possível, à submissão, à internalização, à propagação e à manutenção de uma ideologia conservadora que, em sua face mais perversa, dissemina valores sexistas, reforça o machismo e, por conseguinte, a desigualdade de gênero. Tudo isso sob o pretexto de fortalecer vínculos familiares.[7]

É necessário ressaltar que este texto se afasta de da posição de julgamento ou condenação em relação às escolhas feitas pelas mulheres ao longo da sua vida. Muito menos diz respeito à depreciação daquelas que, diante das possibilidades e caminhos, optam pelas atribuições domésticas e dedicam seu tempo aos papéis tradicionalmente reconhecidos como femininos. Tão pouco se levantam tais questões como forma de comparar com aquelas mulheres que puderam e decidiram priorizar a vida profissional, não quiseram ou não puderam exercer a função materna ou até mesmo as que conciliam duplas e/ou triplas jornadas de trabalho (remunerado e não remunerado). Enfim, qualquer crítica envolvendo as decisões femininas equivale a excluir mulheres que na sua diversidade cultural e multiplicidade de funções têm suas opções, desde que com possibilidade clara de escolha, organizam suas vidas com liberdade e cidadania.

Porém, paralelamente à hermeticidade que ronda os binários masculino/feminino e público/privado, se mostra indispensável ter presente a lucidez de que "no 'modelo novo' de família, as fronteiras de identidades entre os dois sexos são fluidas e permeáveis, com possibilidades plurais de representação: mulher oficial de forças arma-

7. Tal fato renova nossa inspiração em discutir como os "inofensivos" estereótipos de "homem" e "mulher" vigentes em nossa sociedade estão relacionados com a subalternização feminina, tanto na esfera doméstica como no mercado de trabalho (PARIZOTO, 2019, p. 203-204).

das, homem dono-de-casa, mãe e pai solteiros [...]" (NEGREIROS; FERES-CARNEIRO, 2004, p. 39). Em síntese: é inevitável admitir que os papéis a serem desempenhados nos arranjos familiares estão, pouco a pouco, se flexibilizando e sendo integrados.

Se depara, assim, com a abertura que favorece uma postura feminina e masculina de revisão incessante dos papéis então atribuídos a cada gênero, em especial aqueles que, em razão de uma construção social, cultural e histórica, se naturalizaram como pertencentes às mulheres. Dentre esses se encontram o cuidado de crianças, doentes e idosos, os afazeres domésticos e a educação dos filhos, como exemplos de atividades não remuneradas. Aliás, estas possibilitam subjugar as mulheres aos aspectos menos valorizados socialmente pela esfera produtiva, eis que "sendo um sistema essencialmente exploratório, o capitalismo vale-se da desvalorização das aptidões ditas femininas para legitimar ideologicamente a exploração das mulheres" (PARIZOTO, 2019, p. 213).

E essa dupla exploração envolvendo as atividades domésticas não remuneradas e a mão-de-obra barata e precarizada do gênero feminino, aliada a todo o cenário já delineado, direciona a reflexão para a releitura do protagonismo das mulheres voltado à família. Ao que tudo indica há um certo comodismo e conveniência de alguns grupos masculinos combinado com interesses capitalistas e neoliberais que atuam nos bastidores da sociedade brasileira para frear os avanços até então obtidos, bem como retomar a família patriarcal heterossexual enquanto modelo a ser seguido e tentar revigorar a hegemonia androcêntrica. E pior, contando com a cumplicidade feminina para alcançar tais objetivos.

Nessa toada, a família se torna o "álibi" perfeito para que a mulher, mesmo que pouco a pouco, ao fazer valer sua "autoridade" no ambiente doméstico, vá introduzindo ou ressignificando desde os pequenos gestos cotidianos, supostamente inofensivos até atitudes decisivas para o arranjo familiar como um todo. No entanto, que essa postura não fique restrita ao espaço eminentemente privado - reservado de forma proposital ao gênero feminino -, mas também comece a difundir-se em outros espaços sociais nos quais há uma crescente participação da mulher.

Convém ponderar, no entanto, que quanto mais desfavoráveis forem as condições de vida da mulher maiores dificuldades serão encontradas tanto para despertar ou reavivar essa consciência e depois então iniciar, retomar ou manter um processo de transformação interior e exterior que consiga diminuir essa assimetria abissal entre gêneros, considerada tão questionável e ao mesmo tempo tacitamente consentida. Mas que consciência é essa? Hooks (2018) partindo da compreensão do feminismo como "um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão" (HOOKS, 2018, p. 13) explica com muita clareza que percepções são necessárias:

> [...] como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir duramente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência (HOOKS, 2018, p. 34-35).

Advirta-se, no entanto, que no enfrentamento do sexismo e de um dos seus principais desdobramentos, qual seja, a desigualdade de gênero, é preciso reconhecer que este é relacional, isto é, "os padrões

de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (quer real ou imaginário) da feminilidade" (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265). Isto significa dizer que necessariamente há reciprocidade no incessante e dinâmico processo de (re)construção desse binário masculino e feminino e que a família e o ambiente doméstico são espaços sociais e geográficos que interferem de forma bastante incisiva nesse devir.

Não bastasse isso, admitir que o gênero é uma concepção relacional não afasta as tensões que o intersecionam, daí porque se admite em certa medida que o viés patriarcal seja mantido ou reconfigurado se de algum modo esses embates podem ser resolvidos pela própria família assim organizada. Por outro lado, se esse padrão de masculinidade, anteriormente aceito deixa de ter aptidão para lidar com circunstâncias adversas é inevitável questiona-lo como cerne das relações familiares (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265).

Como contornar isso? De imediato duas possibilidades se abrem: a sororidade e a masculinidade feminina (HOOKS, 2018). Pelo viés feminista a sororidade "está fundamentada no comprometimento compartilhado de lutar contra a injustiça patriarcal, não importa a forma que a injustiça toma" (HOOKS, 2018, p. 36). Nessa toada, ao superar rivalidades, competições e emoções negativas entre si, ao ir além de diferenças de classe e de raça, e também ao ir se libertando lenta e incessantemente das amarras patriarcais, as mulheres conseguem somar esforços, espalhar solidariedade e promover cooperação. E tudo isso pode se iniciar entre as integrantes do gênero feminino de uma mesma família, onde há espaço para que todas exerçam esse protagonismo no seu dia-a-dia, inclusive incitando os homens a repensarem e ressignificarem o universo masculino.

Neste sentido é que se fala em masculinidade feminina (HOOKS, 2018), ao reconhecer que a participação crescente dos homens é essencial para romper, ainda que de forma gradual, com o sexismo e a dominação. Curiosamente, estas por serem faces de um viés patriarcal que, ao mesmo tempo traz vantagens ao gênero masculino, também lhes impõe diversas exigências comportamentais impregnadas de sofrimento. Ao admitir e acolher os homens como parte desse protagonismo inclusivo as mulheres os ajudam a reconstruir a masculinidade como algo intimamente relacionado ao ser humano, independentemente de gênero, que diz respeito à auto-estima e autoamor como propiciadores de uma identidade alheia ao sexismo (HOOKS, 2018).

Em outras palavras, é preciso despir-se dos ranços que induzem a mulher a simplificar o homem como o antagonista dos esforços voltados para romper o sexismo, a opressão e a exploração femininas. O ideal seria que não houvesse sequer a necessidade de existir um protagonismo nos termos colocados, conciliando as diferenças e superando as divergências para que os mundos feminino e masculino, em conjunto, possam enfrentar os desafios de viver em uma sociedade tão complexa. Se não lado a lado, até porque são formas se perceber diferentes, ao menos se for admitida a atuação masculina ainda enquanto coadjuvante, a relação de gênero tem chances de se tornar mais promissora na conquista de equidade entre homens e mulheres:

> O desafio para a consciência de nosso tempo parece ser exatamente encontrar a maneira de entender, aceitar e viver o antagonismo e a diferença sem conflito, sem hierarquização e sem subordinação, expressões de uma sociedade dominada pelos valores patriarcais (DI CIOMMO, 2003, p. 437).

Seguindo esse raciocínio, essa harmonização, em um primeiro momento, pode parecer utópica eis que exige abertura, maturidade e esforço de ambos os gêneros no exercício dos seus inúmeros papéis sociais, incluindo os familiares, quais sejam, conjugais e parentais, entre outros. Todavia, a reinvenção da família se mostra urgente e inevitável diante da austera fase econômica, polarização política e crise de valores que, ao lado do patriarcalismo, compõe a sociedade brasileira atual. Para tanto, as gerações presentes e futuras, apesar da avalanche de informações disponíveis, precisam ser despertadas para visões de mundo que ofereçam alternativas muito mais sedutoras do que aquelas existentes, como, por exemplo, questionar o conceito de liberdade nos termos hoje vigentes.

E, fazendo o gesto contrário ao patriarcalismo e incluindo os homens nessa reflexão, as mulheres, por já terem iniciado um processo de "libertação" e vivenciarem conquistas, mesmo que limitadas, têm um potencial imenso de mobilizar coletivamente um deslocamento desse protagonismo feminino para que, ao se discutir gênero, seja vislumbrado o ser humano em sua essência plural, contraditória e ímpar. Por fim, embora as semelhanças e diferenças entre os universos feminino e masculino sejam tão polêmicas, talvez a complementaridade de gênero traduza a expressão máxima dessa tão buscada e igualdade.

Por fim, relembrando o título do capítulo "o paradoxal perfil do protagonismo feminino na família brasileira contemporânea", instalado pela imagem de Bolsonaro e Damares, é possível ponderar alguns aspectos a partir das reflexões de Edgar Morin: "Sem dúvida alguma, não seria possível restaurar a antiga sacralidade da família, mas seria possível instaurar uma nova, sacralizando o amor, cimen-

to dos casais modernos e, simultaneamente, da relação pais/filhos" (2013, p. 360). Ainda para Morin: "através da crise que a enfraquece, fortalece e transforma, a família permanece um núcleo insubstituível da vida comunitária" (MORIN, 2006, p. 175). Insistindo e persistindo com Morin: "A família está em crise, o casal está em crise, mas o casal e a família são as respostas para esta crise" (2006, p. 174).

Portanto, ampliar a discussão sobre gênero, particularmente sobre o feminino e o masculino na dimensão das famílias contemporâneas na sociedade brasileira, continua sendo tema fundamental na pauta dos direitos humanos, cidadania, economia, valores, construção e reconstrução social. Este capítulo lança inúmeras perspectivas para a contribuição ao tema.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Autonomia e desigualdades de gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

_____. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARVALHO, Julia Baerlocher; MELO, Mônica Cristina. A FAMÍLIA E OS PAPEIS DE GÊNERO NA ADOLESCÊNCIA. **Psicol. Soc.** , Belo Horizonte, v. 31, e168505, 2019. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100238&lng=en&nrm=iso>. acesso em 29 de agosto de 2020. Epub 20 de dezembro de 2019. https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31168505.

CASTAÑEDA, Marina. **El machismo invisible regresa**. Penguin Random House Grupo Editorial México, 2007.

CONNELL, Robert W .; MESSERSCHMIDT, James W .. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Rev. Estud. Fem.** , Florianópolis, v. 21, n. 1, pág. 241-282, abril de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>. acesso em 30 de agosto de 2020. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014.

CORRÊA, Sônia; KALIL, Isabela. **Políticas antigénero em América Latina**: Brasil – ¿la catástrofe perfecta? Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020. Disponível em: https://sxpolitics.org/GPAL/uploads/Ebook-Brasil%2020200204.pdf. Acesso em: 22 ago. 2020.

DI CIOMMO, Regina Célia. Relações de gênero, meio ambiente e a teoria da complexidade. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 11, n. 2, p. 423-443, Dez. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Aug. 2020. https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200005.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. A família como uma realização da eticidade democrática segundo Honneth Para além do modelo androcêntrico e do naturalismo de Hegel **Civitas**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 463-481, jul.-set. 2016.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Secretaria Nacional de Políticas para as mulheres (SNPM)**. Disponível em https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres. Acesso 22 ago. 2020.

MORIN, Edgar. **A via para o futuro da humanidade**. Tradução de Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegra: Sulina, 2007.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FERES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, jun. 2004 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 29 ago. 2020.

PARIZOTO, Natália Regina. Menino veste azul, menina veste rosa? Violência e divisão sexual do trabalho. **Em pauta**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Volume 17, n.º 43, Rio de Janeiro, 2019, p. 203-218. Disponível em https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/42544. Acesso em 29 ago. 2020.

SANTOS, Rayani Mariano dos. A mobilização de questões de gênero e sexualidade e o fortalecimento da direita no Brasil. **Agenda Política**. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos Volume 8, Número 1, São Carlos, 2020, 50-77. Disponível em https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/308/265. Acesso 22 ago. 2020.

CAPÍTULO 14

JUSTIÇA RESTAURATIVA E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Paloma Machado Graf (UEPG)

Jussara Ayres Bourguignon (UEPG)

Paula Melani Rocha (UEPG)

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo abordar sobre a justiça restaurativa como política de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres (sob a égide da Lei n° 11.340/2006), bem como, suporte para o desenvolvimento de uma cultura de pacificação social e de não violência, como forma de auxilio no rompimento do ciclo da violência.

A escolha pela pesquisa bibliográfica e documental se deu pela necessidade de acessar as informações sobre violência doméstica contra a mulher e justiça restaurativa, no intuito de proporcionar maior familiaridade com o problema apresentado para que se possa adentrar na discussão acerca das potencialidades e desconfianças

sobre a sua aplicação em situações de violência doméstica e familiar contra a mulheres no campo teórico.

O surgimento da justiça restaurativa decorre de diferentes fontes narrativas do campo prático e teórico. No entanto, é comum o entendimento de que é uma forma de transformação de conflitos em que indivíduos, direta ou indiretamente interligados por conta de uma situação conflituosa, contribuem e participam da criação de diretrizes na construção de um senso comunitário, de pertencimento, reparação de dano e responsabilização (BRAITHWAITE, 2002; ZEHR, 2008).

A análise aqui apresentada perpassa por uma sucinta revisão bibliográfica de estudos de gênero e justiça restaurativa, por entender a violência contra as mulheres como um problema social alinhado aos aspectos culturais cunhados na desigualdade de gênero presente nas estruturas da sociedade brasileira ao longo de sua história. Nesse sentido, o artigo foi organizado em três eixos teóricos conceituais e de natureza interdisciplinar, os quais estão sistematizados em três tópicos: a) violência doméstica e familiar contra mulheres; b) justiça restaurativa e sua aplicabilidade; e c) justiça restaurativa como instrumento de enfrentamento da violência contra as mulheres. Esses eixos partem do esclarecimento acerca da violência contra a mulher, da representação deste fenômeno na sociedade, da complexidade das situações que envolvem os conflitos em relações continuadas e das ferramentas apresentadas pelo Estado para seu enfrentamento e cuidado, como por exemplo, as políticas públicas e como a justiça restaurativa tem potencial modificador nas relações, com impacto em longo prazo.

Ao final, apresenta uma reflexão acerca da aplicabilidade do modelo restaurativo, que é um movimento social que prioriza o envolvimento comunitário para a resolução e/ou transformação dos conflitos, com a intervenção da rede de atendimento e de proteção socioassistencial, calcadas em políticas públicas aos sujeitos participantes, com intuito de amparar as necessidades individuais para auxiliar no rompimento do ciclo da violência contra as mulheres, ao mesmo tempo em que oportuniza mudanças estruturais e culturais no que tange às condutas violentas.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA MULHERES

A discussão sobre mulheres vítimas de violência doméstica e familiar demanda um esforço em entender o ser mulher, suas múltiplas faces e as relações que se estabelecem entre as vítimas e os agressores em um contexto cultural, social e histórico, que propomos aqui pela perspectiva dos estudos de gênero. Ao longo da segunda metade do século XX pesquisadoras feministas das áreas das ciências humanas e sociais, em diálogo com autores clássicos da psicanálise, antropologia e sociologia, elaboraram considerações na construção do conceito de gênero como uma categoria de análise.

Scott (1990) propôs tratar gênero como uma categoria de análise, articulado à noção de poder, em que as relações sociais estão baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, as quais por sua vez constituem-se no interior das relações de poder. Assim, o gênero é o primeiro campo no qual as relações de poder se articulam, contudo ele não é o único, pois o poder está explícito em uma variedade de instâncias sociais e implícito em outras, ele circula na sociedade,

mesmo de forma desigual. Scott (1990) compreende que ao analisar tais relações é necessário conceber o gênero como uma categoria de análise semelhante à raça e a classe social, sem atribuir valores de prioridades entre elas e propondo que cada uma necessita de um modelo teórico. Esses três eixos permitem discutir as desigualdades de poder, as relações de opressão e subordinação.

O gênero, como categoria de análise possibilita apreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana em sociedades distintas, ao representarem estruturas hierárquicas também fundamentadas sobre o gênero. Em confluência às contemporâneas feministas do século XX, Scott (1990) também desloca o entendimento de gênero da interpretação das relações a partir do sexo e sexualidade.

Saffioti (2002) argumenta que violência contra a mulher e violência doméstica conotam dois recortes distintos que, embora se sobreponha, não podem ser vistos como sinônimos, pois a violência contra a mulher não é cometida apenas por parentes ou conhecidos que vivem sob o mesmo teto, mas também por qualquer desconhecido, sem ter necessariamente uma relação estabelecida com a vítima. "Assim, a violência contra a mulher constituiu fenômeno, de certo ângulo, mais amplo que a violência doméstica" (SAFFIOTI, 2002, p. 323).

No presente capítulo, as violências serão analisadas pela perspectiva doméstica e familiar, abarcadas pela Lei de n° 11.340/2006 (Lei Maria da Penha). Nesse sentido, importante ressaltar três vertentes da violência: 1) a violência direta, apontada pelos estudos da saúde, que pode ser um acontecimento, um evento ou um fato, tendo como fenômeno a agressão, e há a possibilidade de se traçar uma linha para

identificar seus agentes; 2) a violência estrutural, que ocorre durante um processo em que o sujeito que a pratica não existe ou não é claro ou não é pertinente, tendo como fenômeno a dominação; 3) violência cultural, que ocorre na linguagem vista pelo fenômeno da legitimação (CONTI, 2016).

Em situações de violência doméstica e familiar contra as mulheres, vislumbra-se a ocorrência das três vertentes descritas, porquanto a violência é vista como um fenômeno, mas não isolado, pois é estrutural e cultural, na medida em que é ensinada e verticalizada. Para Galtung (1990), a violência se estrutura numa pirâmide na qual essas três violências residem em cada um de seus vértices. E, nesse sentido, esclarece:

> A violência pode começar em qualquer vértice do triângulo de violência direta-estrutural-cultural e ser facilmente transmitida para os outros vértices. Com a estrutura violenta institucionalizada e a cultura violenta internalizada, repetitiva, ritualística, como uma vingança. (GALTUNG, 1990, p. 302).

Ou seja, ela é transmitida pelos vértices, não importa por onde comece. A estrutura é repetitiva e ritualística, demonstrando, assim, a interação entre a violência e a dominação, principalmente quando se fala em violência contra as mulheres.

Rubin (1992) sugere que os estudos de opressão às mulheres devem considerar as especificidades históricas de cada sociedade e construir uma análise envolvendo a origem da família, da propriedade privada e do Estado, bem como suas interdependências com a sexualidade, economia e política. Para a autora, essas ponderações são importantes para a inteligibilidade das relações de gênero, pois há mudanças de sexualidade e relações de poder de acordo com a sociedade e sua dinâmica.

Na sociedade brasileira, a herança do patriarcado é um dado histórico que deve ser triangulado nos estudos pela perspectiva de gênero. Saffioti (2002, p. 332) coloca que "a violência contra as mulheres não faz parte intrínseca da organização social de gênero, mas de uma fase histórica específica dessa organização, ou seja, a ordem patriarcal de gênero". A autora atribui múltiplas causas à violência doméstica, como classe social e etnia, mas reitera que a ordem patriarcal de gênero exerce um peso muito grande no Brasil.

> Não está se afirmando que as classes sociais e as etnias em presença não tenham importância. Ao nascer, a pessoa já se encontra no seio de uma classe social, vestindo-se, alimentando-se, enfim vivendo segundo ela, o mesmo se passando com a etnia e o gênero. Talvez a grande diferença reside no fato de que se pode mudar com mais facilidade de classe social e de identidade étnica do que de gênero (SAFFIOTI, 2002, p. 332/333).

As mulheres e os homens oscilam da onipotência à impotência, porém Saffioti (2002) coloca que esses sentimentos são generalizados e são vividos com maior e menor intensidade em diferentes setores da vida. Já as mulheres os vivenciam em situações específicas. Elas se sentem onipotentes enquanto mães capazes de transformarem os filhos e filhas nas pessoas que idealizaram, e isso vale para os companheiros. As mulheres acreditam na sua onipotência e na transformação do companheiro agressor no homem idealizado. Isso justifica, algumas vezes, o fato delas suportarem os atos de violência, na esperança da transformação. A impotência na mulher é um sentimento específico de gênero. Ela pode desfrutar de muito poder em outros setores da vida, mas, face a face com os homens em geral, e especialmente com o seu, ela convive no dia a dia com a impotência (SAFFIOTI, 2002). Nos homens, a impotência transfigura em agressão, pois enfrentam mais dificuldades em controlar o equilíbrio

emocional quando se deparam com a impotência. Sem o controle do poder, a violência aflora (SAFFIOTI, 2002).

Saffioti (2002) argumenta sobre a importância da distinção entre violência doméstica e violência contra a mulher, tendo em vista que a abrangência do termo violência contra a mulher é muito maior do que a violência cometida no âmbito doméstico, posto que aquela pode ser cometida por parentes, conhecidos, mas também por desconhecidos, sem que haja qualquer relação com a vítima do ato. E por isso, para o presente capítulo, foi adotada a nomenclatura utilizada no texto da Lei Maria da Penha, qual seja, violência doméstica e familiar contra a mulher, tendo em vista que o recorte do estudo se deu exclusivamente nas situações sob a exegese da referida lei.

A pesquisa realizada pelo Mapa da Violência de 2015 aponta que a reincidência da violência doméstica acontece em quase 50% dos casos registrados, o que leva a pensar se as reais necessidades da mulher, do homem e da comunidade estão sendo supridas pelo Estado. Desta forma, resta uma dúvida: o Estado consegue ofertar uma resposta satisfatória aos danos causados às vítimas, que empodere as mulheres e responsabilize os homens? As situações que envolvem a violência doméstica contra as mulheres nas relações íntimas e de afeto são peculiares e as pesquisas apontam que, geralmente, as vítimas não querem "punir" o agressor ao tornar público o conflito doméstico, elas desejam acabar com a violência sofrida e, mesmo nos casos de separação conjugal, em sua maioria, não desejam a prisão. Como pode ser visto na pesquisa *Violências contra a mulher e as práticas institucionais*, efetuada pela Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça em 2015, 80% das mulheres não desejam a prisão do homem em casos de violência doméstica e familiar (BRASIL,

2015), mas que a coesão familiar permaneça (não necessariamente a permanência do relacionamento), ainda mais quando da existência de filhos (CNJ, 2017).

Diante desta análise, entende-se que as consequências e os impactos que a violência contra as mulheres possui na sociedade, não são adequadamente atendidos somente com a resposta punitiva e psico-socioassistencial – que atualmente são apresentadas pela Lei Maria da Penha. Isso porque elas não se mostram suficientes para enfrentar a complexidade do tema discutido, uma vez que os envolvidos nos casos de violência doméstica e familiar necessitam de especial atenção, pois a violência propagada dentro de casa perpetua a herança violenta nos demais relacionamentos afetivos.

A violência danifica as relações afetivas, atribuindo a representação dos papéis de vítima e ofensor repetidamente, com a subordinação da mulher à dominação do homem, aumentando a (re) vitimização de mulheres que sofrem a ofensa, ao serem tratadas como meros informantes do processo criminal, sem prerrogativas de participação e informação, pois, durante a instrução criminal, as mulheres por muitas vezes são revitimizadas, repetindo o padrão de sujeito passivo, sem voz, incapaz de obter respostas sobre os motivos que a colocaram naquela situação – diante de um sistema jurídico que, ao invés de conceder o poder, reproduz as desigualdades e violências simbólicas e indiretas (GRAF, 2019).

A JUSTIÇA RESTAURATIVA

É consenso na literatura internacional (BRAITHWAITE, 2002; ZEHR, 2008), que a justiça restaurativa ganhou espaço institucional

nos Estados Unidos, Canadá, Nova Zelândia, Austrália e África do Sul a partir das décadas de 1970 e 1980 , quando se iniciou uma trajetória judiciária e social com a utilização de técnicas tradicionais herdadas pelas comunidades aborígenes e indígenas, em conjunto com as iniciativas de movimentos sociais contemporâneos que reivindicavam direitos diversos (PINTO, 2005; ZEHR, 2012; CNJ, 2017). O nascimento da justiça restaurativa possui diversas linhas narrativas que convergem em princípios e finalidades, mas advindas de diferentes continentes com construções de técnicas baseadas em ensinamentos ancestrais ou não, a depender da ligação e construção histórica de cada país (GRAF, 2019).

Importante ressaltar que alguns autores internacionais atribuem à justiça restaurativa status de "movimento social propriamente dito" (DALY; IMMARIGEON, 1998, p. 14) e, no entendimento de Johnstone e Van Ness (2011, p. 5), a justiça restaurativa é "um movimento social global com enorme diversidade interna. Seu objetivo maior é transformar a forma como as sociedades contemporâneas lidam com o crime e suas formas conexas de comportamento problemático". Assim, tem-se que no processo restaurativo, os indivíduos que estão, direta ou indiretamente, ligados à situação conflituosa podem contribuir e participar da criação de diretrizes que amparam a construção de um senso comunitário e de pertencimento.

Johnstone e Van Ness (ACHUTTI, 2014,) apresentam três partes da justiça restaurativa que se complementam e se confundem com seus objetivos, sendo eles: os encontros, a reparação e a restauração. Os encontros, são realizados alheios às formalidades jurídicas e, sendo assim, permitem o diálogo democrático entre as partes, com o intermédio de um ou dois facilitadores. É nesse momento que vítima,

ofensor e comunidade podem expressar os sentimentos em relação ao delito o que possibilitará ao ofensor ter noção do dano causado por sua conduta, com intuito também de criar um ambiente propício à tomada de decisões mais justas e eficientes. A reparação do dano, no entendimento de Zehr (2012), deve ser o primeiro objetivo da justiça restaurativa, pois o crime é um ato lesivo das relações, além de que tal medida representa o reconhecimento da referida lesão, com assunção de responsabilidade em reparar - na medida do possível. Portanto, nas hipóteses em que o encontro não seja possível ou desejável pelas partes, a reparação ainda deve ser alçada prioritariamente ao apenamento normativamente previsto.

O terceiro ponto, a restauração, é sobre a transformação como objetivo central da justiça restaurativa, a mudança no modo de vida das partes a partir da alteração da forma pela qual cada um encara sua realidade, após enfrentar os conflitos e transformar a forma que deseja prosseguir daquele momento em diante. Assim, pondera-se que não existe impunidade do sistema restaurativo, pelo contrário, a assunção de responsabilidades pelos danos causados e a efetiva reparação de dano, traz a resposta de fato à vítima – sujeito de direitos que foi lesado – e não apenas ao Estado que vê no encarceramento, a única solução no enfrentamento da criminalidade.

O relatório final do estudo efetuado pelo Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente - ILANUD (BRASIL, 2006) explica que a justiça restaurativa aplicada no âmbito judicial é avaliada sob dois prismas: a) da finalidade institucional e b) da política criminal. A primeira finalidade pode ser vista pelo viés da eficiência, baseada em John Braithwaite, e o da humanização, com fundamento em Howard Zehr.

Neste sentido, a eficiência decorre da criação de meios menos onerosos comparados aos outros procedimentos, porquanto, de certa forma, incentiva o respeito à lei, que seria mais bem aceita pelo ofensor, já que garantem a sua participação e a humanização, no sentido de inclusão de valores humanos ao sistema judiciário. Desse modo, "essas e outras visões identificam-se por conferir à Justiça Restaurativa uma função institucional de aparar as arestas, ainda que sob perspectivas diversas, do aparato de persecução infracional e criminal" (ILANUD/BRASIL, 2006, p. 5).

Em relação à segunda finalidade, qual seja, a da política criminal, parte do pressuposto que a justiça restaurativa "representa uma ferramenta valiosa de intervenção social, voltada para uma transformação, de maneira mais ampla, do tratamento reservado ao fenômeno criminal" (ILANUD, BRASIL, 2006), e por isso, é examinada pela perspectiva da criminologia crítica e suas vertentes. Ou seja, a política criminal adotada pela ordem restaurativa deve se harmonizar com o sistema moderado ou radical e jamais com a política conservadora, uma vez que a última é vinculada à teoria repressiva do complexo penal, a qual diverge da recomendação restaurativa (PALLAMOLLA, 2017).

Deste modo, deve-se questionar a aplicabilidade da justiça restaurativa quando esta repete o desequilíbrio das relações, quando, em verdade, deveria extirpá-lo (ILANUD, 2006). Posto isso, é preciso questionar a validade da justiça restaurativa se esta for utilizada de forma que a desigualdade das partes prejudique uma menos favorecida, eternizando as situações de vulnerabilidade desregulada, desigualdade e desvantagens (ILANUD, 2006) – um receio racional

e legítimo quando aplicada em situações de violência doméstica e familiar contra mulheres.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Diante das análises efetuadas pelo ILANUD, o estudo apresenta duas grandes diretrizes para avaliar os programas de justiças restaurativa, bem como duas preocupações:

> Um programa de Justiça Restaurativa deve ter como meta institucional o aperfeiçoamento da administração da justiça, constatado pelo grau de satisfação das partes e de mudança na percepção dos operadores do direito, o que pode contribuir para a mudança na percepção da sociedade sobre a justiça; Um programa de Justiça Restaurativa deve ter como meta político-criminal a redução do controle penal formal. De modo a evitar que o eventual controle informal seja mais perverso que o próprio controle formal, observe-se que: Tal meta não justifica a violação das garantias penais e processuais se implicar a imposição de um mal maior que a medida prevista para o caso em questão; Tal meta não justifica a violação das garantias penais e processuais se implicar a perpetuação de desigualdades sociais. (ILANUD, 2006, p. 9).

Ou seja, há fundada preocupação de que a justiça restaurativa não seja mais perversa à vítima do que o próprio controle já posto, bem como, de que não seja utilizada como pretexto para a violação das garantias penais e processuais já conquistadas.

Desde 2003, as políticas públicas para o enfrentamento à violência contra as mulheres devem ser executadas na perspectiva intersetorial e em rede. Portanto, devem possibilitar a "[...] aperfeiçoamento da legislação, incentivo à constituição de redes de serviços, o apoio a projetos educativos e culturais de prevenção à violência e ampliação do acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública" (BRASIL, 2011).

Concretamente, a rede de atendimento à mulher em situação de violência deve ser composta por serviços que levem em conta a rota crítica vivenciada pela mulher que busca serviços de apoio e resolução da sua condição de vítima da violência. Estes serviços, conforme a instância de sua execução, devem se apresentar das seguintes formas: Centros de Referência de Atendimento à Mulher; Núcleos de Atendimento à Mulher; Casas-Abrigo; Casas de Acolhimento Provisório; Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs); Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher nas Delegacias Comuns Polícia Civil e Militar; Instituto Médico Legal; Defensorias da Mulher ; Juizados de Violência Doméstica e Familiar; Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; Ouvidorias; Ouvidoria da Mulher da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual e doméstica; Posto de Atendimento Humanizado nos Aeroportos; Núcleo da Mulher da Casa do Migrante (BRASIL, 2011). Porém, não basta implementar políticas e ações intersetoriais e em rede em nível local, estadual e nacional. É preciso monitorar as ações e verificar através de indicadores a eficiência dos serviços. Assim, o monitoramento é uma ferramenta de avaliação sistemática e de "[...] acompanhamento de todas as iniciativas desenvolvidas nas áreas de prevenção, combate à violência contra as mulheres; a assistência e garantia de direitos." (BRASIL, 2011.p. 27).

A justiça restaurativa, enquanto ferramenta que fomenta o empoderamento da mulher e oportuniza a responsabilização do ofensor, deve se articular às ações já propugnadas para enfrentamento da violência contra a mulher. Por isso, a justiça restaurativa não pode ter como finalidade ou objetivo uma "mediação" do conflito, ou

somente um "acordo" entre as partes (ZEHR, 2012). Tal premissa advém do desconhecimento sobre os princípios e filosofias restaurativas. A mediação genérica – que é a determinada pelo Código de Processo Civil e Lei de Mediação, por exemplo, não é adequada para lidar com os casos de violência doméstica e familiar, tendo em vista a complexidade do tema e a violência multifacetada, que envolve toda a família e a comunidade, bem como, pelo fato de tratar as pessoas como partes concorrentes, que disputam algo ou alguma coisa, supondo a contribuição de ambas para o surgimento daquele conflito, sendo em maior ou menor grau. Assim, esse tipo mediação não é adequado, porquanto atribuiria à mulher a responsabilidade, mesmo que mínima, pelo cometimento da agressão sofrida – fato este que seria um retrocesso.

Posto isso, não se propõe apresentar a justiça restaurativa como uma alternativa ao processo criminal, mas sim como um complemento, ou uma cooperação para o reequilíbrio das partes envolvidas no conflito, por meio de um diálogo orientado por um facilitador capacitado para ofertar um ambiente seguro para a fala e a escuta (ZEHR, 2012) e a partir daí, trabalhar as vertentes de empoderamento e responsabilização.

O processo restaurativo fomenta e incentiva a promoção e atitudes ativas e construtivas por parte do homem que cometeu um crime, diferentemente do modelo retributivo que se concentra na atribuição de culpa e de punição focada no passado. Essa é uma das principais diferenças entre as políticas, o enfoque no presente e no futuro atribuído às práticas restaurativas proporciona responsabilização pelos fatos passados, mas também uma mudança de comportamento para o futuro (ZEHR, 2008).

Enquanto o processo retributivo se baseia apenas na concorrência e na beligerância das partes, sendo eminentemente normatizado prolongando as diferenças de poder, o processo restaurativo apresenta o enfoque no empoderamento e na responsabilização, com obrigações de reparar o dano, na medida do possível por meio de um processo de reequilíbrio de poder entre as partes.

Na seara retributiva o autor do fato é visto como aquele que enfrenta o Estado porquanto descumpriu uma norma positivada e deve ter o que "merece" e pagar com anos de condenação pela infração cometida, excluindo a comunidade e a vítima do processo. Na visão restaurativa, além da inclusão da comunidade e da vítima, a infração é tratada por meio da análise do contexto e de várias combinações de fatores que contribuíram para a ocorrência do fato danoso. Muito mais do que ter infringindo uma lei, feriu uma relação (ZEHR, 2008).

Diante disso, justiça restaurativa aplicada em casos de violência doméstica e familiar pode proporcionar tratamento diferenciado e em conjunto aos conceitos de reconhecimento dos atos praticados e responsabilização pelos danos causados, bem como, com foco na reparação do dano. Isso porque a noção de responsabilização (que é subjetiva) ultrapassa o reconhecimento de que o ato de praticar violência contra a mulher apenas infringe a norma positivada, mas atinge toda a sociedade e impacta nas relações presentes e futuras. O procedimento restaurativo pode oportunizar além do reconhecimento do ato, a responsabilização por reparar os danos causados, ao propiciar a compreensão de que a conduta de perpetuação de violência atinge toda a família e a sociedade. Assim, o alcance de uma mudança cultural contra a violência baseada no gênero contra a mulher, com o exercício de condutas mais benéficas para a construção de

relacionamentos saudáveis, é possível, na medida em que se inserem as práticas como uma oferta alternativa para quem quiser participar.

Como a violência que não é transformada é transferida, se não há transformação da violência, principalmente a praticada contra mulher, não há interrupção do ciclo que a institui, que se alastra nos mais diversos níveis relacionais e institucionais (MASSA; GRAF, 2017). Assim esclarece Silva e Saliba (2008, p. 2886):

> A reivindicação de um modelo de justiça criminal menos autoritário, mais inclusivo, mais participativo, menos traumático, mais legítimo e eficaz, que a justiça restaurativa propugna, não pode, portanto, ser considerado como simples modismo ingênuo, romântico ou passageiro. As promessas não cumpridas, os ideais ainda não alcançados do Iluminismo permanecem ainda relevantes e oportunos, como irrefragável conquista civilizatória. O diferencial é que a complexidade do mundo moderno não mais se permite fundar em razões 'dogmáticas', puramente acadêmicas, de 'cima para baixo'. A ética do discurso (que se apropria de uma reflexão sobre a linguagem, a comunicação, para bem sinalizar a indispensável exigência de uma mínima aceitação de valores, princípios, como premissa fundamental nas relações sociais e de poder) reivindica uma racionalidade compartilhada, dialogada, participativa, como única forma viável de se promover o primado do bem comum, num mundo de valores em constante mutação. E a 'justiça restauradora' resgata, restaura o valioso poder simbólico, comunicacional, em perspectiva dialógica, das esperadas censuras (e por vezes inevitáveis sanções) aplicadas pelo sistema penal.

E para que esta transformação ocorra se faz necessário agrupar e permitir que outros órgãos e instituições externas ao Poder Judiciário trabalhem em conjunto com este para que se possa atender de forma mais adequada à diversidade de demandas das necessidades dos indivíduos para construir suportes com a oferta de recursos que garantam a mudança da realidade daquela determinada comunidade (MASSA; GRAF, 2017). Portanto, a justiça restaurativa terá mais sucesso nas regiões ou localidades em que há um bom provimento, suporte e oferta de recursos e de serviços e políticas públicas, voltados

ao atendimento socioassistencial de políticas positivas de inclusão e de pertencimento, convergindo para uma ação afirmativa de garantia e de exercício de direitos fundamentais previstos constitucionalmente, mormente na proteção de mulheres vítimas de violência doméstica com o fim do ciclo da violência.

Daly e Stubbs (2006) problematizam e apresentam uma reflexão aprofundada acerca da prática de justiça restaurativa em situações de violência doméstica e descrevem como o movimento feminista e a justiça restaurativa podem assumir interesses e posturas filosóficas e sociais convergentes, apresentando, para tanto, o mapeamento de áreas da teoria, pesquisa e política: 1) teorias da justiça; 2) o papel da retribuição na justiça criminal; 3) estudos de gênero (e outras relações sociais) nos processos de justiça restaurativa; 4) adequação da justiça restaurativa para parceiros íntimos, sexuais ou violência familiar; e 5) política de raça e gênero em fazer reivindicações de justiça. No entanto, as autoras apresentam diversas críticas e receios e ressaltam que a ideia ainda é recente e está em evolução. Mas, ao mesmo tempo em que apontam riscos e perigos, também apresentam benefícios com a prática, desde que analisada sob a perspectiva de gênero e de mudança social. As autoras sustentam que a maioria dos trabalhos tem sido pesquisada sob a perspectiva de violência entre parceiros íntimos, violência sexual e familiar, contudo, outras áreas também exigem discussão e investigação, a exemplo das práticas relacionadas ao gênero e seus desdobramentos, comparações entre experiências de vitimização e recuperação entre homens e mulheres e qual o papel da justiça restaurativa nesse processo, bem como análises comparativas entre os debates femininos acerca da justiça restaurativa em diferentes países.

As referidas autoras (2006) descrevem uma preocupação pertinente sobre a utilização da justiça restaurativa no âmbito da violência doméstica, sustentando ser necessária uma estrutura interseto-rial que reconheça a operação múltipla e indivisível de raça, classe e gênero. E caso isso não seja considerado, o objetivo da prática pode falhar na medida em que algumas práticas culturais sustentam as diferenças de poder entre grupos e acabam por privilegiar a cultura sobre gênero, por exemplo (RAZACK, 1998). Se não houver um reconhecimento de que raça, classe e gênero são interligados, haverá prejuízo para as mulheres, a exemplo da experiência da Austrália, em que as mulheres indígenas foram deixadas para escolher entre política e práticas que representam sua raça, mas ignoram seu gênero, ou o contrário, e, por isso, diversas aborígenes e organizações de mulheres no Canadá começaram a questionar se a utilização das iniciativas locais ou comunitárias para proteger sua integridade física realmente funcionava. Diante disso, no Canadá, elas se juntaram para que o sistema de justiça criminal externo fosse utilizado para conter e punir as violências físicas e sexuais.

O processo restaurativo é capaz de ser um sistema mais efetivo para lidar com as demandas da violência doméstica intrafamiliar – desde que seja proporcionada e garantida a segurança suficiente e necessária para todos – do que as atuais formas adotadas por movimentos protecionistas que, em grande maioria, defendem o afastamento das vítimas do âmbito doméstico e convívio familiar como a única solução para o combate à violência (PTACEK; FREDERCK, 2009).

As demandas são diferenciadas nessas situações e cada uma emerge de seu processo singular; para uns, pode ser a reconciliação (que não é o objetivo, mas pode, sim, ser uma consequência, se as

partes consentirem); para outros, a reparação do dano, a mudança de comportamento, a demonstração do arrependimento, o seguir em frente após a divisão de bens e divórcio e/ou o empoderamento. Há quem queira simplesmente falar sobre o que ocorreu como parte de seu processo interno de cura. Mas há também inúmeras possibilidades, tendo em vista que a cada qual é atribuído o poder de dizer como deseja que aquele dano sofrido seja reparado e quais serão os planos para o futuro, quais mudanças são necessárias. No trâmite da persecução penal tradicional, em casos de violência doméstica e familiar, adotada pelo Código de Processo Penal Brasileiro e Lei Maria da Penha, o magistrado fica subordinado às sanções previstas em lei, e cabe a ele, Estado-juiz, aplicar a lei ao caso concreto. A subsunção do fato à norma, no entanto, nem sempre é resposta que supre as necessidades dos envolvidos. Isso porque as demandas das mulheres em situação de violência doméstica, em sua maioria, estão mais inclinadas na busca de proteção e de cessar a violência, do que para a prisão do agressor (CNJ, 2017; BRASIL, 2015).

Desta feita, a premissa de que somente com a prisão do homem a mulher vítima terá suas necessidades de paz e justiça supridas não condiz com a realidade fática identificada no discurso das mulheres[1]

1. "Mulheres vítimas de violência doméstica que buscam o Sistema de Justiça se sentem frustradas e não ouvidas. E se o tempo voltasse atrás, não estariam dispostas a passar por todo o processo novamente. [...] A frustração no curso da denúncia e da instauração de processo nos casos de violência doméstica foi um dos pontos analisados no diagnóstico elaborado pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Foram entrevistadas 75 vítimas de violência, de sete cidades brasileiras [...] As narrativas das vítimas revelaram frustração em relação ao tempo de tramitação do processo, considerado muito longo. A maioria das mulheres entrevistadas também afirmou se sentir revitimizada durante o percurso do processo. Os dados revelaram que 39% das vítimas não pretendiam, ao denunciar o companheiro, que ele fosse preso. [...] Quando questionadas se voltariam a buscar o Sistema de Justiça criminal no caso de sofrerem novas agressões ou se recomendariam o processo a alguém, a maioria das vítimas afirmou que somente recomendariam o processo

e é tão infundada quanto crer na ressocialização e prevenção por meio do cárcere, pois, ao final do procedimento criminal, a mulher, por vezes, sente-se mais culpada do que vítima e mais constrangida do que acolhida pelo Poder Judiciário (CNJ, 2017). Ademais, "Não se pode segregar pessoas e, ao mesmo tempo, pretender a sua reintegração" (BARATTA, 1990, p. 3).

As situações de violência doméstica possuem uma peculiaridade que difere da maioria dos outros casos atendidos pela prática restaurativa em geral, como, por exemplo, de crime patrimonial ou contra a vida entre desconhecidos. A diferença está na relação entre os indivíduos, porquanto a mulher vítima de violência doméstica apresenta uma característica única, qual seja conhecer a história (ou alguma parte dela) da vida do homem que a agrediu. Essas situações que envolvem relações afetivas (seja porque ainda nutrem sentimentos, ou seja, porque um dia no passado isso ocorreu), devem ser analisadas contextualmente e nunca de forma isolada, haja vista que determinada história é compartilhada e, em alguns casos, construída conjuntamente por anos (OLIVEIRA, apud MONTENEGRO, 2017). Não se pretende aqui apresentar a premissa de que a justiça restaurativa no âmbito da violência doméstica não possui riscos – os riscos de revitimização, trauma, dano e sofrimento decorrem do próprio sistema jurídico brasileiro, na medida em que este é patriarcal e segregador. No entanto, o que se pretende apresentar, por meio dos estudos da literatura internacional e nacional sobre o tema, é a possibilidade de se diminuírem esses riscos quando se trabalhar com o foco no empoderamento da mulher e na responsabilização ativa do ofensor,

por não enxergarem outra forma de proceder. Não é por acreditar na possibilidade de resolução do conflito por meio do processo penal, mas por saber que não poderia fazer justiça pelas próprias mãos", diz Marília Montenegro. (CNJ, 2017).

respeitando a voluntariedade na participação dos indivíduos, como parte de uma estratégia de mudança social, cultural e jurídica no enfrentamento da violência contra as mulheres, por meio de agentes capacitados e qualificados para tal demanda.

As práticas restaurativas no âmbito da violência doméstica não importam, necessariamente, na substituição da pena ou na imediata aplicação de medidas despenalizadoras. Elas servem como um complemento à aplicação e efetividade do desiderato da lei para que se possam melhor compreender as reais necessidades dos envolvidos, com atribuição de responsabilização e de obrigações em reparar danos à vítima – mesmo que simbolicamente. Ademais, também não devem ser considerados simples espaços de escuta que não promovem mudanças, no intuito de perpetrar a omissão na criação de ações concretas sociais e culturais, devendo, pois, apresentar e fomentar a reforma da estrutura patriarcal, sexista e violenta, bem como, do sistema opressor.

Em suma, existe um impasse. De um lado, há o justificado receio e insegurança quanto à utilização da prática restaurativa no âmbito da violência doméstica e familiar, diante dos riscos face à revitimização e desequilíbrio de poder; e de outro, uma grande e evidente insatisfação e frustração das mulheres vítimas de violência doméstica no Brasil que não desejam a prisão do homem, não confiam no sistema penal e veem no Poder Judiciário, a última opção para buscar ajuda para romper com a violência perpetrada.

CONCLUSÕES

Utilizar os princípios da justiça restaurativa e correlacioná-los como ferramenta de enfrentamento à violência doméstica e familiar

contra a mulher representa um importante passo que demonstra a possibilidade do Estado cambiar com a sociedade civil em uma interação que cuide da segurança pública e de projetos voltados à justiça comunitária, que acarrete, desta maneira, uma política autossustentável dentro do próprio sistema. Como visto, o modelo restaurativo apresenta a criação conjunta de uma justiça participativa, que busca promover e garantir o respeito aos direitos humanos que transforma a sociedade, estimulando e qualificando o exercício da cidadania (OXHORN; SLAKMON, 2005).

Concebem-se como um Estado e uma sociedade civis desenvolvidos e fortes aqueles que são capazes de cooperar entre si, com o intuito de elaborar estratégias inclusivas para o fortalecimento e exercício da democracia, de acordo com o contexto em que vivem, para oferecer recursos mais eficientes e efetivos ao combate da criminalidade, da violência e da exclusão social (OXHORN; SLAKMON, 2005). A construção social a que cada sujeito está submetido, considerando sua criação, formação cidadã e as adversidades que muitos encontram nas relações familiares e sociais, reflete na forma como os sujeitos exteriorizam seus sentimentos, que pode ser violenta, tanto fisicamente e moralmente como psicologicamente.

Não se pode negar que o Poder Judiciário e o Estado são responsáveis por proporcionar uma resposta enérgica acerca do cometimento de um crime, porém, apenas a atuação retributiva não pode ser considerada a única capaz de conferir um resultado satisfatório, principalmente em conflitos multifacetados como os relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher. Sobretudo em nossa sociedade em que o Estado historicamente legitimou isso, via Poder Judiciário, ambos atravessados pela ordem patriarcal de gênero. A

reflexão proposta não tem o intuito de substituir ou concorrer com a prestação jurisdicional tradicional, já que a resposta restaurativa e a retributiva pode acontecer concomitantemente. Muito menos foi concebida para afrouxar qualquer possibilidade de punição do ofensor, causando assim, a impressão de impunidade.

No entanto, a reflexão apresentada decorre justamente da execução de uma metodologia integrativa para o enfrentamento da violência doméstica, sustentada na assunção de responsabilidades e de obrigações dos envolvidos como resposta para as desavenças, por meio do diálogo e do empoderamento da mulher e responsabilização do homem, no intuito de romper com o ciclo de violência e consequentemente, evitar a reincidência e, de alguma forma, romper com esse ciclo. Assim, como a justiça restaurativa trabalha as duas partes, além do empoderamento das mulheres, busca também atuar com os homens agressores que, por vezes, são também vítimas de uma sociedade socialmente e culturalmente construída em uma estrutura de relações hierárquicas fundamentas sobre gênero que promovem masculinidades tóxicas. Ao oportunizar às partes a criação de um espaço de diálogo seguro, deve-se confiar aos próprios protagonistas da história a capacidade de resolver o conflito e pactuar acerca da responsabilização e reparação do dano, mesmo que de forma simbólica, cuidando sempre, com a garantia da segurança da mulher e o respeito à sua vontade na participação de tais práticas.

Posto isso, diante da discussão teórica apresentada tem-se que o sistema restaurativo, aplicado em forma de programas coordenados com a rede de proteção priorizando a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, pode ser potencialmente benéfico para transformação social e cultural acerca da violência contra a mulher, sendo demo-

crática e acessível, oportunizando a modificação das condições que ensejaram a prática violenta.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, D. Abolicionismo Penal e Justiça Restaurativa: do idealismo ao realismo político-criminal. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 15, p.33-69, 2014.

BRAITHWAITE, J. **Restorative Justice and Responsive Regulation.** New York: Oxford University Press, 2002.

BRASIL. **Lei n° 11.340 de 7 de Agosto de 2006**. Lei Maria da Penha: cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006.

BRASIL. **Mapa da Violência de 2015**. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acessado em: 24.05.2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Pesquisa revela frustração de mulheres vítimas de violência com a Justiça**. 2017. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85601pesquisa-revela-frustracao-de-mulheres-vitimas-de-violencia-que-buscam-solucao-na-justica. Acesso em: 03 mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório Analítico Propositivo - Justiça Pesquisa. **Entre práticas retributivas e restaurativas:** a Lei Maria da Penha e os avanços e desafio do Poder Judiciário. Presidente Ministra Cármen **Lúcia Antunes Rocha, 2018. Disponível em:** http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/04/69f98306e01d7a679720c82bf016b8ea.pdf. Acesso em: 5 fev. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório Analítico Propositivo - Justiça Pesquisa**. Pilotando a Justiça Restaurativa**: o papel do Poder Judiciário. Presidente Ministra Cármen **Lúcia Antunes Rocha, 2018a. Disponível em:** http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2018/04/7697d7ac45798202245f16ac41ddee76.pdf. Acesso em: 5 fev. 2019.

CONTI, T. Os Conceitos de Violência Direta, Estrutural e Cultural. 2016. Acesso: http://thomasvconti.com.br/2016/os-conceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/. Acesso em: 1º set. 2017.

DALY, K.; STUBBS, J. **Feminist Engagement with Restorative Justice. Theoretical Criminology**, v. 10, n. 1, p. 9-28, 2006.

GALTUNG, J. **Cultural violence. Journal of Peace Research, Manoa,** v.27, n.3, p.291-305, ago.1990. Tradução: Thomas Conti. Disponível em: http//thomasconti.blog.br/2016/osconceitos-de-violencia-direta-estrutural-e-cultural/. Acesso em: 22 jan. 2018.

GRAF, M. P. **Circulando relacionamentos: a justiça restaurativa como instrumento de empoderamento da mulher e responsabilização do homem no enfrentamento da violência doméstica e familiar.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas), Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2019.

ILANUD. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente. **Sistematização e Avaliação de Experiências em Justiça Restaurativa**, 2006.

JOHNSTONE, G.; VAN NESS, D. W. The meaning of restorative justice. In: JOHNSTONE, Gerry; VAN NESS, Daniel W. (Org.). **Handbook of Restorative Justice**. Nova Iorque: Routledge, 2011.

MASSA, A. e GRAF, P. **Prática restaurativa e alteridade: a prática restaurativa como parte do processo de formação do agente penitenciário.** In: SOCIOLOGY OF LAW – Perspectivas das relações entre Direito e Sociedade em um sistema Social Global, 2017.

MONTENEGRO, M. **Lei Maria da Penha: uma análise criminológica-crítica**. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

OXHORN, P. e SLAKMON, C. **Micro-justiça, Desigualdade e Cidadania Democrática. A Construção da Sociedade Civil através da Justiça Restaurativa no Brasil**. In: BASTOS, Márcio Thomaz; LOPES, Carlos; RENAULT, Sérgio Rabello Tamm (orgs.). Justiça Restaurativa: coletânea de artigos. Brasília: MJ E PNUD, 2005.

PALLAMOLLA, R. da. **A construção da Justiça Restaurativa no Brasil e o protagonismo do Poder Judiciário: permanências e inovações no campo da administração de conflitos**. 2017. 286f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

PINTO, R. S. G. **Justiça Restaurativa é possível no Brasil?** In: BASTOS, Márcio Thomaz; LOPES, Carlos; RENAULT, Sérgio Rabello Tamm (orgs.). Justiça Restaurativa: coletânea de artigos. Brasília: MJ E PNUD, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL**. Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional. Acesso em: 5 fev. 2019.

PTACEK, J.; FREDERICK, L. **Restorative Justice and Intimate Partner Violence. Harrisburg,** PA: VAWnet, 2009. Disponível em: http://www.crimaryland.org/wpcontent/uploads/2015/01/AR_RestorativeJustice-Domestic-Violence.pdf. Acesso em: 12 mar. 2018.

RAZACK, S. **Looking white people in the eye: gender, race, and culture in courtrooms and classrooms.** Toronto: University of Toronto Press, 1998

ROCHA, P. M. **A mulher jornalista no estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. São Carlos: UFSCar, 2004. 241 p.Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

RUBIN, G. **A circulação de mulheres**. Trad. Edith Piza para o curso sobre Relações de Gênero ministrado por Heleieth Saffioti na PUC-SP,1992.

RUBIN, G. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. In: Cadernos Pagu, nº. 21, 2003. pp. 01-88.

SAFFIOTI, H.I.B **Rearticulando gênero e classe social.** In COSTA, A & BRUSCHINI, C. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

SAFFIOTI, H.I.B. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. In BRUSCHINI, C; UNBEHAUM, S.G. Gênero, democracia e sociedade brasileira. Rio de Janeiro, Fundação Carlos Chagas, 2002.

SCOTT, J. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. *In* Revista Educação e Realidade. Uma publicação semestral da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 16, n.2. Jul/Dez 1990.

SILVA, E. G. da; SALIBA, Marcelo Gonçalves. **Justiça restaurativa, sistema penal, direito e democracia – intercessões ético-discursivas**. In: XVII Encontro Nacional do CONPEDI, 2008, Anais Eletrônico... Brasília, 2008. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/brasilia/04_890.pdf

ZEHR, H. **Justiça restaurativa.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2012.

ZEHR, H. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça.** Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

CAPÍTULO 15

OS CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO EM PAZ VIRTUAIS COMO PRÁTICA DE CUIDADO E APOIO NA PANDEMIA

Glaucia Mayara Niedermeyer Orth

Paloma Machado Graf

INTRODUÇÃO

Ser cientista social é aceitar que se é o tempo todo. Ao escolher viver este propósito tão profundamente, não há como se dissociar dos filtros que nos forjam. Charles Wright Mills destaca que o conhecimento "é uma escolha tanto de um modo de vida quanto de uma carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma-se a si próprio à medida em que trabalha para o aperfeiçoamento de seu ofício; para realizar suas próprias potencialidades [...]" (MILLS, 2009, p. 22). Portanto, ao pesquisar na área das ciências sociais, nos valemos das nossas experiências pessoais para construir e formatar o trabalho intelectual, posto que, uma coisa está nevralgicamente interligada à outra. A vida implica na obra, assim como a obra implica

na vida do trabalhador intelectual. Neste sentido, pode o pesquisador trazer sensações ao leitor, experiências que são absorvidas por meio da profundidade da escrita que atingem além do intelecto e impactam nos sentimentos e nas emoções (MILLS, 2009).

O artesão, assim como o pesquisador acadêmico, não dissocia o trabalho do lazer ou da cultura. Ele é livre - de fato - mas vive o seu propósito. Como o seu tema de pesquisa, de empenho, de criação está em tudo, ele nem precisa procurar. Tudo o que precisa para criar, advém das suas experiências catalogadas e arquivadas. Para Mills (2009), a pesquisa é um trabalho artesanal, porquanto todas as experiências experimentadas pelo pesquisador são parte da construção da sua obra. A busca por palavras, termos, leituras e experiências, faz com que a obra seja forjada e construída, a partir da transformação do conhecimento adquirido (MILLS, 2009).

Neste caso, apresentamo-nos como mulheres cientistas sociais. Ou seja, pesquisadoras, artesãs – livres para desenvolver nossas habilidades e capacidades, inexistindo "ruptura entre o trabalho e a diversão, ou trabalho e cultura" (MILLS, 2009, p. 59) na construção das nossas obras. A nossa trajetória acadêmica, profissional e pessoal, a partir do ano de 2014, nos trouxe até aqui: vivendo e pesquisando sobre justiça restaurativa todas as horas do nosso dia. A justiça restaurativa, tal qual uma visão de mundo, transformou nossa realidade e nossos filtros a ponto de não mais nos dissociarmos dessa vivência. Praticamos e pesquisamos sobre justiça restaurativa como propósito, articulado com todos os acontecimentos de nossas vidas.

Desta maneira, não seria diferente ao observarmos e interpretarmos a situação calamitosa que o ano de 2020 provocou em todo

o mundo em decorrência da pandemia causada pela COVID-19. O consequente isolamento e distanciamento social necessário imposto pela moléstia contagiosa, demandou adaptações necessárias para que se pudesse atender e cuidar das pessoas, desafiando a prática da justiça restaurativa que majoritariamente é aplicada no Brasil, que são os processos circulares, mormente os Círculos de Construção de Paz[1].

O que compreendemos como processo circular na contemporaneidade é aquele praticado por povos das primeiras nações há milênios. Diferentes povos aplicam diferentes tipos de círculos. No entanto, muitos possuem princípios e valores enraizados na cultura do diálogo, cuidado e conexão que, através dos tempos, foram ensinados para pessoas não nativas, como forma alternativa de lidar com os conflitos e reparar os danos. O que apresentamos neste estudo como "processo circular" é o que faz parte da vida comunitária dos povos ancestrais em todo o mundo. Os não nativos que aplicam os círculos, aprenderam direta, ou indiretamente, os valores e as práticas circulares com esses povos de primeiras nações, sendo este um processo extremamente adaptável às necessidades dos sujeitos, podendo ser aplicado em diferentes situações e culturas (LIVING JUSTICE PRESS, 2020).

No Brasil, a técnica mais utilizada é a do Círculo de Construção de Paz ensinada por Kay Pranis, a qual aprendeu os conhecimentos dos processos circulares com os povos das primeiras nações do Canadá, sendo esta reconhecida como parte de um movimento chamado de Justiça Restaurativa[2].

1. De acordo com o estudo realizado pelo "Mapeamento do Programas de Justiça Restaurativa" no Brasil, pelo CNJ (2019), a prática de justiça restaurativa utilizada em 93% dos programas dos Tribunais, são os Círculos de Construção de Paz de Kay Pranis.

2. Com base na Resolução n. 225/2016 do Conselho Nacional de Justiça, a justiça restaurativa

Um dos pressupostos dos círculos de construção de paz é a conexão. Essa conexão é criada e desenvolvida durante o círculo na interação entre facilitadores e participantes e os participantes entre si. Isso permite que os sujeitos criem um espaço único, de segurança e liderança compartilhada, para que possam falar sobre diversos assuntos – inclusive aqueles entendidos como mais delicados e difíceis.

Porém, com o advento da pandemia pelo COVID-19, os encontros presenciais entre os participantes dos círculos de construção de paz, realizados pelo Poder Judiciário e demais instituições públicas e privadas, foram suspensos para evitar o contágio e garantir a saúde de todos os participantes. Devido a suspensão das atividades presenciais, surgiram questionamentos importantes: seria possível realizar círculos de construção de paz virtuais? Como seria possível obter conexão com os participantes de forma não presencial? Como criar e manter um espaço seguro à expressão autêntica na virtualidade?

Neste sentido, o presente artigo tem por finalidade apresentar a possibilidade da realização de círculos de construção de paz para situações conflitivas e não conflitivas, tendo como base a entrevista de Kay Pranis para o CEJUSC de Ponta Grossa – PR, realizado pela juíza coordenadora, Dra. Laryssa Angélica Copack Muniz, e traduzida por Fátima De Bastiani, além do material disponibilizado por Kay Pranis no *site* da organização *Living Justice Press* de divulgação gratuita, intitulado *Online Support Circles in Response to Social Distancing*.

é entendida como "[...] um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado [...]", com a inclusão de vítimas, ofensores e seus apoiadores, coordenada por facilitadores capacitados, tendo como foco a atenção das necessidades dos envolvidos, a responsabilização e o empoderamento da comunidade (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2016, art. 1º).

O artigo foi dividido em duas partes, sendo a primeira a transcrição da entrevista de Kay Pranis e a correlação desta com os demais documentos e referenciais teóricos sobre o tema e a segunda traz sugestões e orientações para a criação de roteiros de círculos de construção e dicas de como proceder como guardião dentro do espaço virtual.

"NO VIRTUAL, É POSSÍVEL A CONEXÃO REAL ENTRE NÓS?"

Os círculos de construção de paz são encontros que permitem o diálogo estruturado, a conexão e a geração de empatia entre os participantes, por meio de um processo que atende as demandas de cada participante, ao mesmo tempo em que cuida do coletivo (PRANIS, 2010). No círculo, à cada pessoa é oportunizada a fala de sua própria verdade, pois acolhe as emoções difíceis e complexas, interligando passado, presente e futuro. Ou seja, o círculo está intimamente enraizado no entendimento de que existe uma profunda interconexão entre o universo e a natureza e que o facilitador se utiliza de alguns elementos essenciais para criar um espaço onde todos os participantes possam falam da sua verdade com respeito e autenticidade, a fim de encontrar uma resolução que busque atender suas necessidades, com a inclusão da perspectiva do outro nesse processo (PRANIS, 2010).

Considerando o contexto da pandemia face à COVID - 19, Pranis (2020) ilustra a realização dos círculos de construção de paz virtuais ante a demanda de cuidado em tempos de pandemia:

> Nas últimas duas décadas, no movimento de justiça restaurativa, temos cultivado relacionamentos como a base de uma comunidade saudável e como uma parte crítica de qualquer resposta à ruptura de comunidade saudável. Esse trabalho relacional foi feito principalmente na presença física face a face, uns com os outros. A pandemia de COVID-19 limitou

> severamente nossa capacidade de estarmos fisicamente presentes uns com os outros. Consequentemente, muitas pessoas estão procurando maneiras de continuar o trabalho relacional por outros meios - além de estar no mesmo espaço físico. A Internet está provando ser um valioso recurso para apoiar o trabalho relacional neste momento. Plataformas online, como *Zoom*, *GoToMeeting* e *Skype* podem ser usadas para conduzir círculos virtuais onde os participantes podem estar conectados por áudio e vídeo.

Na entrevista realizada, Laryssa perguntou à Pranis sobre a sua opinião quanto à humanidade, se a pandemia trouxe um novo olhar para o cuidado e como a justiça restaurativa pode ajudar nesse caminho, sendo que respondeu:

> Eu acho que a pandemia aprofundou a nossa consciência de como as relações humanas são importantes para a saúde humana. Estamos mais intensamente conscientes de que precisamos estar juntos, precisamos tocar um ao outro, não é só uma necessidade física que nós sentimos. E cuidado é sobre relacionamentos positivos. Então eu acho que isso está se aprofundando em um nível individual, essa conscientização de que precisamos uns dos outros. E agora eu vou falar sobre aquilo que está muito óbvio no nível sistêmico nos EUA. A pandemia arrancou o véu que escondia muita dor e desigualdade na nossa cultura, que as pessoas não estavam conscientes. Por isso, a muita gente da classe média, que é uma classe que vive com segurança, a pandemia abriu uma janela para enxergar as pessoas que não estão sendo cuidadas. E, pessoalmente, estou impactada pela ideia da incerteza, não existe maneira de prevermos nada daqui pra frente. E percebemos que tem muita gente cujas vidas vêm sendo pautadas pela incerteza o tempo inteiro. Então aumentou meu senso de privilégio que tenho e o quanto tenho de responsabilidade em relação aos outros. Assim, então onde a JR se encaixa? Eu acredito que o movimento de JR faz parte de uma mudança muito maior que o sistema global. Então esses movimentos são movimentos que nos levam em direção à nossa boa convivência e a nos preocuparmos uns com os outros. Um exemplo disso é o crescimento da *mindfulness*, atenção plena, na última década. Então isso acho que vem da mesma necessidade que temos de cuidar uns dos outros e de nós mesmos, num nível muito mais profundo do que se faz. Então eu acho que nessa constelação de movimentos diferentes que procuram o mesmo objetivo o movimento da JR tem as mais práticas ferramentas para nós fazermos esse movimento de convivermos bem juntos. Os conceitos de atenção plena são muito abstratos e a prática requer muita autodisciplina e eu nunca dominei isso na verdade. Mas

> o círculo é a minha prática de atenção plena. Para mim, é mais fácil acessar a sabedoria da atenção plena quando estou em círculo do que quando eu busco a meditação. E outra coisa da JR é que ela nos dá as ferramentas para lidarmos quando as coisas dão errado. Esses outros movimentos, que eu associo a essa ideia de cuidado, nos dão uma visão de onde queremos ir e algumas ferramentas para onde queremos chegar. Mas a JR nos dá as ferramentas para quando as coisas não derem certo, e as coisas não dão certo nos relacionamentos humanos. Então como reparar o dano e curar segurando, fincando o cuidado no centro que é o que a JR nos dá. O movimento da JR tem um jeito incrivelmente prático de tentar viver as ideias desse movimento de cuidado. (tradução de Fátima De Bastiani e das autoras)

Kay Pranis salvaguarda que o cuidado é razão fundamental do movimento restaurativo, portanto é necessário adentrar em novos caminhos para que se possa atender a demanda de cuidado e apoio decorrentes do contexto pandêmico que o mundo está transitando. Ao ser questionada sobre sua opinião acerca dos círculos virtuais, Kay Pranis aponta: "O círculo virtual é melhor que nada? Sim. Muito melhor que nada. O que a gente não esperava, é que ele fosse tão melhor do que a gente pensou que poderia ser."

Kay Pranis pondera que os círculos virtuais não são o ideal. Porém, diante das atuais circunstâncias, realizar círculos *online* a fim de criar diferentes formas de conexão entre as pessoas que se encontram isoladas, para trabalhar no sentido de cuidar e prestar apoio, é melhor do que nada fazer.

Em relação ao questionamento sobre a possibilidade da geração de conexão entre os participantes, sem a presença física, Kay Pranis responde:

> Antes do COVID eu tinha dúvidas sobre a capacidade do círculo virtual atingir esse nível de conexão. Mas por conta da pandemia, começamos a fazer círculos virtuais para dar apoio (acolher) às pessoas que estavam em trauma por conta da pandemia. E o que eu descobri é que podemos fazer uma conexão profunda mesmo com as limitações da internet. Eu tive

> uma experiência ontem. Estava trabalhando com uma amiga em Nova York, estamos fazendo uma capacitação uma vez por semana durante 12 semanas, de duas horas cada semana. Ontem foi nossa semana de número 9, e tinha uma mulher no grupo que algumas semanas atrás disse que aquilo não era a praia dela, não estava interessada nos sentimentos, estava preocupada com quanto tempo levamos para o *check in* cada vez que nos encontramos, ela questionava se realmente aquilo estava valendo o tempo dela. Ela é uma pessoa muito lógica, interessada nos fatos. Ela trabalha em escolas, tentando descobrir o que ela pode fazer. Nós ouvimos ela e outras pessoas disseram que às vezes se sentiam da mesma forma e honramos esses sentimentos que ela trouxe. Ela relaxou no espaço conosco e ontem ela identificou que ela tem traumas infantis e que ela vai participar dos círculos voltados para cura de trauma na mesma associação. A mãe dela era assistente social e desde que ela era pequena, dizia para ela ter cuidado com os tios e com outros adultos se aproximando sobre abuso sexual. E a mãe achava que assim havia protegido seus filhos do abuso sexual, mas a mãe não tinha falado sobre os primos. E elas nunca falaram sobre isso que aconteceu, agora ela participará de programas para buscar a cura. E esse é o mesmo resultado que vemos nos círculos presenciais o tempo todo. Alguém chega muito cético e não sabe se realmente quer fazer aquilo, de repente elas são profundamente impactadas. Então, eu não acho que seja a mesma coisa. Eu sinto falta da presença física. Eu tenho que trabalhar duro como facilitadora para permanecer presente. Nos círculos presenciais eu não preciso me preocupar com isso, eu simplesmente incorporo aquela presença total. Mas nos círculos virtuais eu tenho que trabalhar muito mais e prestar atenção a mim mesma para que eu esteja totalmente presente. Mas eu descobri que se eu consigo essa presença total, essa conexão energética vai acontecer também. As restrições que nós sentimos com o círculo virtual e a medida que a gente faz, a gente percebe o fato de que a energia pode andar e se movimenta, não só naquele espaço limitado. Isso não é novidade, mas nós não tínhamos experimentado isso tão diretamente. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

Em outras palavras, Pranis esclarece que os mesmos comportamentos que ocorrem nos encontros presenciais ocorrem no virtual, ao dizer de participantes que inicialmente posicionam-se de modo muito cético, inseguros quanto a participar do encontro e, então, são impactados pelo círculo e conectam aquele momento com vivências e histórias pessoais. Distante da presença física, os encontros virtuais exigem maior esforço e comprometimento de participantes e faci-

litadores para estarem plenamente inseridos naquele momento do círculo, atentos ao que está sendo compartilhado e ao que as pessoas estão afetivamente manifestando.

Neste sentido, o site *The Circle Way* produziu alguns materiais para auxiliar facilitadores a trabalharem com os círculos virtuais. No documento *Tips for Participating in Online Zoom Circles* (2020), constam algumas sugestões e dicas para a criação de um espaço virtual que possa ser capaz de atender as necessidades dos facilitadores e participantes:

> 1. Chegue cedo. Para nós, são cinco a quinze minutos. É uma etapa de preparação pessoal. Limpando o espaço, guardando papéis, movendo materiais para outro local. Às vezes acendendo uma vela. Tire um tempo extra para chegar ao seu batimento cardíaco físico antes do círculo começar.
>
> 2. Crie seu próprio espaço circular. Pense em criar seu próprio centro (por exemplo, acenda uma vela, ou tenha uma planta ou flor em seu computador, ou talvez um objeto significativo que você pode usar como um ponto focal). Você pode querer ter um item que possa usar como um bastão da fala (uma rocha, pedra ou pequeno objeto de mão).
>
> 3. Evite distrações. Fique atento se na tela do seu computador aparecer: Uma notificação de entrada de e-mail, uma postagem no Facebook de uma de suas pessoas favorita, uma manchete de notícia, um texto recebido. É lindo que possamos ter tantas informações em nossos dispositivos. Mas essas notificações maravilhosas também podem distrair muito. Quando possível, feche os programas e as notificações e coloque o telefone no modo silencioso.
>
> 4. Feche todos os aplicativos desnecessários. Ajuda a minimizar distrações, além de permitir poder de processamento a ser usado para maximizar a qualidade de sua sessão no *Zoom*.
>
> 5. Tenha o que você precisa para se cuidar. Não vamos fazer uma pausa formal durante o círculo *online*, então tenha o que você precisa para se sentir confortável (por exemplo, chá ou café, água, óculos de leitura, caderno e caneta, fones de ouvido, etc).
>
> 6. Ao falar, dê às pessoas dicas verbais sobre o que pode estar faltando nas dicas visuais. Por exemplo, dizendo algo como "Eu passo o bastão da fala" ou "o bastão da fala volta para o centro" no final da fala sinalizando que você terminou. (tradução nossa)

Diferente do encontro presencial, no virtual os participantes e facilitadores estão à mercê de maior número de estímulos que podem tirar sua atenção plena do encontro. Adotar estratégias para minimizar ou eliminar as distrações permite que o encontro possa fluir de forma muito semelhante ao que se tem presencialmente: com concentração, atenção plena e escuta ativa.

Acerca da possibilidade de criação de um espaço seguro, mesmo sendo virtualmente Kay Pranis, pontua que:

> Você nunca pode garantir que pode ser um lugar seguro para todo mundo. O facilitador deve maximizar a segurança, mas nunca prometer segurança. E nesse sentido, eu não acho que os círculos virtuais sejam diferentes dos físicos. Então, no círculo virtual é muito importante que o facilitador verifique com os participantes como ele estão se sentindo. E é muito importante não reagir, ou se colocar na defensiva se alguém disser que não está funcionando para ele. Você passa tempo suficiente para criar esse ambiente antes de aprofundar em alguma coisa. Temos que voltar e perguntar de tempos em tempos: Vocês estão se sentindo bem nesse círculo, tem alguma coisa que não está funcionando bem para vocês? E tanto quanto possível, devemos prestar atenção na expressão facial, na linguagem corporal, que não enxergamos muito, mas mais na expressão facial das pessoas para perceber como elas estão. E sempre como facilitador, quando você expõe a sua vulnerabilidade, essa é a primeira porta que vai se abrir para que os outros se sintam à vontade para dizerem a você como elas estão se sentindo. Uma coisa que você não pode fazer é seguir alguém que saiu da sala para ver o que aconteceu. Mas o que você pode fazer, por exemplo, se estiverem falando sobre alguma coisa emocionalmente difícil para todos, é perguntar para as pessoas que recursos elas têm para acessar se alguma coisa for acionada nelas. E assim, quando a gente planeja isso antes, as pessoas podem se preparar para identificar quais são os recursos que elas têm se alguma coisa fizer com que elas se sintam mal. E outra coisa que se pode pedir também, é que elas tenham um pequeno centro na sua casa, que elas montem esse centro e coloquem os seus valores, o nome de uma pessoa, mentor e um objeto que ajude a centrá-las, se sintam seguras. Criando o centro, pode instruir aos participantes quando eles se sentirem acionados por algum sentimento ruim, tristes ou perturbados, que eles podem respirar fundo e olhar o centro. Eu acho importante nos círculos virtuais, de se conectarem ao seu corpo, porque é muito fácil ter essa desconexão quando é virtual. Usar essa consciência corporal na abertura e se sentir

> uma tensão, você pode fazer uma rodada para perguntar como está seu corpo, em que parte do seu corpo você sente essa tensão. E quando você pede que as pessoas se conectem com seu corpo isso as ajuda a se centrarem quando algo difícil surgir. Então eu vejo essas como pequenas modificações para quando fazemos círculos virtuais e com a presença física (tradução Fátima de Bastiani e as autoras).

No e-book *Virtual Grief Circles - A hosting Guide From The Circle Way,* os autores elencam dicas de como realizar um círculo sobre o luto virtualmente. Descrevem sobre quais são as possíveis formas de utilização do centro como ferramenta de conexão entre os participantes, incluindo a possibilidade de que eles mesmos (os participantes) criem seus próprios centros durante o círculo (2020, p. 5-6):

> Centro de Criação
>
> Algumas ideias para criar um centro tangível para seu círculo virtual de luto:
>
> ● Você pode montar uma colagem de fotos para compartilhar na tela.
>
> ● Considere ter uma vela, flores ou um objeto significativo que reflita sua intenção que você pode mostrar e reconhecer como seu centro.
>
> ● Compartilhe a imagem de um círculo de cadeiras e um centro como parte de seu ponto de partida, convidando as pessoas a imaginarem, conectando umas às outras e ao centro.
>
> ● Peça às pessoas que tenham um objeto para mostrar na câmera de vídeo durante seu *check-in* como uma forma de "colocá-lo no centro", levando-o consigo durante todo o tempo do círculo virtual.
>
> ● Você pode fazer *login* em sua videoconferência com um segundo dispositivo e definir essa imagem como sua imagem central. (tradução nossa)

Ademais, Isabel Oliveira Lima, Ludmila Lima e Ana Lima (2020), responsáveis pelo Instituto Moinho de Paz, trazem a questão da imagética. Ou seja, a possibilidade de ser criar, por meio de imagens mentais, a conexão entre os participantes ao imaginar a passagem do objeto da palavra, ou do centro e os objetos nele inseridos:

> Quando estamos no ambiente virtual todos/todas são convidados a fazer uma ciranda completamente diferente. Não nos damos as mãos.

> Não nos tocamos. Sequer tocamos no objeto da palavra para passar o momento especial do bastão que organiza a fala.
>
> Diante da singularidade do círculo virtual, identificamos uma extraordinária oportunidade: a de convidarmos para a relação com a imaginação, com a criatividade, com as emoções, com a imagética. Estamos diante do novo que nos convoca para o abstrato, para "a pedra do seu anel que brilha mais do que o sol". (LIMA; LIMA; LIMA, 2020)

A imagética de um objeto da palavra se constitui em estratégia de conexão e atenção plena. Ao convidar os participantes para imaginar um objeto e seus contornos, os facilitadores dão direcionamentos para a atenção e concentração, além de permitir a atribuição de significado para uma imagem que circula a fala, criando elos de conexão entre os participantes.

Uma dúvida bastante recorrente entre facilitadores e demais responsáveis e interessados pela justiça restaurativa no Brasil está relacionada à realização de círculos virtuais para situações conflitivas. Kay Pranis elucida a questão:

> As pessoas estão fazendo tudo que é tipo de círculo *online*. Eu não fiz de conflitos porque ainda não apareceu no meu trabalho. Mas estou fazendo uma capacitação *online*. No momento estamos treinando para círculos virtuais e estou dando a orientação de que a melhor maneira de aprender a fazer círculo é praticar junto com alguém com experiência. Então quando nós pudermos voltar a fazer círculos com a presença física, eu digo a eles que tem que fazer com a presença de alguém que já facilitou círculo presencial. Eu acredito que a forma presencial é como uma muleta para os seres humanos, ela nos ajuda a estarmos juntos de uma maneira diferente, mas o objetivo é estarmos juntos de um jeito diferente, o objetivo não é ter a muleta. Então para aqueles que já participaram comigo, eu uso a imagem de uma árvore, as raízes são os valores e os ensinamentos indígenas que seriam os 7 pressupostos principais. Eles podem ser aplicados em qualquer contexto, não precisa nem sentar em círculo para aplicar os valores e os pressupostos. Para mim, isso carrega a verdade profunda daquilo que estamos tentando fazer. A forma física do círculo me ajuda a estar mais assim, mas o objetivo é estar dentro dos valores e dos pressupostos, das raízes. Para mim, o círculo tem muito mais a ver com como eu estou me posicionando em relação às outras pessoas que estão comigo. E para mim, isso precisa

> estar enraizado profundamente no cuidado e na boa convivência. E isso pode ser traduzido para o círculo virtual. É mais difícil, mas é possível. O formato do círculo nos ajuda a nos manter alinhados com esses valores e princípios, mas não é a única forma. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

Os 7 pressupostos mencionados por Kay Pranis estão presentes no "Guia de Práticas Circulares: no coração da esperança" (PRANIS; BOYES-WATSON, 2011) e são os seguintes:

> 1 - O verdadeiro eu em todos é bom, sábio e poderoso.
>
> 2 - O mundo está profundamente interconectado.
>
> 3 - Todos os seres humanos têm um desejo profundo de ter um bom relacionamento.
>
> 4 - Todos os seres humanos têm presentes e todos são necessários para o que trazem.
>
> 5 - Tudo que precisamos para fazer uma mudança positiva já está aqui.
>
> 6 - Seres humanos são holísticos.
>
> 7 - Precisamos de práticas para construir hábitos de vida a partir do eu central.

Os pressupostos supracitados, segundo Pranis e Boyes-Watson (2011), são as ideias que as autoras acreditam como sendo verdades sobre os seres humanos e seu estar no mundo. Tais verdades, segundo elas, representam as lentes pelas quais se interpreta o mundo, as pessoas e as situações, do que se depreende que necessitam de reflexão e reconhecimento pelos facilitadores, uma vez que "o que nós acreditamos ser verdade formata o que vemos" (PRANIS; BOYES-WATSON, 2011, p. 23). A apresentação sobre os 7 pressupostos é um convite ao leitor para reconhecer aquilo que acredita e de que forma significa o que lhe rodeia, pois, esta mesma lente é utilizada para a "leitura" das pessoas e situações que chegam para o atendimento dos facilitadores de círculos de construção de paz. As autoras esclarecem que os 7 pressupostos apresentados no livro não foram

inventados por elas, pois fazem parte das tradições culturais e da sabedoria acumulada no mundo.

Estar conectado a estes pressupostos auxilia na criação e geração de um espaço em que as verdades dos participantes sejam respeitadas, em que os facilitadores estejam preparados e conectados com o seu melhor para prover e facilitar diálogo entre pessoas, mesmo em situações mais difíceis, como por exemplo, em círculos conflitivos.

E sobre as raízes da justiça restaurativa e a necessidade da presença constante dos 7 pressupostos incorporados à prática do facilitador, Kay Pranis esclarece:

> Para mim, isso sempre foi a natureza desse trabalho, de que não é a forma. A forma é importante para nós, mas nós temos que ter em mente o que está apoiando o que estamos fazendo, os 7 pressupostos e os valores. Não confundir a forma com os valores e princípios. É muito importante voltarmos de novo, e mais uma vez, para discutir valores e pressupostos, a repetição é necessária. Porque nós estamos profundamente afundados nas nossas culturas que vão de encontro, na direção oposta ao que esses valores e pressupostos pregam. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

Ao ser questionada sobre o treinamento que Kay Pranis tem efetuado nos Estados Unidos da América (EUA) de forma online, e a possibilidade de capacitações híbridas (entre presencial e online) ela exemplifica que:

> Novos facilitadores devem ser treinados de forma igual aos cursos físicos. Você faz o treinamento, conquista um pouco de experiência, vai cofacilitar, ganhar experiência, facilitar círculos não conflitivos (diálogo e apoio) e depois mais treinamento e aí você cofacilita com alguém mais experiente. É o mesmo processo de treinamento que promovemos no presencial. Você não pula do treinamento presencial para ir direto fazer círculos de conflito e você não deveria fazer isso no meio virtual. [...] Se conseguir fazer isso (treinamento *online* e presencial), é uma maneira mais fortalecida do que só fazer online. [...] Mas a outra coisa que estou fazendo no treinamento *online* é que estabelecemos que haverá um encontro mensal sobre o que estão fazendo e o que está acontecendo

> e então eles vão poder fazer perguntas, tirar dúvidas e falar sobre as dificuldades que encontrarem à medida que vão aplicando. Nesse caso, poder fazer isso virtualmente é uma vantagem, porque eu viajo para treinamentos e não consigo manter esse vínculo a cada mês, mas pela internet eu posso estar disponível para eles. [...] Eu acredito, que nos Estados Unidos tem sido um ganho. Temos visto pessoas que estão vindo para os círculos, que nunca participaram de um círculo presencial. Muito por conta da desorientação e da loucura da pandemia. Em muitos lugares de trabalho usam os círculos para dar apoio aos trabalhadores *online*. Esses lugares nunca teriam a disponibilidade de tempo para fazer círculo presencial com os funcionários e na pandemia está acontecendo. Estamos vendo uma expansão da consciência do poder do uso do círculo na pandemia. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

Embora o distanciamento social tenha interrompido a realização presencial dos círculos de construção de paz, o que inicialmente pode ter sido entendido como um prejuízo ao atendimento prestado à população, a virtualidade dos círculos tem alcançado públicos que dificilmente teriam acesso aos encontros presencialmente. Com isso é possível destacar a ampliação das redes de cuidado que um cenário adverso, como a pandemia, trouxe para a humanidade.

Diante da instabilidade da conexão de internet no Brasil e, também, da possibilidade de algum participante simplesmente desligar o aparelho de celular ou computador no qual estava conectado para participar do círculo, é comum o questionamento sobre como agir para garantir a segurança e o bem-estar dos participantes, especialmente quando se trata de assuntos difíceis e situações de conflito. Sobre isso, Kay Pranis observa que:

> Definitivamente tem pessoas fazendo isso nos EUA, uma amiga minha que trabalha no departamento de Minnesota com recursos humanos, ela continua fazendo círculos de conflito virtuais no local de trabalho. [...] Então, se alguém sair da sala no círculo presencial, você processa isso com os outros participantes e tenta encontrar a pessoa que saiu para descobrir o que aconteceu. Provavelmente seja importante, na construção das diretrizes, perguntar o que aciona os gatilhos deles e o que eles normalmente fazem quando são acionadas. Às vezes os grupos

> podem ter diretrizes como: se eu sair eu concordo em explicar o porquê eu estou saindo. É importante permitir as pessoas saírem se assim elas quiserem pelo próprio bem estar delas e cuidar de si. Se alguém perceber que está se sentindo tão chateado que não poderá cumprir com as diretrizes, eles podem se sentir livres para decidir sair, escolher sair para não falhar com o grupo. E depois você tenta de novo em outra oportunidade. E talvez consiga fazer uma preparação melhor e dar suporte/apoio para alguém em específico. Você tenta manter contato com a pessoa que saiu para que ela saiba que você se importa. E pode ser que ela não atenda suas ligações, mas aí é uma escolha que a pessoa tem. E o resto do grupo pode decidir o que seja o melhor a fazer, se vale a pena continuar sem a pessoa que saiu ou não. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

A fala de Kay Pranis remete à construção de diretrizes como um dos elementos-chave dos círculos. As diretrizes ou orientações são os compromissos que os participantes estabelecem sobre como irão se comportar durante o encontro do círculo. "O propósito das orientações é estabelecer expectativas de conduta bem claras com base naquilo que os participantes necessitam a fim de se sentirem num espaço seguro para falar de modo sincero e autêntico [...]" (PRANIS, 2010, p. 50). As diretrizes não são impostas às pessoas, e sim construídas coletivamente e levam os participantes a expressar: do que você precisa para se sentir bem e seguro neste espaço? Presencial ou virtualmente, o objetivo das diretrizes/orientações é auxiliar os participantes a refletir sobre "[...] qual será a qualidade de sua presença diante dos outros, para que possam agir mais intencionalmente do que fariam se não houvesse essa discussão prévia [...]" (PRANIS, 2010, p. 51).

Questionada sobre o número de participantes no círculo virtual e nas formações de facilitadores, Kay Pranis argumenta que:

> Para treinamento, umas 12 a 15 no máximo. 25 pessoas é demais, demora muito e a gente não consegue ficar na frente de uma tela por muito tempo. As pessoas estão fazendo círculos não conflitivos com

> o *zoom*, para pequenas salas, coisas que você pode fazer com círculo maiores, mas na minha opinião devem ser menores. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

Enquanto nas formações presenciais de facilitadores são incluídos até 25 participantes, no formato virtual, Kay sugere um número menor, entre 12 e 15 pessoas, o que leva a reduzir o número de participantes nos círculos virtuais também. Isso porque os encontros virtuais demonstram ser mais exaustivos, conforme ela complementa, referindo-se aos limites:

> Eu não sei dizer, porque não consigo diferenciar o meu limite pessoal dos limites virtuais. Exceto que eu acho que é muito claro, a gente pode sentar em círculo presencial por 8 horas, mas as pessoas não conseguem fazer isso virtualmente. Tentar fazer isso *online* por tanto tempo, não tem como se atingir a profundidade que se atinge no presencial. Mas em termos de aplicação ainda não consigo ver limites. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

Sobre os aprendizados que esse período de distanciamento social tem proporcionado para a prática dos círculos, fruto de criatividade e adaptação, e questionada sobre a continuidade dos círculos virtuais, após a pandemia, ou seja, quando voltarmos "ao normal", Kay respondeu:

Vão continuar. Tem situações em que as pessoas não estão na mesma cidade e elas precisam estar juntas. Tem um projeto chamado em Nova York, "águas ocultas", que trabalha com pessoas onde houve abuso no sistema familiar, cujos participantes se localizam em pontos diferentes, e ele tem feito círculos virtuais há 2 anos, bem antes da pandemia. Eles começaram e aí descobriram que havia algumas vantagens para o círculo *online*. Estar na sua casa e seguro em sua casa para falar de algo tão difícil era mais proveitoso para algumas pessoas, ajuda a se abrirem. E então eles acharam importante

oferecer as duas opções, se encontrarem pessoalmente e virtualmente. (tradução Fátima De Bastiani e as autoras)

A finalização da entrevista com Kay Pranis permite refletir sobre o espaço seguro de cada participante para falar de assuntos difíceis. Participar virtualmente, estando em um lugar onde se sente seguro e confortável pode trazer maior bem estar aos participantes. E isso leva ao questionamento: Seria importante e pertinente, quando voltarmos ao atendimento presencial, perguntar onde as pessoas desejam estar para se sentirem mais confortáveis para participar dos círculos?

O "novo normal" abre um leque de possibilidades para que os círculos sejam cada vez mais utilizados em diversos ambientes, potencializando suas práticas e rompendo com antigos paradigmas, oportunizando a criação de diversos e novos espaços de conexão entre as pessoas.

SUGESTÕES E ORIENTAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DE CÍRCULOS VIRTUAIS

Diante da entrevista de Kay Pranis e dos referenciais teóricos pertinentes à realização de círculos virtuais, neste tópico são apresentadas sugestões sobre como criar espaços de diálogos *online,* além de orientações básicas necessárias para se trabalhar neste formato.

Decidir realizar círculos virtuais demanda certa disposição, que é diferente daquela dos círculos presenciais. Faz-se necessário preparar um processo de aterramento, isto é, identificar em quais espaços está disposto a circular e identificar qual o seu nível de experiência com processos de facilitação. Para tanto, encontre o espaço de coerência

em seu coração, para que possa se conectar com seu eu verdadeiro e encontrar soluções criativas e abertas para poder orientar e compartilhar durante o círculo (CIRCLES SPACE SERVICES, 2020).

Identificar o tempo de duração do círculo é significativo, porquanto o espaço virtual demanda mais energia do que o presencial. Assim, estabelecer um tempo adequado em que se possa compartilhar histórias e cuidar das necessidades físicas e mentais dos participantes é interessante. Ademais, a quantidade de pessoas participantes faz notável diferença, sendo o número de 8, (incluindo os 2 facilitadores) uma quantidade razoável para poder manter a qualidade do diálogo e de interações. Entretanto, se o número de participantes for maior do que o sugerido, é possível organizar um roteiro com poucas perguntas, a fim de realizar o círculo dentro do tempo sugerido. Sugere-se que este número não supere 15 participantes, incluindo os dois facilitadores. A experiência virtual reproduz o presencial quanto ao número de participantes: quanto menor o grupo, maior a facilidade de estabelecer conexão e segurança para a expressão autêntica.

É importante que os facilitadores estejam *online*, pelo menos 15 minutos antes de iniciar as atividades para preparar a sala, verificar sua conexão com a internet, arrumar o local onde realizará o círculo e auxiliar as pessoas que estejam com dificuldades com a tecnologia. Também é possível colocar uma música para ajudar a criar um espaço harmonioso e acolhedor para as pessoas que estão chegando. Conforme os participantes entram na sala, convide-os a fecharem os demais programas em seu computador, *notebook* ou celular, para que seus dispositivos tenham uma melhor performance com a internet, o que também auxilia a reduzir as distrações (VIRTUAL GRIEF CIRCLES, 2020).

Alguns elementos do círculo de construção de paz são essenciais para que o diálogo se desenvolva de forma respeitosa e assentada nos princípios e valores norteadores do círculo. Assim, é importante a realização das cerimônias de abertura e fechamento, o *check-in* e *check- out*, o compartilhamento de valores, a criação de diretrizes e atividade principal, com perguntas ou outras dinâmicas reflexivas.

Para a utilização do centro e do objeto da palavra, pode-se utilizar da imagética. Ou seja, não há necessidade de construir fisicamente o centro ou apresentar o objeto visualmente. Essa construção pode ser guiada pelos facilitadores por meio de verbalizações de criações mentais, como por exemplo, falar que o objeto da palavra escolhido é um balde (sem necessariamente apresentar um balde). Pode, por exemplo, descrever verbalmente a imagem de um balde colorido que irá guardar todos os compartilhamentos e manter seguro nossos valores durante o círculo. O mesmo serve para o centro. Oriente os participantes, por exemplo, a imaginarem um tapete redondo, bordado com retalhos, sendo que em cima há alguns livros, objetos representativos acerca da temática do círculo e outras coisas que contribuam para a criação de conexão, apoio e segurança.

Caso queiram, também é possível montar um centro e apresentá-lo aos participantes filmando-o e colocando dentro desse conjunto de imagens compartilhado pelo aplicativo escolhido. Há também a possibilidade de indicar aos participantes, que criem seus próprios centros e incluam seus objetos com significados e valores, que os auxiliem a ser estar mais conectados com os fundamentos do círculo. Ademais, é possível utilizar aplicativos como o *Canva – Design gráfico para todos*, *Padlet, Miro - Free collaborative whiteboard*, para criar centros

virtuais em sincronia com o círculo, ou seja, montar em conjunto com os participantes compartilhando a sua tela.

As cerimônias de abertura podem partir desde uma música, um vídeo, uma respiração ou centramento, até a leitura de poesias, atividades mais dinâmicas como a construção de uma história em conjunto ou outras que demandam mais interação dos participantes. No entanto, é sempre importante identificar previamente quem serão os participantes e quais são as suas necessidades e limitações, para que não se sintam constrangidos ou excluídos de suas necessidades.

Neste sentido, Kay Pranis (2020, p. 2) esclarece:

> Círculos de suporte *online* começam com uma recepção que transmite uma sensação de hospitalidade e honra dos presentes. As boas-vindas também incluem o esclarecimento de como funciona o processo do Círculo e a ordem de fala. Para invocar o senso de sacralidade do Círculo, é muito importante fazer uma Cerimônia de Abertura. Isso é ainda mais importante em círculos *online*. A abertura pode ser uma leitura inspiradora, respiração profunda, meditação, alongamento ou movimento, ouvir música ou outra possível forma criativa. Esta abertura deve criar uma sensação de pausa, de respiração profunda e de desaceleração para baixo do corpo e da mente. (tradução nossa)

O *check-in* é um momento crucial para o regular desenvolvimento do círculo. Neste momento é possível identificar as inseguranças e angústias dos participantes e criar estratégias para seu atendimento.

Os valores são importantes para manter a conexão entre os participantes e entre estes com seu eu bom, verdadeiro, reconhecendo-se nesse processo. O compartilhamento de valores permite criar uma profunda atmosfera de respeito, por isso é importante que os facilitadores concentrem especial atenção para os valores que são compartilhados pelos participantes (PRANIS, 2020).

A criação de diretrizes é etapa essencial do círculo. No virtual, ele é ainda mais importante. Isso porque esses acordos oportunizam que os membros do círculo possam exercer um "livre e profundo compartilhar, respeitarem os diversos pontos de vista, e compartilharem a responsabilidade sobre o bem-estar e direção do grupo" (THE CIRCLE WAY, 2020). As diretrizes podem ser: manter a confidencialidade das histórias compartilhadas, deixar seus microfones no silencioso enquanto outra pessoa estiver compartilhando, deixar as câmeras ligadas, ouvir uns aos outros com compaixão e curiosidade, pedir o que necessita e oferecer o que pode e respeitar a ordem de fala. Além disso, é importante conversar sobre as necessidades físicas do corpo para o bem-estar no círculo, como desligar a câmera se necessitar ir ao banheiro ou buscar água, por exemplo. Durante a construção das diretrizes, é também a oportunidade de criar acordos referente aos comportamentos e ações a serem tomadas quando algo acontecer, que cause algum tipo de desconforto.

Retomando a entrevista de Kay Pranis, quando aborda sobre as diretrizes, importante estabelecer acordos sobre como agir caso alguém venha a ter problemas de conexão com a internet ou decida abandonar o círculo. Levando isso em consideração, é possível criar, neste momento, diretrizes que contribuam com o cuidado e segurança dos participantes, como por exemplo, perguntar aos participantes quais são os seus gatilhos e quais são as estratégias que executam quando são acionados. Também há possibilidade de elencar como diretriz que se o participante deixar o círculo, por qualquer motivo que seja, concorda em explicar o motivo, assim que possível. Kay Pranis defende que é importante permitir às pessoas que saiam do círculo, se assim desejarem, para cuidar de si e do seu próprio bem-

-estar. Outro ponto elencado por Kay é a possibilidade de informar, antes do círculo, que se alguém perceber que está se desconectando do grupo e que não poderá cumprir com as diretrizes, são livres para decidir sair, para não falhar com o grupo e as diretrizes construídas, sendo possível, tentar um novo círculo, em outra oportunidade.

Após a construção das diretrizes que irão permear o encontro de círculo virtual, os participantes são convidados a compartilhar histórias e sentimentos durante a atividade principal. Tanto em círculos de relacionamento quanto em círculos de conflito, a sequência de perguntas é a mesma: 1) perguntas empáticas; 2) perguntas de transição; 3) perguntas de assunção de responsabilidade. As perguntas empáticas são direcionadas à contação de histórias, importante estratégia para conectar-se com o outro e, em geral, elas iniciam com: "compartilhe uma situação… compartilhe um momento em que… conte a sua história sobre…". As perguntas de transição abordam sobre os sentimentos dos participantes com determinada situação/tema que é o assunto do encontro, tais como: "como você se sente com a situação que nos reuniu aqui hoje? como você se sentiu ao ouvir os demais participantes compartilhando suas histórias? como você se sente hoje ao falar sobre esse momento/acontecimento?". Por fim, as perguntas de assunção de responsabilidade convidam os participantes a identificar o que estão dispostos a fazer ou podem contribuir para mudanças positivas no relacionamento com o outro ou consigo mesmo.

É importante utilizar uma ou mais perguntas positivas depois de dar aos participantes a oportunidade de falar sobre algumas questões m negativas, como por exemplo, seus medos, preocupações ou dor. É muito significativo finalizar com um senso de possibilidades

positivas e esperança, ainda que estejam vivenciando situações muito difíceis, pois todos desejam um forte senso de conexão e apoio mútuo (PRANIS, 2020).

Antes do encerramento de um círculo, é interessante reservar alguns minutos para que cada pessoa compartilhe sobre o que aprendeu, como se sentiu ou o que permaneceu vivo dentro de si. Esse *check-out* fornece uma finalização ao encontro e uma oportunidade para que os participantes reflitam sobre os sentimentos que emergiram, os desconfortos e *insights*.

Ao final, realizar uma cerimônia de encerramento permite que o ciclo se feche, que aquele espaço delimitado se encerre, preparando as pessoas para voltarem às suas atividades e cotidiano, celebrando a construção e compartilhamento de histórias. Da mesma forma que se dá no encontro presencial, é importante considerar que os participantes possam estar um pouco cansados por todo o tempo em que estiveram juntos no círculo, de modo que as cerimônias de encerramento sejam breves, como a leitura de um poema, frase ou música, por exemplo, que traga mensagens positivas ao retorno dos participantes ao seus cotidianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou a utilização dos círculos de construção de paz *online* durante a pandemia do COVID-19, como forma de atender as pessoas em situações de conflitos ou como apoio ao distanciamento social, para fomentar o fortalecimento de vínculos e o cuidado. A calamidade que nos atingiu desafiou os praticantes de justiça restaurativa a criar hábitos e formas diferentes para

atender as necessidades das pessoas, com responsabilidade e preocupação. O desenvolvimento do trabalho foi inspirado na entrevista de Kay Pranis em evento virtual destinado a tratar sobre as formas de criar conexões entre os sujeitos por meio dos círculos *online*, organizado pelo CEJUSC Ponta Grossa-PR. Diante disso, a primeira parte se concentrou na transcrição e discussão da entrevista da Kay, correlacionando com a teoria, e a segunda, parte trouxe sugestões e orientações para a realização dos círculos virtuais, com base nas experiências das pesquisadoras, bem como, nos manuais encontrados sobre a temática.

Após detalhar as adaptações dos elementos essenciais ao círculo virtual – as quais devem ser tratadas com atenção e cautela para tentar promover a segurança e o bem estar de todos os participantes – é possível afirmar que estes círculos são plenamente realizáveis no contexto da pandemia, sendo imprescindível o investimento de tempo e energia de todos na construção de diretrizes, ou seja, nos acordos sobre o modo de estar em círculo. Necessário lembrar que o controle sobre o processo circular é compartilhado entre todos os participantes, não sendo atribuição exclusiva dos facilitadores, uma vez que se privilegia a voluntariedade e o desejo de cada um de estar naquele espaço - presencial ou virtual. Inclusive, mesmo após o retorno das atividades presenciais é possível considerar a manutenção e existência dos círculos virtuais ou sua forma híbrida, com alguns participantes presenciais e outros em formato virtual, atendendo ao cuidado com cada participante e reconhecendo qual é o espaço seguro de cada um.

Por fim, destaca-se que os ajustes e modificações realizadas para o atendimento da demanda de cuidado e atenção decorrente da pan-

demia, não podem estar dissociados dos 7 pressupostos sistematizados por Kay Pranis e Carolyn Boyes-Watson para que a prática seja coerente e responsável, porquanto estar conectados com esses pressupostos contribui para a geração de um espaço em que as verdades dos participantes sejam respeitadas, em que os facilitadores estejam preparados e conectados com o seu melhor para proporcionar um espaço de diálogo respeitoso entre pessoas, mesmo em situações mais difíceis, como por exemplo, em círculos conflitivos.

REFERÊNCIAS

CIRCLES SPACE SERVICES. **Holding Hearts in Virtual Restorative Peacemaking Circles**. Disponível em: https://www.circle-space.org/2020/04/12/holding-hearts-in-virtual-restorative-peacemaking-circles/. Acesso em 21 ago. 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução n° 225**. Dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, 31 de maio de 2016. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/atos_normativos/resolucao/resolucao_225_31052016_02062016161414.pdf. Acesso em 20 ago. 2020.

LIMA, Ana Karina Menezes; LIMA, Isabel Maria Sampaio de Oliveira; LIMA, Ludmilla Khatarina Rocha de. **Dimensão Pedagógica da Justiça Restaurativa e os Círculos Virtuais de Construção de Paz**. São Paulo: edição do autor, 2020. e-book: il. color. ISBN: 978-65-991110-0-6.

LIVING JUSTICE PRESS. **The Indigenous Origins of Circles and How Non-Natives Learned About Them**. Disponível em: http://www.livingjusticepress.org/index.asp?Type=B_BASIC&SEC={0F6FA816-E094-4B96-8F39-9922F67306E5} Acesso em 12 ago 2020.

MILLS, Charles W. **Sobre o Artesanato Intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PRANIS, Kay; BOYES-WATSON, Carolyn. **No coração de esperança:** guia de práticas circulares. 2011. Disponível em: http://tdhbrasil.org/biblioteca/32-biblioteca-old/418-guia-de-praticas-circulares-no-coracao-da-esperanca. Acesso em 21 ago. 2020.

PRANIS, Kay. **Online Support Circles in Response to Social Distancing**. 2020. Living Justice Press. Disponível em: http://www.livingjusticepress.org/vertical/sites/%7B4A259EDB-E3E8-47CD-8728-0553C080A1B0%7D/uploads/Circles_Social_Distancing_4-6-20.pdf. Acesso em 21 ago. 2020.

PRANIS, Kay. **Cejusc Apresenta**: Live internacional com Kay Pranis. 06 ago 2020. Disponível em:https://www.youtube.com/watch?v=DwLU0yK5ux0&t=3854s. Acesso em 21 de ago. 2020.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. Teoria e Prática. Série da reflexão a prática. Tradução: Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2010.

THE CIRCLE WAY. Hosting Guide for Virtual Grief Circles from The Circle Way. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/55597e72e4b0f7284bff49e0/t/5eb1cff8b1ec0012b312c816/1588711417069/The+Circle+Way+Hosting+Guide+for+Virtual+Grief+Circles.pdf. Acesso em 21 ag 2020.

THE CIRCLE WAY. **Tips for Participating in Online Zoom Circles**. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/55597e72e4b0f7284bff49e0/t/5e56f39602e7ea3ed1ab2620/1582756758505/Tips+for+participating+in+Zoom+circles.pdf Acesso em 21 ago. 2020.

"Sobre os Autores"

Adriana Maria Meneghetti

Professora Adjunta no Magistério Superior (UTFPR - Santa Helena), e no Programa de Mestrado Profissional em Química (UTFPR- Medianeira). Licenciada em Química. Pós-Doutorado, Doutorado e Mestrado em Engenharia Agrícola (UNIOESTE- Cascavel). Membro do Grupo de Pesquisa Metabólitos Secundários. Tem projeto aprovado pelo CNPq, Meninas nas Ciências Exatas, Engenharia e Computação. E-mail: adrianam@utfpr.edu.br

Aline Bueno Marochi

Pós-graduanda no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Atua como residente na Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva. E-mail: alinebmarochi@gmail.com

Antonio Carlos Frasson

Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Ponta Grossa. Está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (PPGECT) no Campus Ponta Grossa. É líder do grupo de pesquisa Educação a Distância: formação docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia. E-mail: ancafra@gmail.com

Awdry Feisser Miquelin

Doutor em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC. Mestre em Educação - UFSM. Graduado em Licenciatura em Física pela- UEPG. Atualmente é Professor Título da UTFPR - Câmpus Ponta Grossa e atua no PPGECT - Mestrado e Doutorado. Tem experiência na Educação Básica e Superior: na Formação Docente; em Didática, Metodologias, Tecnologias de Informação e Comunicação e Prática de Ensino em: Arte, Ciência e Tecnologia. E-mail: awdry@utfpr.edu.br

Caroline Lievore

Pesquisadora Pós-Doc na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia pela UTFPR, Mestra em Engenharia de Produção pela UTFPR. Vinculada à linha de pesquisa Educação Tecnológica Ensino nas Engenharias e Tecnologias e ao grupo de pesquisa Organizações e Sociedade. E-mail: carolievore1@gmail.com

Damaris Beraldi Godoy Leite

Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Mestra em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Bacharel em Nutrição (UNIFIL). Licenciada em Ciências Biológicas (Claretiano). Membro do Grupo de Pesquisa Formação Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia. Professora do Ensino Superior na Área da Saúde. E-mail: damgodoy@hotmail.com

Daniele Faria Milek

Pós-graduanda no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pós-Graduada em Gerontologia (UEPG). E-mail: danifmilek@gmail.com

Débora Amaral Taveira Mello

Graduada em Tecnologia em Design de Móveis e em Bacharelado em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Especialista em História da Arte pela Universidade do Sul de Santa Catarina, Mestre em Tecnologia pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). E-mail: datmello@gmail.com

Elaine Cristina Troyner Munhoz

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (PPGECT/UTPR). Licenciada em Letra Português Inglês. Especialista em Educação Especial e Letras, linguística e texto pela UEPG. Professora da Educação Básica e atua no Ensino Bilíngue. Membro do Grupo de Pesquisa - EaD: Formação de Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia. E-mail: ectmunhoz@gmail.com

Elaine Ferreira Machado

Doutora em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR - Câmpus Ponta Grossa), Mestra em Ensino de Ciências (UTFPR - Curitiba). Licenciada em Biologia (FIES) e Pedagogia (UFPR). Professora da educação básica e da graduação de Ciências Biológicas. E-mail: ela-bio03@gmail.com

Eliane Maria Morriesen

Mestra em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Graduada em Pedagogia (UNIVILLE). Membro do Grupo de Pesquisa EaD: Formação de Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia. E-mail: eliane.m.morriesen@gmail.com

Eliane Pinheiro

Doutora e mestra em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Graduada em Moda pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente, é professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá. Atua principalmente nos seguintes temas: resíduos sólidos têxteis, indústria de vestuário, economia circular e cluster. E-mail: epinheiro@uem.br

Fabiana Andrea Barbosa Kastelijns

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC/PR. Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná. Licenciada em Letras (UEPG). Licenciada em Pedagogia

(UNISECAL). Vinculada ao Projeto de pesquisa (UEPG/DEPED) intitulado Didática geral, Didáticas Específicas, Estágio em Docência e o planejamento de ensino: uma articulação necessária para a formação do Pedagogo.E-mail: fabianakastelijns@gmail.com

Giovana Blitzkow Scucato Dos Santos

Graduada em Bacharelado em Design pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Designer gráfica atuante nas áreas de animação, branding, diagramação e arte-finalização. Estudos em torno do uso da linguagem visual na divulgação científica. Foco na história da animação. E-mail: blitzkow.gb@gmail.com

Glaucia Mayara Niedermeyer Orth

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre pelo mesmo programa. Psicóloga do CEJUSC/PG. É facilitadora e instrutora do curso de Justiça Restaurativa pelo TJPR. E-mail: glauciamno88@gmail.com.

Jaqueline Rosa dos Santos Refati

Técnica em Análise Química pelo CEFET-BA (atual IFBA), e qualificação técnica em Processos Químicos (SENAI-BA). Atua como Técnica em Química na UTFPR – Santa Helena, membro do Grupo de Pesquisa Metabólitos Secundários. Estudante do curso de Tecnologia em Processos Químicos (UTFPR – Toledo). E-mail: jaquel_rosa@hotmail.com

Jéssica Cristiane Martins

Mestranda no Programa de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), graduada em Pedagogia. Atua na Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa de Educação em Espaço Escolar e Não Escolar (GEPEDUC/UEPG/CNPq) E-mail: jessimartins02@gmail.com

Jéssica da Silva Gaudêncio

Doutoranda em História das Ciências e Educação Científica (UC) em acordo de cotutela com o Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia (UTFPR). Licenciada em Química (UEPG) e mestre em Ensino de Ciências (USP). É investigadora da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e do grupo de pesquisa História das Ciências (UC). E-mail: jessigaudencio@hotmail.com

Josie Agatha Parrilha Da Silva

Professora Departamento de Artes (UEPG). Docente dos Programas stricto sensu de Pós-Graduação: Ensino em Ciências e a Educação Matemática (PPGECEM/UEPG) e Educação para a Ciência e a Matemática (PCM/UEM). Doutora em Educação para Ciência e a Matemática pelo Educação para a Ciência e a Matemática - PCM - UEM (2009-2013). Líder do grupo de pesquisa Interação entre Arte, Ciência e Educação: diálogos e interfaces nas Artes Visuais (CNPq). E-mail: josieaps@hotmail.com

Joyce Kobener Franco

Pós-graduanda no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa, graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atua como residente na Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva. E-mail: joyce.kf97@gmail.com

Juliane Retko Urban

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTPFR). Bolsista CAPES. Mestra em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Graduanda em Pedagogia (UEPG). Tecnóloga em Alimentos (CEFET-PG). Membro do Grupo de Pesquisa EaD: Formação de Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia. E-mail: juretko.urban@gmail.com

Jussara Ayres Bourguignon

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR junto ao Curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. E-mail: E-mail: juaybo@gmail.com

Larissa Aparecida Wachholz

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Limpas (Unicesumar). Graduada em Moda pela Universidade Estadual de Maringá. Pesquisadora na linha de pesquisa Ecoeficiência urbana, com foco em educação ambiental empresarial. E-mail: larissawachholz@hotmail.com.

Marcos Cesar Danhoni Neves

Professor Titular da Universidade Estadual de Maringá. Atua nos Programas de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Tecnologia(--UTFPR/PG) e de Educação para a Ciência e a Matemática (PCM). Graduado em Física pela Universidade Estadual de Maringá (1983), Mestre em Física pela Universidade Estadual de Campinas (1986) e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991). E-mail: macedane@yahoo.com

Maria Eduarda Lievore

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Em 2018 fez mobilidade no Instituto Politécnico de Bragança (IPB) em Portugal na Escola Superior de Educação. E-mail: madulievore1@gmail.com

Melissa Andrea Smaniotto

Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG/PR). Bacharel em Direito (UEPG/PR). Membro do Grupo de Pesquisa Cultura de Paz, Direitos Humanos e Sustentabilidade (UEPG/CNPQ). Email: melissa.smaniotto@yahoo.com.br

Nei Alberto Salles Filho

Pós-Doutor em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Doutor em Educação (UEPG/PR). Mestre em Educação (UNIMEP/SP). Professor na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. Docente

do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (Mestrado e Doutorado). Líder do Grupo de Pesquisa Cultura de Paz, Direitos Humanos e Sustentabilidade (UEPG/CNPQ). Coordenador do Núcleo de Estudos e Formação de Professores em Educação para a Paz e Convivências (NEP/UEPG). E-mail: nsalles@uepg.br

Paloma Machado Graf

Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), mestre pelo mesmo programa. Bolsista CAPES. Advogada. É facilitadora e instrutora do curso de Justiça Restaurativa pelo TJPR e AJURIS. E-mail: palomgraf@hotmail.com

Paula Melani Rocha

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Professora do Departamento de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo UEPG. Pesquisadora Colaboradora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LabJor), UNICAMP. Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. E-mail: paulamelani@gmail.com

Rafisa Machado Ramos

Pós-Graduada em MBA em Gestão de Marketing (Positivo). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UNISECAL). Funcionária Pública na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, atua na Assessoria de Comunicação, responsável pela assessoria da Fundação de Assistência Social, Fundação de Saúde, Secretaria de Políticas Públicas Sociais, Gabinete do prefeito e da Chefia de Gabinete. E-mail: rafisa.mramos@gmail.com

Raquel do Carmo Mocelim

Mestranda em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR), graduada em Bacharelado em Enfermagem com Habilitação em Licenciatura Plena - Faculdades Integradas dos Campos Gerais, Docente do curso de Enfermagem do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais - CESCAGE, pós-graduada em Urgência e Emergência Universidade Tuiuti PR, Docente da Instituição SENAC. E-mail: raquelmocelim@yahoo.com.br

Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto Silveira

Doutora em Educação Científica e Tecnológica pela UFSC. Bacharel em Farmácia e Bioquímica (UEPG). Licenciada em Educação Física (UEPG), Mestre (UTFPR). Professora do PPGECT da UTFPR-PG. Editora da RBECT. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia da UTFPR Câmpus Ponta Grossa de 2013-2015. Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 de 2017-2020. E-mail: foggiattorm@hotmail.com

Virgínia Ostroski Salles

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTPFR). Mestra em Ensino de Ciência e Tecnologia (UTFPR). Licenciada em Pedagogia (UNISECAL). Membro dos Grupos de Pesquisa Cultura de Paz, Direitos Humanos e Sustentabilidade (UEPG/CNPq) e EaD: Formação de Docente para o Ensino de Ciência e Tecnologia. E-mail: virginia.utfpr@gmail.com.

Texto e Contexto
EDITORA E LIVRARIA

Rua Eduardo Bonjean, 375 - Uvaranas
CEP 84032030 - Ponta Grossa - Paraná
(42) 32269464 | (42) 988834226
textoecontexto.editora@gmail.com